

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**

**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**ALIMENTAR É TAMBÉM EDUCAR: A MERENDA ESCOLAR NO  
BRASIL (1940-1960)**

**MARCELA FOGAGNOLI**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**ALIMENTAR É TAMBÉM EDUCAR: A MERENDA ESCOLAR NO  
BRASIL (1940-1960)**

**MARCELA FOGAGNOLI**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

**Rio de Janeiro**

**2017**

**MARCELA FOGAGNOLI**

**ALIMENTAR É TAMBÉM EDUCAR: A MERENDA ESCOLAR NO BRASIL (1940-1960)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Orientador) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira (Membro) – Programa de Pós-Graduação em História - UFF

---

Profa. Dra. Andrea Casa Nova Maia (Membro) - Programa de Pós-graduação em História Social - UFRJ

---

Prof. Dr. Rômulo Andrade (Membro) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

---

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Membro) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

---

Profa. Dra. Karla Guilherme Carloni (Suplente) - Programa de Pós-Graduação em História - UFF

---

Prof. Dr. – Marcos Chor Maio (Suplente) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

Rio de Janeiro

2017

## Ficha catalográfica

F655a Fogagnoli, Marcela.

Alimentar é também educar: a merenda escolar no Brasil (1940-1960) / Marcela Fogagnoli. – Rio de Janeiro: s.n., 2017.

201 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 192-1201f.

1. Alimentação Escolar. 2. Nutrição em Saúde Pública - educação. 3. Nutrição da Criança. 4. Brasil.

CDD 371.716

Para Noemia, minha mãe, por nunca ter desistido.

Para Vladimir, por sonhar comigo.

Para Heitor, pelo sorriso que me faz seguir adiante.

## AGRADECIMENTOS

Com esse trabalho encerro minha trajetória acadêmica, que começou nos tempos da iniciação científica. Foi uma caminhada dura, porém, instigante e cheia de descobertas. Chegar aos agradecimentos desse trabalho traz um alívio e uma grande alegria. A jornada nesses anos de doutorado foi intensa e dura muitas vezes. Começo agradecendo a Deus por ter me fortalecido para concluir esse trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz pela bolsa de doutorado concedida para que esse trabalho se tornasse possível. Ao meu orientador, Gilberto Hochman, agradeço pela zelosa orientação e pela generosidade e compreensão que nunca me faltaram durante esses anos. Com muito carinho agradeço aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, em especial ao Paulo, Sandro, Nelson, Chris e à Maria Claudia pela paciência e disposição em ajudar.

Aos professores do PPGHCS com quem tive a oportunidade de ter aulas, Dilene Raimundo do Nascimento, Ana Teresa Venâncio, Magali Romero Sá, Lorelai Kury, Luiz Antonio Teixeira, Marcos Cueto e Simone Kropf, agradeço a enorme contribuição que deram à minha formação como historiadora. Minha gratidão pelas aulas, leituras, conversas, caronas e lanchinhos nos intervalos das aulas. Em especial, agradeço ao professor Jaime Benchimol por ter me acolhido em meu ingresso no Programa.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora dessa tese por terem aceitado o convite, pela leitura cuidadosa, pelos apontamentos e sugestões. A Andrea Casa Nova Maia, agradeço por todo incentivo que me deu e pelo grande exemplo que tem sido para mim por sua garra como mãe e por seu brilhantismo como professora e pesquisadora. Ao Rômulo Andrade agradeço a gentileza de ter me cedido o livro *Comer e Aprender*, tão importante para esse trabalho. A Dominichi Miranda agradeço os comentários ao meu trabalho, ainda no Seminário de Pesquisa. Suas palavras de incentivo, sugestões e críticas dadas com carinho e irreverência foram muito importantes para a realização desse trabalho. Ao Jorge Ferreira agradeço por ter me formado como uma pesquisadora e por ter me inspirado como professora. Agradeço também aos professores Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos e Cristina Fonseca pelas ricas contribuições que deram a esse trabalho.

Ao longo do período de construção dessa tese algumas pessoas foram fundamentais, me sustentando emocionalmente e me incentivando a seguir. A principal delas foi meu marido Vladimir Erthal, a quem me faltam palavras para agradecer. Dono do coração e da alma mais lindos que já conheci, ele foi meu maior incentivador. A você, meu amor, agradeço pela compreensão, paciência quando estava insone ou aflita e pelos cafés de sábado à tarde e das madrugadas de estudos. Obrigada por ter sempre uma palavra de conforto e por sempre acreditar, mesmo nos dias mais cinzentos. Obrigada por tornar a vida ao seu lado leve, cheia de risadas e repleta do mais puro amor.

Agradeço à minha querida mãe que sempre fez da minha educação e de minhas irmãs a sua grande utopia. Com grande generosidade abriu mão de tantas coisas para que eu pudesse me formar. Agradeço a todo apoio que me deu durante esses anos e a dedicação em me ajudar. Obrigada pelas orações que nunca me faltaram e pelo colo que, apesar de adulta, ainda me cabe perfeitamente sempre que preciso. Sou grata pelas comidas deliciosas que fazia para que eu tivesse mais tempo para me dedicar a essa tese. Mãe, seu exemplo de força e coragem foram essenciais para minha formação. Você é meu grande referencial de mãe, mulher e pessoa. O maior presente que recebi de você até hoje foi o amor que me ensinou a ter.

À minha querida sogra, Solange Erthal. Agradeço pela preciosa ajuda presente nesses anos. Sempre acreditando que eu conseguiria, se dedicou a ser meu apoio em todos os momentos. Ora me ouvindo, ora me ajudando a cuidar do Heitor, ela esteve sempre ao meu lado com uma generosidade que, de tão grande, quase não lhe cabe. Obrigada, Solange, pela amizade e parceira.

Às minhas irmãs, Ivani e Gabriella, incentivadoras implacáveis, pela paciência, por compreenderem minhas ausências e pela amizade mais sincera. Ao Jurandir Júnior, meu chato favorito. Aos meus sobrinhos Isabella e Guilherme pelo amor mais doce.

Ao Luiz e Marcia Erthal pelo carinho. À Dona Hermínia por me adotar como neta. Aos meus tios Marcia, Rogério, Elias e Ivani por me cercarem de carinho.

Infelizmente na vida da gente algumas pessoas partem e nos deixam uma saudade que não cabe no peito. Ao meu pai, embora não esteja mais ao meu lado, agradeço por ter me formado com valores que carrego com muito zelo e que pretendo transmitir ao meu filho. Seu gosto pela leitura e sua inteligência sempre me causaram grande admiração. Carrego na



lembrança seu olhar tenro e no peito o amor que devotarei a ele para sempre. À minha querida avó agradeço pelo amor que me deu. Sou grata por todo carinho, pelos bolinhos de chuva e pela coragem de se renovar sempre. Minha avó despertou em mim o interesse pelo passado, amava passar horas ouvindo-a contar suas histórias sobre os tempos remotos. Obrigada, Dona Penha, pela inspiração.

Não se faz uma tese de doutorado sem os amigos! E a eles agradeço o apoio e compreensão. Aos amigos que a COC me deu, em especial Rosana Temperini, Eliza Vianna, Ingrid Casazza, Regiane Gouveia, Ana Rocha, André Patrasso agradeço pelas conversas e risadas. Às lindas Giulia Engel, Fernanda Araújo, Barbara Damasco, pelo apoio, torcida para lá de animada e pelos cafés. Agradeço à Raquel Bentes pela parceria. Amiga de longa data, com quem dividi, viagens, sonhos, angústias, risadas, longos dias na UFF, biscoitos, choros, enfim, a vida. À Marcelle, por ser minha irmã. À querida Priscila Vieira pelo carinho. Agradeço com muito carinho à Bruna, Claire, Lídia, Hellen e Katia pelo apoio que me deram na reta final, vocês são incríveis. Às queridas Samantha Quadrat e Claudiane Torres, por sempre me incentivarem. Jamais poderia deixar de agradecer à Juceli Silva, nossa mãe na UFF, pelo carinho e aquele abraço que tantas vezes diminuía nossas angústias. À Adelia (Adelinha), por suas orações e carinho. À Alessandra de Sá agradeço pelo apoio e amizade. À minha comadre Beth, pelo apoio incondicional e pelo que carinho que tantas vezes me afagou.

Ao meu querido amigo Jorge Ferreira. Não teria chegado tão longe sem seu apoio e amizade. Obrigada por acreditar em mim e por, com muita paciência, me lapidar para que eu me tornasse a pesquisadora e professora que sou hoje. Com essa tese concluo o trabalho que começamos quando eu ainda estava iniciando a graduação. Sorte minha te ter como amigo!

Encerro agradecendo ao meu filho Heitor por dar um novo sentido à minha vida. Chegou no meio desse trabalho e quando eu pensava que não ia dar conta, o sorriso e olhar dele me davam uma força sem explicação. Obrigada, filho, por tornar nossos dias tão especiais! Que nunca lhe falte coragem e generosidade para seguir a vida. A você todo meu amor.

*“Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma história a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma entidade sui generis, portador de um nome, também de uma história, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso que se estabelece a dois. Espaço artesanal”.*

Rubem Alves

## RESUMO

Esse trabalho analisa as ideias e políticas públicas desenvolvidas por médicos nutrólogos, nutricionistas, instituições governamentais e agências internacionais, que resultaram na implementação da merenda escolar como uma política pública nacional, entre as décadas de 1940 e 1960. A tese busca identificar a atuação dos diversos atores envolvidos nesse processo e as principais ideias que fundamentaram essa política estatal. No contexto dos anos de 1940, momento em que a nutrição começou a se constituir no Brasil como um campo específico, surgiram diversas teorias e propostas sobre alimentação da população. Destaca-se a atuação e contribuição destes trabalhadores e a formação de autarquias e instituições que, aos poucos, foram estabelecendo as diretrizes de nutrição no país. Nesse sentido, surgiu o periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, tornando-se o porta-voz das ideias do grupo de profissionais da nutrição ligados a Josué de Castro, importante nutrólogo brasileiro. Através dos artigos publicados na revista, aqueles pesquisadores constituíram um discurso que contribuiu para a implementação da merenda. A partir da análise das ideias desse grupo, pode-se notar a construção de um discurso sobre alimentação, população, hábitos e costumes alimentares, que resultou num projeto de educação alimentar. Ao chegar à conclusão de que o povo brasileiro não sabia se alimentar da forma considerada correta, pretendia-se transformar os hábitos alimentares de maneira que a população aprendesse a comer de acordo com as diretrizes propostas. Esse projeto incluía as crianças, sobretudo os escolares, vistos como moldáveis, representavam o futuro da nação que se constituiria livre dos antigos hábitos alimentares. A partir destes profissionais ligados a Castro, surgiu a Comissão Nacional de Alimentação, responsável pela Campanha de Merenda Escolar. Porém, esses profissionais, não estavam sozinhos no caminho da merenda como uma política pública. Em outro ponto do trajeto estavam o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e o importante nutrólogo brasileiro Dante Costa. O SAPS foi, entre tantas coisas, um centro de formação profissional e o símbolo da política estatal de alimentação. Dante Costa atuando no SAPS propôs medidas para melhorar a alimentação do brasileiro, sobretudo de trabalhadores e crianças. Destaca-se, portanto, por colocar a merenda escolar em questão, contribuindo assim para o debate sobre a necessidade de um programa de alimentação dos escolares.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the ideas and public policies developed by doctors (nutritionists), nutritionists, governmental institutions and international agencies, which resulted in the implementation of school meals as a national public policy between the 1940s and 1960s. The thesis seeks to identify the performance of the various actors involved in this process and the main ideas that underpinned this state policy. In the context of the 1940s, when nutrition began to be constituted in Brazil as a specific field, several theories and proposals on feeding the population emerged. The performance and contribution of nutritionists and the formation of autarchies and institutions that, little by little, were establishing the guidelines of nutrition in the country stand out. In this sense, the journal *Arquivos Brasileiros de Nutrição* appeared, becoming the mouthpiece of the ideas of the doctors and nutritionists groups linked to Josué de Castro, an important Brazilian nutrologist. Through the articles published in the journal, these professionals were a speech that contributed to the implementation of the school lunch. From the analysis of the ideas of this group, one can note the construction of a discourse on food, population, habits and eating habits, which resulted in a food education project. Concluding that the Brazilian people did not know how to eat in the correct way, it was intended to transform the eating habits so that the population learned to eat according to the proposed guidelines. This project included children, especially schoolchildren, seen as moldable, representing the future of the nation that would be free from old eating habits. From these professionals linked to Castro, the National Food Commission was created, responsible for the School Lunch Campaign. However, these professionals, they were not alone in the way of the school lunch as a public policy. At another point along the route were the Social Welfare Food Service (SAPS), and the important Brazilian nutrologist Dante Costa. SAPS was, among many things, a vocational training center and the symbol of state food policy. Dante Costa acting in the SAPS proposed measures to improve the Brazilian's food, especially of workers and children. It is therefore important to place the school lunch in question, thus contributing to the debate about the need for a school feeding program.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Cardápio de merenda nº 1 .....	94
Imagem 2 - cardápio de merenda nº 5 .....	95
Imagem 3 - cardápio de merenda nº 10 .....	96
Imagem 4 - cardápio de merenda nº 22 .....	97
Imagem 5 - cardápio de merenda nº 4 .....	98
Imagem 6 - Ficha de verificação dos sinais de deficiência nutricional. Inquérito Desjejum Escolar.....	101
Imagem 7 - Porcentagem dos escolares que apresentaram consumo insuficiente do desjejum estabelecido .....	102
Imagem 8 - sinais de carências nutricionais identificados .....	103
Imagem 9 - Quadro com a carência dos nutrientes por idade .....	104
Imagem 10 - refeições propostas e seus custos.....	123
Imagem 11 - Leite.....	124
Imagem 12 - Mapa de Preparação de Alimentos.....	173
Imagem 13 - Lavagem dos utensílios .....	175
Imagem 14 - Normal x Subnutrido (1) .....	179
Imagem 15 - Normal x Subnutrido (2) .....	180
Imagem 16 - Sinais de Deterioração dos Alimentos .....	182

## LISTA DE SIGLAS

ABN - Arquivos Brasileiros de Nutrição

ABN - Associação Brasileira de Nutricionistas

AIB - Ação Integralista Brasileira

ASBRAN - Associação Brasileira de Nutrição

ASBRAN - Associação Brasileira de Nutrição

CBA - Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios

CCC - *Commodity Credit Cooperation*

CME - Campanha de Merenda Escolar

CME - Coordenação de Mobilização Econômica

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNCr - Departamento Nacional da Criança

ED - Esquerda Democrática

EVA - Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância

IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPI - Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários

IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

INPAR - Indústria de Produtos Alimentícios Racionais

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INUB - Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PR - Partido Republicano

PRP - Partido Republicano Paulista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SBN - Sociedade Brasileira de Nutrição

SCA - Serviço Central de Alimentação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária

SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STAN - Serviço Técnico de Alimentação Nacional

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICEF - *United Nations International Children's Emergency Fund*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 - COMO ALIMENTAR UMA NAÇÃO: O PROJETO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E OS ARQUIVOS BRASILEIROS DE NUTRIÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 - Nutrição: a construção de um saber e de uma profissão .....	21
1.2 - Josué de Castro: o intelectual da fome .....	28
1.3 - A doença dessa gente é fome: Josué de Castro e as condições de vida dos operários no Nordeste.....	32
1.4 - A voz dos nutricionistas e nutrólogos: os Arquivos Brasileiros de Nutrição .....	36
1.5 - Alimentação no Brasil: diagnosticando um problema .....	40
1.6 - Muito mais do que o se põe no prato .....	43
1.7 - Ensinar a escolher.....	46
1.8 - Como ensinar?.....	52
<b>2 - COM A CRIANÇA E NA ESCOLA: DANTE COSTA E A ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR.....</b>	<b>62</b>
2.1 - Dante Costa, o amigo cordial .....	63
2.2 - Dante Costa e o Partido Socialista Brasileiro – PSB .....	68
2.3 - A alimentação na obra de Dante Costa .....	74
2.4 - Alimentando e moldando os pequenos brasileiros: Dante Costa e a alimentação infantil .....	86
2.5 - Uma coadjuvante com papel de protagonista: cardápios de “merenda adequada” .....	92
2.6 - Mensurando o problema: o inquérito alimentar dos escolares .....	99
<b>3 - UM GIGANTE ALIMENTANDO OS PEQUENINOS: A AÇÃO EDUCATIVA DO SAPS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES.....</b>	<b>108</b>
3.1 - Colocando a mesa: criação e funcionamento do SAPS.....	109
3.2 - Serviço Central de Alimentação: a origem do SAPS.....	111



3.3 - Os intelectuais e a educação alimentar .....	114
3.4 - É útil assistir, mas ainda é mais útil educar: o SAPS e o projeto de educação alimentar .....	126
3.5 - As Visitadoras de Alimentação do SAPS e a educação alimentar .....	138
3.6 - A vez dos pequenos: o Desjejum Escolar do SAPS.....	142

**4 - ALIMENTAR PARA EDUCAR: A MERENDA COMO PROJETO NACIONAL**  
.....**147**

4.1 - A origem na CNA: o Programa Nacional de Merenda Escolar .....	149
4.2 - A Campanha Nacional de Merenda Escolar: da CNA ao MEC.....	154
4.3 - O apoio externo para a campanha de fornecimento de leite .....	162
4.4 - Merenda escolar na cartilha.....	169

**CONCLUSÃO .....**184

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....**192

## INTRODUÇÃO

Neste ano de 2017, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) completou 62 anos. A data é contada a partir da criação da Campanha de Merenda Escolar no Ministério da Educação em 1954<sup>1</sup>. O aniversário do PNAE foi celebrado num evento em Brasília com a publicação de um livro de receitas de merendas vencedoras de um concurso realizado no ano anterior.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro é o segundo maior do mundo, perdendo apenas para a China, que alimenta 114 milhões de crianças escolares.<sup>2</sup> É também o mais antigo programa de alimentação e nutrição do país. Atendendo diariamente a 41,5 milhões de estudantes<sup>3</sup>, teve seu início na década de 1950 e permanece até os dias atuais sem interrupção. Com um orçamento de R\$ 4,15 bilhões em 2017, o PNAE fornece mais de 50 milhões de refeições por dia<sup>4</sup>. Os escolares atendidos são estudantes brasileiros de diversos seguimentos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). Escolas regulares, indígenas, quilombolas, educação de jovens e adultos, creches, escolas integrais, todos são atendidos pelo PNAE. Universalidade e continuidade são as principais características do programa brasileiro.

De acordo com a Constituição de 1988, o Estado tem o dever de garantir “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”<sup>5</sup>. O PNAE é um desses programas suplementares e busca melhorar o rendimento escolar por meio da oferta da merenda. Além disso, o programa foi criado com o objetivo de promover educação alimentar aos escolares.

---

<sup>1</sup> Essa é uma data “oficial”. No entanto, a merenda escolar como um projeto nacional surgiu antes sob a coordenação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), como veremos no 4º capítulo desse trabalho.

<sup>2</sup> Ver: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=997> Acesso em 04 de junho de 2017.

<sup>3</sup> Ver: <http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-f%C3%ADsicos-e-financeiros-do-pnae> Acesso em 04 de julho de 2017.

<sup>4</sup> Ver: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1589> Acesso em 04 de junho de 2017.

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 03 de julho de 2017. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 define a alimentação escolar como “direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado” e estabelece suas diretrizes, entre elas:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, **que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis**, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a **melhoria do rendimento escolar**, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a **inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem**, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a **universalidade** do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.<sup>6</sup> [grifos meus]

Em 2014, o Brasil saiu oficialmente do “Mapa da Fome”, um relatório<sup>7</sup> da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre o estado de insegurança alimentar no mundo. O documento apontou que medidas de políticas públicas como o PNAE contribuíram decisivamente para isso. O programa de merenda escolar brasileiro é uma referência mundial, considerado pela FAO como um exemplo de sucesso na área de alimentação escolar, servindo como base para implantação de programas similares em outros países. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), na América Latina 85 milhões de escolares recebem merenda nas escolas<sup>8</sup>. Desses, 41,5 milhões são brasileiros. Ou seja, o Brasil é responsável por quase metade das merendas servidas na região.

O país recebe recorrentes visitas de representantes de diversas nações para conhecer nosso programa de merenda escolar. Apenas para citar alguns exemplos, em 2014, o Benin participou de uma missão de estudos ao Brasil. A Etiópia integrou três missões de estudos ao país, duas em 2013, a segunda inclusive composta por oficiais do governo e ministros de

---

<sup>6</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

<sup>7</sup> Ver : *Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Insecurity in the World 2014 : Strengthening the enabling environment to improve food security and nutrition*. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>. Acesso em 03 de julho de 2017.

<sup>8</sup> Ver: <https://nacoesunidas.org/brasil-responde-por-quase-metade-das-criancas-da-america-latina-e-caribe-beneficiadas-por-alimentacao-escolar/> Acesso em 04 de julho de 2017.

estado e a terceira em março de 2015. A República da Guiné iniciou o diálogo com o Brasil em 2012 e em 2015 anunciou a criação do seu programa de alimentação escolar. O Níger enviou representantes em missão aqui em 2012 e em 2013 deu início a seu programa de merenda<sup>9</sup>. Em 2017 foi a vez de Madagascar e Mali enviarem representantes para conhecer o PNAE.<sup>10</sup> E em maio de 2017 representantes de 12 países estiveram em solo brasileiro, numa parceria entre a FAO e o governo daqui, com o objetivo de conhecerem o nosso programa de merenda escolar.<sup>11</sup>

Porém, apesar da grandeza do projeto e de sua continuidade, o empreendimento apresenta desafios a serem superados. A Pesquisa Nacional do Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares, Modelos de Gestão e de Controle Social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executada em 2007 pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN) pesquisou a merenda escolar em 690 municípios brasileiros, cerca de 21.600 escolares responderam à pesquisa, além de gestores, merendeiras e professores<sup>12</sup>.

Sobre a disponibilidade de equipamentos e estrutura, a investigação apontou que apenas 44% das escolas em regiões rurais possuem geladeira ou freezer. Apenas 17% das escolas nessas áreas possuem rede de esgoto, contra 61% no território nacional. Sobre o local onde a merenda é distribuída e consumida pelos escolares, os dados mostram que apenas 30% das escolas possuem um refeitório com mesas e cadeiras exclusivo para o consumo da merenda, destes, apenas 7% se localizam nas áreas rurais. Em 27% das escolas os alunos comem em pé com o prato na mão. Os dados mostram que o PNAE ainda precisa avançar bastante para garantir condições ideais de preparo e consumo das merendas.

Em seus resultados sobre distribuição das merendas, a pesquisa dividiu as escolas entre as que servem refeições e as que servem lanches como merenda escolar. Do total de escolas do país, 40% serve lanche para os alunos. Destas escolas, 44% localizam-se em áreas rurais. Em relação às regiões brasileiras, no Norte do país 51% dos escolares recebem lanche

---

<sup>9</sup> Essas visitas foram promovidas pelo Centro de Excelência contra a Fome, criado em 2011 em parceria entre a FAO e o governo brasileiro. Sobre as visitas ver: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp283575.pdf> Acesso em 04 de julho de 2017.

<sup>10</sup> Ver: <https://nacoesunidas.org/representantes-do-mali-e-de-madagascar-conhecem-sistema-de-alimentacao-escolar-do-brasil/> Acesso em 04 de julho de 2017.

<sup>11</sup> Ver: <https://nacoesunidas.org/onu-e-brasil-trazem-representantes-de-12-paises-para-conhecer-alimentacao-escolar-no-espírito-santo/> Acesso em 04 de julho de 2017.

<sup>12</sup> Ver: [www.fnde.gov.br/arquivos/category/13-2011?download=5173...pesquisa...start](http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/13-2011?download=5173...pesquisa...start) Acesso em 04 de julho de 2017. Os dados da pesquisa que serão citados abaixo possuem essa mesma fonte.

como merenda. O sudeste apresenta o maior índice de refeições como merenda, em 84% das escolas.

Meu interesse sobre a merenda escolar surgiu da constatação da rejeição por muitos alunos aos lanches servidos nas escolas, a chamada “merenda fria”. Como professora da educação básica trabalhei em algumas escolas que serviam esse tipo merenda. Em uma delas<sup>13</sup>, localizada no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, a merenda fria era servida para os alunos do turno da noite pois a escola é estadual e compartilha o prédio com uma escola municipal que funciona no período diurno e, portanto, não dispõe da cozinha para preparar as refeições. Observei que alguns alunos constantemente reclamavam da merenda dizendo que não alimentava e aquilo me intrigou. Após indagar a direção da escola sobre a questão, soube que naquela escola o índice de evasão era alto. Alguns alunos quando conseguem vaga em uma escola que servia “merenda quente”, ou seja, refeições, pedem a transferência e saem da escola. Esses alunos são em geral trabalhadores e chegam na escola no fim do dia cansados e com fome, por isso reclamam tanto da ausência do jantar na escola. O fato de um aluno abrir mão de estudar em uma escola mais próxima de casa ou do trabalho em função da merenda chamou minha atenção.

Em 2016 comecei a dar aulas em uma escola municipal em Sampaio Corrêa, distrito de Saquarema no Rio de Janeiro e lá minhas impressões sobre a merenda escolar foram ainda mais profundas. A escola fica numa região rural e atende a uma clientela muito carente. Ali observei o quanto a merenda era fundamental para os alunos (a escola atende alunos do quarto ao nono ano do ensino fundamental). Para alguns deles a merenda é a única refeição do dia e para muitos é a refeição com mais valor nutricional. Diversas vezes presenciei alunos passando mal na escola por estarem sem comer. No turno da manhã, a merenda (em geral arroz, feijão, uma proteína – ovo em geral – e legume ou verdura) é servida às 9h40 e muitos alunos chegam à escola sem o café da manhã. Já no turno da tarde é servida às 15h30 e diversos alunos almoçam apenas na escola. O momento de merendar é importante para aqueles alunos; quando o sinal toca, muitos correm para a fila para garantir a merenda.

Essas experiências me fizeram refletir sobre o caráter suplementar da merenda, pois, de fato, complementa a alimentação de muitos estudantes, sendo, inclusive, em alguns casos a principal fonte de nutrientes consumida. A relação entre a merenda e a evasão escolar também

---

<sup>13</sup> Optei por não citar os nomes das escolas a que me refiro para não expor os gestores ou alunos.

se tornou uma questão para mim. Desse modo, partindo da observação da importância da merenda escolar para os estudantes e no próprio funcionamento da escola, surgiram-me algumas indagações, como, por exemplo, o início da merenda como uma política pública nacional, como ela começou, o que era servido, entre outras questões. Partindo, portanto, de algumas questões do presente, fui buscar no passado compreender o surgimento da merenda escolar no Brasil.

Assim sendo, esse trabalho se propõe a analisar o processo de implementação da merenda escolar como um projeto nacional. Importa aqui conhecermos os atores envolvidos nesse processo e as principais ideias que fundamentaram essa política pública. Partiremos das teorias sobre alimentação e alimentação escolar para chegarmos à merenda de fato.

O passo inicial de uma receita é separar os ingredientes que serão usados. Assim, como no preparo de uma receita, começaremos separando os ingredientes. E nossos ingredientes aqui são as ideias sobre alimentação da população e em particular dos escolares desenvolvidas, sobretudo, na década de 1940. Depois, começaremos nosso “preparo” “misturando” os ingredientes. Toda receita é uma experiência química de combinação dos elementos com um resultado esperado. Assim também acontece em nossa “receita”. Os ingredientes vão se combinando, se associando e nos revelando nosso “prato final” que é a primeira experiência nacional de merenda: um copo de leite em pó desnatado.

Nesse caminho, essa tese se divide em quatro capítulos. Está organizada em dois momentos, os dois primeiros capítulos abordam os discursos de intelectuais que contribuíram para a implementação da merenda escolar como uma política estatal. Nos dois últimos notamos as ações que foram feitas nesse sentido e o processo de implementação da merenda.

No primeiro, veremos o processo de surgimento da nutrição como um campo específico do saber. Algumas questões serão importantes para essa análise, como a influência das ideias internacionais na área. A atuação e contribuição de uma geração de nutrólogos e a formação de instituições e autarquias, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940 serão igualmente importantes para nossa análise. Desse grupo de intelectuais destaca-se Josué de Castro que teve protagonismo na formação dessas instituições e que formou em torno de si um importante grupo de nutrólogos e nutricionistas responsáveis pelas diretrizes da nutrição a partir da década de 1940, sobretudo nas décadas de 1950. Esse grupo, ligado a Castro, formou

a base da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que em 1952 publicou o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição chamado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*. Deste plano surgiram os debates e medidas que resultaram na criação da Campanha de Merenda Escolar, em 1955. As ideias e propostas desse grupo de profissionais da nutrição eram publicadas nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* (ABN), um importante periódico criado em 1944 e que se tornou o porta-voz das principais ideias relativas à nutrição no país. A revista teve Josué de Castro como um de seus idealizadores. Analisaremos, nesse capítulo, algumas teses desses intelectuais a respeito de temas e causas e propostas de soluções para o “problema alimentar brasileiro”. Nosso objetivo será observar a construção de um discurso sobre alimentação, população e hábitos e costumes populares. Identificados os “problemas”, os nutrólogos e nutricionistas propuseram algumas vias para solução. Uma delas era criar um projeto de educação alimentar que desse conta de ensinar a população a comer da forma considerada por aquele grupo como correta, convencendo-a de abandonar antigos hábitos alimentares, vistos como verdadeiros “entraves” à boa alimentação. Esse projeto incluía as crianças, sobretudo os escolares. Visto como seres moldáveis, eles seriam modelados a partir dos novos preceitos da nutrição e carregam consigo a responsabilidade de construir uma nova nação, capaz de se alimentar da forma dita ideal.

O caminho da merenda escolar no Brasil é formado por vozes variadas e atores diversos. Seguindo a análise das ideias que constituíram a base do discurso de implantação de um programa nacional de alimentação escolar, no segundo capítulo desse trabalho analisaremos as contribuições dadas por Dante Costa. Enquanto numa ponta temos Josué de Castro e o grupo de intelectuais ligados a ele atuando nos ABN, na outra temos o nutrólogo brasileiro Dante Costa e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) discutindo questões e propondo mudanças para a alimentação da população, sobretudo os trabalhadores. Através da análise de suas principais obras, veremos suas principais ideias e propostas para melhorar a alimentação dos brasileiros. Partindo de suas teses sobre infância e alimentação escolar, buscaremos notar a contribuição de Dante Costa no processo de implantação da merenda. Costa trouxe o tema da alimentação escolar ao debate de forma enfática, destacando a importância da merenda para os escolares.

No capítulo três vamos conhecer o SAPS e analisar sua relação com a merenda escolar. Falar sobre alimentação no Brasil sem falar do SAPS é praticamente impossível. Ele

foi um marco institucional na história da alimentação no Brasil. Por sua face, como lugar de assistência alimentar, de centro de formação profissional e de um espaço de educação alimentar, o SAPS foi um grande projeto estatal de alimentação. Foi também o lugar de atuação de Dante Costa, onde ele e o grupo de nutricionistas e nutrólogos ligados a ele e ao SAPS fizeram experimentos, inquéritos alimentares, formularam suas teses e propuseram mudanças para a alimentação dos brasileiros. Buscaremos nesse capítulo conhecer os SAPS e suas ações de assistência alimentar aos trabalhadores. Além disso, pretendemos analisar o caráter educacional do SAPS e sua relação com o projeto de educação alimentar que estava sendo proposto no período. Para isso, veremos as principais ideias propostas por intelectuais ligados à autarquia. Nossa análise discutirá o papel das Visitadoras de Alimentação do SAPS no projeto de educação alimentar empreendido pela autarquia. Por fim, pretendemos conhecer e analisar o Desjejum Escolar do SAPS, um programa de distribuição de alimentação aos escolares. O Desjejum do SAPS, como ficou conhecido, foi a materialização da assistência alimentar aos escolares no Brasil e representou um projeto piloto de merenda iniciado em uma instituição de âmbito nacional.

Por fim, chegamos ao final de nossa “receita”: a merenda escolar servida aos escolares. O quarto capítulo desse trabalho trata da implementação da merenda como um projeto nacional. Iniciaremos nossa análise na formação da Comissão Nacional de Alimentação, dirigida pelo grupo de intelectuais ligados a Josué de Castro e que foi responsável pela elaboração do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição chamado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil” de onde surgiram debates sobre a necessidade de um programa nacional de alimentação escolar. Desse modo, analisaremos a merenda escolar em sua fase inicial, ainda na CNA, buscando identificar a proposta inicial e seus limites. Seguindo em nossa busca, vamos analisar a atuação das agências nacionais, em especial a UNICEF, viabilizando a chegada da merenda aos escolares. Observaremos aqui os agentes envolvidos e os detalhes das negociações entre o governo brasileiro e essas agências. Pretendemos nesse capítulo identificar as mudanças e continuidades do projeto de alimentação escolar desde a fase na CNA até a Campanha de Merenda Escolar. Um importante recurso de comunicação da Campanha foi a Cartilha de Merenda Escolar que será analisada aqui. Importa conhecer essa publicação como um veículo para orientação e instrução principalmente de professoras e merendeiras das escolas. Pretendemos analisar a



cartilha relacionando suas orientações com as propostas desenvolvidas por nutricionistas e nutrólogos para distribuição da merenda nas escolas.

Assim, concluímos nossa receita, com o intuito que se tenha compreendido o caminho de implementação da merenda escolar e os agentes envolvidos no processo. A mistura de nossos ingredientes, que resultou em nosso prato final: o leite em pó preparado e servido aos escolares. Após o leite, a merenda seguiu seu caminho até chegar nas refeições servidas atualmente nos refeitórios escolares. Mas essa análise foge ao escopo desse trabalho. Importa-nos conhecer o longo processo até sua consolidação. Fica, portanto, o desejo de que ao conhecermos o “caminho da merenda” possamos perceber sua importância tanto na perspectiva histórica quanto atual.

## **1 - COMO ALIMENTAR UMA NAÇÃO: O PROJETO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E OS ARQUIVOS BRASILEIROS DE NUTRIÇÃO**

“Comer deve ser um prazer saudável e não uma experiência de laboratórios. É este o sentido que se deve dar à educação popular em matéria de alimentação.”<sup>14</sup>

A merenda escolar pode ser considerada como um dos maiores programas nacionais de assistência aos estudantes no Brasil. E um dos mais longevos também. Embora a merenda tenha sido oferecida em variados formatos ao longo dos últimos sessenta e três anos, ela não só permaneceu no conjunto de políticas nacionais de assistência aos escolares como foi ampliada – em termos de alcance e qualidade das refeições. Tornou-se, assim, um importante elemento na educação e no cotidiano escolar.

A análise do processo de estabelecimento desse lanche como uma política nacional revela muitos atores, importantes instituições e momentos de rupturas e continuidades. Nesse sentido, nossa investigação tem como ponto de partida o surgimento da nutrição como campo específico de saber no Brasil e as ideias e propostas do grupo de intelectuais da área que se formava.

Desse modo, o objetivo desse capítulo é percorrer o caminho intelectual da proposta de merenda escolar como uma política nacional. Ou seja, nos interessa aqui os contornos que, dentro do contexto de surgimento da nutrição no Brasil, foram demarcando o espaço e as ideias de um grupo de intelectuais responsáveis pelo Programa Nacional de Merendar e futuramente pela Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Na preparação de uma refeição o primeiro passo é separar os ingredientes que serão usados. De modo semelhante será nossa análise. Antes da merenda – o copo de leite servido aos escolares em diversas regiões do país – vamos começar pelas ideias, diagnósticos da alimentação no Brasil e propostas para melhoria da alimentação da população. Essa é a etapa da nossa “receita”. Nesse capítulo vamos identificar os elementos que, somando-se a outros, contribuiram para a implementação da merenda escolar no país.

---

<sup>14</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Abril, 1947, tomo 3 n° 4.

Começaremos com o surgimento da nutrição enquanto um campo de conhecimento e profissional específico no Brasil. Importa, nessa análise, destacar os principais fatores que contribuíram para tal processo, assim como os atores e instituições que surgiram e fizeram surgir nesse contexto. As décadas de 1930 e 1940 são o marco periódico desse processo. Sobretudo nos anos de 1940, a nutrição como um saber ganhou contornos mais definidos com o surgimento dos primeiros cursos e das primeiras políticas de melhoria da condição de alimentação do trabalhador.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do médico nutrólogo pernambucano Josué de Castro. Ele foi uma peça fundamental no processo de implementação da merenda por sua influência na formação do grupo que levou a cabo o programa de assistência alimentar aos escolares. Assim, nosso caminho nesse capítulo passa pela vida e atuação de Castro.

Tendo como norte a merenda posta à mesa dos escolares, seguimos nesse capítulo “separando os ingredientes”. Ou seja, vamos identificar e analisar as principais ideias e propostas do grupo que se formou em torno de Josué de Castro presentes na revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. O periódico foi o principal veículo de difusão do pensamento daqueles intelectuais da nutrição.

Enfim, nossa “receita” começa com a análise dos elementos que contribuirão para a implementação do programa brasileiro de merenda escolar. A saber, os intelectuais reunidos em torno dos *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, suas leituras sobre os problemas da alimentação no Brasil e suas propostas para solução.

### **1.1 - Nutrição: a construção de um saber e de uma profissão**

A nutrição se constituiu como um novo campo de conhecimento após a Primeira Guerra Mundial e transformou completamente a maneira das sociedades pensarem a alimentação. No período entre guerras, surgiram, em diversos países, novos centros de estudos e formação de especialistas na área. Segundo Josué de Castro, um dos maiores ícones do tema no Brasil,

a luta que ensanguentou a Europa de 1914 a 1918, veio mostrar o valor do capital alimento, impondo às nações beligerantes um prodigioso esforço científico para que

a fome não pusesse em perigo a sua resistência à luta. [...] Cessada a guerra, tinha surgido uma nova concepção da importância da alimentação na economia dos povos, Daí em diante fica praticamente demonstrado que, da solução do problema alimentar dependia o bem-estar do povo, a eficiente produção do trabalho, a paz social e a segurança nacional da nação.<sup>15</sup>

Os problemas causados pela fome e desnutrição ficaram mais evidentes com a primeira grande guerra. Nesse sentido, de acordo com Coimbra, surgiram diversas instituições com o objetivo de dar solução ao problema da fome e má alimentação.<sup>16</sup> Segundo Francisco Vasconcelos, nas duas décadas seguintes à Primeira Guerra, países como França, Inglaterra, União Soviética, Japão, Estados Unidos, Canadá, Itália, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Argentina, México e Brasil, criaram os primeiros centros de estudos e pesquisas, os primeiros cursos para formação de profissionais especialistas e as primeiras agências condutoras de medidas de intervenção em Nutrição.<sup>17</sup> Ainda de acordo com Coimbra, a nutrição, nesse período de formação, buscou se acoplar no estado em busca de normatização. Segundo o autor, “o saber da nutrição procura o estado, lhe oferece seus préstimos e espera, a partir dele, realizar seu projeto de modernizar, reconstruindo, a nação e o homem, tornados novos na medida em que se alimentassem racionalmente”.<sup>18</sup> Países capitalistas, socialistas, sociedades democráticas ou autoritárias, cada um ao seu modo, participaram desse processo.<sup>19</sup>

O caminho da constituição da nutrição, como um campo científico específico, como política social ou como profissão no Brasil se deu nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo no primeiro Governo Vargas. A partir da concepção proposta por Coimbra e reforçada por Vasconcelos<sup>20</sup>, que afirma a articulação entre o surgimento da nutrição e o poder estatal, podemos observar que a nutrição emergiu no Brasil como parte integrante do projeto de

---

<sup>15</sup>CASTRO, Josué. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Edições Globo, 1937, p. 17-18. *Apud* VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. In: *Revista Nutrição*. Campinas, 15 (2), maio/agosto, 2002.

<sup>16</sup> COIMBRA, Marcos (et. al.). *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte: MEC, 1982, p. 142.

<sup>17</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. *Como nasceram os meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em saúde pública no Brasil*, 2ª edição ampl. Porto Alegre: Stampa, 2010, p.17.

<sup>18</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 143-144.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.142.

<sup>20</sup> VASCONCELOS, *op. cit.*

modernização da economia brasileira e da política de valorização do trabalhador, compreendidos pelo estado varguista.

A partir da segunda metade da década de 1930, surgiram as primeiras medidas e instrumentos de políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição. No mesmo período foram criados os mecanismos e instrumentos necessários para formação de profissionais na área, como cursos, estágios, financiamento de estudos no exterior, cursos de formação etc. No entanto, é preciso ressaltar que o saber sobre alimentação da população brasileira começou a surgir dentro do campo de saber médico, conforme sugere autores como Vasconcelos, Coimbra e Lima.<sup>21</sup>

A bibliografia historiográfica sobre o tema concorda no que diz respeito à influência da formação da ciência da nutrição na Argentina. Tal processo foi marcado pela influência do médico argentino Pedro Escudero, criador do Instituto Nacional de Nutrição (1926), da Escola Nacional de Dietistas (1933), do curso de Médicos Dietólogos<sup>22</sup> e professor titular da Cátedra de Clínica da Nutrição da Escola de Medicina da Universidade de Buenos Aires. As ideias de Escudero influenciaram a gênese desse novo campo do saber e o processo de formação e atuação dos nutricionistas. Isso ocorreu, entre outros fatores, devido à concessão anual a cada país latino-americano de bolsas de estudos para a realização de cursos de Dietética no Instituto Nacional de Nutrição da Argentina. Entre os primeiros brasileiros que, nas décadas de 1930 e 1940, estagiaram ou realizaram cursos promovidos pelo Instituto Nacional de Nutrição da Argentina destacam-se: José João Barbosa e Sylvio Soares de Mendonça – curso de dietólogos, Firmina Sant’Anna e Lieselotte Hoeschl Ornelas – curso de dietistas e Josué de Casto – estágio.<sup>23</sup>

Nos primeiros anos da década de 1930, a nutrição, enquanto campo científico, constituiu-se sob o espectro de duas vertentes distintas. A vertente biológica, que, segundo Vasconcelos, se ocupava essencialmente com aspectos “clínico-fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes e influenciados por concepções das Escolas de Nutrição e Dietética norte-americanas e de centros europeus, surgidas no decorrer da primeira

---

<sup>21</sup> LIMA, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese. Em: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 7 (2), 1997.

<sup>22</sup> Termo usado na Argentina que equivale à denominação de nutrólogo no Brasil.

<sup>23</sup> VASCONCELOS. *op. cit.*.

guerra mundial”<sup>24</sup>. Já a vertente social ocupava-se com aspectos referentes à produção, distribuição e consumo dos alimentos pelos brasileiros, era influenciada pelas ideias de Escudero e cujo principal representante no Brasil era Josué de Castro.<sup>25</sup> A essa vertente interessa diagnosticar como a população se alimentava para, a partir de então, propor medidas para correção dos problemas alimentares. Portanto, segundo Vasconcelos,

ao longo das décadas de 30/40, essas duas vertentes, distintas, mas complementares entre si, se uniram no processo de consolidação do campo da Nutrição no Brasil. Esses primeiros nutrólogos brasileiros, logo no início da década de 30, iniciaram o processo de produção e difusão de estudos e pesquisas sobre composição química e valor nutricional de alimentos nacionais; sobre consumo e hábitos alimentares e sobre o estado nutricional da população brasileira. Procurando, dessa maneira, garantir especificidade e legitimidade para esse novo campo do saber científico que se constituía no país. Assim, foi se constituindo esse novo campo de saber científico.<sup>26</sup>

Assim sendo, surgiram na década de 1930 dois importantes inquéritos alimentares no Brasil, ambos coordenados por Josué de Castro: um em Recife e outro no Rio de Janeiro. O primeiro, “Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”<sup>27</sup>, um estudo com 500 famílias centrado em seus orçamentos familiares, publicado em 1935. O segundo foi iniciado em 1937, com o patrocínio do Departamento Nacional de Saúde Pública, e serviu como uma das bases para regulamentação do salário mínimo, em 1938.<sup>28</sup> Esses inquéritos, e outros tantos que os seguiram, quantificavam, mediam e avaliavam as carências alimentares da população. Confirmavam, mas agora cientificamente, o que já se sabia: o povo brasileiro comia mal e passava fome. Contudo, apresentavam também a necessidade de ensinar o povo a comer, de guiar a população a uma alimentação racional.

---

<sup>24</sup> *Ibidem*. p. 18.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p 18.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.19

<sup>27</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Pão ou Açúcar: conflitos e contradições no desenvolvimento econômico brasileiro na obra de Josué de Castro. In: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (org). *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

<sup>28</sup> BARRETO, João de B.; CASTRO, Josué de; CASTRO, Almir de. Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. 52, n. 4, p. 263-284, 1938.

Nas décadas de 1930 e 1940 são observados os primeiros planos para alimentação, efetivamente inaugurada em 1940 com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Tal política é resultado de um pacto entre o poder público e o saber técnico dos médicos nutrólogos. O saber dos nutrólogos se uniu ao poder do Estado e se transformou no discurso que justificou a política de alimentação. Houve, nesse sentido, uma convergência de interesses. De um lado os nutrólogos com seu projeto de melhoria da alimentação do brasileiro, que só poderia ser viável através do poder estatal. Do outro, o Estado implementando medidas e políticas públicas para elevar a condição de vida da classe trabalhadora.

Quando buscamos as relações entre estado e classe trabalhadora no Brasil no período de 1930 a 1940, os benefícios sociais que mais se destacam são as leis trabalhistas. Elas foram, sem dúvida, muito importantes para o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Porém, há também um conjunto de políticas públicas que, igualmente às leis de proteção ao trabalho, contribuíram para a construção da cidadania social da classe trabalhadora. São as políticas públicas de saúde e educação implementadas no período. O governo varguista montou um sistema de saúde pública, com a construção de hospitais e a criação do Ministério da Educação e Saúde. Além disso, investiu recursos em programas de combate a doenças como a sífilis, febre amarela, lepra, malária, câncer e no tratamento das doenças mentais.<sup>29</sup> Igualmente importante foi o sistema público de educação básica implementado nesse período. Ao adotar o movimento conhecido como Escola Nova, com os ideais de escola pública, gratuita, universal e laica, o governo Vargas buscou medidas para igualdade de oportunidades na oferta de educação e para erradicação do analfabetismo. Escolas Normais para formação de professores também foram criadas no período. Surgiu ainda o ensino técnico, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Ver: HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). In: *Educar em revista*. Nº 25, Curitiba, jan/jun, 2005.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 173-193.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

<sup>30</sup> Para políticas de educação na era Vargas ver: BOMENY, Helena M.B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. Em: PANDOLFI, D. (Org.). *op.cit.*

Assim, a política de alimentação vai se efetivando concomitantemente à organização da Nutrição enquanto um saber profissional. O processo de formação profissional do nutricionista no Brasil ocorreu na década de 1940, quando foram criados os quatro primeiros cursos do país. O primeiro surgiu em 1939, no Instituto de Higiene de São Paulo (atual Curso de Graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo). Em 1940, tiveram início os cursos técnicos do Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), os quais deram origem, em 1943, ao Curso de Nutricionistas do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (atual Curso de Graduação em Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). Em 1944, foi criado o Curso de Nutricionistas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (atual Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ). E a partir de 1948 teve início o Curso de Dietistas da Universidade do Brasil (atual Curso de Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)<sup>31</sup>.

O termo *nutricionista* só foi oficializado em 1966, durante a I Conferência sobre Adestramento de Nutricionistas-Dietistas de Saúde Pública, realizada em Caracas, na Venezuela, conforme publicação da Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN)<sup>32</sup>. Todavia, a utilização do termo é observada no Brasil desde 1939 quando esses profissionais eram chamados de *dietistas*. *Dietista* era um profissional formado em curso técnico de nível médio. De acordo com Vasconcelos, “aos poucos os cursos brasileiros foram alterando essas características, aproximando-se das características do curso do Instituto Nacional de Nutrição da Argentina, formando um profissional de nível universitário”<sup>33</sup>, com conhecimentos e funções específicas, foi-se adotando o termo *nutricionista* para esse novo grupo profissional. Assim como a denominação, os limites de competência de cada profissional do campo da Nutrição estavam demarcados pelo projeto dos primeiros médicos nutrólogos brasileiros.

---

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. Em: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org). *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<sup>31</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. In: *Revista Nutrição*. Campinas, 15 (2), maio/ago., 2002, pg. 129.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>33</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. *Como nasceram os meus anjos brancos: a constituição do campo de Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora Stampa, 2010, p. 22.



A década de 1940 foi, sem dúvida, decisiva para a nutrição no Brasil. Nela surgiram o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) – em 1940, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) – em 1942, e os primeiros cursos formação de profissionais da nutrição do país, aqui citados. Foi também o período de publicação de estudos de nutricionistas e nutrólogos brasileiros, em que discorriam suas teses sobre os problemas alimentares da população. Foi, portanto, nessa época que a Nutrição, enquanto especialidade profissional, estabeleceu suas especificidades e diferenciações.

A criação do SAPS, em 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.478, foi o marco inicial da política de alimentação no Brasil. Durante muito tempo, o SAPS foi o principal referencial dessa política. Ali foram testadas e colocadas em prática algumas propostas dos nutrólogos, como o desjejum escolar servido aos filhos de trabalhadores associados ao SAPS; o Consultório de Alimentação Econômica, onde o trabalhador informava dados de sua família, hábitos de alimentação e sua renda mensal e recebia orientação de quais alimentos consumir, dentro de seu orçamento. Havia ainda os Postos de Subsistência, espécies de armazéns que vendiam aos trabalhadores gêneros de primeira necessidade por praticamente preço de custo, acrescentando apenas uma taxa de 10% para cobrir os custos administrativos. Enfim, trata-se de uma complexa estrutura com diversas seções e sobre a qual veremos mais adiante no capítulo seguinte.

Em 1942, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) que integrava a Coordenação de Mobilização Econômica (CME). O órgão surgiu com o objetivo de criar um plano de economia alimentar elaborado e guiado cientificamente, visando, sobretudo, a otimização dos alimentos para alimentar os soldados brasileiros. Trata-se de “um órgão de pesquisa científica, um centro coordenador de trabalhos experimentais sobre assuntos de alimentação, realizados em escala laboratorial, semi-industrial e industrial”<sup>34</sup>. Josué de Castro dirigiu o STAN desde sua fundação até 1944.

Um dos objetivos das pesquisas do STAN era criação de métodos de desidratação e enriquecimento nutricional dos alimentos. A desidratação visava facilitar a conservação e o transporte de alguns alimentos como a carne e o leite, amenizando o problema de

---

<sup>34</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, maio de 1944, vol. 1 nº 1, p. 75.

abastecimento, um grande obstáculo no país à época.<sup>35</sup> Algumas experiências de desidratação de alimentos chegaram a ser realizadas, a carne é uma delas. Embalados pelo incentivo dado pelo governo para pesquisas nesse caráter, os técnicos do STAN fizeram a experiência de desidratação da carne, o que, segundo a revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição* (ABN), permitiu a “obtenção de um produto desidratado com ótimas qualidades para o consumo”<sup>36</sup>. O otimismo com a carne desidratada não parou por aí. Segundo os ABN, tendo feita a desidratação em escala experimental, o plano era a produção industrial do novo produto. Além disso, a Seção de Gastrotécnica do STAN se encarregaria de estudar preparações com a carne desidratada. Já a Seção de Propaganda estava incumbida de “mostrar ao povo que consumindo este produto ele estará defendendo a sua saúde e ajudando a defender sua Pátria”<sup>37</sup>. No entanto, mal começavam os técnicos do Serviço a se organizar em seu plano e já tiveram que parar, pois o STAN não sobreviveu ao fim da guerra e a queda de Vargas e foi extinto em 1945.

## **1.2. - Josué de Castro: o intelectual da fome**

O maior expoente da nutrição no Brasil foi o médico Josué de Castro (1908-1973). Ele é especialmente importante para nossa investigação pois foi em torno dele que se formou um grupo de nutricionistas e nutrólogos comprometidos com temas como a alimentação escolar. Desse grupo, como veremos mais adiante, será formada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) que empreenderá a primeira ação de uma política nacional de alimentação, através da então Programa Nacional de Merenda Escolar.

O médico pernambucano Josué de Castro, se constituiu em um importante personagem que, em sua trajetória como intelectual, cientista e parlamentar, atuou na luta contra a fome. Sua atuação contribuiu para a institucionalização da nutrição no país e sua obra alcançou repercussão nacional e internacional. Além disso, figura como peça central na formação das políticas de alimentação, implementadas a partir do final dos anos de 1930.

---

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>37</sup> *Idem*.

A bibliografia<sup>38</sup> sobre do tema concorda ao considerar Josué de Castro como o líder intelectual e político do grupo de médicos da nutrição que, na década de 1930, atuou na defesa da implantação de políticas nacionais e reformas econômicas, sociais, políticas e agrícolas, que permitissem a melhoria da alimentação da população brasileira. Segundo Maria Letícia Galluzzi Bizzo, “de todo o conjunto de pensadores médicos da nutrição que protagonizou, na esfera brasileira, o ingresso e permanência do tema da alimentação no âmbito do debate científico e intelectual nacional, Josué de Castro é considerado o principal”<sup>39</sup>.

Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife, em 5 de novembro de 1908, no bairro de Madalena, região pobre próxima ao mangue. Aos quatro anos de idade, na ocasião da separação de seus pais, passou a morar com sua mãe, Josefa Carneiro de Castro, professora que dava aulas em casa e enfrentava dificuldades financeiras. Josué de Castro cresceu convivendo na rua com meninos pobres, com quem brincava descalço e tomava banho de rio.

Em 1923, aos quinze anos, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1929 concluiu o curso de medicina do Rio e retornou ao Recife, onde iniciou sua consagrada trajetória política e intelectual. Assim que chegou, montou uma clínica especializada em problemas da nutrição no centro da cidade. Posteriormente, se tornou um médico de referência na cidade, passando a atender uma clientela abastada em seu consultório.<sup>40</sup> Em 1932 foi aprovado no concurso de livre-docência da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, com a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*<sup>41</sup>. No ano seguinte realizou o primeiro inquérito feito no Brasil sobre as condições de vida da classe operária. Intitulado “*As condições de vida das classes operárias no Nordeste*”, o estudo abriu caminho para pesquisas nesse gênero e serviu como referência para a lei do salário mínimo, de 1938.

---

<sup>38</sup> L’ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. *Revista de Nutrição*, v. 1, n. 2, p. 87-138, 1988. VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002. COIMBRA. *op. cit.*

<sup>39</sup> BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2012. 399 f, p. 223.

<sup>40</sup> MELO, Marcelo Mario; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (org). *Josué de Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Perfis Parlamentares nº 52, 2007, p. 30.

<sup>41</sup> CASTRO, Josué. *O problema da alimentação no Brasil: seu estudo fisiológico*. Monografia de livre-docência em Fisiologia. Faculdade de Medicina, Recife, 1932.

Josué de Castro casou-se com Glauce Rego Pinto, em 1934, do casamento teve três filhos, Josué Fernando de Castro, Anna Maria de Castro e Sônia de Castro Durval. O casal mudou-se para o Rio de Janeiro em 1935. Castro passou a lecionar na Universidade do Distrito Federal, abriu uma clínica que atendia, inclusive, a família do presidente Getúlio Vargas e escreveu livros.

Castro atuou também na esfera política. Sua amizade com o presidente Getúlio Vargas, formada a partir de seu papel de médico da primeira-dama Darcy Vargas, muito contribuiu para isso. Assim, no final da década de 1930, começou a atuar nos espaços da tecnoburocracia estatal e nas organizações e entidades civis. Foi convidado, em 1939, a elaborar o plano para a fundação do Serviço Central de Alimentação, que, no ano seguinte, se transformou em Serviço de Alimentação da Previdência Social.<sup>42</sup> Josué de Castro permaneceu atuando nesses espaços por um longo tempo. Ainda em 1940 criou e dirigiu o Serviço Técnico de Alimentação entre 1942 e 1944. Em 1942 atuou na fundação da Sociedade Brasileira de Nutrição (SBN). Criou e dirigiu o periódico científico *Arquivos Brasileiros de Nutrição* em 1944 e participou da criação da Comissão Nacional de Alimentação em 1945.<sup>43</sup>

A atuação de Castro idealizando e fundando esses órgãos institucionais de política social de alimentação revela seu protagonismo na busca por especificidade e legitimidade para a nutrição, que emergia como novo campo científico.<sup>44</sup> No entanto, pode-se notar, observando sua carreira institucional, que ele possuía um caráter mais desbravador, criando órgãos e instituições, mas não permanecendo neles por muito tempo. Pode-se dizer que atuava abrindo os caminhos, preparando o campo para os que viriam após ele. Nas palavras de Coimbra, “era inquieto e não gostava de ‘esquentar cadeira’, preferindo sugerir uma ideia a executá-la”.<sup>45</sup>

Paralelo à sua atuação nas instituições estatais e civis, seguiu-se sua trajetória intelectual com a publicação de importantes obras. Em 1946 lançou sua obra de maior

---

<sup>42</sup>MELO. *op. cit.*, p. 31.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Pão ou Aço: conflitos e contradições no desenvolvimento econômico brasileiro na obra de Josué de Castro. In: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (org). *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015, p. 477.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 478.

<sup>45</sup>COIMBRA. *op. cit.*, p. 196.

repercussão, *Geografia da Fome*, pela qual recebeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras. Nos anos de 1950, publicou os livros *Geopolítica da fome; A cidade do Recife – ensaio de geografia humana* (1956); *o livro negro da fome* (1957); *Ensaio de geografia humana* (1957) e *Ensaio de biologia social* (1957).

Entre os anos de 1940 e 1950, Josué de Castro destacou-se no cenário internacional. Em 1948 foi representante do Brasil na I Conferência Latino-Americana da *Food and Agriculture Organization* (FAO), realizada em Montevideu. Presidiu, em 1950, a II Conferência Latino-Americana da *Food and Agriculture Organization*, no Rio de Janeiro. Em 1951, foi eleito presidente do Conselho Executivo da FAO e permaneceu no cargo entre 1952 a 1956.<sup>46</sup> Em 1953, participou da III Conferência Latino-Americana da FAO, realizada em Caracas, na Venezuela. Em 1957, juntamente com Abbé Pierre e Padre Joseph Lebret, fundou a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam), com sede em Paris.<sup>47</sup>

Na década de 1950, lançou-se na carreira política, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual atuou como parlamentar entre 1955 e 1962. Candidatou-se, em 1950, a deputado federal por Pernambuco, porém, com os votos obtidos alcançou apenas a sexta suplência. Em 1954, foi eleito deputado federal pelo mesmo estado, conquistando 14.076 votos. Reelegeu-se no cargo em 1958, tendo sido o mais votado do estado, com 36.656 votos.<sup>48</sup>

No entanto, os anos de 1960 reservavam-lhe tempos difíceis. Em 1962, Josué de Castro foi designado pelo então presidente da República João Goulart para o cargo de embaixador-chefe da delegação do Brasil junto à ONU. Quando partiu do Brasil rumo à Genebra, viveu um dos maiores dramas de sua vida. O avião que estava com sua família caiu na Baía de Guanabara, logo após decolar do aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro. O acidente provocou a morte de seu neto de apenas dois meses de idade.<sup>49</sup> Dois anos depois, um golpe civil-militar retirou o presidente da República João Goulart do poder e mudou os rumos do país. Josué de Castro foi destituído do cargo de embaixador do Brasil em Genebra e teve seus direitos políticos cassados. Impedido de voltar para ao país, exilou-se em Paris. No exílio

---

<sup>46</sup> Para a atuação de Josué de Castro na FAO ver: BIZZO. *op. cit.*

<sup>47</sup> VASCONCELOS. *op.cit.*, p. 481-482.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 481.

<sup>49</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1962.

publicou a obra *Sete palmos de terra e um caixão: ensaios sobre o Nordeste, uma área explosiva*, de 1965. Além dessa importante obra, lançou, nesse período, o livro *Homens e caranguejos* (1964). Em Paris, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento; participou do movimento intelectual europeu em defesa dos povos do Terceiro Mundo; realizou conferências em vários países da América, Europa, Ásia e África; organizou simpósios e congressos internacionais; foi professor associado de geografia humana na Universidade de Paris-Vincennes e presidiu a Associação Médica Internacional de Estudos das Condições de Vida e Saúde<sup>50</sup>. Josué de Castro morreu no exílio aos 65 anos de idade, no dia 24 de setembro de 1973. Seu corpo foi sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

### **1.3. - A doença dessa gente é fome: Josué de Castro e as condições de vida dos operários no Nordeste**

Josué de Castro, ainda recém-formado, foi trabalhar em uma fábrica em Recife e ali teve contato com a dura realidade dos operários e suas condições de subalimentação. Fato que lhe chamou atenção para a raiz e extensão do problema da fome. Sobre sua experiência na fábrica, disse ele em entrevista a Pedro Bloch:

comecei também a trabalhar num grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: ‘sei o que meus clientes têm. Mas, não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. **A doença dessa gente é fome**’. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal.<sup>51</sup> [grifo meu]

A partir dessa experiência, Josué de Castro realizou, em 1932, na cidade de Recife, um inquérito alimentar sobre as condições de vida dos operários na região. Alguns autores<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> LINHARES, M.Y. L. “Biografia”. Em: CASTRO, Josué. *Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984, p. 320.

<sup>51</sup> Pedro Bloch entrevista Josué de Castro. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, n. 625, p. 12, abril 1964.

<sup>52</sup> L’ABBATE. *op. cit.* VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002. COIMBRA. *op. cit.*

afirmam a influência do médico nutrólogo argentino Pedro Escudero<sup>53</sup> na pesquisa, de quem Josué de Castro fora estagiário no Instituto Nacional de Nutrição e que havia realizado um inquérito alimentar em Buenos Aires nos anos de 1930. Na ocasião da pesquisa, Castro já havia retornado da Argentina e era chefe do Serviço de Saúde da Polícia Militar de Recife, cargo para qual foi contratado pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti<sup>54</sup>.

Baseado no método de estimativa de consumo ou orçamento alimentar, o inquérito foi feito com quinhentas famílias, num total de 2.585 pessoas, de três bairros operários: Torre, Encruzilhada e Santo Amaro. A pesquisa é considerada o primeiro inquérito dietético do país e seus resultados tiveram ampla divulgação nacional e provocou a realização de estudos similares, até mesmo do que serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo e da formação da ração essencial mínima, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938.<sup>55</sup>

Buscou-se na pesquisa indagar as condições de vida dos operários habitantes das áreas urbanas. Foram apurados o salário médio desses trabalhadores, a distribuição proporcional de seus gastos e os gastos com alimentação, especificando os alimentos mais consumidos. O método utilizado buscou associar os valores médios de salários com o que se podia consumir com esse valor, assim se mensurando o custo de vida daquela população. O operário entrevistado respondia a um questionário que inquiria sobre sua profissão, estado civil, endereço, quantidade de pessoas na casa sob sua responsabilidade, renda mensal e as despesas obrigatórias. Dessas, inclui-se alimentação, habitação e vestuário. A alimentação foi um item destacado, o qual se perguntou sobre o consumo diário de alguns gêneros como carne, leite, feijão, farinha, frutas e verduras.

A primeira conclusão do inquérito foi a de que o trabalhador da cidade de Recife tinha um custo para manter a família, composta por cinco pessoas em média, superior ao seu

---

<sup>53</sup> Pedro Escudero é considerado o “pai da Nutrição” na América Latina. Foi o criador dos primeiros cursos de nutrólogos e nutricionistas e o responsável pela formação dos primeiros profissionais dessas especialidades no continente. Alguns autores, como os acima citados, sustentam que os profissionais formados na “escola” de Escudero pertenciam a “vertente social” da nutrição, em contraposição à “vertente científica”, dos profissionais norte-americanos. Embora Josué de Castro não tenha se formado em nenhum dos dois lugares, por sua identificação com Escudero, ele foi situado na “perspectiva social” da nutrição.

<sup>54</sup> MELO, Marcelo Mario; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (org). *op.cit.*, p. 30.

<sup>55</sup> BARRETO, João de B.; CASTRO, Josué de; CASTRO, Almir de. Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. 52, n. 4, p. 263-284, 1938.

salário. O déficit provocado por essa equação impossibilitava esse operário melhorar sua condição social. Notou-se que, em média, 71% da renda era gasta em alimentação um percentual alto se comparado ao de 52,7% estabelecido nos Estados Unidos e 52,7% indicado para um trabalhador argentino<sup>56</sup>. Demonstrando, assim, que os salários dos operários de Recife estavam muito aquém do custo de vida.

Outro apontamento da pesquisa foi a constatação de que os alimentos mais consumidos pelos operários e suas famílias eram: feijão, farinha, charque, café, açúcar e pão. Cerca de 84% das famílias consumiam açúcar e os demais gêneros eram consumidos por cerca de 100% dos entrevistados. Revelando assim uma alimentação monótona e bem distante do que os nutrólogos começavam a apontar como ideal. A preferência de consumo desses alimentos se explicava, segundo Josué de Castro, pelo baixo custo deles, em relação aos demais. Era o que o salário daqueles operários podia pagar. Explicação que ignora os hábitos e preferências alimentares, ambos vistos pelos profissionais de nutrição da época como um entrave à “boa” alimentação.

Mais crítica ainda, na visão de Josué de Castro, foi a revelação do baixo consumo de leite, frutas e legumes, alimentos considerados como “protetores” da saúde. Apenas 19% das famílias consumiam leite e em quantidades mínimas – um copo por dia. O dado era ainda mais alarmante pelo fato de que entre quinhentas famílias entrevistadas haviam 976 crianças<sup>57</sup>. Mais baixo ainda era o consumo de frutas e verduras, 15 e 18% respectivamente. Uma grave evidencia de que “80% da população operária não consome nem leite nem frutas, nem verduras e os 20% restantes consomem essas substâncias em quantidades irrisórias”<sup>58</sup>.

O inquérito revelou ainda que o consumo calórico médio era de 1.646 calorias, muito aquém do valor estabelecido em 3.000 calorias para suprir as necessidades básicas de um operário adulto sadio. Em termos qualitativos, esse consumo estaria ainda mais distante do ideal esperado por ser um regime composto por quantidades insuficientes de albuminas, vitaminas e sais minerais, como cálcio e ferro. Castro denunciou no inquérito a desarmonia do

---

<sup>56</sup> CASTRO, Josué. As condições de vida da população operária do Recife. Em: VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Pão ou Açúcar: conflitos e contradições no desenvolvimento econômico brasileiro na obra de Josué de Castro. In: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (org). *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015, p. 495.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 496.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 497.



regime alimentar dos operários, que consumiam os alimentos “calóricos” em maior quantidade, ao passo que o consumo dos alimentos “protetores” era mínimo. Conclui, portanto, com a seguinte afirmação:

diante desta exposição fica evidenciada a péssima qualidade da alimentação operária, sendo seu regime impróprio em todos os aspectos, só há uma maneira de alimentar-se pior que esta: é não comer nada. É por isso que esta gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome. Infelizmente a fome não se deixa enganar.<sup>59</sup>

Josué de Castro encerra o inquérito com dados sobre a mortalidade em Recife, onde o coeficiente de mortalidade era de 27,9 a cada mil habitantes, valor superior a cidades como Rio de Janeiro e Nova York, com 18,8 e 17,1 respectivamente. Já a mortalidade infantil em Recife era ainda mais alarmante. Cerca de 259 a cada mil crianças morriam antes de completar o primeiro ano. Para Castro, o fator primário da mortalidade era o estado de pobreza que condicionava à fome coletiva. Segundo o autor:

Muito mais terrível do que um surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas, que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade.<sup>60</sup>

E foi assim que Josué de Castro concluiu o inquérito: chamando a atenção para o problema da fome entre as classes operárias. E, ao demonstrar piedade, propôs a urgente organização de um plano de combate à má alimentação. E o socorro não tardou. Como vimos, em fins de 1939, inicia-se, no país, uma política de melhoria das condições de alimentação da classe trabalhadora que tem como seus principais marcos a fixação do salário e a criação do SAPS.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 499.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

#### 1.4. - A voz dos nutricionistas e nutrólogos: os Arquivos Brasileiros de Nutrição

Como dito, no bojo das ideias de Josué de Castro, se formou um grupo de intelectuais responsável pela consolidação da nutrição como saber e pela formulação de propostas para melhorar a alimentação da população brasileira. A principal porta voz desse grupo foi a revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, que surgiu em 1944 e teve Josué de Castro como seu grande idealizador.

Trata-se de um importante periódico que foi criado para divulgar os novos conhecimentos produzidos pela área de nutrição. A revista, segundo o editorial de seu primeiro volume, foi a primeira publicação periódica em língua portuguesa especializada em Nutrição<sup>61</sup>. Sua publicação teve início em maio de 1944, no contexto do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial e encerrou-se em dezembro de 1968, durante a ditadura militar no Brasil.

A revista surgiu a partir de um convênio estabelecido entre o STAN e a *Nutrition Foundation* de Nova York, órgão norte-americano responsável pela publicação da conceituada revista *Nutrition Reviews*. Dessa união foi firmado um acordo que concedia os direitos de divulgar em português, na revista brasileira, os artigos publicados na *Nutrition Reviews*.<sup>62</sup> Os objetivos da publicação eram: “contribuir com a difusão de conhecimentos seguros da ciência da nutrição para formação deste corpo de nutricionistas, especializados em quaisquer dos diferentes setores da matéria” e “dar um conhecimento mais amplo dos resultados dos trabalhos e dos estudos realizados no Brasil no campo da Nutrição”.<sup>63</sup> Isso se faria através de artigos publicados. Neles estavam expostos os resultados científicos mais expressivos, do Brasil e de outros países.

A publicação da revista, que pretendia ser mensal, foi interrompida três meses depois de sua criação, após a edição do quarto número de seu primeiro volume. O motivo foi a extinção do STAN e da Coordenação de Mobilização Econômica, decorrente do fim da Segunda Guerra e da saída de Vargas do poder. Mas, para felicidade dos editores, dois anos depois, em novembro de 1946, os Arquivos Brasileiros de Nutrição voltaram a ser publicados,

---

<sup>61</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, maio de 1944, vol. 1, nº 1, p. 5.

<sup>62</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2):303-316, abr-jun, 1999, p.304.

<sup>63</sup> *Ibidem.*

sob a responsabilidade do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB), atual Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).<sup>64</sup>

A revista se subdividia em oito seções que, com exceção dos três últimos números, mantiveram-se sem alterações desde o primeiro volume do periódico. A primeira seção, denominada *Grandes Vultos da Nutrologia*, prestava homenagem, com uma foto e uma breve biografia, a alguns nomes da nutrição no Brasil e no mundo. Como ocorreu no terceiro número da revista em 1944, quando homenageou o nutrólogo argentino Pedro Escudero, na qual fora exaltado o “sentido precursor de suas ideias e conceitos pelo aspecto social e humano de que se revestem”<sup>65</sup>. A segunda seção era o *Editorial* no qual os dirigentes da revista dissertavam sobre os mais diversos temas. Nos *Artigos Originais*, terceira seção da revista, eram publicados trabalhos de nutrólogos brasileiros. A seção *Recentes Aquisições da Nutrologia*, quase sempre a mais longa da revista, era composta por resenhas dos artigos publicados na *Nutrition Reviews*. A quinta seção era a *Resenha Nacional de Nutrição*, formada por resenhas de artigos e demais publicações editadas no Brasil. Em seguida, vinha a seção chamada *Transcrições*, na qual se publicava artigos propagados anteriormente em outros periódicos. Em *Cursos e Conferências* eram divulgados resumos, informações, agendas de eventos científicos, bem como os currículos de alguns desses eventos. Na oitava e última seção, chamada de *Notas e Informações*, era feita uma miscelânea de temas relacionados à nutrição.<sup>66</sup>

Nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* foram publicados artigos das duas principais vertentes da Nutrição: a que defendia a perspectiva social da disciplina e a vertente biológica da nutrição. A perspectiva biológica superou a social no volume de artigos publicados na revista, dos 209 “Artigos Originais”, foram 134 contra 75.<sup>67</sup>

A revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição* representou um espaço de desenvolvimento e divulgação dos estudos na área de Nutrição. Para a busca de indícios sobre a educação alimentar, as seções mais importantes do periódico são os *Editoriais* e, principalmente, os *Artigos Originais*, sobretudo os que estão inseridos na perspectiva social. Estes são subdivididos nos seguintes campos temáticos: *Avaliação Nutricional de Populações*

---

<sup>64</sup> *Idem*. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2):303-316, abr-jun, 1999, p.304.

<sup>65</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, julho de 1944, tomo 1, nº 3, p. 2.

<sup>66</sup> VASCONCELOS. *op. cit.*, p. 305.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 301,311.

que pode ser entendida “como o uso de métodos antropométricos, clínicos, laboratoriais, dietéticos, demográficos e socioeconômicos para a realização de diagnósticos nutricionais de comunidades”<sup>68</sup>; *Política e Planejamento em Alimentação e Nutrição*; *Epidemiologia Nutricional* entendida como “o estudo das doenças nutricionais em uma determinada população”; *Educação Nutricional e Determinantes do Estado Nutricional de Populações*.<sup>69</sup>

Sobre o perfil dos autores dos artigos, Vasconcelos descreve da seguinte forma: “homem, médico-nutrólogo, inserido na perspectiva biológica da nutrição”, vinculado ao Inub e residindo na cidade do Rio de Janeiro, “características que, apesar da incorporação de novos elementos, permanecem hegemônicas ao longo da trajetória da revista”.<sup>70</sup> Ainda segundo o autor, essas características se justificam tanto pelo papel desempenhado pela cidade do Rio de Janeiro, então capital federal: “centro político-intelectual; centro concentrador de três das seis escolas de nutrição existentes até então no País e sede das principais agências estatais da política de alimentação e nutrição” quanto pelo “papel desempenhado pelo grupo de médicos nutrólogos do Inub naquele período da trajetória de consolidação do campo da nutrição no Brasil”.<sup>71</sup>

Na sequência desse capítulo, pretendo analisar as principais ideias dos profissionais da nutrição, ligados a revista Arquivos Brasileiros de Nutrição, sobre o problema da alimentação no Brasil. Serão abordadas a identificação das causas/razões da fome e “má” alimentação e as propostas para a solução, dando especial atenção à proposta de criação de um projeto de educação alimentar para os brasileiros. Embora os nutrólogos identificassem diversas razões para o problema alimentar no país, seus esforços eram no sentido enfatizar a necessidade de ensinar a população e combater “velhos hábitos” alimentares através do que chamavam de educação alimentar.

Considerando a importância desse grupo de intelectuais para o tema da alimentação escolar, torna-se relevante analisarmos suas principais formulações e propostas no que tange à questão da alimentação no Brasil.

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 311, 312.

<sup>69</sup> *Ibidem*.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 308.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

Entre artigos e editoriais publicados nos ABN, cerca de quinze<sup>72</sup> foram utilizados para esta análise. Os textos situam-se, basicamente, entre meados da década de 1940 ao fim da década de 1950, todos eles integrantes da perspectiva social da nutrição. A escolha desses textos se justifica, principalmente, por tentarem explicar o problema alimentar brasileiro e apresentarem soluções. No entanto, a fim de que o exame não se tornasse repetitivo, optei por concentrar as apreciações deste capítulo em dois artigos mais densos e extensos e um editorial, uma vez que esses se tornam exemplares das ideias partilhadas nos demais. São eles: “O papel dos restaurantes populares na educação alimentar”, artigo resultante do trabalho de conclusão de curso apresentado por Carlos Martins Seixas à cadeira de higiene e educação alimentar do curso de nutrólogos do Inub<sup>73</sup>, “O problema da Educação Alimentar no Brasil”, artigo de Walter J. Santos, nutrólogo do Inub<sup>74</sup> e “A Situação Alimentar Brasileira”, editorial de dezembro de 1947<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Editorial – O Serviço Técnico de Alimentação Nacional e os Arquivos Brasileiros de Nutrição (Josué de Castro). Maio 1944, v. 1, nº 1.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Editorial. Josué de Castro. Maio 1944, v. 1, nº 1, pp 3-6.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Serviço Técnico de Alimentação Nacional: Organização e Finalidades. Maio 1944, v. 1, nº 1, pp 73, 74.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Sobre o STAN. Maio 1944, v. 1, nº 1, pp 75-77.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Curso de Nutrição. Fevereiro 1947, tomo 3, nº 2, pp 72-75.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Editorial – Educação Alimentar. Abril 1947, tomo 3, nº 4, pp 3-5.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. O problema da alimentação no Brasil. Agosto 1947, tomo 4, nº 2, pp 67-72.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Editorial – A situação alimentar brasileira. Dezembro 1947, tomo 4, nº 6, pp 3-6.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Editorial – Alguns aspectos da Educação Alimentar merecedores de atenção. Setembro/outubro 1950, tomo 7, nº 5, pp 299-300.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. O papel dos restaurantes populares na educação alimentar. Setembro/outubro 1950, tomo 7, nº 5, pp 365-372.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. A profissão de dietista. Março/abril 1951, tomo 8, nº 2, pp. 95-97.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. O problema da educação alimentar no Brasil. Setembro/outubro 1951, tomo 8, nº 5, pp. 365-413.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Saúde e alimentação. Julho/dezembro 1958, v. 14, nº 2, pp 153-161.

*Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Tabus e hábitos alimentares. Janeiro/Junho 1961, v. 17, nº 1.

<sup>73</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. “O papel dos restaurantes populares na educação alimentar”. Trabalho apresentado por Carlos Martins Seixas à cadeira de higiene e educação alimentar do curso de nutrólogos do INUB.. Setembro/Outubro 1950, tomo 7, nº 5, pp 365-372.

<sup>74</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. “O problema da Educação Alimentar no Brasil”. Walter J. Santos – Nutrólogo do INUB. Setembro/Outubro 1951, tomo 7, nº 5, pp 365-413.

<sup>75</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. “A Situação Alimentar Brasileira”. Editorial.. Dezembro 1947, tomo 4, nº 6, pp 3-6.

Walter Santos era oficial médico do exército e nutrólogo. Escreveu três artigos para a revista, todos inseridos na perspectiva social da nutrição.<sup>76</sup> Santos se especializou em nutrologia após a Segunda Guerra Mundial, quando atuara como oficial médico. Se formou no Inub em 1950 e rapidamente se tornou o principal discípulo de Josué de Castro.<sup>77</sup> Walter Santos foi, nas palavras de Coimbra, “a presença individual mais marcante de todos os primeiros dez anos de vida do programa alimentar escolar brasileiro”<sup>78</sup>, sobre seu protagonismo na Campanha Nacional de Merenda Escolar veremos no capítulo final deste trabalho.

### 1.5. - Alimentação no Brasil: diagnosticando um problema

Para os que escreviam nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* (ABN), o problema da alimentação no Brasil era explicado, entre outros fatores, por duas razões principais: ignorância e miséria. Carlos Martins Seixas propôs que as questões relativas à miséria ficassem a cargo de profissionais como os economistas e administradores e o problema da “ignorância” da população fosse resolvido pelos nutrólogos, que teriam o papel de educar as massas.<sup>79</sup>

O argumento central dos profissionais que escreviam nos ABN era o de que a população não sabia escolher os alimentos considerados por eles como corretos e, como não tinham informação sobre a maneira “correta” de alimentar, necessitavam de orientação. O centro da questão estaria relacionado à escolha entre uma parte da população por alimentos como os cereais, devido o seu baixo custo. Seixas era um dos que compartilhavam desta ideia e se baseou num estudo norte-americano de 1931<sup>80</sup> que teria demonstrado que o consumo de cereais aumentava à medida que o salário diminuía.<sup>81</sup> Baseados, então, em pesquisas e

---

<sup>76</sup> VASCONCELOS, *op. cit.* p. 309.

<sup>77</sup> COIMBRA, *op. cit.* p. 225.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 420.

<sup>79</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro 1950, tomo 7, nº 5, pp 365-372.

<sup>80</sup> Embora na fonte o autor não dê as referências bibliográficas sobre o estudo, creio se tratar de Henry C. Sherman, químico especializado em alimentação e nutrição e professor da Universidade de Columbia, em Nova York. Sherman foi chefe do *Bureau of Human Nutrition of the U.S. Department of Agriculture* dos Estados Unidos entre 1943 e 1944, presidente do *American Institute of Nutrition* entre os anos de 1931 a 1933 e entre 1939 a 1940 e da *American Society of Biological Chemists* em 1925. Em 1934, Sherman recebeu a Medalha da *American Chemical Society*. [http://www.asbmb.org/uploadedfiles/aboutus/asbmb\\_history/past\\_presidents/1920s/1925Sherman.html](http://www.asbmb.org/uploadedfiles/aboutus/asbmb_history/past_presidents/1920s/1925Sherman.html). Acesso em 19 de janeiro de 2016.

<sup>81</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro 1950, tomo 7, nº 5, p. 365.

inquéritos alimentares, realizados, sobretudo no INUB e no SAPS, os nutrólogos constataram que a alimentação básica do brasileiro era composta de arroz, feijão e raízes. Esses alimentos, chamados de *hidrocarbonados* e de *alimentos calóricos*, eram considerados os grandes vilões da “boa alimentação” porque possuíam baixo valor nutricional, eram consumidos em excesso e geralmente substituíam verduras, legumes e frutas.

No entanto, o consumo excessivo de carboidratos e a “má escolha” dos alimentos não ocorriam apenas entre a população mais pobre. De acordo com nutrólogos, as “classes mais abastadas”, embora se alimentassem um pouco melhor que os mais pobres, também cometiam “graves erros” em sua alimentação. Carlos Martins Seixas constatou que o brasileiro de classe média também comia mal, com excesso de doces e gorduras.

Não bebe leite, não come proteínas animais, não ingere vegetais folhosos. Apesar da fartura, não se nutre perfeitamente. Não abusa do arroz e da farinha, mas cai nos excessos dos condimentos, das conservas, pratos enxundiosos [sic], abusa das proteínas, das gorduras, trocando frutos por doces e as saladas por pastelarias finas. Nessas classes abastadas há ‘superalimentação’, não ‘boa alimentação’.<sup>82</sup>

Seixas cita Héllion Póvoa e seu livro *Fronteiras da Medicina* (publicado em 1939):

“dois terços de nossa população estão subnutridos e o terço restante, parte se alimenta adequada e razoavelmente e a outra – constituída pelas classes abastadas, adoece de fartura, comendo exageradamente”.<sup>83</sup>

De um lado a pobreza justificando o consumo de carboidratos em grande quantidade devido ao baixo custo desses alimentos em relação aos demais. Do outro, a riqueza permitindo o acesso a alimentos mais sofisticados e caros, mas que também, segundo aqueles nutrólogos, prejudicavam a saúde. Pobres comiam pouco e mal. Por isso sofriam com a má alimentação. Ricos comiam em excesso e também comiam mal, sofrendo as consequências da má alimentação. Já o editorial do quarto volume de abril de 1947 afirmava:

---

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 366.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

Em verdade, se nas atuais condições de vida em países como o nosso, comer bem é privilégio de uma pouca minoria, não é menos certo que **saber comer** nunca foi virtude que distinguisse nossa gente. Porque, ainda em época de situação econômica menos sombria, alimentavam-se mal até mesmo aqueles que dispunham de recursos para se nutrir convenientemente.<sup>84</sup> [grifo meu]

Desse modo, a fome e desnutrição eram consideradas como resultado de um modo de organização do sistema econômico de produção baseado na monocultura. Esse sistema, limitando o acesso aos alimentos, formava hábitos “defeituosos” na população desde os tempos coloniais.

Um editorial da revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição* publicou, no número 3 do ano de 1947, alguns apontamentos do relatório do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) sobre o problema da alimentação do Brasil. Tal documento também apontava a monocultura, largamente aplicada em diversas regiões do país, como umas das causas para problema alimentar no Brasil. Vejamos:

Na etiologia das nossas subalimentação e subnutrição são destacados **fatores de ordem histórica e cultural**, entre os quais ressaltam o **regime latifundiário**, comum a toda America Latina, que, ultrapassando o século XIX, ainda perdura em quase todo o país; **a ausência de educação do povo** e **a política quase exclusiva de produção colonial**, relegando a um plano secundário as culturas de subsistências, as rendas públicas com base na crescente taxaço dos elementos essenciais.<sup>85</sup> [grifos meus]

No mesmo ano, foi publicado o editorial de dezembro de 1947 dos ABN que nos parece concordar com tal tese e reforça o argumento dos nutrólogos da época:

desde que nos estruturamos como unidade colonial do império português, outra coisa não temos feito senão produzir matérias primas e gêneros de vantajosa colocação no mercado externo. Essa preocupação de produzir para aproveitar as conjunturas do comercio exterior de tal maneira absorveu o esforço de trabalho nacional que o dever

---

<sup>84</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Abril 1947, tomo 3 nº 4 p. 3.

<sup>85</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro, 1947, tomo 4, nº 3, p 4.



precípua de produzir alimentos para atender às necessidades da população do país foi inteiramente esquecido pelos que orientavam nossa produção.<sup>86</sup>

Há, de certa forma, um exagero do texto ao afirmar que a produção dos gêneros de subsistência foi “esquecida”. Mas não se pode negar que a monocultura, largamente aplicada no Brasil, durante muito tempo, consistiu em problema para a alimentação da população, uma vez que privilegiou os espaços, técnicas, mão de obra, entre outros, para o cultivo de poucos alimentos.

De acordo com Lima, os profissionais da nutrição, sobretudo na década de 1940, constando que as classes pobres sofriam de fome – subalimentação quantitativa – e as classes ricas também se alimentavam mal – subalimentação qualitativa – afirmou-se a ignorância como categoria justificativa para a educação alimentar. Todos, ricos e pobres, devido sua ignorância deveriam ser educados através dos preceitos da alimentação racional.<sup>87</sup>

Portanto, embora reconhecessem a miséria como uma grande barreira para a melhoria da alimentação da população, os nutrólogos entendiam que vencer apenas a pobreza não era a solução para o problema. Era imperativo combater antigos hábitos – resultantes de fatores históricos e econômicos – e formar uma nova “consciência alimentar” na população. Para tanto, era necessário “educar” a população para transformar os hábitos alimentares e a escolha dos alimentos que iam às mesas. O caminho para a solução do “problema alimentar” do Brasil passava por práticas pedagógicas que ensinassem aos brasileiros como se alimentar.

## **1.6. - Muito mais do que o se põe no prato**

Não restavam dúvidas para os nutrólogos dos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* de que a miséria, a pobreza e os hábitos alimentares eram grandes obstáculos à alimentação recomendada a partir dos padrões científicos da época. Porém, estes não eram os únicos responsáveis pelos problemas nutricionais da população brasileira.

Walter J. Santos – nutrólogo do Inub – discute em seu artigo, publicado na revista em 1951, o problema da educação alimentar no Brasil. Ele resume da seguinte forma a questão:

---

<sup>86</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Dezembro, 1947, tomo 4, n° 6, p 3.

<sup>87</sup> LIMA. *op. cit.*

não é somente a questão da formação dos hábitos alimentares que justifica a imposição de métodos educacionais em nosso país. É também a complexidade do seu problema alimentar, agravado por sua **extensão geográfica, dispersão da sua população, a variedade de seus quadros naturais, o desajustamento econômico de suas áreas de produção**, a enormidade da **ignorância pública, o abandono histórico de suas zonas rurais, a deficiência de sua produção alimentar, a desorganização de seu sistema de transporte**, a super-organização de uma **rede de aproveitadores** gananciosos e a nosso ver, sobrepujando tudo isso, o **conformismo apático e o agnosticismo derrotista de grande massa da população** diante da grande tragédia nacional.<sup>88</sup>  
[grifos meus]

Embora o objetivo principal dos nutrólogos fosse criar uma proposta de educação alimentar que influenciasse a população brasileira e criasse novos hábitos alimentares, havia entre eles a dimensão da complexidade do problema alimentar no país. Mais do que educar e transformar hábitos, eram necessárias ações mais profundas no intuito de resolver ou amenizar problemas estruturais.

A desigualdade entre cidade e campo era um dos problemas apontados pelos nutrólogos. Mais intensamente durante as décadas de 1930 e 1940, foram criadas ações mais contínuas para melhorar a alimentação da população, sobretudo da classe trabalhadora. Como citamos, o Serviço de Alimentação da Previdência Social é o maior símbolo dessas ações. Contudo, estas e diversas outras políticas sociais não alcançavam as zonas rurais.

Uma questão que preocupava os profissionais da nutrição era a ocupação de grandes extensões das terras com a monocultura, atendendo aos interesses de grandes empresas. Desse modo, educar as massas rurais seria um grande desafio uma vez que os trabalhadores rurais careciam de assistência, grande porção das terras eram utilizadas para a cultura de um único gênero e o precário sistema de transporte dificultava o escoamento dos gêneros cultivados pelos pequenos produtores rurais e também da chegada – em algumas regiões – para esses produtores de importantes alimentos como a carne e o leite.

O editorial de dezembro de 1947 chegou a propor como solução para o problema alimentar brasileiro a mudança de direção da nossa economia, que deveria concentrar sua

---

<sup>88</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/Outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p 398.

produção para abastecer a população nacional, deixando as exportações em segundo plano. Assim, afirmou:

é imprescindível que orientemos a nossa produção para o consumo e não para o mercado, como tem sido sempre a nossa direção. Produzir para o consumo significa produzir, antes de tudo, para atender necessidades, ao passo que produzir para o mercado significa produzir para especular oportunidades.<sup>89</sup>

Mas a proposta encontrava muitos entraves econômicos e políticos. Entre o final da década de 1940 e início dos anos de 1950, a indústria já representava o grande “carro-chefe” da economia brasileira. Porém, o setor agrário-exportador se mantinha forte uma vez que era ele que trazia as divisas para o país que, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek, eram fundamentais para o programa de desenvolvimento industrial. Também importante para a economia era a agricultura voltada para o mercado nacional, que abastecia as cidades, cada vez mais industrializadas.<sup>90</sup> De todo modo, a intenção aqui não é julgar a viabilidade da proposta dos nutrólogos, mas identificar alguns dos empecilhos a suas propostas.

Outro obstáculo que se impunha para a “boa” alimentação era o sistema de transportes. A precariedade da malha ferroviária e viária no Brasil dificultava a chegada de alguns gêneros, principalmente os perecíveis como carne, verduras e leite, a regiões mais distantes e que careciam de alguns desses alimentos. Embora a melhoria do sistema de transportes brasileiros fosse uma das metas do Plano SALTE, o programa quinquenal de melhorias na saúde, alimentação, transportes e energia, idealizado pelo governo Eurico Gaspar Dutra entre os anos de 1946 e 1950, pouco avançou nesse sentido. Efetivamente as duas principais obras que resultaram do ambicioso plano foram a conclusão da rodovia Rio-Bahia e da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

---

<sup>89</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Dezembro 1947, tomo 4 n° 6, p. 4.

<sup>90</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. Em: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 178.

Reconhecendo quão delicado era o problema alimentar nas zonas rurais, Walter Santos escreveu:

É difícil, portanto, a educação alimentar nas zonas rurais, mesmo porque os objetivos que a devem anteceder não se conseguem apenas pela palavra persuasiva. Eles só se alcançam mercê de assistência técnica permanente, auxílio econômico, leis de proteção ao trabalho, organização nos transportes e na distribuição dos alimentos, etc.<sup>91</sup>

Embora reconhecessem que as raízes do problema alimentar no Brasil fossem muito mais profundas e envolvessem razões históricas, os nutrólogos concentravam seus esforços para formular um projeto de educação alimentar. Corrigir os problemas estruturais do país, obviamente, fugia a sua alçada e, portanto, agiam no sentido de combater “velhos hábitos” alimentares e criar uma nova “consciência alimentar” na população. Não que este fosse um trabalho mais simples, mas era este seu campo de atuação. Nesse sentido, diversos artigos nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* e trabalhos de conclusão de cursos no INUB foram escritos ressaltando a importância da educação alimentar e propondo definições e objetivos para a mesma. Sintetizando o problema, disse Carlos Martins Seixas em seu artigo: “somos, em matéria de alimentação, atrasados, ignorantes e sobretudo pobres e mal orientados. Esta ignorância só tem um remédio – a educação alimentar”.<sup>92</sup>

### **1.7. - Ensinar a escolher**

Em que pese os obstáculos estruturais à “boa” alimentação, citados acima, a principal causa para a “má” alimentação, segundo os nutrólogos, seria a “ignorância” da população. Presos em antigos tabus e hábitos alimentares, os brasileiros, sobretudo os mais pobres, faziam escolhas equivocadas dos alimentos e se alimentavam mal, muito mal, segundo aqueles profissionais. Resolver os problemas estruturais que dificultavam uma alimentação racional era muito difícil e fora do escopo da ação profissional da nutrição. Sendo assim, a

---

<sup>91</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Dezembro 1947, tomo 4 n° 6, p. 4.

<sup>92</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro 1950, tomo 7, n° 5, p. 366.

solução viria, segundo os nutrólogos, pela pedagogia alimentar. Educar a população, ricos e pobres, era condição primordial para transformar a realidade alimentar do Brasil.

A educação alimentar consistiria em adaptar – e até extinguir – alguns dos antigos hábitos de alimentação, adquiridos durante gerações, aos novos conceitos propostos pela Nutrição. Dessa forma, foram publicados na revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição* editoriais e artigos sobre educação alimentar, seus objetivos e propostas para sua implementação e sugestões para transformar a realidade alimentar da população brasileira. As propostas eram em geral muito claras, com exemplos de medidas práticas que alcançariam diversos setores da população, como trabalhadores, donas de casa e crianças.

Nesse sentido, os Estados Unidos eram o grande exemplo a ser seguido e foi citado por diversos autores como o país que mais investia em educação alimentar e como exemplar no que tange à alimentação. Alguns nutrólogos citaram os resultados do programa de educação alimentar naquele país. Walter Santos, por exemplo, afirmou em seu artigo ser “principalmente nos Estados Unidos da América do Norte, que mais ênfase tem se dispensado aos estudos e programas sobre Educação Alimentar”.<sup>93</sup> Uma nota publicada nos ABN destacava a estreita relação de cooperação entre nossos técnicos de alimentação e os norte-americanos: “é de justiça destacar, o grande auxílio dado pelos técnicos da cooperação norte-americana que têm trabalhado conosco no mesmo setor e cuja experiência e boa vontade têm ajudado muito a solução de vários problemas”.<sup>94</sup>

Algumas peças publicitárias, frases de efeito e cartazes norte-americanos foram traduzidos para o português e utilizados na campanha brasileira, conforme destacou Santos: “é bem conhecido um cartaz colorido, com um desenho em forma de círculo dividido em vários setores versando sobre os alimentos básicos. Esse cartaz, de origem norte americana tem sido traduzido e adaptado em outros países.”<sup>95</sup> Não foi possível definir ao certo onde esse cartaz circulou, possivelmente no SAPS que era o local de experimentação das políticas de educação alimentar, já que era um lugar de grande circulação de trabalhadores e por ser diversas vezes usados para difundir os preceitos da alimentação racional. Vale ainda ressaltar que assimilação de programas de educação norte-americanos não ocorreu apenas no campo da

---

<sup>93</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro 1951, tomo 8, nº 5, p. 366.

<sup>94</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Maio 1944, v. 1 nº 1 p. 77.

<sup>95</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro 1951, tomo 8 nº 5 p. 385.

alimentação. Os técnicos do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral Brasil-Estados Unidos criada em 1942 devido ao esforço de guerra, também importaram estratégias e tecnologias americanas em seu programa de educação sanitária, implantado em 1944.<sup>96</sup>

As finalidades da educação alimentar reveladas nas páginas dos ABN eram: conscientizar o povo sobre os impactos das deficiências e excessos nutricionais sobre a saúde individual e sobre o bem-estar coletivo; incentivar ações individuais como escolha e preparo dos alimentos; dar mais ênfase às ações coletivas – uma vez que as ações individuais não seriam suficientes para uma sociedade complexa e diversificada como a nossa; conquistar o apoio dos poderes públicos para uma política de melhoria da alimentação dos brasileiros.<sup>97</sup> Podemos, portanto, resumir os objetivos da educação alimentar em duas metas: eliminar velhos hábitos de alimentação e ensinar a população a comer de acordo com os preceitos da nutrologia.

Nos Estados Unidos foi criada, em 1940, a Junta de Alimentação e Nutrição e uma de suas finalidades era “a organização de um programa de popularização dos conceitos acerca da nutrição, por meios educacionais”<sup>98</sup>. Em outras palavras, um programa de educação alimentar. Mas, como podemos notar, quando se trata da população da maior potência mundial o tom é outro. Embora esteja clara a função educativa que o programa tinha, não se fala em ignorância ou coisa do tipo. Contudo, a coisa não era muito diferente daqui, em termos de hábitos alimentares e preferências por determinados alimentos. Robert R. Willians, presidente do Comitê de Cereais do *Food Nutrition Board – National Research Council*, de Washington, escreveu um artigo nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* contando sobre a experiência norte-americana de enriquecimento nutricional da farinha de trigo e do pão, alimentos largamente consumidos pela população americana.<sup>99</sup>

Semelhantemente ao que ocorria no Brasil, nos Estados Unidos era grande o consumo de cereais, principalmente entre a população mais pobre. Sobre isso Robert Willians afirmou: “ademais, como os cereais são alimentos relativamente baratos, são consumidos, em maior

---

<sup>96</sup> Sobre o Sesp ver: CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

<sup>97</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/Outubro, 1950, tomo 7, nº 5, p. 299,300.

<sup>98</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Julho, 1944, tomo 1, nº 3, p. 172.

<sup>99</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Julho, 1944, tomo 1, nº 3, p. 172..

proporção, pelas pessoas de menos recursos”<sup>100</sup>. O grande problema é que as farinhas brancas são pobres em nutrientes, em comparação com as escuras (integrais) e o “povo não podia se convencer da necessidade de comprar pão escuro”.<sup>101</sup> Como a preferência pela farinha branca era evidente e o povo não se convenceu de consumir farinhas escuras, passou a se fazer um processo de enriquecimento da farinha branca.

Esse exemplo nos mostra que nem tudo eram flores no programa de educação alimentar nos Estados Unidos e que resistir a novas propostas alimentares e permanecer nos “velhos” hábitos não era exclusividade dos brasileiros.

Assim, executar o projeto de educação alimentar não era tarefa fácil. Era preciso entender as dificuldades que estavam envolvidas neste “trabalho árduo e continuado”.<sup>102</sup> Portanto, algumas questões precisavam ser consideradas antes de se traçar um plano de ação. A necessidade de adaptação do programa ao grupo que se destinava era uma delas.

Qualquer programa de educação alimentar para ter sucesso terá que se ajustar às necessidades e às características culturais, econômicas e sociais de cada grupo. Ele deve por isso ser precedido duma investigação cuidadosa do meio a que se destina e só depois desse estudo tornar-se-á possível a elaboração dum programa adequado.<sup>103</sup>

Dessa observação resultaram propostas de atividades específicas para os mais diferentes setores da sociedade brasileira, de criança a trabalhadores, populações urbanas e rurais.

O recurso técnico mais utilizado pelos nutrólogos para definir as características e hábitos alimentares dos grupos sociais era o inquérito alimentar. Dante Costa, realizou, em 1941, um inquérito através do SAPS no bairro de São Cristóvão, bairro vizinho ao Restaurante Central. Foi constatado nesta pesquisa que, embora vivessem no mesmo lugar e sob as mesmas condições de vida e trabalho, as famílias de operários brasileiros apresentavam maior carência nutricional e realizavam escolha de alimentos menos variada que as famílias de portugueses. Os resultados desse inquérito serviram para reforçar o pensamento que circulava entre os nutrólogos de que o problema alimentar brasileiro não era só econômico,

---

<sup>100</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Julho, 1944, tomo 1, nº 3, p. 173.

<sup>101</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Julho, 1944, tomo 1, nº 3, p. 173.

<sup>102</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.

<sup>103</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.

era também educacional. Assim, em um mesmo bairro poderiam existir públicos-alvos diferentes que exigiriam recursos e estratégias igualmente distintas.

Outros importantes inquéritos realizados investigaram o hábito de fazer o desjejum. Walter Silva, em 1941 realizou um inquérito com 100 operários no estado do Rio Janeiro e constatou que apenas 30% faziam o desjejum pela manhã. Em 1942, o SAPS fez um inquérito com 563 crianças escolares, filhos de trabalhadores. Fixando como padrão mínimo a primeira refeição do dia composta por 150 gramas de leite, 50 gramas de pão e manteiga em quantidade não estipulada, obteve os seguintes resultados: 80,4% das crianças não consumiam uma refeição mínima ao saírem de casa para a escola. Nesse mesmo período, o SAPS passou a fornecer o desjejum escolar aos filhos dos trabalhadores frequentadores do restaurante.<sup>104</sup>

Estes princípios, de buscar as características culturais e econômicas a partir de uma investigação detalhada, para enfim se criar um programa adequado a cada grupo, segue as indicações deliberadas durante a *National Nutrition Conference for Defense* (conhecida como Conferência Nacional de Washington) convocada pelo presidente Franklin Roosevelt e realizada em 1941, que estabeleceu as seguintes recomendações:

1 – A educação deverá ser dirigida para o povo, **onde ele se encontra** e organizada de acordo com os **padrões alimentares pré-existent**s.

2 – Cada Comissão estadual de Nutrição deve elaborar um guia simples para a seleção de alimentos, baseado nas tabelas de valor reconhecido. Deve planejar o estudo de vários tipos de regimes alimentares da região, a maneira pela qual influem nos mesmos, os padrões individuais, raciais e culturais, as disponibilidades, os salários e o nível cultural. Com estes dados então, serão feitos planos para que os grupos locais de assistência orientem as famílias a fazerem os ajustamentos necessários.

3 – Os métodos educativos devem ser simples e adaptados ao grupo estudado.<sup>105</sup>

[grifos meus]

Também era necessária a “cooperação dos educandos”, uma vez que “não existem argumentos nem leis que obriguem um cidadão a se alimentar desta ou daquela maneira, a não ser que ele próprio decida fazê-lo”.<sup>106</sup> Margareth Mead,<sup>107</sup> antropóloga norte-americana, é

---

<sup>104</sup> COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 28.

<sup>105</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.

<sup>106</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.



citada por Walter Santos como uma das maiores autoridades em hábitos alimentares e, segundo ela, os meios pelos quais uma pessoa pode mudar seus hábitos alimentares podem ser divididos em dois grupos: no primeiro as modificações são feitas pelo indivíduo; no segundo as modificações seriam fruto de ações compulsórias.

A motivação que levariam os indivíduos do primeiro grupo a realizarem as modificações voluntariamente seria a vontade de “se tornar mais educado, mais refinado sob o ponto de vista social ou cientificamente orientado para uma boa saúde”.<sup>108</sup> Neste primeiro grupo, ainda segundo o argumento de Mead presente no artigo de Walter Santos, essas transformações podem ser realizadas por *causas morais, sociais* ou *científicas*. As causas morais:

são aquelas modificações na seleção feita entre alimentos que no momento estão à disposição de qualquer indivíduo ou família, sugeridas através de expressões, tais como: ‘beba mais leite’, ‘coma menos carne e mais vegetais’, ‘este alimento é bom pra você’, etc. São as modificações ditadas pela tradição, pela experiência familiar e que em geral acompanham a educação das crianças à mesa...<sup>109</sup>

Nas causas sociais as transformações resultam de alterações sociais e econômicas, como a mudança do campo para a cidade ou mudança de classe social, por exemplo. E nas causas científicas as mudanças são produzidas “pela aquisição de conhecimentos científicos a propósito de nutrição e que dizem respeito à escolha, aquisição, preparação, distribuição ou consumo dos alimentos”.<sup>110</sup>

Entre os que mudavam os hábitos alimentares de maneira compulsórias, o segundo grupo citado acima por Walter Santos, as modificações são ditadas pelas circunstâncias físicas do ambiente, por um baixo nível econômico do indivíduo ou da nação, ou por alterações orgânicas ou individuais, como uma doença que provoque alguma restrição alimentar.

---

<sup>107</sup> Margareth Mead foi, durante a década de 1940, secretária do Comitê sobre Hábitos Alimentares do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos da América. O comitê reunia nutrólogos, educadores e psicólogos com o objetivo de encontrar métodos mais eficazes para modificar os hábitos alimentares da população.

<sup>108</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 371.

<sup>109</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.

<sup>110</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 369.

Era, portanto, fundamental que a proposta de educação alimentar reconhecesse as características sociais, econômicas e culturais de cada grupo que buscava atingir. Somente a partir dessa identificação seria possível elaborar ações que seriam cuidadosamente dirigidas a cada um desses grupos no intuito de aproveitar suas condições e motivações.

### 1.8. - Como ensinar?

Entre os que escreviam nos *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, havia a preocupação com a elaboração de meios de ensino e divulgação do programa de educação alimentar. Eles deveriam ser adaptados aos seus objetivos, às circunstâncias e ao grupo a ser instruído. Além disso, tinham que seguir alguns princípios gerais, como algumas regras da pedagogia da época. Entre elas, três perguntas clássicas: A quem ensinar? O que ensinar? Como ensinar?

O ensino deveria ser objetivo e ter um caráter prático, levando os alunos a participarem ativamente do que lhes era ensinado. Aprender fazendo seria o melhor caminho. A apresentação dos temas deveria ser simples, precisa e mais clara possível. Para tanto, era necessário utilizar uma linguagem adequada ao grupo que se pretendia ensinar. Sobre o material utilizado diziam: “deve dizer a verdade e sempre que possível tratar de um tema de cada vez”.<sup>111</sup> O assunto ensinado precisava despertar interesse e motivação nos educandos. Para isso deveria alcançar os desejos de cada grupo. Explicações racionais teriam que se aliar a apelos como moda, desejo de ser boa esposa, sonhos etc. Sobre essa questão é citado um estudo norte-americano<sup>112</sup> que aponta essas estratégias:

Programas nacionais de educação são dirigidos a pessoas como consumidores, produtores e como cidadãos. Entre os ‘apelos racionais’ o da saúde é o principal. A moda e o prestígio são incentivos vívidos, os quais podem ser moldados para servir à educação alimentar. ‘Mantenha-se esbelto’ tem modificado mais regimes talvez do que todos os livros sobre o assunto. A maioria das pessoas deseja comer economicamente, porém fatores de prestígio frequentemente impedem famílias da classe média de se aproveitarem das demonstrações da boa alimentação a baixo custo. Apelos às mulheres a serem ‘inteligentes donas de casa’ e conselhos sobre ‘como tornar felizes

---

<sup>111</sup> Idem, p. 379.

<sup>112</sup> BOWMAN, Mary Jean and ANDERSON, C. Arnold. “Nutrition, Education Programs”. Em: *The Annals of the American Academy of Political Science*. Philadelphia, 1943.

os maridos com bons regimes' podem atingir grupos que não respondam ao incentivo econômico. Também na educação dos escolares não deve ser esquecido este aspecto da motivação. Deve-se salientar que a boa nutrição os ajudará a realizar seus desejos e ambições, seja nos esportes, nos salões, nas competições intelectuais ou em qualquer outra atividade. Figuras de prestígio popular e estudantil, como sábios, atletas, astros cinematográficos, etc. podem ser 'utilizados' como exemplos de boa alimentação, caso isso corresponda a realidade.<sup>113</sup>

Ainda sobre como ensinar, indicavam que os métodos sensacionalistas deveriam ser evitados, uma vez que estes tinham um alcance temporário. Os métodos de ensino empregados deveriam ser "permanentes, continuados e progressivos", pois o objetivo era transformar permanentemente os hábitos alimentares e formar uma "consciência de nutrição".<sup>114</sup>

Com relação ao que se devia ensinar, diziam os nutrólogos que a educação alimentar abrange os seguintes assuntos: alimentação racional, hábitos alimentares, economia alimentar e arte culinária, doenças de origem alimentar e "nesse esquema se incluem os problemas relacionados com a seleção, compra, preparação, produção e conservação dos alimentos"<sup>115</sup>. Assim sendo, a educação alimentar deveria seguir as seguintes orientações:

- a) corrigir erros, incompreensões e confusões sobre alimentação
- b) inculcar noções corretas sobre nutrição
- c) procurar fazer com que o indivíduo e sua família não só adquiram os conhecimentos precedentes, mas que os pratiquem efetivamente.
- d) promover melhor compreensão da influência dos fatores econômicos e sociais sobre alimentação.<sup>116</sup>

Alguns meios de divulgação das propostas da educação alimentar foram sugeridos: cursos de alimentação, conferências e palestras, demonstrações práticas, exposições públicas, jornais, revistas, boletins, panfletos, cartazes, cartas, rádio, cinema, diafilmes e dramatizações.

---

<sup>113</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 371.

<sup>114</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 380.

<sup>115</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 380.

<sup>116</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 380.

Muitos desses já vinham sendo utilizados por outros órgãos como o SAPS e o SESP, outros eram recursos pouco utilizados.

Os cursos de alimentação teriam como objetivo principal a educação alimentar e seriam destinados “a coletividades de um índice razoável de cultura, como professores, clubes sociais etc.”.<sup>117</sup> Deveriam ser objetivos, de curta duração e periodicamente renovados sob forma de cursos de atualização.

Conferências e palestras deveriam “ser rápidas e sucintas, aproveitando reuniões destinadas a outros fins [...] assim, podem ser aproveitadas reuniões de clubes femininos, de associações esportivas e religiosas, festas cívicas e escolares, etc.”<sup>118</sup>. As demonstrações práticas consistiam no uso de cozinhas volantes para demonstrações nas feiras, oficinas, fábricas, estabelecimentos comerciais e em lugares onde houvesse “coletividades femininas”. “Estas demonstrações podem ter vários pontos de atração, como por exemplo, a distribuição gratuita, no final de cada seção, de gêneros alimentícios em pequenos pacotes”.<sup>119</sup> As exposições públicas poderiam ser fixas e permanentes, localizadas em museus e prédios oficiais, ou volantes, em salas ou pavilhões improvisados. Nelas, poderiam ser exibidos cartazes, fotografias, transparências, maquetes etc. “Diversos meios de atração podem ser utilizados, como concursos, curiosidades, máquinas recreativas (tipo caça-níqueis) e também a distribuição gratuita de gêneros alimentícios.”<sup>120</sup>

Os jornais, já utilizados em outras áreas como a educação sanitária, poderiam ser uma poderosa arma de divulgação para a educação alimentar. No entanto, Walter Santos alertou em seu artigo que o jornal poderia ser uma “arma de dois gumes”, pois poderia tanto publicar as indicações sobre a nutrição como também “divulgar propaganda comercial de toda espécie, inclusive de produtos sem nenhum valor nutritivo ou mesmo prejudiciais à saúde”. Disse ainda: “aliás, isso não é privilégio da imprensa, mas de todas as fontes de publicidade a serviço de produtos como Coca-Cola, Grappete e Guará, só para falar de alguns dos mais espetaculares”.<sup>121</sup> As relações entre educação alimentar e produtos industrializados, sobretudo

---

<sup>117</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 381.

<sup>118</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 382.

<sup>119</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 382.

<sup>120</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 380.

<sup>121</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 383.

os mais consumidos pelas crianças, será discutido mais densamente em outro capítulo deste trabalho.

As revistas seriam um poderoso meio de divulgação, pois poderiam publicar diversos conhecimentos sobre a nutrição, sobretudo as revistas femininas. Conforme afirmou Santos: “estas revistas leigas são melhores do que as técnicas, pois têm público mais numeroso e conseqüentemente maior campo de ação”.<sup>122</sup> Os boletins eram considerados como um recurso que já vinha sendo utilizado em matéria de nutrição e poderiam orientar bem o público. Um exemplo da utilização de boletins eram os publicados pelo SAPS e distribuídos nos restaurantes da autarquia: o *Boletim do SAPS* e o *SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social*. O primeiro é um periódico quinzenal que apresenta detalhes sobre o cotidiano dos restaurantes. Trata-se de uma publicação singela, com no máximo cinco folhas, mas muito rica em informações. Nele os trabalhadores se manifestam fazendo elogios, sugestões e reclamações sobre a rotina e as mudanças sofridas pela autarquia.

Já o boletim mensal tem formato de revista e nele foram publicados artigos sobre alimentação considerada correta e ideal pelos técnicos de nutrição. No periódico havia também algumas seções permanentes com informações institucionais, visitas de personalidades importantes, coluna social, uma página destinada a participação dos frequentadores – com poesias, músicas e versos criados pelos próprios. Havia ainda uma importante seção da revista, a coluna *Consultório de Alimentação Econômica*. Ali os trabalhadores expunham sua realidade em detalhes, suas dúvidas e recebiam dos técnicos conselhos sobre como, a partir do que descreviam, melhorar a alimentação própria e de suas famílias.

Os panfletos eram considerados como “uma boa fonte de informação [...] e uma publicação devotada a um assunto ou fases de um assunto. [...] Em geral são de distribuição gratuita e bem aceitos pelo povo”.<sup>123</sup> Os cartazes por sua vez deveriam ser atraentes, sugestivos, com mensagem clara e objetiva e, sempre que possível, coloridos. Deveriam ser afixados em locais relacionados com a alimentação, como restaurantes, armazéns, mercados e feiras.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 384.

<sup>123</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 384.

<sup>124</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 385.

Um interessante recurso sugerido era o envio de cartas às pessoas, conforme sugeriu Santos: “as cartas cumprem melhor sua finalidade quando aproveitam um motivo de interesse pessoal para transmitir um conselho ou convite. [...] Por exemplo, o dia de aniversário de um filho é uma boa data para recebimento de uma carta sobre cuidados com sua alimentação”.<sup>125</sup>

Sobre a utilização do rádio como um eficaz meio de divulgação das propostas de educação alimentar, escreveu Santos: “o rádio, e recentemente a televisão, são poderosos meios de propaganda e divulgação. Tem sobre os demais métodos a vantagem de penetrar na intimidade dos lares e a possibilidade de manter presente uma ideia pela sua frequente repetição. ” Os ensinamentos sobre alimentação poderiam ser feitos por breves conselhos em frases curtas ou através de palestras que não durassem mais de quinze minutos. Essas palestras poderiam ainda ser ministradas em forma de cursos. Sugeriam também o uso de entrevistas, concursos, testes, perguntas e respostas e mesas redondas. Além disso, recomendavam que as irradiações fossem “acompanhadas por orquestras e cantores de reconhecida popularidade”.<sup>126</sup>

O cinema também era considerado um poderoso meio de divulgação por unir áudio e imagens, dando certo realismo às ações. Porém, era reconhecida a limitação de sua ação devido o seu alto custo de produção e a falta de energia elétrica em diversas regiões do país.<sup>127</sup> Os diafilmes, também conhecidos como *slides*, teriam a vantagem de ter custo menor que o filme e resultados similares.<sup>128</sup> Por fim, era sugerido o uso de dramatizações que, segundo Santos, muito comum nos Estados Unidos e pouco empregado no Brasil, salvo em algumas escolas do Exército para abordar temas relacionados à saúde.<sup>129</sup>

Sobre os campos de ação da educação alimentar, diziam os nutrólogos que deveria atingir toda a população, porém alguns setores deveriam ser considerados à parte, respeitando suas características e especificidades, como as crianças e os professores. Havia também distinções entre a educação alimentar nas zonas urbanas e rurais.

---

<sup>125</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 385.

<sup>126</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 386.

<sup>127</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 386.

<sup>128</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 387.

<sup>129</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 388.

Com relação à educação alimentar nas cidades, embora o programa almejasse atingir toda população, deveriam ter prioridade nas ações os grupos com níveis sociais mais baixos, as crianças, as gestantes e nutrízes, os escolares e os profissionais que lidam com alimentos, principalmente as cozinheiras. Sugeriam o combate aos anúncios e vendas de produtos como “açucarados, sorvetes, pipocas e outros similares, principalmente nas proximidades das escolas, parques infantis, festas e aglomeração de crianças. Se necessário, tais abusos e práticas atentatórias à boa nutrição, devem ser proibidos por lei”.<sup>130</sup> Os nutrólogos, num momento de muito otimismo, sugeriam ainda que o programa deveria influenciar produtores e distribuidores de gêneros alimentícios a baixarem os preços, persuadindo-os de que a melhoria da alimentação da população poderia representar também para eles um bom negócio.

A educação alimentar nas zonas rurais apresentava mais obstáculos devido à maior dispersão das pessoas, a precariedade dos meios de transporte e a “maior proporção de pobreza e ignorância de seus componentes”.<sup>131</sup> Desse modo, um dos principais objetivos para as zonas rurais era incentivar a produção de alimentos de primeira necessidade – como frutas, vegetais, leite, queijo, ovos – principalmente os perecíveis, que dificilmente chegariam às regiões mais afastadas devido à precariedade dos transportes. “Os camponeses devem aprender não somente aquilo que devem comer e como prepará-lo para a mesa, mas também a arte e a ciência de produção, preparo e preservação dos alimentos em quantidades suficientes”.<sup>132</sup>

Embora os fatores econômicos não fossem vistos por Walter J. Santos, nem por outros nutrólogos, como determinantes, eram fundamentais para o progresso da educação alimentar. Apesar da constatação de que nem sempre melhor condição econômica estivesse ligada à melhoria da alimentação, “todos os inquéritos alimentares realizados sobre padrões e hábitos alimentares mostram a estreita relação entre os maus hábitos e os baixos salários e a melhoria do regime à medida que se eleva o padrão econômico do grupo”.<sup>133</sup> Além disso, os nutrólogos sugeriam que quando o nível social fosse demasiadamente baixo o único meio para executar a

---

<sup>130</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p.390.

<sup>131</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 390.

<sup>132</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 390.

<sup>133</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 373.

educação alimentar seria fornecer a esse grupo gratuitamente os alimentos mais necessários<sup>134</sup>.

A educação alimentar, de acordo com os nutrólogos, deveria estar alinhada a outros programas de saúde pública do governo, como uma ação coletiva e simultânea. Seus objetivos estavam intimamente relacionados com os das demais questões sanitárias como a higiene da habitação e a higiene individual e coletiva. Além disso, havia a necessidade de um trabalho contínuo a cargo de um órgão permanente de direção e execução. Embora fosse necessário adequar periodicamente o programa às necessidades do ambiente e possibilidades econômicas, a ação deveria ser contínua e ininterrupta. Para tal, era imprescindível um planejamento que envolvesse inquéritos, recursos materiais e pessoal técnico em número satisfatório. Portanto, afirmava Walter J. Santos em seu artigo: “Saúde Pública só se realiza com muito dinheiro e o problema da Educação Alimentar não foge a este imperativo”.<sup>135</sup>

A proposta para a organização de um plano nacional de educação alimentar seria composta por: órgãos de direção, órgão de execução, pessoal. Para a direção sugeriam que

a Educação Alimentar sendo um problema de Saúde Pública deve ficar sob direção deste Departamento. [...] Os demais setores relacionados com a nutrição devem cooperar intimamente com o Departamento de Saúde Pública no objetivo educacional. [...] Caso exista no país um órgão de Saúde Pública que abranja todo o problema alimentar, como por exemplo um Serviço Nacional de Alimentação, é preferível que o setor educacional fique aí integrado.<sup>136</sup>

Eram considerados como principais órgãos de execução os institutos de saúde pública, as instituições ligadas à nutrição, como os restaurantes e cantinas populares, embora toda entidade coletiva, como clubes esportivos, sindicatos, a Cruz Vermelha, associações religiosas fossem convidadas a cooperar. Santos sugeria ainda que “a educação alimentar deve fazer parte do *currículum* de todos os estabelecimentos de ensino, quer sejam de ensino primário,

---

<sup>134</sup> A referência que se tem sobre assistência através da distribuição de alimentos é do Auxílio Alimentar do SAPS. Trata-se de um benefício que contemplava a trabalhadores desempregados através de alimentos que eram dados a esses operários. O auxílio era enviado às casas das famílias necessitadas em caminhões térmicos do SAPS, ou alugados pela instituição. O auxílio tinha um determinado prazo de duração estabelecido para cada família.

<sup>135</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 375.

<sup>136</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, pp. 375-376.



secundário, superior, profissional ou técnico”<sup>137</sup>. Defendia, ainda, a necessidade de um “pessoal numeroso e devidamente capacitado”.

Deste corpo devem fazer parte médicos, dietistas, assistentes sociais, visitadoras de alimentação, professores, enfermeiras, auxiliares de saúde pública, técnicos em economia doméstica, agrônomos, economistas, sacerdotes, locutores e membros de outras profissões que tenham recebido treino conveniente.<sup>138</sup>

Com relação às ações de educação alimentar e de combate ao problema alimentar do Brasil, diziam os nutrólogos haver a ausência de um órgão único que unisse todos os esforços para melhorar a alimentação do brasileiro. Segundo Walter Santos, os Estados Unidos o problema da alimentação era controlado por uma única instituição, a *Nutrition Advisory Committee*.<sup>139</sup> Aqui, diversas instituições atuavam nesse sentido. Algumas dessas ações destacadas pelos nutrólogos merecem ser citadas.

O SAPS foi um dos órgãos que mais atuou em matéria de educação alimentar e ações de melhoria da alimentação da popular. Além das refeições servidas na rede de restaurantes populares, eram publicados nos boletins da instituição diversos artigos sobre alimentação e conselhos alimentares para os frequentadores. Havia ainda desjejum para os escolares. Além disso, o SAPS foi muito importante na formação de nutrólogos, nutricionistas e visitadoras de alimentação. Podemos, assim, dizer que o SAPS representou o mais importante braço do projeto de educação alimentar.

O Instituto de Nutrição e o Departamento Nacional de Saúde também foram citados, este último pelos cursos de nutrição para médicos, pela publicação de folhetos sobre alimentação e os inquéritos sobre consumo e hábitos alimentares realizados por sua Divisão de Organização Sanitária. O Serviço Especial de Saúde Pública – SESP – também atuou com cartazes, panfletos e pesquisas educacionais sobre alimentação. Além disso, educação alimentar, segundo os nutrólogos, fazia parte dos temas dos Clubes de Saúde para Escolares. Do Departamento Nacional da Criança (DNCR) foi citado seu intensivo programa de educação alimentar junto às mães e gestantes.

---

<sup>137</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 376.

<sup>138</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 377.

<sup>139</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Setembro/outubro, 1951, tomo 8, nº 5, p. 399.

O Serviço Social da Indústria (SESI) criado em 1946, para, através da Divisão de Assistência Social, fornecer alimentação a baixo custo e educação alimentar aos industriários.<sup>140</sup> Além do SESI, o Serviço Social do Comércio (SESC), igualmente criado em 1956, também foi citado por realizar um programa de educação sanitária que incluía o tema da alimentação. A educação sanitária empreendida pelo Serviço ocorria, principalmente através de visitas domiciliares.<sup>141</sup>

O surgimento da nutrição no Brasil estabeleceu e delimitou os caminhos das políticas de alimentação do país. O que significa dizer que o fato de a nutrição ter surgido em conjunção com o Estado permitiu que alcançasse a normatização, ao passo que deu ao governo instrumentos para implementar seu projeto de modernização da economia. Assim, o Estado legitimava a fala dos nutricionistas e nutrólogos. Estes por sua vez, iam, através do poder estatal, concretizando seu projeto de melhoria da alimentação dos brasileiros.

Nesse sentido, surgiram importantes órgãos e autarquias como o SAPS, o STAN e os cursos de nutrição, sobretudo o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Em torno do INUB gravitaram Josué de Castro e um grupo de intelectuais responsáveis pela publicação do principal periódico da área da nutrição, os *Arquivos Brasileiros de Nutrição*.

As falas dos profissionais da nutrição presentes nas publicações dos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* apontam para a proposta de formulação de um projeto de educação alimentar com a finalidade de melhorar a alimentação da população brasileira, sobretudo os mais pobres. A partir de inquéritos alimentares e de diversas pesquisas, concluiu-se que o problema da alimentação no país consistia em três fatores: miséria, pauperismo e “maus” hábitos alimentares. Entre esses últimos, destacava-se, na concepção daqueles intelectuais, o consumo excessivo de carboidratos. Uma explicação para esse excesso era o fato de esses alimentos custarem menos e renderem mais. Porém, esta não era a única razão, uma vez que os nutrólogos reconheciam que a “má” alimentação atingia ricos e pobres. Era também uma questão de preferência e costume.

---

<sup>140</sup> ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy; TRAD, Leny Alves Bomfim. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, pp. 975-992.

<sup>141</sup> CARVALHO, Silvia Helena da Silva Cabral. 1ª Jornada de Educação em Saúde- SESC/DF. Monografia. Núcleo de Estudos em Educação e Promoção de Saúde. Universidade de Brasília, 2009, p. 6.

Sendo assim, o principal problema a ser combatido pelos nutrólogos era os antigos hábitos alimentares que faziam com que as pessoas comessem mais carboidratos do que o recomendado e consumissem os alimentos protetores (ovos, leite, carnes, vegetais) em quantidade bem abaixo do que indicava a nutriologia na época. Para resolver o problema, foi criado um projeto de educação alimentar que pode ser resumido em duas ações: formar bons hábitos e criar uma nova consciência alimentar.

Para a construção do projeto de educação alimentar os nutrólogos defendiam uma investigação detalhada que reconhecesse as características sociais, econômicas e culturais de cada grupo que buscava atingir. O programa deveria, portanto, ser adequado a cada região ou grupo para que alcançasse os objetivos propostos.

Contudo, não bastava formular um projeto de educação alimentar, era necessário propor meios para seu funcionamento e prática. Para isso, os nutrólogos e nutricionistas recorreram a alguns princípios da pedagogia da época. A quem ensinar? O que ensinar? Como ensinar? Foram apropriadas pelos nutrólogos na elaboração de propostas para melhorar a alimentação do brasileiro. Sobre como ensinar, podemos notar uma extensa lista de recursos sugeridos, alguns deles até inusitados como o envio de cartas com conselhos alimentares.

Embora houvesse, por parte dos nutrólogos e nutricionistas, o objetivo de mudar os hábitos alimentares, eles reconheciam o quanto isso era difícil na prática, uma vez que as pessoas já estavam imersas nos “velhos” hábitos alimentares. A esperança estava, portanto, nas crianças. A estratégia era formar nas crianças, como diziam os nutrólogos, a “consciência alimentar”. Modelar a criança era moldar o futuro cidadão, livre dos “velhos hábitos” e que se alimentaria da forma considerada correta e exemplar.

## **2 - COM A CRIANÇA E NA ESCOLA: DANTE COSTA E A ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR**

É a boa nutrição a força principal que modela o organismo adulto, ainda na hora matinal e enriquecedora da infância.

Dante Costa<sup>142</sup>

A merenda escolar, como um projeto nacional, percorreu um longo caminho até chegar a Campanha de Merenda Escolar, quando começou a ser servido um copo de leite aos escolares brasileiros. Esse caminho foi construído por vozes diversas, propostas e contribuições variadas. Como vimos, o grupo de nutrólogos e nutricionistas formados em torno de Josué de Castro e da revista *Arquivos Brasileiros de Nutrição* foi fundamental para a implementação da merenda escolar. No entanto, não estavam sozinhos. Em outro ponto do trajeto, no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), estava o médico nutrólogo Dante Costa (1912-1968) propondo medidas para melhorar a alimentação da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores e dos escolares.

Médico nutrólogo, professor, chefe da Seção Técnica do SAPS, educador, membro fundador do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e literato. Essas foram algumas das atuações de Dante Costa que por sua grande contribuição no campo da alimentação, tornou-se uma referência para médicos e nutrólogos de sua geração.

Ao atribuir grande importância à merenda escolar, Dante Costa colocou a refeição dos escolares em questão e contribuiu para o debate sobre a necessidade de um programa nacional de merenda escolar. Deixou, portanto, sua marca no caminho da implementação desse programa. De modo que a análise da alimentação dos escolares não seria completa sem considerarmos a contribuição desse nutrólogo tão dedicado à alimentação infantil.

O objetivo desse capítulo é analisar as ideias e propostas de Dante Costa sobre alimentação a partir de suas principais obras. Veremos suas formulações a respeito da

---

<sup>142</sup> COSTA, Dante. *Alimentação do escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 106.

alimentação infantil, principalmente dos escolares. Através de uma breve biografia, conheceremos um pouco mais sobre a vida desse intelectual e sua atuação nas diversas instituições públicas no sentido de melhorar a alimentação de trabalhadores e escolares e de difundir e concretizar nessas instituições os preceitos da alimentação racional. A atuação de Costa no PSB e a contribuição de sua militância para a alimentação serão igualmente analisados. Veremos ainda as definições do autor sobre merenda escolar e suas sugestões para preparo dessas refeições, além de orientações para mães e professoras.

## 2.1. - Dante Costa, o amigo cordial

Autor de diversos livros sobre temas como alimentação, nutrição e alimentação infantil, Dante Costa está entre os expoentes da Nutrição e Nutrologia do país. Entre os principais cargos e funções que exerceu, foi professor de Dietética e pesquisador do Serviço de Alimentação da Previdência Social, professor de Nutrição do Departamento Nacional de Saúde, médico da Santa Casa de Misericórdia, membro do International Nutrition Institute e representante do Brasil no VIII Congresso Pan-Americano da Criança, em Whashington, em 1942.<sup>143</sup> Foi também fundador do Partido Socialista Brasileiro em 1945.

Nasceu na cidade de Baião, no Pará, em 1912 e realizou os estudos primários em Belém, capital do estado. Coursou o ensino secundário no Rio de Janeiro, devido à transferência de toda família para a capital federal, por motivos de trabalho de seu pai. Em novembro de 1934, Dante Costa se diplomou médico pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Em 1939, concluiu sua especialização na Universidade de Paris, na capital francesa.<sup>144</sup>

É provável que o interesse de Dante Costa por questões relacionadas a problemas brasileiros, como a alimentação, tenha vindo de berço. Seu pai, Angyone Costa, foi um grande nome da arqueologia brasileira da década de 1930 e proporcionou ao filho um intenso clima de intelectualidade e cultura. Entre suas principais obras está o livro *Introdução à arqueologia*

---

<sup>143</sup> *Idem. Tratado de Nutrição*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1947.

<sup>144</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1968 p. 9

FROTA, Jorge Washington da Silva. Educação e alimentação: ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa. Dissertação de mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

*brasileira, etnografia e história*, publicado em 1934 pela Brasiliana. Angyone Costa foi também professor do Museu Nacional, onde lecionou o curso de pré-história do Brasil<sup>145</sup>.

A trajetória profissional e intelectual de Dante Costa se concentrou na alimentação da criança, sobretudo dos escolares. Entre os anos de 1935 e 1950, Dante Costa publicou diversos livros e trabalhos sobre alimentação infantil e merenda escolar, além de obras sobre assuntos relacionados à pedagogia, como recreação infantil e frequência dos escolares nos cinemas. Sobretudo, durante o governo de Getúlio Vargas, atuou institucionalmente em diversos órgãos no sentido de implementar merenda aos escolares.

Em 1935, recém-formado, aos 23 anos, Dante Costa foi chamado para assumir a Chefia de Expansão Social, na Campanha Nacional pela Alimentação, uma primeira iniciativa do governo brasileiro nessa área. A campanha está inserida no contexto de assistência social à infância do governo Vargas, com políticas de amparo às crianças, grávidas e nutrizes. De acordo com Coimbra, a Campanha foi promovida pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Chefiada pelo médico Olinto Oliveira<sup>146</sup>, a Diretoria foi criada em 22 de maio de 1934 através do decreto nº24.278, o mesmo que extinguiu a Inspeção de Higiene Infantil. A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, possuía uma seção chamada Assistência Alimentar que, de acordo com o decreto de criação, seria responsável por atender “às crianças, gestantes e mães nutrizes hiponutridas por meio de lactários, clínicas de nutrição e cantinas maternas”<sup>147</sup>. Apesar dos esforços, o órgão existiu por apenas 6 anos quando, em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança através do decreto nº 2.204, de 17 de fevereiro. Sobre a Campanha pouco

---

<sup>145</sup><http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/184/Introducao-a-arqueologia-brasileira-etnografia-e-historia> Acesso em 20 de dezembro de 2016.

<sup>146</sup> O médico Mário Olinto de Oliveira nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1898. Iniciou seu curso de medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundada por seu pai, concluindo-o na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1920. Como interno, atuou em assistência médica e pediátrica na Policlínica das Crianças, sob a direção do Professor Fernandes Figueira, onde trabalhou até 1926. Nesse mesmo ano, foi convidado pelo próprio Fernandes Figueira, então inspetor de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública, para chefiar a Enfermaria do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes. Exerceu essa função por 17 anos ininterruptos. Em 1929, assumiu a direção do mesmo Hospital, seguindo determinação do Professor Clementino Fraga Filho – Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Mário Olinto permaneceu nessa função até 1947. LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960. Tese de doutorado em educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>147</sup> Decreto-Lei 24.278, de 22 de Maio de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24278-22-maio-1934-507775-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 17 outubro de 2016.

se sabe. Apesar dos esforços para mantê-la, segundo afirmou Coimbra, “foi pouco mais que um nome, um simples esforço de persuasão e pedagogia, que nada de relevante provocou.”<sup>148</sup>

Após o fim da Campanha, Dante Costa se afastou das atividades institucionais, durante o período de 1936 a 1940. Durante esse tempo, dedicou-se às atividades acadêmicas e publicou diversos trabalhos, entre eles, *Bases da Alimentação Racional* (1938), uma obra importante para o então emergente campo da nutrição no Brasil.

Em 1940, Dante Costa voltou à cena institucional, novamente em parceria com Olinto Oliveira, numa breve atuação no recém-criado Departamento Nacional da Criança<sup>149</sup>. Transferiu-se para o SAPS, no final do ano de 1941, assumindo a Chefia da Seção Técnica do SAPS após a saída de Josué de Castro. A partir de então, a atuação do SAPS na alimentação infantil ocorreu, quase que exclusivamente, em torno de Dante Costa<sup>150</sup>. No que se pode destacar a criação de um inquérito alimentar com crianças em idade escolar e a implementação do desjejum escolar no Restaurante Central do SAPS no Rio de Janeiro.

A criação do SAPS abriu um novo horizonte para Dante Costa. Ali, residia a oportunidade de contribuir para o projeto de alimentação proposto pelos nutrólogos da época, baseado na alimentação racional e na educação alimentar. Desse modo, deslocou sua atuação das instituições de atenção à infância para atuar em outra seara: a alimentação dos trabalhadores. Porém, como veremos, ele não se limitou aí. Dentro do próprio SAPS empreendeu pesquisas, escreveu livros e efetivou algumas medidas no sentido da alimentação infantil, sobretudo da merenda escolar.

Em 1944, durante a administração de Edison Cavalcanti como diretor do SAPS, Dante Costa se demitiu da função de técnico titular de alimentação da Seção Técnica do órgão. Edison Pitombo Cavalcanti foi nomeado Diretor da SAPS em fevereiro de 1942, após a saída de Helion Póvoa, e, segundo Coimbra<sup>151</sup>, sua gestão se afastou dos propósitos da nutrologia e centrou-se mais na administração, expandindo consideravelmente o SAPS. A consequência desse novo modelo de gestão foi o afastamento de alguns nutrólogos, como Dante Costa.

---

<sup>148</sup> COIMBRA, Marcos (et. al.). Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil. Belo Horizonte: MEC, 1982, p. 249.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 252.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 184.

Somente depois de outubro de 1945, quando o médico sanitarista Miguel Martins foi nomeado diretor do órgão foi que Dante Costa retornou à autarquia.<sup>152</sup> Embora fosse médico, o novo administrador do SAPS não possuía nenhuma experiência anterior em alimentação. Portanto, na tentativa de retornar à proposta anterior da instituição, voltando-se mais para questões relacionadas à nutrição, Miguel Martins trouxe de volta duas figuras importantes para a instituição, que haviam se afastado na gestão anterior: Dante Costa e Josué de Castro.<sup>153</sup>

Dante Costa retornou ao SAPS com a importante incumbência de organizar um plano destinado a fixar as bases para criação do Instituto Nacional de Alimentação. Segundo Coimbra:

O Instituto Nacional de Alimentação teria quatro departamentos, um de ‘pesquisas e educação alimentar’, outro de ‘alimentação pública’, o terceiro de ‘controle e estatísticas’ e o último de administração. No de Alimentação Pública haveria duas divisões, a primeira de ‘produção e abastecimento’ e a segunda de ‘assistência alimentar’ sendo a de produção dotada de ‘granjas, fazendas-modelo, chácaras, frigoríficos’<sup>154</sup>

O plano era ousado, mas acabou ficando apenas no papel. Mas, sua proposta estava alinhada ao contexto do período pós-guerra. A Coordenação de Mobilização Econômica, criada pelo governo federal em 1942 no contexto emergencial da entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, tinha um departamento de abastecimento, que buscava estimular a produção agrícola, abastecer o mercado interno e tabelar os preços dos produtos agrícolas essenciais.

De todo modo, pode-se afirmar que após seu retorno, Dante Costa teve uma forte atuação no campo da nutrição e alimentação infantil via SAPS. A instituição se tornou, como veremos, um centro de pesquisas e formação acadêmica. Dante Costa formou uma grande

---

<sup>152</sup> *Ibidem*.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 185.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 187.



equipe que ao seu redor produziu inúmeros trabalhos e participou do debate político nacional até a extinção da autarquia, em fevereiro de 1967 pelo decreto nº 224.<sup>155</sup>

Numa ironia do destino, a extinção do SAPS e o fim da vida de Dante Costa se cruzam em datas muitas próximas. Casado com Germana Costa, pai de Guilherme e Flávia Maria Costa, Dante faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de outubro de 1968, aos 66 anos de idade, vítima de problemas renais.<sup>156</sup> Embora sua morte não tenha tido grande repercussão nos jornais, alguns amigos escreveram nos periódicos lamentando sua ausência. Josué Montello, membro da Academia Brasileira de Letras e fundador do Museu da República<sup>157</sup>, foi um deles e lamentou a morte do amigo, descrevendo-o nas seguintes palavras:

De Dante, que nos encheu de consternação com sua a morte imerecida [...] só tenho lembranças amáveis. Eu apenas não: todos os que com ele conviveram. Dante era cordial por natureza, nunca por premeditação, e fez da vida um exercício sistemático de cortesias, sem ferir ninguém, sem magoar ninguém, mesmo aqueles que interpretam as nossas gentilezas como ofensas às suas mesquinharias pessoais. Tinha um ar perene de adolescente e já era médico. [...] Não falava alto, nem gesticulava. Pelo fim da tarde, costumava aparecer na Rua do Ouvidor, entrava na livraria José Olimpo conversava com Graciliano Ramos ou José Lins do Rêgo, e ia embora, quase na ponta dos pés. [...] Na véspera de sua morte, não podendo falar, conseguiu escrever estas palavras confiantes: 'nós venceremos'. No entanto, ele sabia, como grande médico, que a luta estava de antemão perdida. Mas queria animar os amigos que lhe rodeavam o leito, inconformados com sua agonia.<sup>158</sup>

O que nem Dante Costa nem seus amigos sabiam era que a luta contra a doença estava vencida, mas a luta pela alimentação dos escolares não alcançara ainda seus objetivos. A merenda escolar não foi implementada por Dante Costa, nem pelo grupo formado em torno dele. Todavia, sua importância no lançamento das bases de um programa nacional é reconhecida.

---

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>156</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1968, p. 9.

<sup>157</sup> <http://www.academia.org.br/academicos/josue-montello/biografia> Acesso em 22 de setembro de 2016

<sup>158</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1968, 1º caderno, p. 6.

## 2.2.- Dante Costa e o Partido Socialista Brasileiro – PSB

A atuação profissional de Dante Costa foi também marcada por sua militância no Partido Socialista Brasileiro. Alguns de seus discursos e propostas demonstram nuances das ideias dos socialistas brasileiros. Além de membro fundador, Dante Costa teve papel destacado no partido quando, ao lado de outros nutrólogos como Nelson Chaves, Ruy Coutinho, Cleto Seabra e Benjaminm Albagli, apresentou na Convenção do partido de 1949, as “Diretrizes de uma Política alimentar”<sup>159</sup>.

O Partido Socialista Brasileiro nasceu da luta contra o presidente Getúlio Vargas e o Estado Novo, quando, em 25 de agosto de 1945 foi publicado o primeiro manifesto da Esquerda Democrática (ED). O grupo era formado por intelectuais e políticos de esquerda, a maioria com tendências socialistas. A primeira manifestação pública da Esquerda Democrática foi um pouco antes, em 12 de junho de 1945, quando apresentou uma moção de apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes. Um ano mais tarde, em 16 de agosto de 1946, em sua primeira convenção nacional, a Esquerda Democrática se transformou em partido político. No ano seguinte, realizou-se a segunda convenção nacional, em 25 de agosto de 1947, quando a Esquerda Democrática passou a se denominar Partido Socialista Brasileiro.<sup>160</sup>

Dentre os nomes que assinaram o manifesto de agosto de 1945, alguns se destacam como João Mangabeira, José Lins do Rego, Evandro Lins e Silva, Rubem Braga, Antonio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Homero Pires e o médico José Silveira. Ainda como um movimento de oposição à ditadura de Vargas, a Esquerda Democrática já pretendia ser um partido que conjugasse as ideias socialistas com a prática democrática. Conforme consta em seu manifesto:

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda, porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do

---

<sup>159</sup> COSTA, Dante. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954, p.10.

<sup>160</sup> BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

desenvolvimento material do País. E tudo isso como expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático.<sup>161</sup>

Uma importante questão ainda muito presente sobre a Esquerda Democrática é sua possível relação com a União Democrática Nacional (UDN), vista inclusive como dissidente desse grupo. Contudo, trata-se de um equívoco pois, de acordo com Maria Victoria Benevides, a Esquerda Democrática não era uma facção ou ala dissidente da UDN. Conforme afirmou a autora, a “ED nunca pertenceu a UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas apenas se compôs com ela, para consolidar a frente única de oposição à ditadura”<sup>162</sup>. O que ocorreu, ainda segundo a autora, foi que alguns quadros da Esquerda Democrática, como Hermes Lima, Domingos Velasco, Osório Borba, Jurandir Pires e João Mangabeira, participaram efetivamente da criação da UDN e assinaram sua ata de fundação, esses nomes, portanto, podem ser considerados como dissidentes da UDN quando a ED foi formada. Na ocasião das eleições para a Constituinte Federal, a Esquerda Democrática fez um acordo eleitoral com a UDN e lançou candidatos na chapa conjunta sob a sigla UDN-ED, elegendo Hermes Lima e Domingos Velasco.

Foi em sua segunda Convenção Nacional que a Esquerda Democrática adotou a denominação de Partido Socialista Brasileiro, que se manteve até 1965, ocasião de sua extinção através do Ato Institucional nº2 (AI-2). Segundo Alexandre Hecker, o socialismo brasileiro nasceu orientado por duas balizas do pensamento político da época: o nacionalismo e o reformismo. Assim, “tendo o bem-estar social como meta e o nacionalismo como instrumento, nascia um partido socialista para o Brasil.”<sup>163</sup>

Nascido na rua Buenos Aires, no centro do Rio de Janeiro, o PSB teve Dante Costa como um de seus membros fundadores. Embora ele não tenha seguido uma carreira política, as propostas do partido e os ideais socialistas permearam suas obras e sua militância ocorreu em sua atuação profissional. Essa foi, inclusive, uma característica do partido, seus membros

---

<sup>161</sup> Manifesto da Esquerda Democrática, Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf) Acesso em novembro de 2016.

<sup>162</sup> BENEVIDES. *op. cit.*, p. 31.

<sup>163</sup> HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. Em: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). *As Esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 26.

eram, em geral, intelectuais. Segundo Alexandre Hecker, os socialistas brasileiros se destacaram mais em seus ofícios do que em sua atuação política.

Mesmo os que foram principalmente políticos, como Cid Franco, pautaram sua atuação mais na tentativa de mudar comportamentos, mentalidades, do que procuraram galgar o poder de Estado para submetê-lo aos desígnios de seu partido. Sua visão humanista, que privilegiava a conquista da cidadania, ou mais, a conquista de condições civilizadas de relacionamento social através do processo de aprendizado – em última instância todos eram professores de humanidades –, precedia sempre a luta política.<sup>164</sup>

Em seu livro *O Socialismo*, publicado em 1954, Dante Costa definiu o ideal socialista como um desejo de justiça, um sistema que considera a pobreza um fato injusto e que propõe evitá-la ou corrigi-la através da democracia. Seria, portanto, um meio de obter o bem-estar social democraticamente.

O autor dividiu os principais alicerces do socialismo em 5 pontos. O primeiro deles seria a ideia de que o socialismo visa defender o trabalhador das injustiças sociais, conforme afirmou: “não há socialismo sem o apoio e a força dos trabalhadores de todos os tipos. E não há classe operária plenamente liberta sem socialismo”.<sup>165</sup> Os dois fundamentos seguintes afirmam que o socialismo é uma arma mais útil para a conquista do bem-estar de toda população, mas é também uma posição de luta contra o sistema capitalista. Nesse sentido, o socialismo se difere do comunismo, pois luta por medidas objetivas que melhorem as condições de vida e que são conseguidas mais rapidamente, como melhores salários, defesa contra doenças e o combate à desnutrição e à fome. O quarto ponto é a defesa da socialização dos meios de produção, ou seja, tudo o que produz riqueza. Essa seria a fase final da luta, sendo possível apenas em um regime socialista. O último fundamento é uma das características mais marcantes do socialismo brasileiro, a defesa da democracia. Segundo Costa, “o socialismo tem na democracia seu escudo e só através da manifestação democrática

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>165</sup> COSTA, Dante. *O socialismo*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954, p.10.

do povo é que deseja o poder”<sup>166</sup>. Como dito, o PSB nasceu da luta pela democracia e contra a ditadura do Estado Novo.

Dante Costa cita no livro a análise da situação do país feita durante a Convenção Nacional do PSB, realizada em 1953 no Rio de Janeiro. O Brasil foi definido como um país capitalista e subdesenvolvido, com economia agrário-exportadora subordinada aos interesses dos países desenvolvidos. Uma das medidas propostas pelos socialistas brasileiros para modificar a situação econômica do país foi a reforma agrária. Defendida como uma socialização progressiva da terra, a reforma seria feita com indenização das terras desapropriadas, através de títulos da dívida pública, sugerindo para tal uma reforma na Constituição Federal. Junto à proposta de reforma agrária estavam algumas medidas para beneficiar os trabalhadores do campo, como o incentivo à agricultura de abastecimento, financiamento agrícola, assistência social e melhores condições de trabalho para a população rural.<sup>167</sup>

A proposta do PSB para alimentação foi, de acordo com Dante Costa, fruto dos esforços de “um grande número de cientistas e técnicos”<sup>168</sup> filiados ao partido. Entre eles, cita os nomes de Ruy Coutinho, Benjamin Albagli, Cleto Veloso, Nelson Chaves, Menna Barreto Costa como membros do PSB. Não foi possível encontrar referências sobre a atuação política desses intelectuais, tampouco sua participação no partido. Como afirmou Vasconcelos<sup>169</sup> – a respeito da atuação de Nelson Chaves no PSB –, esse ainda é um tema que precisa ser melhor estudado. No entanto, a presença de um grupo de intelectuais médicos e nutrólogos dentro de um partido político e, inclusive, incluindo o tema da alimentação em sua plataforma é algo que merece ser destacado. Josué de Castro teve sua atuação política no PTB, porém, numa luta mais individual, marcada por carreira como deputado. Não houve naquele partido a presença de um grupo de intelectuais da alimentação como ocorreu no PSB. Muito possivelmente isso se deu por ser o PSB um partido permeável às ideias e propostas daqueles intelectuais, que condenavam a injustiça e buscavam o bem-estar social através da democracia. Além disso, como vimos, o PSB era um partido de intelectuais, daqueles que

---

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>167</sup> *Ibidem*, pp.103-106.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>169</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição e saúde pública no Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(6):1505-1518, novembro-dezembro, 2001, p. 1508.

desejam mudanças sem romper com a democracia e, portanto, não se identificavam como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nem como o PTB (por sua relação com Vargas).

Embora não seja possível mensurar esse “grande número” de profissionais que formularam a proposta do PSB para a alimentação popular, alguns aspectos merecem ser destacados. Primeiro é preciso dizer que para Dante Costa e seus companheiros de profissão e correligionários, a solução para o problema da alimentação no Brasil era a reforma agrária. De acordo com Costa, essa reforma implicaria em estimular a produção de alimentos, que também facilitaria o transporte desses gêneros, implantaria uma rede de silos, frigoríficos e armazéns para o bom armazenamento dos alimentos, e melhoraria as condições de trabalho no campo, aumentando os salários por exemplo. Essas medidas tornariam possível a distribuição e aquisição dos alimentos por grande parte da população, ainda carente de ser “convenientemente instruída na escolha dos bons alimentos”<sup>170</sup>. Assim, de acordo com os socialistas brasileiros, reforma agrária e educação alimentar seriam os eixos do caminho para a solução do problema alimentar no país.

Em 1949, durante uma Convenção do PSB, realizada no Rio de Janeiro, foram aprovadas as “Diretrizes de uma Política Alimentar”, propostas por Dante Costa. As diretrizes são apresentadas em seis pontos principais. O primeiro deles afirma que o Brasil era “um dos grandes territórios mundiais de desnutrição popular e da fome”<sup>171</sup>, o que resultaria diretamente no prejuízo da capacidade de produção dos trabalhadores. Hipótese que se repete no segundo ponto que afirma que o operário mal alimentado, além de estar vulnerável às doenças, é também “um homem de capacidade de trabalho diminuída; [...] a baixa produção de trabalho possui, assim, nas tristes condições de desconforto biológico que a subalimentação acarreta, uma de suas raízes, uma das causas a suprimir”<sup>172</sup>.

O terceiro ponto levantado por Dante Costa no documento foi o baixo consumo dos alimentos protetores, aqueles ricos em proteínas, vitaminas e minerais, presentes nos vegetais, legumes, carnes e leite. A causa disso estaria diretamente ligada à condição econômica da maioria da população. Com o orçamento apertado, grande parte das famílias brasileiras abriam mão de ter esses alimentos à mesa devido seu alto custo. O resultado dessa escolha

---

<sup>170</sup> COSTA, *op.cit.*, p. 112.

<sup>171</sup> *Ibidem.*

<sup>172</sup> *Ibidem.*

seria uma dieta de menor valor nutritivo, expondo a pessoa a doenças. Conforme destacou Costa, “é assim o drama alimentar das famílias do povo, em cujas casas a carne é alimento de festa e os ovos estão mais na lembrança de encontros passados que na mesa quotidiana, casas de desconforto que [...] expõem seus moradores à agressão das silenciosas infecções que a desnutrição afaga e propaga”<sup>173</sup>. Para exemplificar sua fala, Dante Costa citou o inquérito – que analisaremos mais a diante – realizado com escolares do Rio de Janeiro organizado pelo SAPS, onde foi constatado que a maioria daquelas crianças não consumiam o desjejum antes de ir à escola. Expôs ainda alguns resultados da pesquisa, como o percentual de doenças apresentadas pelos escolares. Na sequência, relaciona – sem aprofundar a questão – a tuberculose com a fome, resultando no aumento da mortalidade infantil.

Como proposta para resolver o problema alimentar do brasileiro, Dante apresenta o quinto ponto de seu discurso na Convenção. Para ele, a resolução do problema se daria com a adoção de algumas medidas. Como medidas gerais e de ordem econômica estão: reforma agrária, “política de preços honesta”, valorização de salários com a conseqüente elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Campanhas assistenciais, através dos Restaurantes Populares e campanhas educacionais bem direcionadas e conduzidas, completariam as propostas<sup>174</sup>. Para os trabalhadores do campo, propôs, além da reforma agrária, a extensão da legislação trabalhista. Além dessas medidas gerais, cita algumas propostas mais específicas e que poderiam melhorar as condições de vida a trabalho da população rural. Cito:

- a) exigência de alimentação gratuita, porem corretamente planejada aos peões e plantadores, aos enxadeiros, aos trabalhadores da terra; b) incentivo prático à formação de hortas caseiras; c) ensino das normas de alimentação racional às donas de casa do campo; d) restaurantes populares nas cidades do interior; e) obrigatoriedade de manutenção de restaurantes, e não de simples refeições sem cozinha, aos estabelecimentos de exploração agrícola com mais de 300 assalariados de qualquer tipo, ou de número menor de assalariados que possuam famílias cujos membros totalizem aquela cifra; f) a cada família que se encarregue de determinado número de pés de café, que seja fornecido um animal leiteiro, e alimento para mantê-lo, horas para dele tratar e instruções para que seja criado e possa ter conveniente utilização

---

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 114.

dietética; g) organização da pesca no rio Amazonas e criação de uma rede de pequenos mercados de peixe.<sup>175</sup>

A proposta é arrojada para os moldes capitalistas. Muito possivelmente esse foi o espaço em que Dante Costa mais ousou em suas proposições. O fato de estar numa convenção do partido e tendo como interlocutores seus correligionários possibilitou isso. O que não quer dizer que sua fala seja inédita. Como vimos, algumas dessas medidas apareceram, de forma mais sutil, em suas obras sobre alimentação da população no Brasil. Desse modo, ao analisarmos algumas obras e propostas de Dante Costa, podemos notar nuances de sua militância política e do discurso do PSB a respeito de questões como alimentação e reforma agrária.

### **2.3. - A alimentação na obra de Dante Costa**

Dante Costa publicou vários livros ao longo de sua carreira. Embora tenha sido um importante médico e autor de obras emblemáticas nos campos da Nutrição e Nutrologia, publicou também alguns livros literários. Embora nosso objetivo aqui seja a análise das propostas de Costa para a alimentação dos escolares, ressalto a importância de conhecermos as principais obras do autor e suas ideias para alimentação de maneira geral.

Sua primeira obra, *Feira desigual*, foi publicada em 1933, ainda como um estudante de medicina. Trata-se uma coletânea de crônicas e contos que se divide em duas partes. Na primeira o autor reflete sobre sua infância e juventude e na segunda entretém seu leitor com contos imaginários. Em 1937, Dante Costa publicou *Histórias de João Tajá*, um livro infanto-juvenil. *Itinerário de Paris*, um de seus livros literários mais famosos, foi publicado em 1939. Trata-se de uma descrição, num tom romantizado, da cidade de Paris na década de 1930. “Além da beleza da Cidade, Dante Costa também percebeu a cor cinza do concreto nos prédios e a confusão do comércio e da indústria trazidos pela Modernidade na Europa. Bucolismo e caos juntos demarcaram a fachada de Paris”.<sup>176</sup> Em 1958 publicou o livro *Israel, Terra Viva*, que é um relato de sua viagem ao Estado de Israel, dando ênfase à organização

---

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>176</sup> FROTA, *op. cit.*, p. 114.



dos trabalhadores e nas comunidades coletivas, os kibutz. *Olhos nas mãos*, livro publicado em 1960, é a síntese de diálogos e análises de Dante Costa como um crítico literário<sup>177</sup>.<sup>178</sup>

Embora as publicações literárias tenham importância em sua trajetória, a grande maioria dos livros publicados por Dante Costa abordam a questão da alimentação do brasileiro, sobretudo dos escolares. Sua obra mais conhecida foi o livro *Bases da Alimentação Racional*, publicado em 1937 e rapidamente esgotado, sendo reeditado duas vezes, em 1940 e 1949. A terceira edição do livro sofreu algumas alterações, entre elas cinco tabelas sobre vitaminas e minerais, informações nutricionais de alguns alimentos como feijão e castanha do Pará e um capítulo intitulado “Alimentação e guerra” – onde afirmou que a guerra desorganiza a alimentação coletiva e afirmou a necessidade de manter os soldados bem alimentados.

De modo geral, o livro buscou sintetizar os princípios da alimentação racional – tema que vinha florescendo no campo da nutrição – utilizando uma linguagem didática com objetivo de alcançar um público mais amplo, não se restringindo apenas a médicos e nutricionistas. Identificando a má alimentação como um dos principais problemas do país e responsável pelo “atraso” econômico e social, Dante Costa afirmou no prefácio à primeira edição do livro que “é pela alimentação racional que se faz a valorização eugênica do brasileiro”<sup>179</sup>. Prosseguiu dizendo que “é preciso alimentar o brasileiro para que ele construa um Brasil feliz e forte”<sup>180</sup>. Na concepção de Dante Costa, assim como de outros nutrólogos da época, a melhoria da alimentação do brasileiro contribuiria para a melhoria da nação.

O projeto político do governo de Getúlio Vargas, no início dos anos de 1930, afirmava a construção de uma “nova nação” a partir do “novo homem brasileiro”. Em contraposição aos valores liberais europeus, incluía a valorização do trabalho, associando o “novo homem”

---

<sup>177</sup> *Ibidem*.

<sup>178</sup> COSTA, Dante. *Histórias de João Tajá*. Porto Alegre, RS: Livraria Globo, 1937a.

*Idem*. *Feira desigual*. Rio de Janeiro, DF: Editorial Duco, 1933.

*Idem*. *O socialismo: conceito, raízes históricas e posição atual no Brasil*. Rio de Janeiro, DF: Edição da Organização Simões, 1954.

*Idem*. *Israel terra viva*. Rio de Janeiro, DF: Civilização Brasileira, 1958.

*Idem*. *Olhos nas mãos*. Rio de Janeiro, DF: Livraria José Olímpio, 1960b.

<sup>179</sup> *Idem*. *Bases da alimentação racional: orientações para o brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, p. 19.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 20.

ao trabalhador brasileiro. Desse modo, diversas políticas sociais e trabalhistas surgiram no governo Vargas no sentido de valorizar a classe trabalhadora e sua família. Essa concepção do “homem novo” que daria origem a uma “nova nação” recebeu forte influência das ideias eugênicas. A eugenia esteve presente no Brasil desde a primeira metade do século XX. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento eugênico organizado. Em 1929 foi organizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Segundo Nancy Stepan, o congresso foi a mais importante manifestação pública da eugenia brasileira na década de 1920.<sup>181</sup> A autora afirma que a eugenia na América Latina, uma eugenia “soft”, se associou aos anseios pela introdução de uma legislação social<sup>182</sup>. Ainda de acordo com Stepan, graças ao *lobby* dos eugenistas juntos aos deputados da Assembleia Constituinte de 1934, “a eugenia teve impressionante sucesso, conseguindo inserir-se nas novas legislações sobre matrimônio e restrição à imigração”<sup>183</sup>. Assim sendo, o período de implantação das primeiras políticas sociais do governo Vargas, bem como as ideias de médicos, sanitaristas e nutrólogos desse período, podem também ser entendidas a partir da influência das ideias eugênicas que, no Brasil, se associavam aos anseios de reformas na saúde e na educação, que seriam as bases desse “novo brasileiro”.

Alimentação racional seria uma nova forma de se alimentar: não mais apenas comer para matar a fome, e sim se alimentar de acordo com os novos padrões da nutrologia e nutrição, uma alimentação, digamos, consciente da função de cada alimento no nosso organismo. Conforme sugere no prefácio à primeira edição do livro:

Não se trata apenas comer para não morrer de fome. Alimentar-se não é levar um alimento à boca e impedir que uma vertigem venha afirmar nossa miséria. Alimentar-se não é comer demais, e erradamente, alimentos nem sempre úteis: linguiças, salames, balas, conservas, etc. Alimentar-se não é matar a fome [...] a questão é mais séria, mais profunda.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 60.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>184</sup> COSTA, Dante. *Bases da alimentação racional: orientações para o brasileiro*. 3 edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, p. 293.

Nesse sentido, o livro, como sugere seu subtítulo, seria uma "orientação para o brasileiro". Ao contrário da proposta do livro *Tratado de Nutrição*, com uma abordagem mais científica e uma linguagem mais técnica e voltado para médicos, estudantes de medicina e nutrição, *Bases da Alimentação Racional* apresenta uma escrita mais simples, explicando termos técnicos empregados de modo mais inteligível para um leitor leigo. O autor define e explica a importância da alimentação para o corpo humano, ensina o que são calorias, explica as mudanças na alimentação dos povos ao longo dos anos e faz recomendações. Para facilitar o entendimento, Dante Costa usa como metáfora os motores de máquinas:

É um motor enorme, cheio de engrenagens, cheio de tanques, de tábuas, de reservatórios, de bobinas que se chamam: os músculos, o coração, o estômago, o intestino, os ossos, o fígado, o pâncreas [...]. E toda essa máquina trabalha sem que ninguém a movimente e sem parar. E o que lhe dá vida é o alimento. Assim como o motor dos automóveis necessita de gasolina [...] para queimar, necessita o corpo humano dos alimentos. O fim é o mesmo: queimar para produzir calor, afim de que a máquina humana possa exercer bem suas funções. O alimento é, portanto, o combustível que o nosso organismo queima para viver.<sup>185</sup>

A segunda parte do livro trata de um assunto mais técnico, porém, buscando ainda uma linguagem mais clara, define o que é um alimento e explica o que são proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais. Para aproximar o leitor, Dante Costa destaca os principais alimentos que contêm os nutrientes citados. Aponta também alguns dos alimentos necessários e os que deveriam ser desprezados, citando ainda algumas doenças provocadas pela carência de determinados nutrientes no corpo. Um dos alimentos recomendados é o leite que, segundo o autor, seria o alimento mais completo em nutrientes e importante tanto para adultos quanto para crianças.

Até médicos [...] costumam repetir erros, mandando que seus doentes comam 'alimentos leves' [...] como se essas palavras significassem alguma coisa. O que é um 'alimento leve'? Que é um 'alimento pesado'? Ninguém sabe, não é nada. Um alimento não é 'pesado' nem 'leve'. Um alimento é um bom agente da nutrição, pela sua riqueza de princípios nutritivos, ou um mau agente da nutrição por conte-los em sua porção

---

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 26.

pequena ou inadequada. Assim, podemos definir os alimentos como substâncias que, vindas do exterior para a intimidade do organismo vão servir eficientemente à nossa nutrição.<sup>186</sup>

A terceira parte do livro, intitulada *Alimentos Usuais* trata sobre os principais alimentos consumidos pela população em geral: carne, leite e derivados, frutas, ovos, verduras, legumes, café e até o chocolate. Dante Costa procurou combater os, até então considerados mitos populares com relação principalmente à carne e às verduras. Explicando seu valor nutricional, valorizou esses alimentos e incentivou seu consumo. Sobre a carne, combateu o mito de que a carne "branca" (aves, peixes etc.) tinha menor valor nutricional que a carne "vermelha" (bovina).

Sendo um alimento de uso tão antigo [...] é natural que se criassem lendas em torno da carne, e uma delas é aquela que afirma a diferença entre as chamadas carnes vermelhas e as carnes brancas. As lendas morrem quando o conhecimento científico sopra-lhes em cima a verdade, verdadeira fumaça mortal. A lenda cai, gorda, no chão, como um mosquito envenenado. Foi o que aconteceu com as carnes vermelhas e brancas. Ambas têm praticamente a mesma significação nutritiva.<sup>187</sup>

Quanto às verduras, Dante Costa afirmou categoricamente que o pouco consumo desses alimentos era um dos grandes problemas da alimentação do brasileiro. Nesse caso, a recusa pelos vegetais folhosos seria cultural, segundo o autor os povos primitivos (tanto no Brasil quanto em toda América) não tinham o hábito de comer verduras. Aí estava um grande desafio para a alimentação racional: combates os "velhos" hábitos e costumes alimentares. Para concluir, cabe destacar a defesa, quase poética, do leite na alimentação.

O posto de honra na alimentação humana é o ocupado pelo leite. E nenhum alimento tem mais direito a este posto que ele, esse líquido branco encarregado, todas as manhãs, e durante o dia, de levar ao organismo uma série considerável de princípios nutritivos. Quando tomamos o leite é como se toda a máquina humana recebesse um apelo novo ao movimento. A vida corre mais rápida no calor do sangue que circula nas

---

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 159.

artérias, na intimidade dos tecidos que formam o corpo e mantêm o peso. O corpo está alimentado. O corpo crescerá, gozará o prazer dos ritos e dos gestos. É a vida. O leite é um grande alimento.<sup>188</sup>

Outro importante livro de Dante Costa foi *Tratado de Nutrição*, publicado em 1947, no momento em que o autor atuava plenamente no SAPS como pesquisador e professor de dietética. Conforme ele mesmo afirmou, o livro é produto dos “mais de dez anos de especialização vivida em seu tríplice aspecto: o clínico, nos hospitais, o experimental, no laboratório de pesquisa, e social, na organização de serviços públicos de alimentação”<sup>189</sup> Embora seja um livro mais técnico e voltado para médicos e estudantes de medicina e nutrição, ele apresenta questões ligadas à vertente social da Nutrição, como a alimentação dos escolares e dos trabalhadores, e propõe a criação de restaurantes populares e a instituição de merenda escolar nas escolas. O livro foi impresso em mil e cinquenta exemplares, todos assinados pelo autor. Embora a tiragem não tenha sido grande, trata-se de uma obra de 630 páginas com 22 capítulos, 112 gravuras e 82 quadros, onde aborda questões relacionadas a dietética, nutrologia e alimentação. Publicado após mais de dez anos de exercício da medicina, o livro foi, segundo Dante Costa, resultado de experiência e atuação “vivida em seu tríplice aspecto: o clínico, nos hospitais, o experimental, no laboratório de pesquisa, e o social, na organização de serviços públicos de alimentação”<sup>190</sup>.

O primeiro capítulo do livro aborda questões básicas de nutrição, apresentando os aspectos em que ela se liga às demais disciplinas, como ecologia, química, antropologia, sociologia, fisiologia etc. Os três capítulos seguintes tratam de questões sobre energia, calorias e metabolismo. O quinto capítulo do livro aborda a importância da água no corpo humano e trata de assuntos como desidratação, funções da água no corpo e ingestão de água. Os próximos três capítulos foram dedicados aos sais minerais que mais intervêm na nutrição e deram destaque ao problema, ainda comum no Brasil naquela época, do bócio endêmico, causado pela carência de iodo. O livro segue com mais três capítulos, esses dedicados às proteínas, aos carboidratos e às gorduras em seus aspectos físicos, químicos e patológicos. Em seguida, um capítulo introdutório com questões gerais de vitaminologia. E após esse, mais

---

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>189</sup> *Idem. Tratado de Nutrição*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1947, p. 21.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 21.

nove capítulos subsequentes cada vitamina, ou grupos de vitaminas, mais importantes para a nutrição humana. O último capítulo, intitulado Introdução à dietética, apresenta questões mais práticas, como cálculo e elaboração de uma dieta. O capítulo aborda ainda três questões para nossa análise: alimentação dos escolares, merenda escolar e alimentação dos trabalhadores.

A alimentação infantil era considerada uma questão nacional. A criança mal alimentada se tornaria um adulto doente, que não renderia em seu trabalho, prejudicando assim a economia do país. A infância é a fase de crescimento do indivíduo e o que se espera é que haja um desenvolvimento harmonioso entre as necessidades nutricionais e o processo de crescimento. Sendo assim, uma alimentação carente de nutrientes durante a infância pode resultar em problemas na vida adulta.

Muitas vezes uma atitude errada, durante a infância, prejudica todo o tempo de vida, favorecendo os desvios ponderais e estaturais, as fragilidades ósseas, o estado precário dos músculos e do sangue, as disfunções endócrinas, as irregularidades metabólicas, que debilitam o indivíduo e o marcam para um destino inferior. A existência de grande número de crianças desnutridas representa, verdadeira ameaça social: é a afirmação de elevada porcentagem futura de sub-homens e uma das mais poderosas causas do empobrecimento demográfico, pelas altas cifras de mortalidade infantil que provoca.<sup>191</sup>

Dessa forma, Dante Costa defendia que a criação e manutenção de medidas de proteção à saúde da criança através da alimentação deveriam ser assumidas pelo Estado. E essa assistência deveria ser nas diversas fases da criança, desde o nascimento até a vida escolar. Para os lactentes, Dante Costa sugeriu que fossem assistidos em centros de puericultura, bancos de leite, maternidades e creches. O pré-escolar poderia ser atendido em creches, maternidades, jardins de infância etc. Os escolares teriam mais facilidade de acesso a essa assistência se ela fosse realizada na escola, através da merenda escolar, mas também em restaurantes populares ou serviços de desjejum escolar. Aos adolescentes seriam atendidos

---

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 564.

“em Cantinas Escolares, Restaurantes Universitários, Centros de Alimentação do Menor Operário, Restaurantes Populares e instituições de tipo semelhante”.<sup>192</sup>

Porém, a questão alimentar da criança não seria resolvida apenas com medidas assistenciais, era necessário a criação de um programa de educação alimentar para ensinar às crianças os princípios da “boa” alimentação, conforme afirmou: “em alimentação pública, no Brasil, é útil assistir, mas ainda é mais útil educar”.<sup>193</sup> Para Dante Costa, portanto, o problema da alimentação infantil não tinha como causa apenas a pobreza da maior parte da população, era também uma questão de saber escolher os alimentos, e isso poderia ser corrigido por um programa de educação alimentar para os escolares.

O pauperismo é desgraça social [...] porque impede o acesso a fontes alimentares do maior valor, como a carne – alimento proteico indispensável à boa nutrição. Mas a falta de educação alimentar figura, ao lado do pauperismo, para dar ao problema da alimentação no Brasil as suas cores mais graves. Bem poucos são os que, entre nós, sabem fazer escolha judiciosa dos alimentos. Mesmo aqueles que contam menor poder econômico podem aproveitar melhor o seu orçamento alimentar, se convenientemente educados nos princípios da moderna ciência da nutrição. Entre os que dispõem de fortuna, a deseducação alimentar também é grande. As medidas de assistência alimentar, portanto, serão insuficientes, se não se completarem com as adequadas medidas de educação.<sup>194</sup>

Dante Costa denunciava a grave situação de pobreza de parte da população brasileira, que resultava em uma alimentação deficitária e, conseqüentemente, em diversas doenças. Desse modo, a miséria era uma “desgraça social” porque impossibilitava aos mais pobres comprar os alimentos considerados protetores – carnes, ovos, leite, legumes, queijo etc. – e tão importantes à saúde. No entanto, a questão não se resumia apenas às condições econômicas da população. Para Dante Costa, a “má” alimentação dos brasileiros estaria relacionada a dois fatores: pobreza e escolha errada dos alimentos, a “deseducação” alimentar. Portanto, além de medidas para sanar os problemas decorrentes da pobreza era também preciso criar um programa de educação alimentar que ensinasse a escolher os alimentos de acordo com os preceitos da nutrição e nutrologia. Assim, para a solução do problema no

---

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 565.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 566

<sup>194</sup> *Ibidem*.

Brasil, educação alimentar e medidas assistenciais de alimentação se complementam como duas faces da mesma moeda.

A proposta para educação alimentar dos escolares, apresentada por Dante Costa nesse livro, era que essa fosse realizada principalmente nos lares, através do trabalho das visitadoras de alimentação<sup>195</sup> e nas escolas através de projetos direcionados ao tema, da inclusão da educação alimentar como matéria nos currículos escolares, principalmente nas escolas normais, onde segundo Costa, seu ensino deveria ser obrigatório.<sup>196</sup>

Uma campanha de alimentação, visando a educação alimentar das crianças, é um caminho a ser trilhado, se quisermos provocar o deslocamento de maus hábitos alimentares, tão usuais em nosso meio, e realizar a criação duma [sic] atitude alimentar mais correta por parte da população. [...] A educação alimentar é levar à consciência infantil a noção de que ‘um corpo forte é governado por leis que precisamos respeitar’ [...]. A criança escolar, convenientemente educada nos problemas alimentares, não só manterá uma atitude de aceitação para com os novos alimentos que lhe forem oferecidos, como também é uma possibilidade de influência no espírito dos próprios pais.<sup>197</sup>

Destaco ainda outra importante obra do autor: *Alimentação e Progresso*, publicado em 1951. O livro sintetiza algumas das ideias e propostas de Dante Costa para alimentação, nos possibilitando conhecê-lo ainda mais. Vencedor do Prêmio Nacional de Alimentação<sup>198</sup>, concedido pelo SAPS em 1949, trata-se de uma compilação de comunicações em conferências e congressos e de estudos publicados pelo autor sobre os problemas da alimentação da população brasileira. Com 310 páginas, o livro está dividido em três partes. Na primeira, intitulada “O problema no Brasil”, Dante Costa traça o que, segundo ele, seriam as causas da

---

<sup>195</sup> Sobre as visitadoras do SAPS ver: EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, discos e livros: história do serviço de alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014; MUNIZ, Érico Silva Alves. *Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 222 f.

<sup>196</sup> COSTA. *op. cit.*, p. 566.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

<sup>198</sup> Prêmio oferecido pelo SAPS como incentivo à produção científica nacional. Participaram da comissão julgadora: Franklin A. de Moura Campos (Faculdade de Medicina de São Paulo – atual USP), Nelson Chaves (Faculdade de Medicina de Recife e P.A. da Costa Couto (membro da Comissão de Estudos Técnicos do SAPS). *Idem. Alimentação e Progresso*. Rio de Janeiro: SAPS, 1951, p. 8.



“má” alimentação dos brasileiros, e propõe algumas medidas para sanar o “problema”. Segundo o autor, o problema alimentar brasileiro “não é um problema de classe, mas um problema de nacionalidade; a alimentação do povo é o nosso maior problema de governo”.<sup>199</sup> Resume a situação alimentar do brasileiro como resultado de quatro fatores: evolução histórica desfavorável; estrutura econômica imperfeita; pobreza instalada e deseducação mantida.<sup>200</sup>

Na segunda parte do livro, intitulada “Aspectos sociais da alimentação humana”, Dante Costa relacionou a importância da alimentação com a experiência de diversos países, especialmente as experiências nutricionais dos Estados Unidos. Dedicou 25 páginas para relatar pesquisas e medidas governamentais norte-americanas sobre alimentação. Por fim, Dante Costa fez um breve histórico sobre a evolução do consumo de alguns alimentos, como leite, trigo e carne. Na última parte do livro, “Apêndice” constam algumas questões importantes colocadas por Dante. Uma delas é a conceituação do termo desjejum escolar, sobre o qual veremos mais adiante.

Outro tema abordado foi a organização de um restaurante popular na Colômbia. Dante Costa, a convite do Ministério do Trabalho, Higiene e Previdência Social da Colômbia, estudou as bases de organização de serviço de alimentação pública que seria criado no país, na cidade operária de Barranquilla. O trabalho elaborado por Dante e entregue ao referido ministério foi publicado no livro. Nele constam algumas recomendações a partir da experiência do SAPS. Cabe destacar aqui algumas delas. Os cardápios deveriam ser obrigatórios e únicos, não havendo ao comensal a oportunidade de escolha dos alimentos que iriam ao prato. Esse cardápio seria elaborado por um nutricionista ou nutrólogo e, sempre que possível, deveria estar de acordo com os recursos e hábitos alimentares da região. Outra recomendação era de que os restaurantes não deveriam visar lucros, teriam que vender as refeições a baixo custo para atender às classes menos favorecidas. Além disso, o valor calórico de cada refeição deveria variar conforme o número de refeições servidas diariamente. Se fosse uma só (almoço) deveria fornecer 50% do valor total de calorias por dia, se fossem servidas 2 refeições (almoço e jantar) cada uma deveria ter 40% do valor total de calorias. Uma questão cara aos nutrólogos e nutricionistas da época era com relação aos hábitos

---

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 17.

alimentares e o conselho para os colombianos era: remover esses obstáculos corrigindo os “erros” de alimentação da população. Por fim, uma curiosa recomendação sobre o cafezinho tão apreciado após as refeições.

O café que vem ao fim da refeição, não deve ser fornecido na bandeja. Se o fosse, o trabalhador, depois de almoçado ficaria saboreando o seu café, em conversa interminável com o companheiro de mesa. Perderia tempo, chegaria tarde ao trabalho (talvez fosse até despedido) e retardaria a entrada dos outros. Maliciosamente deve ser o café servido em pé, no final de tudo, quando o frequentador, terminado o almoço, leva sua bandeja ao balcão de saída. Aí então [...] receberá sua xícara de café, já com açúcar (pois o açúcar do café é computado no cálculo calórico do cardápio; [...] não haverá tempo gasto em adoçar o café, não haverá colherinhas e o que é melhor: não houve uma permanência prolongada na mesa.<sup>201</sup>

Os conselhos dados aos colombianos partiram das experiências do SAPS Central, unidade pioneira, localizada no bairro da Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. O Restaurante Central era modelo para diversas unidades espalhadas pelo país. Os conselhos dados por Dante Costa sobre a elaboração do cardápio, custo das refeições, propostas de mudanças de hábitos alimentares da população e até as questões práticas sobre o cafezinho e sobre o lugar ideal para lavar as mãos estavam alinhados com o que se fazia no SAPS.

O livro *Alimentação e Progresso* sintetiza, portanto, importante ideias e propostas do autor e nos permite conhecer seu pensamento sobre o problema da alimentação no Brasil. Além disso, destaca a importância de alguns alimentos e propõe algumas medidas importantes para melhorar a alimentação dos brasileiros.

Na vasta lista de publicações de Dante Costa, a alimentação infantil, sobretudo a merenda escolar, se destaca. Em 1948 publicou pelo Ministério da Educação e Saúde o livro *Alimentação do Escolar*, no qual abordou temas como merenda e desjejum escolar, carências nutricionais em crianças e o papel da escola na educação alimentar. A primeira parte do livro é um guia com 25 sugestões de merenda escolar. As merendas nesse caso seriam trazidas de casa e não fornecidas pela escola. Seriam consumidas num intervalo entre as aulas. As

---

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 291.

merendas sugeridas foram divididas por regiões do Brasil, adaptando o cardápio de acordo com os hábitos regionais e a disponibilidade de alimentos nas regiões.

Na segunda parte do livro, Dante Costa apresenta sugestões e exemplos de desjejum escolar. A merenda proposta no livro seria de responsabilidade da família, enquanto que o desjejum foi proposto como uma medida de assistência alimentar. O desjejum seria a primeira refeição da criança, com um café da manhã – termo que Dante Costa não gostava de empregar por considerar uma denominação “errônea e pobre”<sup>202</sup>.

Mas o que tem importância não é a palavra [...] mas a ideia que ela exprime, quando aplicada à criança escolar. O desjejum escolar é um tipo de assistência alimentar que serve para melhorar o aparelhamento dietético de uma escola. Trata-se de servir às crianças, antes do início das aulas matinais, uma primeira refeição, a primeira refeição do dia.<sup>203</sup>

Na terceira parte do livro *A Alimentação do Escolar* foi reproduzido o estudo de Dante Costa sobre o inquérito alimentar realizado com escolares da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada com 583 crianças entre 7 e 14 anos, alunos de escolas públicas e particulares. O inquérito foi realizado através do SAPS em 1942. Essa pesquisa e as conclusões de Dante Costa serão trabalhados mais adiante nesse capítulo.

Destaco ainda o livro *Merendas Escolares*. Publicado em 1939 pelo Ministério de Educação e Saúde, os cinco mil exemplares do livro foram rapidamente esgotados. Em 1943 o SAPS publicou a 2ª edição ampliada da obra. Trata-se de um modesto livro com vinte e cinco sugestões de merendas para as crianças escolares brasileiras, conforme veremos a seguir.

Esse breve panorama sobre as principais obras de Dante Costa sobre alimentação nos permite identificar o pensamento do autor a respeito do tema e sua proximidade com que o estava sendo defendido pelo grupo ligado a Josué de Castro e que vimos no capítulo anterior. Para Dante Costa o problema da “má” alimentação da população brasileira era um problema nacional, tanto por sua amplitude quanto por ser considerado como uma das causas para o

---

<sup>202</sup> *Idem. Alimentação do Escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 43.

<sup>203</sup> *Ibidem*, pp 43-44.

“atraso” econômico e social do país. As causas para o problema alimentar no Brasil estariam, segundo o autor, relacionadas a quatro fatores. A saber, a pobreza, a prática histórica da monocultura, a estrutura econômica do país enquanto uma economia agrário-exportadora e a ignorância da população a respeito dos princípios da alimentação racional – levando à manutenção dos “velhos” hábitos alimentares. Assim, o caminho para transformar essa realidade teria duas vias. De um lado medidas para acabar com a pobreza e sanar seus efeitos, do outro a efetivação de um programa de educação alimentar que fosse capaz de instruir a população e eliminar os antigos hábitos alimentares.

Desse modo, podemos afirmar que Dante Costa e os nutrólogos e nutricionistas ligados a Josué de Castro de um modo geral estavam alinhados em suas ideias. No entanto, lutavam em frentes distintas, Costa através do SAPS e o “grupo de Castro” através, principalmente, dos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* e do STAN.

#### **2.4. - Alimentando e moldando os pequenos brasileiros: Dante Costa e a alimentação infantil**

A alimentação infantil, principalmente dos escolares, foi amplamente debatida e analisada por Dante Costa. Em suas publicações apresentava o que entendia como causas do problema alimentar brasileiro, bem como algumas propostas que pudessem resolver a questão. Vejamos suas principais propostas para a alimentação infantil.

Como vimos, para o autor, as causas mais comuns do problema alimentar no Brasil eram: pobreza, escolha errada dos alimentos e falta de alimentos disponíveis para a maior parte da população.<sup>204</sup> Nesse contexto, quem mais sofria era a criança escolar. Isso porque, na perspectiva de Costa, a nutrição na infância era determinante para a fase adulta. Por ser esse um período de desenvolvimento do corpo humano, é fundamental que a criança receba uma alimentação variada e rica em nutrientes. Assim, o problema da alimentação infantil seria particularmente mais crítico por dois fatores: um de “ordem biológica” e outro de “ordem técnica”. O primeiro se dá pelo fato de a criança estar em fase de crescimento e por isso ter

---

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 105.

necessidades nutricionais mais específicas e, portanto, estaria “mais sensível à desnutrição”<sup>205</sup>. O argumento técnico, nas palavras de Dante Costa,

reside num paradoxo: a criança brasileira, desnutrida, sem educação alimentar e desprovida de gêneros alimentícios, vai à escola primária e dela sai, em quase todo país, na mesma situação: desnutrida, sem educação alimentar e desprovida de gêneros alimentícios, como se não fosse a escola primária, justamente, o lugar de eleição para que tal situação se modificasse. Realmente incube à escola, através de medidas adequadas, suprir a estas três falhas.<sup>206</sup>

Como se pôde notar, a alimentação adequada era fundamental para o desenvolvimento da criança. E, segundo o autor, uma alimentação “errada” na infância prejudicaria a vida adulta em diversos sentidos. Um deles seria o que Dante Costa chamou de “verdadeira ameaça social”: mortalidade infantil e a formação de adultos doentes, chamados pelo autor de “sub-homens”. Esses dois fatores seriam, segundo o argumento de Costa, os responsáveis por impedir o progresso do país.<sup>207</sup> A solução seria, portanto, intervir ainda na infância e impedir que a “má” alimentação e os “maus” hábitos condenassem o país ao tão temido “atraso”.

A infância era vista, principalmente a partir dos anos iniciais do governo de Getúlio Vargas, como uma fase privilegiada para intervenções. Como vimos, o projeto político do estado varguista reforçava a ideia da construção de uma “nova nação” a partir de um “novo homem”. Nesse sentido, a imagem da criança passa a ser associada à imagem da nação que se pretendia construir. Segundo Cristina Fonseca, proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar a própria nação<sup>208</sup>. Questões relativas à infância começam a ganhar destaque e a assistência social à criança começa a surgir como uma política de Estado. De acordo com a autora, em 1933 foi realizada uma grande Conferência Nacional de Proteção à Infância, que contou com a participação de delegados de todos os estados e de representantes de instituições privadas. Ainda segundo Fonseca “os debates realizados durante a conferência contribuíram para a criação, em 1934, da Diretoria de Proteção à Maternidade e

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>208</sup> FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro Governo Vargas. Em: *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 3, nº 2, 1993, p. 102.

à Infância, que estendia pela primeira vez a todo o país a atuação do governo federal nessa área”<sup>209</sup>. A Constituição de 1937 intensificou esse processo ao atribuir ao Estado o dever de garantir cuidados e garantias especiais à infância e juventude:

Art 127 - A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.<sup>210</sup>

A partir da criança se formaria o adulto forte, saudável, trabalhador e capaz de levar o país ao progresso. Era necessário, portanto, trabalhar a criança, moldá-la como futuro cidadão para mudar os rumos do país. Conforme afirmou Cristina Fonseca, infância e nação entrelaçavam-se, formando assim um todo único, como bem indicam as palavras de Getúlio Vargas ao afirmar ‘que é preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança, a alma da própria pátria’”.<sup>211</sup> A partir de sua “plasticidade”, como algo ainda a ser moldado, a criança seria capaz de absorver os novos hábitos – alimentares, higiênicos e comportamentais – propostos pela ciência da época.

Heloisa Helena Pimenta Rocha, em seu livro *A Higienização dos costumes*, aborda o papel da escola primária como espaço privilegiado para “modelar” as crianças paulistas nos moldes de higiene propostos pelos médicos higienistas na década de 1920. De acordo com esse grupo de profissionais, o cérebro infantil era plástico e “virgem de defeitos”, sendo possível inculcar nos escolares os hábitos de higiene considerados corretos. Acreditava-se que não adiantaria sanear o meio em que a população, principalmente os mais pobres vivia, pois o homem – dotado de seus “maus hábitos” – voltaria às “condutas desregradas”<sup>212</sup>. Era

---

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>210</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v4\\_1937.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9) Acesso em 30 de maio de 2017.

<sup>211</sup> FONSECA. *op. cit.*, p. 102.

<sup>212</sup> ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003, p. 180.

necessário, portanto, formar novos hábitos e isso só seria possível através da “plasticidade” da criança.

Eliminar as *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutarés, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil*, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. Eis a tarefa de que se deveria incumbir a escola primária, no bojo da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária, na década de 20. Concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas disciplinares, a escola seria chamada a oferecer a sua poderosa colaboração para o sucesso da ampla *reforma de costumes* visada pelos *homens da ciência*.<sup>213</sup> [grifos da autora]

Processo semelhante deveria acontecer na alimentação, segundo as propostas de Dante Costa e outros nutrólogos e nutricionistas. Educar a criança sobre o que deveria e o que não deveria comer era fundamental para formar brasileiros saudáveis e capazes de se alimentar da forma dita adequada. O alvo era mudar os antigos hábitos alimentares da população. Isso só seria possível através da educação alimentar, modelando a criança e ensinando-a a escolher os alimentos “corretamente”.

A questão alimentar da criança em nosso país não é, contudo, um problema apenas assistencial. Em alimentação pública, no Brasil, é útil assistir, mas é também muito útil educar. Eis porque um vasto programa de educação alimentar à infância está por ser executado entre nós, se quisermos realmente combater o mal social que isso representa para o desenvolvimento futuro da nacionalidade.<sup>214</sup>

Nesse sentido, a educação alimentar não estava apenas relacionada a fatores econômicos. Embora os nutrólogos da época ressaltassem as dificuldades impostas pela pobreza e miséria, não negavam que os “maus” hábitos alimentares ocorriam também entre os que tinham melhor condição social. De acordo com Dante Costa, “a falta de educação alimentar figura, ao lado do pauperismo, para dar ao problema da alimentação no Brasil, as

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>214</sup> COSTA. *op. cit.*, p 52.

suas cores mais graves. Entre os que dispõem de fortuna, a desnutrição alimentar também é grande: o poder econômico só é útil à sociedade quando manejado por mãos educadas.”<sup>215</sup> Era preciso educar a população, ensinando-a a comer e o caminho para isso era começar pelas crianças.

Educar era inculcar, imprimir na criança o desejo consciente de executar as ações esperadas por aqueles técnicos: se alimentar bem, lavar as mãos antes das refeições, beber água, fazer as refeições nos horários, manter-se limpa. Educar até que essas ações se tornassem rotina para as crianças, até que gostassem do que deveriam comer. Conforme definiu o autor:

a educação alimentar é levar à consciência infantil a noção de que ‘um corpo forte é governado por leis que precisamos respeitar’. E ainda mais: ‘devemos inculcar-lhe a ideia de que o alimento deve ser escolhido pelo que irá realizar, como ação útil, no organismo, e imprimir a noção de que, como regra social, precisamos aprender a gostar do que devemos comer. Isso é também educar.’<sup>216</sup>

A educação escolar poderia ser feita em diversos espaços, mas dois lugares eram especialmente privilegiados: o lar e a escola. Ali seriam fixados os “bons” hábitos nas crianças. Dante Costa propôs que a educação alimentar no lar do educando seria feita através das Visitadoras de Alimentação. Na escola seria feita através de projetos, aulas teóricas e práticas, palestras e até efetivamente com a merenda escolar.

Caberia à escola promover educação alimentar e, ao mesmo tempo, transformar a situação de desnutrição de grande parte dos escolares. De acordo com Dante Costa, o dever da escola não era apenas o de instruir e sim de “preparar para a vida”.<sup>217</sup> E essa preparação incluía corrigir a desnutrição e os “maus hábitos alimentares”. Assim definiu o autor as atribuições e deveres da escola:

Cumpra à escola corrigir a desnutrição da criança, cumpra à escola fazer-lhe a educação alimentar, cumpra à escola, até, intervir na produção local de certos gêneros

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>216</sup> *Ibidem*.

<sup>217</sup> *ibidem*, p. 107.



alimentícios. [...] A escola é, cada vez mais, uma força social posta em serviço do progresso do homem e nela existe a oportunidade, que deve ser sempre aproveitada, de tornar-se um local de combate à desnutrição infantil.<sup>218</sup>

Independente do lugar ou meio, a expectativa era que o escolar fosse modelado a partir dos princípios da Nutrição da época. Mais que isso, que essa criança “plasmada” pudesse levar à família os novos hábitos de alimentação.

Além da educação alimentar, a relação entre a escola e o lar poderia ser também expressa no papel atribuído por Dante Costa às mães e professoras. De acordo com o autor, os escolares desnutridos ou subnutridos evidenciavam sua condição doentia através de sinais. Os traços físicos mais comuns seriam: palidez, “peito chato”, pernas tortas, dentes careados, “ventre aumentado”, fadiga e prisão de ventre frequente. Poderiam também ser acompanhados de sintomas psicológicos, tais como: distração, indolência, “moleza”, lentidão, desatenção e irritação. Esses seriam os meios de reconhecer, na escola e no lar, os “meninos e meninas desnutridos”<sup>219</sup>. Desse modo, caberia à mãe e à professora identificar os sinais de desnutrição e tomar as devidas medidas. Conforme defendeu o autor, “a mãe e a professora devem estar atentas à realidade física da criança escolar, à sua vitalidade e ao seu rendimento intelectual e procurar um médico sempre que tais deficiências se tornarem percebidas”.<sup>220</sup>

Dante Costa trata a questão de forma pragmática, e em certo ponto até simplificada. Não sugere recursos para o preparo de ambas – mãe e professora – para que pudessem identificar os sinais de desnutrição nos escolares. Atribui a elas o papel de vigilante das condições nutricionais da criança como uma obviedade. Não considerando as diferentes condições sociais e econômicas e o grau de instrução, principalmente das mães. Naturaliza, assim, o papel das mães que, apenas por serem mães, elas deveriam ser vigilantes do estado de saúde de seus filhos. Como se todas elas conseguissem diferenciar uma preguiça momentânea de doenças, ou como se toda cárie dentária fosse um sinal de desnutrição. As professoras teriam um aparato melhor para identificar os escolares desnutridos. Dante Costa sugeriu que as crianças fossem pesadas e medidas na escola com alguma regularidade. Assim,

---

<sup>218</sup> *Ibidem*.

<sup>219</sup> *Idem. Merendas Escolares*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 6.

<sup>220</sup> *Ibidem*, pp 6-7.

as professoras poderiam identificar aquelas que não ganhavam peso ou não cresciam. Porém, não sabemos o grau de conhecimento que as professoras possuíam e que lhes permitiria instrumentalizar os dados de pesagem e medição de seus alunos.<sup>221</sup>

## 2.5. - Uma coadjuvante com papel de protagonista: cardápios de “merenda adequada”

O elo da conjunção casa/escola seria a merenda escolar. Do ponto de vista de Dante Costa, a escola seria uma continuidade do lar. E de certa forma, o lar seria um prolongamento da escola, no sentido de que ali seriam colocados em prática os princípios inculcados na criança. Costa, em seu livro *Merendas Escolares*, propôs alguns cardápios de merendas para serem preparadas no lar e levadas para a escola. E assim define esse tipo de refeição:

A merenda é uma pequena refeição, de digestão fácil e valor nutritivo bastante, realizada no intervalo da atividade escolar. Ela constitui um dos muitos traços de união entre a casa e a escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas disso encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar.<sup>222</sup>

A função atribuída à merenda era “coadjuvar com as três outras refeições – desjejum, almoço e jantar – para que seja assegurada uma boa alimentação ao escolar”.<sup>223</sup> Essa atribuição de coadjuvante seria razoável, não fosse a ressalva feita logo em seguida, na qual Costa destacara que, no Brasil, a merenda poderia corrigir “certas deficiências alimentares muito comuns em nosso povo”<sup>224</sup>. Apesar de seu caráter de “pequena e fácil” refeição, a merenda recebia um peso de importância que muito dificilmente ela daria conta. Mas, poderia chegar quase lá, uma vez que as sugestões de merendas elaboradas por Dante Costa eram ricas em nutrientes pois “combinavam os alimentos” de modo a “atender as necessidades

---

<sup>221</sup> Infelizmente, na pesquisa aos arquivos, não encontrei currículos dos cursos de formação de professores. Dessa forma, não foi possível mensurar o preparo que as normalistas tinham sobre alimentação e nutrição. A única referência encontrada foi a menção a cursos de especialização no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) para professoras já formadas. Um desses era o “Curso de aperfeiçoamento em educação pré-primária”, para professoras formadas em com dois anos de experiência docente. Uma das disciplinas do curso era “Higiene e Nutrição”. Contudo, não conta nos arquivos a ementa das disciplinas.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>224</sup> *Ibidem*.

nutritivas” dos escolares. Para comprovar o valor nutricional das merendas, o autor acrescentou na segunda edição do livro uma tabela constando a quantidade de nutrientes presentes nas refeições.

Desse modo, no livro constam vinte e cinco cardápios de merendas para serem feitas em casa e levadas para a escola. Os menus foram elaborados ponderando as especificidades das regiões do país, considerando os alimentos disponíveis e, em certa medida, os hábitos alimentares daquela população. De acordo com o autor, as sugestões de merendas “foram feitas com a intenção de servir aos brasileiros, isto é, foram organizadas com os nossos recursos alimentares, que não são os mesmos em todas as regiões”.<sup>225</sup> A proposta de regionalizar as merendas possibilitava manter alguns hábitos alimentares da população, mas evitando o que os nutrólogos chamavam de monotonia alimentar, uma vez que conjugava esses alimentos com outros. A regionalização da merenda aponta para a intenção de formar nas crianças novos hábitos alimentares, comendo os alimentos próprios de cada região, mas comendo também os que eram recomendados pelos profissionais, como o leite que estava presente em quase todos os cardápios do livro. Outro fato, não menos importante, é que alguns alimentos próprios de determinadas regiões eram sugeridos como troca por outros que eram difíceis de serem encontrados, como o pão em algumas localidades.

Alguns cardápios de merenda sugeridos no livro merecem ser analisados para melhor exemplificar a propostas do autor. É o caso da merenda número um. Feita para as regiões Nordeste e Sul do país<sup>226</sup>, tem a peculiaridade de sugerir um pedaço de rapadura, doce muito comum nessa parte do país. Além de ser um hábito na região comer rapadura, ela era também uma opção para o doce, tão apreciado pelas crianças. Ao invés de comerem doces industrializados, elas comeriam a rapadura, feita a partir da cana-de-açúcar.

---

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>226</sup> Em 1941 os estudos da Divisão Regional do IBGE, sob a coordenação do Prof. Fábio Macedo Soares Guimarães, sistematizaram as diversas “divisões regionais” do território que vinham sendo feitas, estabelecendo uma única Divisão Regional do Brasil, aprovada em 1942 através da Circular nº 1 da Presidência da República. Dessa forma, a divisão regional do país ficou dividida da seguinte forma: REGIÃO NORTE – Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Acre; REGIÃO CENTRO – Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais; REGIÃO LESTE – Bahia, Sergipe e Espírito Santo; REGIÃO NORDESTE – Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas; REGIÃO SUL – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/divisaoregionalbrasil.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2016.

### Imagem 1: cardápio de merenda n° 1<sup>227</sup>

MERENDA N. 1	
Sanduíche de carne — Um copo de leite	
Um pedaço de rapadura	
(Nordeste e Sul)	
ALIMENTOS NECESSÁRIOS	VALOR NUTRITIVO
Pão .....	50 g
Manteiga .....	12 "
Carne .....	60 "
Leite .....	200 "
Rapadura .....	30 "
Gord. ..	21,09 g
Prot. ..	23,11 "
H. Carb.	61,47 "
Ferro ..	0,0029 g
Cálcio ..	0,289 "
Fósf. ..	0,434 "
Vit. A .....	759,7 U.I.
Vit. B1 .....	0,235 mg
Vit. B2 .....	0,603 "
Vit. C .....	4 "
Vit. D .....	16 "
Calorias : 542,205	

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 21.

Já a merenda número 5 é especial por ser uma sugestão para regiões onde não havia pão ou onde seu consumo não era habitual. Nesse caso, sugere-se farinha de mandioca e bolo de milho. Para o bolo, havia, junto ao cardápio, uma receita com os ingredientes a serem usados. Seguindo a receita, a dona de casa faria o bolo mantendo os valores nutricionais previstos por Dante Costa para este cardápio.

Já a farinha de mandioca seria misturada na banana, um antigo hábito alimentar nas regiões norte e nordeste do país. De acordo com Câmara Cascudo, essa mistura se deve a crença de que algumas frutas fariam mal à saúde e “para diminuir a reuma das frutas, recorrem à farinha que a neutralizam”. Cascudo cita um antigo ditado baiano: “Para que a fruta mal não lhe faça, dê-lhe com a massa”.<sup>228</sup> A massa era a farinha de mandioca. Nota-se aqui um fato curioso, a recomendação da farinha de mandioca num momento em que a nutrologia da época condenava esse alimento, que sempre esteve amplamente presente na

<sup>227</sup> Os cardápios do livro *Merendas Escolares* foram repetidos no livro *Alimentação do Escolar*. As imagens foram digitalizadas desse livro devido a estar mais conservado que o *Merendas Escolares* e, portanto, nos possibilitando aqui uma melhor visualização.

<sup>228</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, 3. Ed. São Paulo, Global, 2004, p. 764.

mesa dos brasileiros. Segundo Érico Muniz, “a farinha de mandioca assumiu na história do Brasil a condição de alimento dos pobres mediante sentença do discurso higienista e das comunidades científicas”<sup>229</sup>. Foi organizada uma verdadeira “cruzada” de combate à mandioca, com destaque para o papel do SAPS que, conforme demonstrou Muniz, buscava combater o consumo daquele alimento de diversas formas, muitas delas ditas educativas. No entanto, diante desse paradoxo, ao vermos Dante Costa recomendando a farinha, podemos inferir que o “problema” era o consumo excessivo que a população fazia. Os adultos já estavam impregnados do “mal hábito” de comer farinha de mandioca em excesso e por isso precisam ser educados. Mas as crianças não, a elas ainda restava tempo para aprender a comer a mandioca na “medida certa”.

### Imagem 2: cardápio de merenda nº 5

ALIMENTOS NECESSÁRIOS		VALOR NUTRITIVO	
<b>MERENDA N. 5</b> Duas bananas machucadas com farinha de mandioca Um copo de leite — Um pedaço de bôlo de milho (Regiões onde não há pão)			
Bananas (2) . . . . .	100 g	Gord. . . . .	17,10 g
Farinha de mandioca . . . . .	15 "	Prot. . . . .	14,06 "
Leite . . . . .	200 "	H. Carb. . . . .	92,92 "
Açúcar . . . . .	15 "	Ferro . . . . .	0,0017 g
Bôlo de milho . . . . .	80 "	Cálcio . . . . .	0,286 "
		Fósf. . . . .	0,327 "
		Vit. A . . . . .	1.354 U.I.
		Vit. B1 . . . . .	0,257 mg
		Vit. B2 . . . . .	0,616 "
		Vit. C . . . . .	13,1 "
		Vit. D . . . . .	22,7 U.I.
		Calorias :	595,381
NOTA : Para o preparo do bôlo de milho, utilizar a seguinte receita :			
Açúcar . . . . .	20 g		
Fubá de milho . . . . .	20 "		
Manteiga . . . . .	8 "		
Leite . . . . .	15 "		
Ovo . . . . .	20 "		
Fermento . . . . .	1 "		

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 23.

A merenda número 10 foi proposta novamente para a região Nordeste e possui dois alimentos muito comuns entre aquela população, a rapadura e o caju. A presença dessa fruta na merenda era, possivelmente, para enriquecer a dieta da criança com vitamina C, já que o caju era uma grande fonte dessa vitamina. Vencer os hábitos alimentares da população brasileira era um grande desafio para os nutrólogos da época. Um dos costumes mais

<sup>229</sup> MUNIZ. *op. cit.*, p. 86.

combatidos era o de não comer frutas, ou comer sempre as mesmas, sem variedade alguma. Para superar este obstáculo, os nutrólogos e nutricionistas recorreram a algumas estratégias como os artigos publicados no *Boletim do SAPS* e os conselhos dados no Consultório de Alimentação Popular, da mesma autarquia<sup>230</sup>. Principalmente durante as décadas de 1940 e 1950, as frutas típicas das diversas regiões do país foram estudadas por pesquisadores, sobretudo os ligados ao SAPS. É o caso do caju, que surgiu como queridinho dos nutrólogos após 1950, ano em que técnicos do SAPS divulgaram os resultados de suas pesquisas destacando a fruta como uma das principais fontes de vitamina C. Naquele mesmo ano o tema do baile de carnaval da autarquia foi “No reino das vitaminas” e o rei desse reino era o caju.<sup>231</sup>

**Imagem 3: cardápio de merenda nº 10**

ALIMENTOS NECESSÁRIOS		VALOR NUTRITIVO	
MERENDA N. 10			
Sanduíche de requeijão fresco			
Dois cajús maduros — Um pedaço de rapadura			
(Nordeste)			
Pão . . . . .	50 g	Gord. . . . .	17,97 g
Manteiga . . . . .	12 "	Prot. . . . .	13,97 "
Requeijão (fresco) . . . . .	30 "	H. Carb. . . . .	77,46 "
Cajú (2) . . . . .	70 "	Ferro . . . . .	0,0022 g
Rapadura . . . . .	50 "	Cálcio. . . . .	0,283 "
		Fósf. . . . .	0,229 "
		Vit. A . . . . .	1,851 U.I.
		Vit. B1 . . . . .	0,040 mg
		Vit. B2 . . . . .	0,068 "
		Vit. C . . . . .	130 "
		Vit. D . . . . .	10 U.I.
		Calorias :	527,151

NOTA : O cajú é uma das melhores fontes brasileiras de Vit. C. Devemos considerar essa fruta como de alto valor vitamínico C. Ver os trabalhos de G.H. de Paula e Sousa *et al.*

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 25.

<sup>230</sup> FOGAGNOLI, Marcela. “Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2011.

<sup>231</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1950.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1950.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1950.

A população do Amazonas também recebeu uma sugestão de merenda, um tanto quanto exótica para nossa época e costumes nas demais regiões do país. No cardápio, sanduíche de peixe com agrião acompanhado de ovo de tartaruga ou tracajá<sup>232</sup>. Dante Costa parte de alimentos regionais para sugerir uma merenda rica em ferro, proteínas e fósforo<sup>233</sup>.

**Imagem 4: cardápio de merenda nº 22**

ALIMENTOS NECESSÁRIOS		VALOR NUTRITIVO	
Pão . . . . .	70 g	Gord. . . . .	18,23 g
Peixe . . . . .	60 "	Prot. . . . .	22,29 "
Agrião . . . . .	30 "	H. Carb. . . . .	70,06 "
Ovo . . . . .	50 "	Vit. A . . . . .	1.813 U.I.
Suco de laranja . . . . .	120 "	Vit. B1 . . . . .	0,293 mg
Açúcar . . . . .	20 "	Bit. B2 . . . . .	0,362 "
Manteiga . . . . .	12 "	Vit. C . . . . .	83 "
		Vit. D . . . . .	34 U.I.
		Calorias :	542,306

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 31.

Essa e outras – para não dizer todas – merendas se mostravam um tanto quanto dispendiosas para a maioria da população. A merenda acima sugeria que na mesma refeição a criança comesse peixe e ovo, comer com duas proteínas (ou com duas “misturas” como se dizia na linguagem popular) não era comum, sobretudo para os mais pobres. A merenda número 4, sugeria no mesmo cardápio os seguintes alimentos: pão, galinha, leite, manteiga, açúcar, laranja, alface e tomate. Desses, três eram de origem animal – leite, manteiga e galinha – e custavam mais. Havia, inclusive, um ditado entre os mais antigos que dizia que comer galinha durante a semana era sinal de doença: de quem come ou da galinha.

<sup>232</sup> O tracajá é uma tartaruga de água doce encontrada nos rios amazônicos, possui cerca de 50 cm. Seus ovos são apreciados na culinária local. Um dos pratos mais comuns com ovos de tracajá é o arabu (também conhecido como mujangüê), uma mistura feita com os ovos, açúcar e farinha de mandioca.

<sup>233</sup> Segundo a tabela de referências do autor. COSTA. *Merendas Escolares*. op. cit., p. 23.

### Imagem 5: cardápio de merenda nº 4

ALIMENTOS NECESSÁRIOS		VALOR NUTRITIVO	
MERENDA N. 4			
Sanduíche de galinha, alface e tomate			
Um copo de leite			
Uma laranja			
Pão .....	50 g	Gord. . . . .	27,90 g
Galinha .....	50 "	Prot. . . . .	21,40 "
Alface .....	30 "	H. Carb. . . . .	62,68 "
Tomate .....	30 "	Ferro . . . . .	0,0028 g
Manteiga .....	12 "	Cálcio . . . . .	0,359 "
Leite .....	200 "	Fósf. . . . .	0,459 "
Açúcar .....	15 "	Vit. A .....	2.460 U. I.
Laranja .....	100 "	Vit. B1 .....	0,303 mg
		Vit. B2 .....	0,596 "
		Vit. C .....	79,5 "
		Vit. D .....	16 U.I.
		Calorias :	591,669

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 22.

Sobre o custo das merendas sugeridas, Dante Costa argumentou que alguns alimentos poderiam ser caros em determinadas regiões e baratos em outras. Cita como exemplo a uva, “se a uva é cara no Rio, caríssima nos estados do norte, por exemplo, ela é abundante, em certos meses de colheita, baratíssima, no interior do Rio Grande do Sul, em certas regiões paulistas, paranaenses, etc.”<sup>234</sup>. A galinha é outro exemplo citado. Cara no Rio de Janeiro, só podendo ser consumida pelas famílias ricas, porém não o era nas cidades do interior, “nas quais a produção rural permite que essa ave seja familiar ao pobre”. Familiar ao pobre ela era, mas geralmente as galinhas eram criadas para dar ovos ou para serem vendidas. Os argumentos do autor, portanto, não dão conta do problema pois, como vimos, um cardápio com tantos alimentos dificilmente faria parte do cotidiano da maioria das famílias no país.

No livro *Alimentação do Escolar*, Dante Costa repetiu os 25 cardápios de merenda e concluiu a primeira parte do livro dizendo que “as merendas [...] propostas destinam-se a setores mais diversos do imenso corpo nacional”<sup>235</sup>. Contudo, um inquérito alimentar

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>235</sup> COSTA. *Alimentação do Escolar*. *op. cit.*, p. 37.



realizado por Costa no SAPS em 1942 mostrou que na capital federal muitas crianças escolares não faziam nem a primeira refeição do dia de forma satisfatória – para os padrões nutricionais da época. Em que pese a importância do estudo e das 25 sugestões de merendas elaboradas por Dante Costa, deve-se questionar o seu alcance para a maior parte da população e refletir que tipo de escolar tinha condições financeiras de levar sua própria merenda para a escola e que tipo de merenda era essa. No entanto, nossa intenção aqui não é discutir a aplicabilidade das sugestões de merenda, pois isso foge nosso alcance. O que se pretende é discutir as propostas de Dante Costa para alimentação escolar a partir da observação do que sugeriu como possíveis refeições. Importa-nos notar o que ele considerava como “merenda ideal” e o quanto essa merenda estava alinhada aos preceitos da nutrição que surgia naquele momento.

E a “merenda ideal”, a coadjuvante com papel de protagonista, deveria ser elaborada a partir das especificidades das diversas regiões do país. Considerando, na medida do possível, os hábitos alimentares que “não poderiam ser esquecidos”<sup>236</sup>. Deveria também ser variada, com alimentos combinados harmonicamente do ponto de vista nutricional. E, claro, com um elemento quase sempre presente, o leite.

## **2.6. - Mensurando o problema: o inquérito alimentar dos escolares**

Dante Costa e técnicos do SAPS fizeram um inquérito alimentar em 1942 que buscou revelar a situação nutricional de uma parte dos escolares do Rio de Janeiro, capital federal. O objetivo da pesquisa era identificar e mensurar a incidência de sinais de desnutrição nas crianças pertencentes a famílias de trabalhadores. Os resultados da pesquisa revelaram um quadro de desnutrição e doenças, chamando atenção dos profissionais da saúde e da nutrição e de governantes para o problema. O resultado imediato do inquérito foi a implantação do Desjejum Escolar no SAPS Central, um programa de distribuição de uma refeição matinal para os escolares.

---

<sup>236</sup> *Idem. Merendas Escolares. op. cit.*, p. 8.

O inquérito foi realizado com escolares entre 7 e 14 anos, moradores de bairros populares como São Cristóvão, Rocha, Penha e Encantado.<sup>237</sup> No total, 583 crianças participaram do inquérito, a maioria alunos de escolas públicas. Na tabela abaixo, temos a quantidade de crianças participantes divididas por idade.<sup>238</sup>

Idade (anos)	Número de crianças
7	48
8	55
9	83
10	92
11	109
12	89
13	71
14	36
Total	583

A pesquisa foi feita com base em exames clínicos e no preenchimento de ficha, em conjunto com as famílias, conforme imagem 6. Entre agosto e outubro de 1942, os escolares foram diariamente pesados, medidos e examinados na Seção Técnica do SAPS. Não houve exames patológicos e laboratoriais, apenas a verificação de sinais clínicos de desnutrição ou subalimentação. Dante Costa justifica essa opção afirmando ser difícil fazer exames mais específicos quando a pesquisa abrange um número elevado de participantes.

É difícil realizarem-se em grupos humanos extensos certas finas verificações de ordem química, sendo elas de preferência efetuadas quando o material de pesquisa não inclui número muito elevado de indivíduos. Para as pesquisas de massa tem vantagem práticas os sinais clínicos, cuja validade científica é expressiva e aceita, se a pesquisa é bem conduzida, apesar da margem de erro que a verificação também acarreta.<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> *Idem. Alimentação do Escolar. op. cit., p. 55.*

<sup>238</sup> *Ibidem, p. 56*

<sup>239</sup> *Ibidem, p. 80.*

Com relação ao perfil socioeconômico das crianças, Dante Costa descreveu como muito baixo. Os escolares eram filhos de trabalhadores com salário médio familiar de Cr\$ 368,59, ou seja, um pouco mais que um salário mínimo<sup>240</sup>. Cada criança possuía uma ficha preenchida com informações de seu estado nutricional, a fim de verificar possíveis sinais de desnutrição ou carência alimentar. Nela, havia uma seriação de sintomas clínicos – como diarreia, falta de apetite – e informações de cunho social, consumo de desjejum insuficiente, mais especificamente. Os técnicos do SAPS determinaram como mínimo para a primeira refeição do dia 150g de leite, 50g de pão e manteiga.

**Imagem 6: Ficha de verificação dos sinais de deficiência nutritiva. Inquérito Desjejum Escolar**

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Secção Técnica  
DESJEJUM ESCOLAR  
(Ficha de verificação dos sinais de deficiência nutritiva)

Ficha n.º ..... Data, / / 42.  
Nome .....  
Idade ..... Peso..... Altura.....

SINAIS DE DEFICIÊNCIA NUTRITIVA

Falta de apetite .....	Palidez .....
Consumo dum desjejum insuficiente.....	Pele de sapo (áspera).....
Diarréia crônica .....	Posição corporal defeituosa .....
Retardamento escolar .....	Afecções da comissura labial (boqueira, sapinho, quelose, etc.) ..
Frequentes infecções respiratórias .....	Taquicardia (pulso) .....
Fotofobia .....	Rubefação da língua .....
Redução do panículo adiposo.....	Dismorfias cranianas.....
Enrugamento da pele friccionada .....	Hiperplasia da munheca.....
Tonicidade muscular deficiente .....	Rosário costal .....
Anomalias dentárias .....	Ângina, aftas .....
Estado nutritivo .....	
Observações .....	

Fig. 1 — Modelo da ficha utilizada.

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 67.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 57.

O salário mínimo em 1942 era de Cr\$240,00. Fonte: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2016.

Dentre os resultados obtidos, verificou-se que apenas 19,6% das crianças examinadas realizava a refeição mínima estipulada pelos técnicos do SAPS. As crianças de 13 anos apresentaram o índice mais alto de consumo insuficiente do desjejum estipulado pelos técnicos como ideal. Conforme mostra o quadro<sup>241</sup> abaixo:

**Imagem 7: Porcentagem dos escolares que apresentaram consumo insuficiente do desjejum estabelecido**

QUADRO N.º 3  
CONSUMO DUM DESJEJUM INSUFICIENTE

Idade (anos)	Porcentagem
7	81,3 %
8	76,4 %
9	80,7 %
10	81,5 %
11	79,8 %
12	82,0 %
13	88,7 %
14	63,9 %

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 62.

Ao todo foram enumerados 20 sinais de desnutrição ou carência alimentar nos escolares. Dante Costa relacionou pelo menos um desses sinais a uma possível deficiência de vitaminas ou minerais. A palidez, por exemplo, foi o segundo sinal mais frequente nas crianças examinadas e foi relacionada à provável deficiência de ferro. Sinais como retardamento escolar e posição corporal defeituosa foram relacionados à subalimentação da criança causada, segundo Costa, principalmente, por um desjejum insatisfatório.<sup>242</sup> Segue abaixo a tabela<sup>243</sup> com o percentual dos sinais de carências alimentares identificados nos exames clínicos.

<sup>241</sup> COSTA. *Alimentação do Escolar*. op. cit., p. 62.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 63.

### Imagem 8: sinais de carências nutricionais identificados

Relaciono, a seguir, em ordem decrescente, todos os sinais, pela freqüência apresentada :

1.	Consumo de desjejum insuficiente .....	80,4 %
2.	Palidez .....	63,3 %
3.	Tonicidade muscular deficiente .....	63,0 %
4.	Redução do panículo adiposo .....	62,6 %
5.	Posição corporal defeituosa .....	55,6 %
6.	Freqüentes infecções respiratórias .....	55,7 %
7.	Taquicardia .....	50,9 %
8.	Retardamento escolar .....	40,5 %
9.	Angina, aftas .....	33,8 %
10.	Diarréia crônica .....	32,1 %
11.	Falta de apetite .....	26,9 %
12.	Fotofobia .....	26,2 %
13.	Anomalias dentárias .....	17,5 %
14.	Rubefação da língua .....	14,4 %
15.	Pele de sapo .....	12,2 %
16.	Enrugamento da pele friccionada .....	9,6 %
17.	Dismorfias cranianas .....	5,1 %
18.	Hiperplasia da munheca .....	3,8 %
19.	Afecções da comissura labial .....	3,3 %
20.	Rosário costal .....	0,5 %

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 63.

A carência de vitamina A seria responsável por sinais como infecções respiratórias frequentes, fotofobia, enrugamento da pele friccionada, anomalias dentárias, “pele de sapo”, angina e aftas. Ou seja, cerca de 30% dos sinais de carência alimentar e desnutrição identificados nas crianças relacionavam-se à deficiência de vitamina A. Como uma possível solução para o problema, Dante Costa citou o aumento do consumo de leite e manteiga, pois essas seriam fontes importantes de vitamina A.

O quadro seguinte apresenta as carências nutricionais mais frequentes em cada idade das crianças examinadas.

### Imagem 9: Quadro com a carência dos nutrientes por idade

QUADRO N.º 5  
FREQÜÊNCIAS, NAS DIVERSAS IDADES, DAS DEFICIÊNCIAS ALIMENTARES ENCONTRADAS.

IDADE (anos)	N.º DE crianças	VITAMINA A		COMPLEXO B		VITAMINA B		VITAMINA C		VITAMINA D		CÁLCIO		FÓSFORO		FERRO		PROTEÍNAS	
		Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)	Nos absolutos	Nos relati- vos (%)
7.....	48	43	89,6	25	52,1	42	87,5	39	81,3	22	45,8	28	58,3	22	45,8	33	72,9	43	89,6
8.....	55	50	90,9	28	50,9	52	94,5	48	87,3	21	38,2	32	58,1	21	38,2	36	65,5	48	87,3
9.....	83	69	83,1	39	47,0	73	88,0	63	75,9	29	34,9	57	68,6	29	34,9	56	67,5	72	86,7
10.....	92	78	84,8	50	54,3	81	88,0	73	79,3	27	29,3	63	68,4	27	29,3	56	60,9	71	77,2
11.....	109	89	81,7	43	39,4	94	86,2	80	73,4	17	15,6	70	64,2	17	15,6	71	65,1	89	81,7
12.....	89	68	76,4	41	46,1	71	79,8	64	71,9	12	13,5	65	61,7	12	13,5	56	62,9	67	75,3
13.....	71	54	76,1	19	26,8	45	63,4	43	60,6	9	12,7	54	76,0	9	12,7	41	50,00	56	78,9
14.....	36	26	72,2	11	30,6	23	63,9	24	66,7	4	11,1	25	69,4	4	11,1	18	50,0	24	66,7
Total.....	583	477	81,8	256	43,9	481	82,5	411	24,2	141	24,2	384	65,8	141	24,2	367	63,0	470	80,6

FONTE: COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. DF: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 65.

Ciente de que a pesquisa representava apenas uma pequena parcela da população, o autor defendeu que os resultados seriam uma denúncia da grave situação alimentar dos brasileiros. Tal situação atingia principalmente as crianças e atingiria diretamente o futuro da nação, uma vez que resultaria numa população fraca, escassa e inapta para o trabalho. Dante Costa relacionou essas carências com os hábitos alimentares, nesse caso, dos cariocas. A carência de Tiamina – vitamina B, por exemplo, foi encontrada em 82,5%<sup>244</sup> dos escolares e estaria diretamente relacionada a dieta da população mais pobre. Conforme justifica o autor:

A tiamina é muito espalhada nos principais alimentos, porém, não existe neles, geralmente, em grande concentração. É fácil encontrar alimentos que possuam esta vitamina, porém, não é possível obtê-la em altas concentrações num só alimento. [...] A extensão [...] da distribuição da tiamina nos alimentos é enorme. Mais vale, porém, insistir na necessidade de uma ingestão abundante e regular de alimentos previamente escolhidos, como meio de melhor atender às necessidades tiamínicas do organismo. [...] Os países de economia pobre possuem quase sempre a carência tiamínica e entre os males de que padecem as suas populações menos protegidas. [...] Além das

<sup>244</sup> Idem, p. 64.

dificuldades relativas à riqueza das fontes alimentares há ainda o fator econômico: carnes, leite, frutas são logo abandonados nos momentos de crise e nem sempre figuram nas dietas habituais das classes pobres.<sup>245</sup>

Outra carência apontada na tabela é a de proteínas, presente em 80,6% das crianças examinadas. Segundo Dante Costa a razão também estaria relacionada à condição econômica: “os alimentos proteicos são menos acessíveis às famílias de baixo salário. A falta de leite e de carne e de ovos na mesa dos trabalhadores de baixa economia, nesta cidade, fato que qualquer observação empírica constata, encontra em nossos resultados possível comprovação”.<sup>246</sup> De fato, observando os conselhos alimentares de Dante Costa em seus livros, assim como de outros nutrólogos, podemos presumir que os principais alimentos fontes de proteínas (carne, leite e derivados, ovos) eram poucos consumidos pela população que, por questões econômicas e culturais, optavam por comer alimentos como farinhas, arroz e feijão.

Não nos resta dúvida sobre a importância desse inquérito. Para seus contemporâneos ele foi como um retrato, ilustrando a situação alimentar de alguns escolares no Rio de Janeiro. Apesar de representar apenas uma parcela de um universo muito maior de crianças, o inquérito chamou a atenção dos profissionais da nutrição para o problema da alimentação e da saúde dos escolares de um modo mais geral, sobretudo dos mais pobres. Dante Costa resumiu o inquérito alertando sobre a alimentação insuficiente dos escolares.

Pode-se concluir que as crianças examinadas devem estar submetidas a regimes alimentares muito deficientes, sem as indispensáveis cotas de nutrientes capazes de lhes protegerem eficazmente a saúde e o desenvolvimento. Os resultados clínico-estatísticos denunciam, assim, insuficiente alimentação e situação nutritiva de baixo valor para o bem-estar da criança escolar.<sup>247</sup>

Mas não foi apenas para seus contemporâneos que o inquérito contribuiu. Para nós, pesquisadores e escafandristas do tempo, esse retrato, embora em preto e branco, dá indícios sobre um passado que colocava a alimentação do escolar em questão. Sem os recursos que as

---

<sup>245</sup> COSTA, Dante. *Tratado de Nutrição*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1947, pp 390-391.

<sup>246</sup> COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 66.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 93.

fotografias de hoje possuem, a imagem desse retrato não é perfeita. E, assim como toda foto, ela não expressa a totalidade da paisagem, é cortada pelo ângulo e escolha do fotógrafo. Somos, portanto, limitados pelo retratista. Reféns de suas escolhas, daquilo que ele optou por mostrar e também do que escondeu.

Assim sendo, em que pese a incontestável contribuição e importância do inquérito feito por Dante Costa, ele nos leva a algumas reflexões. A pesquisa foi seguida da implantação de um serviço no SAPS chamado Desjejum Escolar, sobre o qual veremos no capítulo seguinte. Mas, resumidamente, consistia num café da manhã diário e gratuito servido aos escolares no Restaurante Central, na Praça da Bandeira. Não todos, apenas os filhos de trabalhadores cadastrados no SAPS e que apresentassem – antes de receberem o desjejum – a merenda que levavam para a escola. Esse fato pode justificar a ênfase da pesquisa nos resultados sobre desjejum. Afinal, apesar da importância dessa refeição, almoço e jantar são, por via de regra, em nossa cultura, mais ricos em calorias e mais nutritivos. Logo, carências nutricionais tendem a apontar mais para a insuficiência dessas refeições. Embora Dante Costa não tenha negado isso, o “peso” dado ao desjejum merece ser refletido.

Outra questão que se coloca é a refeição considerada por Dante e os técnicos do SAPS como “mínima”: 150g de leite, 50g de pão e manteiga. Pelos índices de carência nutricional mostrados no inquérito, é possível imaginar que para a maioria daqueles escolares essa refeição estava mais para um banquete do que para “mínima”. Portanto, 80,4% das crianças, segundo a pesquisa, não consumiam um desjejum satisfatório para os técnicos do SAPS. É provável que comessem uma refeição mais simples, correspondente a realidade de muitas daquelas famílias.

Na busca por respostas que para o problema alimentar brasileiro, empreendida por um grupo de nutrólogos e nutricionistas no país, destaca-se o médico nutrólogo Dante Costa. Ele foi um dos principais referenciais da alimentação racional, que começava a se delinear na década de 1940 como solução para a “má” alimentação da população a partir da imposição de novos hábitos alimentares através de educação alimentar. Costa atuou em instituições públicas na implementação de políticas de assistência social na área da alimentação. Porém, seu campo mais forte de atuação foi o SAPS. Ali atuou como professor e chefe da Seção Técnica da autarquia.



Em seus escritos, Dante Costa se destaca por suas explicações socioeconômicas para o problema alimentar brasileiro. Considerou que esse estivesse também relacionado a fatores como a pobreza e a distribuição e produção de certos alimentos. Defendeu que os hábitos alimentares da população deveriam mudar. Mas, junto a isso, levantou as bandeiras da distribuição das terras e do fim da pobreza e das injustiças sociais. Socialista e membro fundador do PSB, seguiu sua militância em sua profissão, atuando no sentido de contribuir para melhoria da alimentação, sobretudo dos trabalhadores e escolares.

A infância e os escolares estiveram presentes em boa parte de sua produção intelectual. Considerava que as crianças eram as que mais sofriam os efeitos negativos da desnutrição, afetando seu crescimento e saúde. Além disso, via as crianças como mais fáceis de absorver os preceitos da alimentação racional e assimilar novos hábitos. O futuro da alimentação e do país estava, portanto, nas crianças. E assim, Dante Costa dedicou-se a escrever propondo medidas para corrigir o quadro de desnutrição na maior parte das crianças brasileiras e recursos para promover a educação alimentar com esse grupo. Nesse sentido, a merenda escolar foi escolhida como um “ponto chave”. Ela supriria as carências nutricionais dos escolares ao passo que seria também um elo entre a escola e o lar das crianças. Sugeriu cardápios de merendas para serem feitas em casa e levadas à escola. Apesar de toda problematização em torno dessas sugestões, não se pode negar sua importância, pois colocaram a alimentação do escolar em questão.

Além das sugestões de merenda e o papel de importância a ela atribuído, Dante Costa implementou o primeiro “projeto piloto” merenda escolar para os filhos dos trabalhadores através dos desjejuns escolares do SAPS.

Como podemos observar, Dante Costa teve notável contribuição para alimentação dos escolares. Em suas publicações, escreveu incansavelmente sobre esse tema e sua trajetória profissional possibilitou que contribuísse de diversas formas nesse sentido. O caminho da alimentação escolar no Brasil é profundamente marcado por seus esforços. A maior política de assistência aos escolares do país foi, sem dúvida, a merenda escolar e a contribuição de Costa foi fundamental para as possibilidades e caminhos desse ousado projeto de alimentar uma “pequena nação”.

### 3 - UM GIGANTE ALIMENTANDO OS PEQUENINOS: A AÇÃO EDUCATIVA DO SAPS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES

O trabalhador, no SAPS, não recebe apenas uma boa alimentação. É educado ao mesmo tempo na arte de saber comer, é orientado sobre a escolha dos alimentos, é esclarecido sobre a melhor maneira de alimentar a mulher e filhos de acordo com os seus recursos e, finalmente, é preparado para saber como defender a saúde contra os perigos dos erros alimentares.<sup>248</sup>

O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) é, provavelmente, o mais importante marco institucional que inaugura políticas de alimentação e nutrição no país. Destaca-se por sua ação de assistência alimentar através das refeições servidas em seus restaurantes, por ter representado um importante espaço de formação profissional e pela função educativa que desempenhou.

Analisar a implementação da merenda escolar como um projeto nacional implica em conhecer o SAPS, pois foi o centro de um importante projeto estatal de alimentação. Este serviço fora o lugar de atuação profissional de Dante Costa, que, como vimos, foi o mais importante nutrólogo no campo da alimentação escolar. Além disso, a estrutura da autarquia e as ações de Dante Costa e do grupo pertencente à Seção Técnica do SAPS resultaram em estudos, pesquisas e projetos concernentes à alimentação infantil. Neste órgão foi instituído o Desjejum Escolar, um programa de distribuição de alimentação matinal aos escolares filhos de trabalhadores. O Desjejum do SAPS representou um primeiro experimento concreto de assistência alimentar ao escolar no Brasil.

Desse modo, em nosso percurso para entender a implantação da merenda escolar somos atraídos a conhecer esse “gigante da alimentação”. Não pretendemos esgotar nesse texto as múltiplas ações do SAPS. Existem importantes trabalhos que, de diversas maneiras e em múltiplos enfoques, buscam analisar a autarquia mais profundamente<sup>249</sup>.

---

<sup>248</sup> *Boletim do SAPS*. Ano 1, nº 2, p. 4.

<sup>249</sup> Ver: EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, discos e livros: história do serviço de alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.  
FOGAGNOLI, Marcela. “Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2011.

O objetivo desse capítulo é conhecer o SAPS e algumas de suas ações de assistência alimentar aos trabalhadores. O texto se propõe a apresentar o caráter educacional da autarquia através das principais ideias de intelectuais ligados a instituição. Além da teoria, veremos a prática desse projeto educacional através da atuação das Visitadoras de Alimentação, da rotina nos restaurantes, dos boletins do SAPS e de algumas seções da autarquia como os Postos de Subsistência. Por fim, veremos como funcionou o Desjejum Escolar do SAPS, destacando sua importância para alimentação escolar.

### **3.1. - Colocando a mesa: criação e funcionamento do SAPS**

O Serviço de Alimentação da Previdência Social foi criado durante a ditadura do Estado Novo através do Decreto-Lei 2478-5 de 05 de agosto de 1940 e fez parte de um projeto governamental de melhoria da alimentação da população brasileira, principalmente dos trabalhadores. Trata-se de uma rede de restaurantes populares que ofereciam refeições a preços módicos. O SAPS era diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e apenas os trabalhadores vinculados a esse órgão tinham acesso às refeições servidas nos Restaurantes da autarquia.

A criação do SAPS é fruto de uma conjunção entre intelectuais que dedicavam seus estudos à alimentação e nutrição e o governo. Interessava a esse grupo de nutricionistas e nutrólogos, destacando-se entre eles Josué de Castro, a legitimação e efetivação de suas propostas para melhorar a alimentação da população brasileira. O interesse do governo naquele momento era os trabalhadores. Conforme sugere o decreto de criação da autarquia, o trabalhador mais bem alimentado teria melhorada “sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares”<sup>250</sup>. Oferecendo aos trabalhadores refeições tecnicamente calculadas pelos nutricionistas e nutrólogos, o SAPS supriria as carências nutricionais dos operários através dos alimentos oferecidos nos restaurantes da instituição. Desta forma, a primeira atribuição do órgão era fornecer refeições

---

MUNIZ, Érico Silva Alves. Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 222 f.

<sup>250</sup> Decreto-Lei 2,478, de 05 de agosto de 1940. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22/02/2017.

por um preço bem modesto, de maneira que grande parcela dos trabalhadores tivesse uma alimentação dentro dos padrões da nutrição daquele momento.

A unidade pioneira do SAPS foi instalada no Rio de Janeiro – capital federal – no bairro da Praça da Bandeira. O local escolhido era bastante estratégico pois ali circulavam muitos trabalhadores, sobretudo os operários das fábricas próximas. Além disso, é um lugar que liga diversas regiões da cidade. De acordo com Umberto Peregrino, “a área escolhida pertencia à Prefeitura, que a cedeu sob a condição de que, após a construção, a parte térrea lhe fosse entregue para servir a um depósito de galinhas”. A partir de então, “desenrolou-se um aflitivo drama para que o Restaurante da Praça da Bandeira, já desdobrado em Serviço de Alimentação, se desfizesse do embaraçoso compromisso”<sup>251</sup>, que teve decisão favorável ao SAPS. A estratégia de escolha do local foi confirmada pelo jornal *A Noite*, “sua localização corresponde igualmente aos objetivos visados, pois o ponto escolhido para sua construção fica bem no centro de uma das zonas de maior importância industrial da cidade”<sup>252</sup>.

O Restaurante Central da Praça da Bandeira no Rio de Janeiro era modelo para as diversas unidades espalhadas pelo país. Por estar situado na capital federal, ele funcionava como uma espécie de espelho para as demais unidades da autarquia. Ali foram implantados todos os projetos de ampliação do SAPS, como a Biblioteca Popular, Sala de Música, Curso de corte e costura para as filhas dos trabalhadores, Desjejum Escolar, Consultório de Alimentação Econômica, Setor de encaminhamento a empregos e assistência social, cursos de nutrólogos, aulas de alfabetização para os trabalhadores, Postos de Subsistência etc. Além disso, a cozinha do Restaurante Central preparava refeições que eram enviadas para outros pontos de distribuição em caminhões térmicos.

O prédio da Praça da Bandeira foi construído para abrigar o Serviço Central de Alimentação, criado através do Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários (IAPI). Menos de um ano após sua criação, em outubro de 1939, foi transformado em Serviço de Alimentação da Previdência Social. Na inauguração do SAPS, o presidente Getúlio Vargas assinou um documento, junto com Plínio Castanhede presidente do IAPI, sacramentando a mudança.

---

<sup>251</sup> *Apud.* EVANGELISTA. *op.cit.*, p. 22.

<sup>252</sup> *A Noite*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1940, p. 2.

O SAPS Central foi inaugurado em 09 de novembro de 1940, na ocasião das comemorações do decênio da chegada de Getúlio Vargas ao poder (em outubro de 1930, através da Revolução de 1930). O presidente chegou ao Restaurante Central por volta de meio dia, acompanhado da primeira-dama Darcy Vargas. O evento contou ainda com a presença de ilustres como ministros do Estado, prefeito do distrito federal, Ernani Amaral Peixoto e Alzira Vargas. Getúlio Vargas visitou as instalações da autarquia e às 12:30 foi servido o almoço, oferecido por Darcy Vargas. Embora tivesse a presença de figuras ilustres, até mesmo o próprio presidente, o restaurante não foi fechado para o evento e o almoço foi servido no refeitório, junto a presença dos trabalhadores comensais. Inclusive um fato curioso foi o convite feito por Getúlio Vargas a um trabalhador e uma trabalhadora, presentes no local, para que se sentassem à sua mesa, “representando” assim a classe trabalhadora.<sup>253</sup>

O SAPS funcionou ininterruptamente por 27 anos, quando o governo Castello Branco, através do decreto-lei 224 em 28 de fevereiro de 1967, extinguiu o órgão. Sob o argumento de que abrigava reuniões de sindicalistas de esquerda, além de denúncias de corrupção administrativa, o regime militar encerrou as atividades do SAPS liquidando-o logo em seguida, no governo Costa e Silva.

### **3.2. - Serviço Central de Alimentação: a origem do SAPS**

Criado a partir do Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários, em 25 de outubro de 1939 pela portaria SCom 163, o Serviço Central de Alimentação (SCA) representa o esforço inicial do governo em relação à política de alimentação dos trabalhadores. Segundo a portaria, o SCA surgiu a partir do reconhecimento da “necessidade de se estabelecer uma verdadeira campanha nacional de alimentação que promova a progressiva racionalização dos hábitos alimentares do trabalhador brasileiro”.<sup>254</sup> O Serviço funcionaria como um centro de pesquisas e como um restaurante popular. Para tanto, seria construído no bairro da Praça da Bandeira um edifício para abrigar todos os seus setores. A cozinha construída seria capaz de preparar quatro mil refeições por dia, sendo duas mil e quinhentas servidas no restaurante do Serviço e as outras mil e quinhentas restantes seriam enviadas em caminhões térmicos aos refeitórios de indústrias.

---

<sup>253</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1940.

<sup>254</sup> *Apud*. COIMBRA. *op. cit.*, p. 177.

Josué de Castro, que havia retornado da Itália, onde havia estagiado em 1938 nas universidades de Gênova, Roma e Veneza, foi escolhido para a chefia do Serviço Central de Alimentação.<sup>255</sup> Foi ainda formado um Conselho Consultivo composto pelos seguintes membros: Alexandre Moscoso, médico sanitário do ministério de educação e saúde e especialista em nutrição; José de Oliveira Vianna, consultor jurídico do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio; Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, técnico de laboratório do Ministério de Educação e Saúde; Helion de Menezes Póvoa, professor catedrático da faculdade de medicina da Universidade do Brasil.<sup>256</sup> Edison Cavalcanti substituiu José de Oliveira Vianna, em dezembro de 1939.

O Serviço, possuía atribuições bem diversas, entre as quais se destacam:

- a) estudar as substâncias alimentares, a fim de lhes conhecer a composição químico-qualitativa, o conteúdo em vitaminas, o potencial energético, o coeficiente de digestibilidade, o valor da saciedade, e peculiaridades outras;
- b) proceder a experiências relativas ao metabolismo de base e ao metabolismo de trabalho, para fixação dos padrões energéticos dos regimes alimentares adequados às diferentes idades, condições climáticas, gêneros de trabalho;
- c) fazer investigações biométricas individuais para fixar os índices de boa ou má nutrição dos trabalhadores;
- d) realizar inquéritos econômicos, para estabelecer, sob bases seguras o custo mínimo da alimentação racional para operários nas várias regiões do país;
- e) indagar sobre as causas econômicos-sociais que influem na alimentação regional dos operários, para se executarem medidas capazes de remover as causas nocivas determinantes da precariedade alimentar;
- f) fornecer elementos para criação de restaurantes populares, de refeitórios, de serviços de distribuição de alimentos e para a adoção de outras medidas que propiciem ao operário uma alimentação racional e econômica;
- g) divulgar intensamente, entre as classes trabalhadoras, os princípios básicos da higiene alimentar, mediante conferencias, cartazes e publicações;
- h) distribuir padrões dietéticos racionais e planos de organização de serviço de alimentação às entidades industriais interessadas;

---

<sup>255</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 176.

<sup>256</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1939.

i) formar um corpo de técnicos dietistas para o serviço administrativo dos restaurantes populares.<sup>257</sup>

Nas palavras de Josué de Castro, o Serviço Central de Alimentação desempenharia as “funções de pesquisas e funções de correção higiênica da alimentação”. As primeiras são representadas pelas pesquisas de laboratório e inquéritos alimentares, procedidas “no sentido de determinar-se os gastos energéticos de cada espécie de trabalho profissional, de fixar-se o valor nutritivo das várias substâncias alimentares, a sua riqueza vitamínica, de estudar-se os tipos mais racionais e econômicos de preparo culinário” a fim de conhecer melhor o problema da alimentação dos brasileiros e de propor “a utilização mais econômica dos alimentos por parte das classes não abastadas”<sup>258</sup>. Já a função de “correção da alimentação”, seria representada pela cozinha e refeitório do órgão.

Além das funções de pesquisas e “correção”, o Serviço Central de Alimentação assumiria também uma função educativa, divulgando entre os trabalhadores “os princípios básicos da higiene alimentar”<sup>259</sup>. A ação educativa seria feita através de palestras, recursos visuais – como cartazes – e publicações do próprio Serviço, como boletins.

Embora os objetivos propostos ao Serviço não tenham sido cumpridos integralmente, cabe ressaltar sua importância. Nas palavras de Marcos Coimbra, o Serviço Central de Alimentação constitui-se em um “verdadeiro programa de trabalho para a ‘etapa de aplicação social’ da nutrologia nacional, conforme Josué de Castro a chamava”<sup>260</sup>. Seus objetivos, como as pesquisas de laboratório, os inquéritos, as refeições servidas, os cursos de formação profissional e as medidas de educação alimentar, foram de algum modo efetivadas e aplicadas através do SAPS em seus vinte e sete anos de funcionamento.

Ainda segundo Coimbra, a criação do Serviço é também importante pois, “com ele os médicos-nutrólogos faziam sua entrada direta no Estado, encarregando-se de dirigir e operar as instituições da política de alimentação. Assim, não é apenas seu discurso que é assumido

---

<sup>257</sup> *Apud.* COIMBRA. *op. cit.*, p. 177.

<sup>258</sup> *A Noite*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1939.

<sup>259</sup> *Apud.* COIMBRA. *op. cit.*, p. 177.

<sup>260</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 178.

pelo Estado, mas eles próprios penetram na máquina pública para, de lá, tornar seu saber em norma”<sup>261</sup>.

Destaca-se ainda o fato de o Serviço ter surgido no Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários. O IAPI, segundo Coimbra era o mais moderno e técnico<sup>262</sup> e segundo o decreto de criação do Serviço, era o que tinha ampla disponibilidade de recursos financeiros. Não se pode ignorar, também, que os trabalhadores do setor industrial possuíam um peso no contexto de industrialização do país.

Embora as realizações do Serviço Central de Alimentação tenham sido poucas, sua criação é de grande importância para as políticas de assistência alimentar do período. Podemos afirmar que o Serviço serviu de base para a criação do SAPS, menos de um ano depois, que já nasceu herdando o edifício da Praça da Bandeira e o curso de Auxiliares de Alimentação<sup>263</sup>.

### **3.3. - Os intelectuais e a educação alimentar**

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo interesse de diversos intelectuais pelas questões alimentares no Brasil. Foi também nesse momento que surgiram as primeiras medidas do governo no sentido melhorar as condições de vida dos trabalhadores através de políticas públicas de alimentação. Entre elas podemos citar a instituição do salário mínimo, a criação do Serviço Central de Alimentação e, sobretudo, a criação do SAPS. Como vimos, a implementação dessas e de outras políticas estatais de melhoria das condições de alimentação da população foram fruto de uma conjunção entre o saber dos intelectuais e a força da máquina estatal.

De acordo com Eronides da Silva Lima, a análise do período pode ser dividida em dois momentos: o período de 1934 a 1939, “caracterizado por uma produção intelectual voltada para a configuração das bases científicas da alimentação racional, na perspectiva da caracterização inicial do objeto e dos modelos explicativos da ciência da nutrição em formação, e, no seu âmbito, a educação alimentar”; e o período de 1940 a 1946, que se

---

<sup>261</sup> *Ibidem*.

<sup>262</sup> *Ibidem*.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 179.



caracteriza por uma “produção centrada no processo de reordenação do conhecimento anteriormente produzido, na perspectiva da síntese e definição precisa dos marcos conceituais e disciplinares deste campo, procedendo ao reconhecimento operatório do seu objeto”.

Nesse processo de construção e consolidação de uma proposta de melhoria da alimentação do brasileiro, destacam-se alguns intelectuais e suas obras que mais sintetizam as ideias sobre alimentação racional e educação alimentar. Entre eles estão: Hélión Póvoa, G. H. de Paula Souza, Franklin de Moura Campos, Alexandre Moscoso, Thalino Botelho, Peregrino Júnior, Castro Barreto, Cleto Seabra Veloso, Dutra de Oliveira, Ruy Coutinho, José Messias do Carmo, Josué de Castro, Souza Lopes, Ulhôa Cintra, Dante Costa, Rubens de Siqueira, Mario Rangel, Orlando Parahym e Francisco Pompêo do Amaral. A análise de cada autor foge ao escopo desse trabalho, portanto, serão analisadas algumas formulações e propostas dos autores que, de algum modo, estiveram ligados ao SAPS.

### **Alexandre Moscoso: o médico da Alimentação do trabalhador**

Alexandre Moscoso era médico especializado em nutrição das coletividades, sobretudo a classe trabalhadora. Atuou em diversos cargos públicos, foi subinspetor do Departamento Nacional de Saúde em 1927, técnico de higiene do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do Ministério da Educação na década de 1940, presidente do Conselho Consultivo do Serviço Central de Alimentação, em 1940. Além disso, foi vice-presidente da Seção de Nutrição da Associação Médica Pan-Americana, indicado por Pedro Escudero. Moscoso fez, entre os anos de 1927 e 1929 uma especialização em Saúde Pública nos Estados Unidos, através da Fundação Rockefeller<sup>264</sup>.

Publicou, em 1939, a obra *Alimentação do Trabalhador*, em que discutiu os problemas de alimentação e nutrição a partir da necessidade de constituição de um trabalhador forte, robusto, sadio e produtivo, fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil. De acordo com José Arimatea B. Bezerra,

O autor concebe o homem como um ‘utensílio de trabalho ou capital, capaz de produção’, que deve ser amparado, pela alimentação adequada, para ter garantido seu efetivo rendimento. A alimentação reger-se-ia pelos princípios de economia, cujo

---

<sup>264</sup> *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 19 de janeiro 1929, p. 2.

equilíbrio entre receita e despesa seria indispensável, ‘não admite esbanjamento nem usura, nas trocas orgânicas qualquer das duas formas é sempre prejudicial’.<sup>265</sup>

Com base em inquéritos realizados, Moscoso ressaltou que o problema da alimentação do brasileiro era generalizado, atingindo tanto pobres quanto ricos, cidadãos urbanos ou rurais, letrados ou analfabetos. Todos, de algum modo sofriam com a subnutrição, também chamada pelo autor de “fome qualitativa”. A causa para esse mal era, “quase sempre por descaso, por incúria, por ignorância, por falta de educação e muitas vezes também pela escassez de recursos”<sup>266</sup>. O resultado disso seria o empobrecimento do país e a “degeneração racial”, comprometendo o futuro da nação. Tal situação poderia ser revertida através de um programa de alimentação racional que educasse e ensinasse a escolha correta dos alimentos, corrigindo os “erros” através de uma mudança nos hábitos alimentares. E assim, o “quadro macabro de personagens esqueléticos, anêmicos e enfraquecidos, impotentes para o cultivo da terra e para a movimentação das indústrias, transformar-se-á logo em alegoria à labuta diuturna e alegre, com o homem robusto, de braço forte preparando ambiente próspero, fecundo e pujante para o futuro glorioso da pátria”.<sup>267</sup>

Como um recurso para corrigir os erros de alimentação da população e solucionar o problema alimentar no país, Moscoso propôs um programa de educação alimentar assim resumido por Bezerra,

amplo e abrangente, com a difusão dos conhecimentos em diferentes espaços, por intermédio de inúmeras instituições; criação de aulas e cursos de nutrição, promovidos em escolas primárias, secundárias e superiores, em associações, sindicatos, instituições religiosas; e criação de escolas especializadas de nutrição e economia doméstica para mães, donas de casa, enfermeiras, professoras e nutricionistas. Nas escolas rurais, patronatos e colônias agrícolas correcionais, a educação alimentar se deveria articular com a produção, o cultivo da terra, a fim de despertar o interesse pelos ensinamentos sobre nutrição e suprir essas instituições com os gêneros indispensáveis.<sup>268</sup>

---

<sup>265</sup> BEZERRA, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.mar. 2012, p. 170.

<sup>266</sup> *Apud. Ibidem.*

<sup>267</sup> *Ibidem.*

<sup>268</sup> *Ibidem.*

A educação seria feita através de diversos meios de comunicação, como rádio, cinema, folhetos, cartazes em locais públicos. Deveria ainda ser realizada nas escolas, oficinas, fábricas, sindicatos e nas diversas instituições públicas.

### **Peregrino Júnior e alimentação como um problema nacional**

Peregrino Júnior também contribuiu de forma decisiva para a educação alimentar. Médico da Santa Casa, foi fundador e diretor do Serviço de Endocrinologia da Policlínica do Rio de Janeiro; fundador e o primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Biotipologia e Nutrição; diretor-presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, professor da Universidade do Brasil e da Faculdade Fluminense de Medicina, entre outros cargos.<sup>269</sup> Recebeu, em 1950, o Prêmio Biblioteca Brasileira de Nutrição com a obra *Alimentação e cultura*, publicada pelo SAPS em 1951.<sup>270</sup>

Em 1941 publicou o livro *Alimentação: problema nacional*, em que considerou a alimentação um dos problemas fundamentais do país. Defendeu que a subnutrição e a fome como resultados da formação do homem e da sociedade brasileira (monocultura latifundiária) e do desequilíbrio nutricional, que ocorria tanto pela quantidade quanto pela qualidade do que se comia. O produto desses fatores seria a inferioridade da raça. Para o autor, o problema da alimentação, dada sua importância social, era uma “questão social complexa e de governo”.<sup>271</sup>

Como solução para enfrentar o problema, Peregrino Júnior ressaltou a necessidade de “desenvolvimento de práticas alimentares racionais, baseadas nos postulados higiênicos da sobriedade, da moderação e do equilíbrio alimentar”<sup>272</sup>. Para o autor, os problemas de alimentação comprometiam o país em termos econômicos e sociais. Destacou ainda que os erros alimentares atingiam tanto ricos quanto pobres. Nas classes pobres, havia fome, mortalidade infantil, incapacidade de produzir e desenvolvimento físico comprometido. Todos esses decorrentes da deficiência alimentar qualitativa e quantitativa. Já nas classes abastadas

---

<sup>269</sup> <http://www.academia.org.br/academicos/peregrino-junior/biografia> Acesso em 03 fevereiro de 2017.

<sup>270</sup> BEZERRA. *op. cit.*, p. 172.

<sup>271</sup> *Ibidem.*

<sup>272</sup> *Ibidem.*

havia o excesso quantitativo e a deficiência qualitativa na alimentação. Desse modo, “todos” comiam mal e precisavam aprender a forma dita correta – racional – de se alimentar. A educação alimentar defendida pelo autor seria feita por meio de propaganda “inteligente e extensa e do ensino de noções de alimentação nas escolas”<sup>273</sup>. Defendeu também o uso de princípios da Escola Nova<sup>274</sup>, educando principalmente pelo ato de “ensinar fazendo”, envolvendo os adultos em casa e as crianças na escola.

Outros dois intelectuais que foram fundamentais na formulação do projeto de educação alimentar foram Josué de Castro e Dante Costa. Porém, como ambos foram analisados nesse trabalho, para não ficar repetitiva e exaustiva a leitura, optei por não discutir as propostas desses autores nesse espaço. Dois capítulos desse trabalho já se ocupam de analisar mais detalhadamente esses dois intelectuais e suas formulações no que tange à alimentação e ao projeto de educação alimentar.

### **Thalino Botelho e os “pequenos fundamentos da boa alimentação”**

Outro importante intelectual que formulou propostas para melhoria da alimentação através de um projeto de educação alimentar foi Thalino Botelho. O médico foi chefe de Clínica das Doenças de Nutrição e Glândulas de Secreção Interna do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, integrou a Comissão de Estudos Técnicos do SAPS, em que também lecionou dietética no Curso de Nutrólogos.<sup>275</sup> Dentre suas publicações, destaco as obras *Acesso à alimentação racional*, publicada em 1953, e *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, de 1937. Esta última é uma cartilha publicada pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), ligado ao Ministério da Educação e Saúde. A obra foi premiada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro – que tinha Hélios Póvoa na presidência – e recebeu o valor de dez mil cruzeiros oferecidos pela

---

<sup>273</sup> *Ibidem*.

<sup>274</sup> Escola Nova foi um movimento de renovação no ensino que chegou ao Brasil na década de 1920. Sua principal característica foi a inserção do aluno como protagonista no processo de ensino-aprendizagem. Um dos métodos de ensino da Escola Nova era o princípio de “aprender fazendo”, ou seja, o aluno aprenderia pela prática e o professor seria o mediador desse processo. Essa concepção de educação fazia oposição à Pedagogia Tradicional, em que o professor era o centro do processo do ensino-aprendizagem e o aluno era apenas um receptor passivo dos conhecimentos passados pelo professor. Os principais intelectuais brasileiros desse movimento foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

<sup>275</sup> BEZERRA. *op cit.*, p. 165.

empresa Carlos Brito & Companhia de Pernambuco, empresa fabricante dos produtos da marca “Peixe”.

Botelho definiu a Cartilha com “um trabalho de natureza elementar” destinado a “servir de guia de nutrição do homem brasileiro normal”<sup>276</sup>. O autor optou por utilizar uma linguagem simples e direta, evitando excesso de citações e tabelas, arredondando números e desviando de questões mais complexas. Tudo isso para tentar tornar o problema da alimentação “acessível até às crianças mais vivas e aos adultos de pouca erudição”<sup>277</sup>. Embora tenha sido escrito numa linguagem simples, o autor ressalta que a obra “abrange o problema em sua totalidade” e atende “às condições de idade, gênero de vida e meio de cada indivíduo”. Além disso, ressalta o caráter “brasileiro” da obra, pois prima pela utilização dos alimentos nacionais. Portanto, trata-se, segundo o autor, de uma visão panorâmica sobre o problema alimentar no Brasil. Visão essa que foi defendida da seguinte forma:

E, do alto, se a visão perde na precisão dos desnivelamentos, contornos, detalhes, ganha em ver tudo que possa despertar interesse duma só vez e em seu aspecto real, sem que haja ensejo para a imaginação, tolhida pelos horizontes em terra, para falsear o que não se pode ver. Essa visão aérea nós só tivemos após dificuldades e perigos expostos constantemente às quedas e vertigens.<sup>278</sup>

O autor afirma que, na maior parte do país, ainda permanecem os antigos hábitos alimentares, herdados pelos nossos ancestrais luso-africanos, que “pelo lado português são incompatíveis com o nosso clima, pelo lado africano atentam contra nossa própria civilização”<sup>279</sup>. Esses velhos hábitos só seriam combatidos através de uma política alimentar. Uma das causas para a necessidade de se implantar essa política residia no paradoxo de o Brasil produzir em abundância alimentos como carne, ovos, leite, frutas, leguminosas e cereais e a maioria da população comer mal. A grande questão não era o “comer pouco” e sim o “comer mal”. O problema estava a escolha errada dos alimentos. Conforme destacou: “há os

---

<sup>276</sup> BOTELHO, Thalino. Os pequenos fundamentos da boa alimentação. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária. (Coleção Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, n.2). 1937, p. 3.

<sup>277</sup> *Ibidem*.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 6.

que comem demais; há os que comem de menos. Comer bem, muito poucos”<sup>280</sup>. Para o autor, havia no Brasil um déficit nutritivo, uma “sub-fome crônica” devido à má qualidade dos alimentos escolhidos. Assim, define sua proposta de política de alimentação nos seguintes pontos:

- I – Criação de refeitórios municipais ou cozinhas ambulantes que atendessem, em particular, às merendas racionais;
- II – Criação de cooperativas alimentares nas coletividades (escolas, fábricas), de que resultasse o embaratecimento dos gêneros essenciais ou das rações racionais;
- III – Criação de cozinhas experimentais de que surgisse o emprego econômico de nossos numerosos produtos ainda não utilizados;
- IV – Criação de cursos, para senhoras, de economia alimentar doméstica;
- V – Ensino da alimentação racional ao povo, sob forma de verdadeira campanha, pelas suas cátedras que são o jornal, os cartazes, o rádio e o cinema;
- VI – Ensino de noções elementares de nutrição nas escolas primárias e secundárias;
- VII – Ensino nas Faculdades de Medicina, em cadeira especializada, da ‘Ciência da Nutrição’;
- VIII – Órgãos de governo que regulassem a distribuição dos alimentos essenciais e facilitassem seu barateamento, em prejuízo econômico de outros alimentos, de luxo ou dispensáveis;
- IX – Órgãos de governo que fiscalizassem as rações em instituições coletivas particulares (sobretudo nos internatos de colégios);
- X – Órgãos de governo que estudassem racionalmente a questão do salário mínimo, levando em conta o meio ambiente e o número de pessoas da família.<sup>281</sup>

Botelho reconhece que as dificuldades financeiras dificultariam a implementação do projeto de educação alimentar. No entanto, argumenta que, caso fosse desenvolvida tal política, o resultado seria a melhoria do “capital-homem”, sendo, portanto, bem empregado o dinheiro investido, por maior que fosse a quantidade. Ainda segundo o autor, “pela alimentação racional melhoraremos não só sob o ponto de vista individual ou biológico, mas

---

<sup>280</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>281</sup> *Ibidem*, pp.7-8.

ainda sob o ponto de vista coletivo ou social-econômico, o que não tem substituto: o homem brasileiro sadio”<sup>282</sup>.

Nessa perspectiva, a solução para o problema alimentar do brasileiro era a educação alimentar. Somente educando o povo, que deveria seguir os conselhos da Cartilha, é que seriam possíveis a melhoria dos padrões de alimentação e o fim da subnutrição no país. O passo inicial era o entendimento por parte da população do que era a alimentação racional. Assim, o capítulo I da primeira parte da Cartilha é dedicado a tal explicação. E começa afirmando que “a alimentação é racional quando compreende a ingestão de alimentos suficientes no *quantum* de energia para que cada biótipo preencha sua plena atividade social e que esses alimentos, postos em proporção harmônica para sua perfeita utilização, contenham todas as substancias necessárias à própria vida”. E segue “traduzindo” o que foi dito, agora de uma forma mais clara e inteligível para seus leitores leigos: “é preciso, para que uma alimentação seja dita racional, que baste, pelo menos, às necessidades de energia de casa indivíduo e às reparações de suas células, tecidos e órgãos gastos cada dia”.<sup>283</sup>

Os alimentos eram, na definição do autor, substâncias fornecedoras de energia e reparadoras de perdas do organismo. Desse modo, compara o corpo humano a uma máquina, que para funcionar necessita de uma quantidade de energia – na máquina o carvão ou a eletricidade, no corpo os alimentos, sobretudo as gorduras e açúcares.

Para que uma máquina possa funcionar sem o perigo de ver fundidas as suas peças e o rendimento do seu trabalho reduzido ao mínimo, é necessário que seja lubrificada. É esta pequena porção de óleo, posta de vez em quando, que vai facilitar seu rendimento, permitir que as engrenagens funcionem bem, promover sua melhor utilização. No organismo há também substâncias contidas em vários alimentos e sem cuja ingestão, embora em pequenas porções, assimilação e a utilização dos próprios alimentos não seria possível. E por serem julgadas indispensáveis à própria vida, receberam o nome de *vitaminas*. ” [grifo no original]

Assim sendo, a alimentação para estar completa precisava ter “protídios” (proteínas), lipídios, “glicídios” (carboidratos), sais minerais e vitaminas.

---

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 9.

Botelho discorre nos capítulos seguintes sobre a quantidade de calorias necessárias para o bom funcionamento do corpo e a quantidade média que precisamos de cada um dos grupos nutricionais: “protídios”, lipídios, sais minerais, vitaminas, celulose e água. Além de explicar o que é cada um desses elementos, explica também, e de forma didática, em quais alimentos é possível encontrá-los e em que quantidade. A exemplo da manteiga que na quantidade de 20 gramas possui 17 gramas de lipídios. Ou ainda o arroz, que numa porção de 100 gramas possui 80 gramas de glicídios.<sup>284</sup>

O aspecto econômico também foi considerado por Botelho em sua análise. Não bastava apontar as necessidades dos elementos nutricionais e os alimentos em que podiam ser encontrados, era igualmente necessário considerar a viabilidade em termos de custos dessa alimentação proposta, de modo que as rações indicadas não excedessem o orçamento dos trabalhadores, prejudicando-o economicamente. Desse modo, o autor informa as quantidades necessárias em gramas de cada gênero, classificando-os em refeições comuns – como café da manhã, almoço e jantar – e informando seus preços, com base num levantamento no comércio, mercados e feiras livres do Rio de Janeiro em maio de 1937. Conforme a tabela<sup>285</sup> publicada no livro:

---

<sup>284</sup> *Ibidem*, pp. 24 e 26.

<sup>285</sup> *Ibidem*, p. 41.



### Imagem 10: refeições propostas e seus custos

<i>Para as pequenas refeições da manhã e da tarde:</i>	
250 gr de leite (2 xícaras) .....	Cr\$ 0,15
20 gr. de café (1 colher de sopa) .....	" 0,07
80 gr. de açúcar (4 colheres de sopa) .....	" 0,03
100 gr. de pão (2 pães de Cr\$ 0,10) .....	" 0,20
20 gr. de manteiga (1 colher de sopa, rasa) .....	" 0,20
<hr/>	
Total .....	Cr\$ 0,70
<i>Para as grandes refeições (almôço e jantar):</i>	
200 gr. de legumes (volume variável) .....	Cr\$ 0,40
1 ovo (sòmente numa das refeições) .....	" 0,30
100 gr. de carne (2 fatias ou pequenos bifés) ....	" 0,20
50 gr. de feijão (cru: 2 colheres de sopa) .....	" 0,04
100 gr. de arroz (cru: 5 colheres de sopa) .....	" 0,16
100 gr. de batatas (3 batatas regulares) .....	" 0,09
50 gr. de farinha (3 colheres de sopa) .....	" 0,03
200 gr. de frutas (2-3 laranjas ou bananas) .....	" 0,20
80 gr. de doce tipo marmelada (2 fatias estreitas) ..	" 0,30
Condimento (sal, cebola etc.) .....	" 0,10
25 gr. de banha (1 colher de sopa rasa) .....	" 0,10
<hr/>	
Total .....	Cr\$ 2,00

FONTE: BOTELHO, Thalino. Os pequenos fundamentos da boa alimentação. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária. (Coleção Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, n.2). 1937, p. 341.

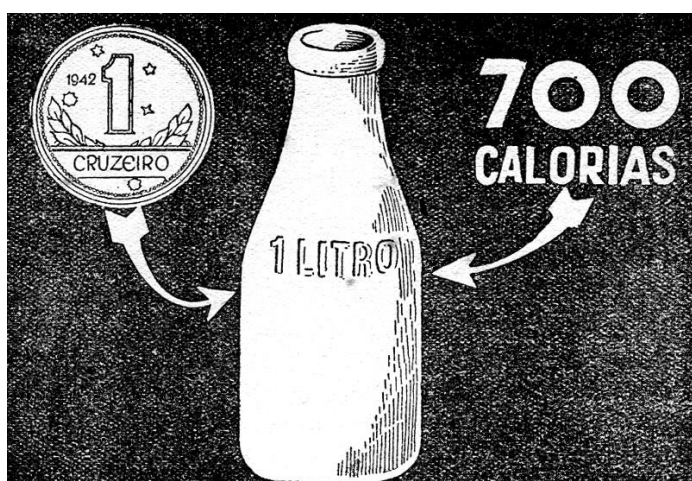
Nessa lógica, as quatro refeições do dia custariam aproximadamente Cr\$2,70 diários. Acrescentando um valor sugerido de Cr\$0,80 para as despesas com o preparo do alimento, o custo diário com alimentação seria de Cr\$3,50, no Rio de Janeiro. Porém, Botelho não desconhecia o caráter teórico e cartesiano dessa conta. Na verdade, como o próprio autor justifica, o cálculo deveria ater-se às famílias. Assim, “de um modo geral teremos que Cr\$100,00 por mês é uma boa quota a ser empregada numa alimentação racional. Em famílias de numerosas pessoas em que há economia nos gastos de confecção [...] essa quantia pode baixar para Cr\$90,00 ou 80,00”<sup>286</sup>. Sugere, portanto, que em torno desse valor entre 80,00 e 100,00 gastos por pessoa por mês com alimentação é que deveria ser feito o cálculo do salário mínimo. “Vemos assim que o chefe de uma nossa família média de 4 a 5 pessoas precisará de

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 42.

Cr\$300,00 a 400,00 somente para a alimentação. Infelizmente, nem sempre tão alto é o ordenado ganho que permita essa despesa”<sup>287</sup>

Para os casos em que o custo com alimentação não caiba no orçamento da família, Botelho sugere algumas alterações nas propostas de refeições. A primeira delas era a substituição do pão de trigo – produto caro devido à importação da farinha – pelo pão misto (com farinha de milho), ou ainda sua substituição pela broa de milho. A segunda sugestão dada era a supressão do doce, sendo substituído pelo dobro da quantidade de açúcar recomendada. A última proposta, complementando a segunda, era o aumento do consumo de café para dar conta do aumento do açúcar. Argumentava o autor que o café era um “ótimo estimulante, aumentando o rendimento do trabalho muscular e cerebral”.<sup>288</sup>

**Imagem 11: Leite**



FONTE: BOTELHO, Thalino. Os pequenos fundamentos da boa alimentação. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária. (Coleção Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, n.2). 1937, p. 28.

Na segunda parte da Cartilha, Botelho discorre sobre os alimentos essenciais para a alimentação, como carne, ovos, leite e derivados, vegetais e frutas. A terceira parte da obra apresenta tipos de ração alimentar para diferentes grupos da sociedade: crianças, adolescentes, adulto, idosos, gestantes e nutrízes.

<sup>287</sup> *Ibidem.*

<sup>288</sup> *Ibidem.*

Assim sendo, podemos afirmar que o autor explica as causas da má alimentação relacionando-a com a ignorância da população e má escolha dos alimentos. Embora reconhecesse a questão econômica como um obstáculo à alimentação racional, destacou o peso do emprego errado do pouco dinheiro que os trabalhadores dispunham para alimentação na compra de alimentos “errados”. Desse modo, era necessário banir os antigos hábitos alimentares, verdadeiros entraves da “boa” alimentação. Isso seria possível através da educação alimentar que modificaria os costumes alimentares e ensinaria o trabalhador a comer, a empregar seu dinheiro corretamente e a escolher melhor os alimentos.

A Cartilha foi importante por representar uma das primeiras publicações sobre alimentação racional com essa característica pedagógica. Sua circulação foi considerável, sendo editada três vezes, com quarenta mil exemplares distribuídos.<sup>289</sup> Destaca-se também por seu caráter didático, com linguagem simples e emprego de termos e comparações acessíveis à maior parte da população.<sup>290</sup>

No processo de construção e consolidação das propostas de melhoria da alimentação do brasileiro através do SAPS as ideias de um grupo de nutrólogos e nutricionistas se fizeram presentes. As formulações desses profissionais iam legitimando as ações estatais no que tange à alimentação, sobretudo através do SAPS, ao passo que o saber desse grupo ia ganhando reconhecimento e autenticidade. De modo geral, esse saber que “construía o SAPS” e se construía através dele era pautado na concepção de que o problema da alimentação no país era resultado, sobretudo, da pobreza e da ignorância da população – que não fazia escolha “correta” dos alimentos. Assim, para o grupo de intelectuais ligados ao SAPS, o problema alimentar do brasileiro se resolveria através dos preceitos da alimentação racional. Nisso estava incluído um projeto de educação alimentar com objetivo de mudar os hábitos alimentares da população, ensinando-a a escolher os alimentos de forma racional. O SAPS foi o principal espaço de aplicação desse projeto.

---

<sup>289</sup> *Idem. Acesso à alimentação racional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958.

<sup>290</sup> Não nos é possível mensurar o quanto a Cartilha teria de fato influenciado nos hábitos alimentares e escolha dos alimentos por parte da população. No entanto, um fato curioso é que o exemplar que possuo contém algumas anotações de um leitor – o antigo dono do livro, provavelmente –, grafando alguns trechos e destacando outros. Além disso na capa foi anotado o seguinte “aumentar: agrião, ovos, queijo, couve, mamão, repolho. Muito possivelmente trata-se de uma conclusão do leitor sobre sua alimentação.

### **3.4. - É útil assistir, mas ainda é mais útil educar: o SAPS e o projeto de educação alimentar**

As atribuições iniciais do SAPS se dividiram em uma parte prática e objetiva, que é a instalação dos restaurantes para fornecer as refeições, e outra, digamos, teórica, através de medidas para educação alimentar dos trabalhadores. De acordo com seu decreto de criação, o SAPS deveria, entre outras coisas, promover “ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador em se alimentar convenientemente, bem como, nos meios patronais, da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna”, além de proporcionar “a formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação”.<sup>291</sup> Desse modo, pode-se afirmar que o SAPS surgiu como um espaço para aplicação da educação alimentar, que já vinha sendo proposta, como vimos por alguns intelectuais.

Assim, nos anos que se seguiram, a autarquia já representava um importante lugar de elaboração e aplicação de recursos e medidas de educação alimentar. Mais do que apenas servir refeições, o SAPS fazia parte de um projeto de mudança dos hábitos alimentares da população, que começava com os trabalhadores nos restaurantes e chegava às suas famílias – fosse pelos conselhos dados na revista da instituição, pelas consultas alimentares ou ainda pela oportunidade de comprar gêneros a preços de custo nos Postos de Subsistência, como veremos adiante.

Pouco mais de um ano após sua criação, o SAPS teve suas funções ampliadas pelo decreto-lei nº 3709, que afirmou a natureza autárquica da instituição e confirmou seu caráter educativo. Dizia o artigo 2º, que uma de suas finalidades principais seria “assegurar aos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões condições favoráveis e higiênicas de alimentação e desenvolver na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com os problemas de alimentação racional”<sup>292</sup>. Mas essa “familiarização” só seria possível se o trabalhador soubesse antes o que era a alimentação racional e sua importância. Nesse sentido, caberia ao SAPS instruir os trabalhadores. Essa instrução ocorreria através de “uma ação educativa sistemática, especialmente junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e

---

<sup>291</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 5 de agosto de 1940.

<sup>292</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei 3709, de 14 de outubro de 1941.

orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados”<sup>293</sup>.

A “ação educativa”, sugerida no decreto nº 3709, foi realizada no SAPS por um programa de educação alimentar, que desempenhou essa função educativa de diversas formas. Uma delas foi a utilização do *Boletim do SAPS* como um importante aliado nessa missão. Trata-se de uma revista mensal publicada pela autarquia e distribuída em seus restaurantes. Nela o trabalhador encontrava diversos artigos que, de forma clara e objetiva, informava sobre os valores nutricionais dos alimentos, a importância de se alimentar corretamente, a relação do nosso corpo com alguns gêneros alimentícios, etc. Havia, além dos artigos, conselhos alimentares, poemas e rimas destacando a importância de determinados alimentos, receitas, dicas para as donas de casa, etc.

Podemos afirmar que a revista *Boletim do SAPS* foi o principal veículo para divulgação das orientações dos nutrólogos para os trabalhadores. Seu papel no projeto de educação alimentar empreendido no SAPS era bem definido:

o trabalhador necessita aprender como preparar a própria alimentação, como ensinar à família a maneira de fazer uma refeição adequada, higiênica e econômica. A nossa colaboração neste ponto tem procurado precisamente **esclarecer e orientar o trabalhador**, familiarizando-o com as noções gerais sobre alimentação racional<sup>294</sup>  
[grifo meu]

A proposta do projeto de educação alimentar era que fossem sugeridas, de forma pedagógica, profundas mudanças nos hábitos a partir da eliminação dos costumes populares relativos à alimentação. Partia-se da noção de que a maior parte da população não sabia se alimentar da forma considerada correta, fazendo escolhas erradas dos alimentos, e, portanto, precisava ser orientada, ensinada, instruída. O principal alvo desse projeto eram os trabalhadores. Mas não apenas eles, as mudanças deveriam chegar também até suas famílias.

Havia, inclusive, uma coluna na revista dedicada à família do trabalhador, chamada *Para o lar do trabalhador*. Ali eram publicadas receitas, artigos breves sobre alimentos,

---

<sup>293</sup> *Ibidem*.

<sup>294</sup> *Boletim do SAPS*, ano 2, nº 4, p. 5.

informações – como os alimentos de cada estação e dicas de cozimento e preparo das refeições. Enfim, esse espaço era usado para informar sobre como melhorar a alimentação de toda família. A expectativa era de que o frequentador do restaurante levasse a revista para casa e que sua esposa pudesse ler a coluna e também receber as orientações, sendo fundamental nesse processo de mudança na alimentação.

Na revista *Boletim do SAPS* eram publicados artigos que, de forma compreensível para os leitores leigos no assunto, explicavam sobre os alimentos, alguns princípios da nutrição e davam dicas de saúde através da alimentação. Por diversas vezes, esses artigos tratavam de assuntos complexos, porém de uma forma inteligível e clara. Quando o assunto era o resultado de alguma pesquisa, buscava-se explicar seus procedimentos e objetivos. Os artigos, no entanto, não buscavam apenas informar, mas instruir os leitores nos princípios da alimentação racional.

Um desses princípios era a diferença entre comer e se alimentar. Esse tema permeou diversos artigos e conselhos dados pelos técnicos do SAPS. Fazer com que os trabalhadores compreendessem essa diferença já representava um importante passo em direção à “boa” alimentação. Assim, para facilitar essa compreensão, os profissionais do SAPS usavam algumas metáforas para a relação entre o corpo e os alimentos. Uma delas era comparação da alimentação com a construção de um edifício. Uma pessoa que se fizesse suas refeições era comparada ao indivíduo que procura construir sua casa. Desse modo,

se nessa construção ele emprega tão somente espeques, barro, cacos de lata e folhas de palmeira, obterá indiscutivelmente uma casa ou, melhor, um refúgio onde encontrará abrigo contra as intempéries durante dois ou três anos; agora, se, ao contrário, ele dispõe de tijolos, cimento, caibros, telhas, etc., construirá uma casa confortável e sólida, que o abrigará, durante toda a sua existência, principalmente se tiver tido o cuidado de escolher o material da melhor qualidade.<sup>295</sup>

Numa estratégia didática, os técnicos do SAPS buscaram a aproximação do trabalhador com o emprego de termos familiares à maioria deles. Em seguida, explicaram a diferença entre comer e se alimentar. A pessoa que apenas ingeria os alimentos sem se atentar para sua quantidade, qualidade ou espécie estava apenas *comendo*, “isto é, enchendo o

---

<sup>295</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº1.

organismo com um material que nem sempre pode ser aproveitado com eficiência”.<sup>296</sup> Porém, o indivíduo que se preocupava em ingerir alimentos de espécies variadas e em quantidades adequadas estava *se alimentando* e, desse modo, “garantindo [...] uma certa quota de reservas que conservarão a sua integridade orgânica”.<sup>297</sup>

Semelhante ao que fez Thalino Botelho em sua cartilha, os técnicos do SAPS também utilizavam a metáfora da máquina para relacionar o corpo e os alimentos. Comparavam nosso organismo com uma máquina, que teria como “peças” os tecidos, músculos e órgãos, que também necessitavam de energia para funcionar. A fonte dessa energia eram as proteínas, vitaminas, sais minerais, gorduras. Cada um a seu modo tinha uma função na manutenção da “máquina” chamada corpo humano. Mais uma vez, os técnicos do SAPS recorrem a termos comuns para os trabalhadores na intenção de lhes instruir quanto à forma mais racional de se alimentar.

Um grande desafio para a alimentação racional era superar os hábitos alimentares da população, que, muitas vezes, se privava de comer determinados alimentos por alguma crença repetida a cada geração. Nesse sentido, alguns artigos foram publicados na revista com a intenção de eliminar as superstições alimentares. Os “mitos” eram, em geral, com relação às frutas. Muita gente deixava de comer frutas por acreditar que poderiam fazer mal e até matar. Os técnicos do SAPS argumentavam que o Brasil produzia frutas o ano inteiro graças à fertilidade do solo. Porém, a despeito da quantidade e variedade disponíveis, grande parte da população não consumia frutas na quantidade adequada<sup>298</sup>.

Uma das crenças populares era a de que a laranja, se comida à noite, poderia matar. Conforme dizia um ditado popular: “laranja de manhã é ouro, de tarde é prata e de noite, mata...”.<sup>299</sup> Dizia-se também que misturar a laranja com leite fazia mal à saúde. Ou ainda que manga com leite poderia matar. O abacaxi, acreditava-se ser uma fruta “quente” e por isso causava espinhas no rosto. Por conta dessa crença, diziam os técnicos do SAPS, muitas donas de casa “louvando-se nesses conceitos derrotistas que vieram de suas tataravós” aboliam o

---

<sup>296</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº1.

<sup>297</sup> *Ibidem*.

<sup>298</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº 4.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

abacaxi do consumo familiar e iam “assim empobrecendo a alimentação dos seus parentes, cooperando para os defeitos alimentares tão comuns de nossa população”.<sup>300</sup>

Os profissionais do SAPS procuravam, no Boletim, combater essas crenças e superstições através de argumentos com bases científicas. Sobre a laranja, por exemplo, foi publicado um artigo na revista explicando suas propriedades nutricionais, destacando-se seu baixo custo:

A laranja é uma das frutas que contém a vitamina C em boa proporção [...]. Por que insistimos tanto na laranja como fonte de vitamina C? porque é a fruta mais usada em várias partes do mundo: pelo seu sabor, pela facilidade em que é encontrada, e, pelo seu preço acessível, é a mais importante das frutas cítricas, além dessa vitamina, a laranja contém as vitaminas A, B e G, açúcares.<sup>301</sup>

Mais do que criticar duramente as crenças populares que excluía as frutas da alimentação, os profissionais do SAPS buscavam incentivar o consumo desses alimentos apresentando motivos que iam além dos argumentos técnicos. Baixo custo, facilidade de ser encontrado, benefícios para a saúde, sabor agradável e prevenção de doenças eram alguns deles. Conforme argumentavam: “devemos comer mais frutas, em virtude da vantagem de **poderem ser ingeridas cruas**, pelo seu **custo relativamente acessível**, pela sua **riqueza** em açúcares, sais minerais e vitaminas e pelo **sabor agradável**, peculiar a cada espécie.”<sup>302</sup>  
[grifo meu]

Os comensais do SAPS recebiam também diversas instruções sobre alimentação através de autofalantes estrategicamente posicionados nos restaurantes. Assim, enquanto comiam, ouviam informações sobre os alimentos e o tipo de alimentação considerada ideal pelos profissionais da instituição.

Além de receber conselhos alimentares, através da revista e dos autofalantes, os frequentadores do SAPS também eram orientados através do Consultório de Alimentação Econômica. Este foi um importante setor da autarquia, destinado a consultas sobre

---

<sup>300</sup> *Ibidem.*

<sup>301</sup> *Ibidem.*

<sup>302</sup> *Ibidem.*



alimentação. Funcionando diariamente no 4º andar do Restaurante Central/Praça da Bandeira, atendia os frequentadores que buscavam orientação sobre sua alimentação e de sua família.

O Consultório de Alimentação Econômica representou um importante instrumento para a educação alimentar empreendida pelo SAPS. Sua finalidade era melhorar a alimentação dos trabalhadores e de seus familiares através das orientações recebidas nas consultas com nutricionistas. O frequentador tinha um encontro direto com um nutricionista, que tirava suas dúvidas, sugeria novos hábitos alimentares e incentivava o consumo de determinados alimentos. A intenção dos profissionais do Consultório não era exatamente dar conselhos alimentares, disso os diversos artigos publicados nos Boletins do SAPS já davam conta. O que se pretendia fundamentalmente era orientar a alimentação em casos particulares, através de consultas individuais.

Nas consultas, os nutricionistas aconselhavam a quantidade determinada de cada alimento que a família deveria consumir. Além disso, listavam os alimentos que deveriam ser evitados e incentivavam o consumo de outros. O objetivo principal era orientar a distribuição dos gastos do orçamento do trabalhador com alimentação, garantindo que fosse feita uma ordenação dos gastos privilegiando a compra e o consumo dos alimentos recomendados.

As consultas não eram restritas aos frequentadores do Restaurante. Algumas mulheres escreveram ao Consultório procurando melhorar a alimentação de sua família. Essas “consultas” eram publicadas no Boletim do SAPS. Os profissionais de alimentação estimulavam muito a participação das mulheres nas consultas, pois acreditavam que muitas delas não sabiam como distribuir o orçamento destinado às compras de maneira que garantissem uma boa alimentação a suas famílias. Conforme sugerem os nutricionistas do Consultório:

A esposa do trabalhador, na maioria das vezes, não sabe, exatamente, como gastar o dinheiro que o marido lhe dá para as compras da casa; não sabe como gastar bem o dinheiro de modo a garantir uma alimentação correta aos seus filhos e ao seu marido. A nossa contribuição mais importante é para as donas de casa, no setor da economia doméstica, sobretudo quanto aos gastos alimentares. [...] podemos indicar, por

exemplo, às donas de casa quais as quantidades de alimentos que devem ser compradas no armazém, na feira, na quitanda, leiteria, padaria e açougue.<sup>303</sup>

Tanto as donas de casa que escreviam ao Consultório, quanto os frequentadores que se consultavam pessoalmente com um nutricionista, tinham esclarecidas suas dúvidas e recebiam sugestões de como se alimentar segundo as orientações científicas, sem que isso representasse um custo maior no orçamento. O argumento dos técnicos do SAPS era que todas as instruções e conselhos dados levavam em consideração as condições econômicas das famílias. Porém, o que regia os conselhos eram os princípios da alimentação racional. Adequá-los à realidade econômica do trabalhador era um esforço secundário, que não podia de forma alguma colocar a “boa alimentação” em segundo plano. Conforme a fala dos profissionais sobre a proposta das consultas:

De modo que, antes de tudo, indicaremos às pessoas interessadas, a alimentação que mais lhe convém, de acordo com o que recomenda a ciência da Nutrição. Em segundo lugar, então, levaremos em consideração a economia das pessoas, porque inútil seria nosso trabalho, se tal coisa não fosse contemplada.<sup>304</sup>

A essência das sugestões dadas nas consultas era a redução no consumo dos chamados *alimentos calóricos* – açúcar, farinha, grãos – e maior consumo dos *alimentos protetores*, ricos em vitaminas, proteínas e minerais – como leite, ovos, verduras, frutas, carne, manteiga. Reconhecendo que os alimentos saudáveis em geral custavam mais caro e que a possibilidade de aumento no orçamento do trabalhador poderia resultar no fracasso do projeto de educação alimentar, os técnicos do SAPS buscavam orientar uma verdadeira mudança nas listas de compras das famílias. Era preciso reorganizar a divisão da receita gasta com os alimentos, de forma que priorizasse a compra dos alimentos protetores, que deveriam estar presentes nas listas de compras em maior quantidade que os calóricos.<sup>305</sup> A distribuição dos gastos guiada

---

<sup>303</sup> *Boletim do SAPS*, ano 1, nº 1, novembro de 1944, p. 7.

<sup>304</sup> *Ibidem*.

<sup>305</sup> Para saber mais sobre o Consultório de Alimentação Econômica ver: FOGAGNOLI, Marcela. “Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação de Mestrado, UFF, 2011.

pelas sugestões dos profissionais garantiria, portanto, o equilíbrio do orçamento familiar e uma alimentação com maior valor nutritivo. A essa reordenação dos gastos os profissionais do SAPS chamavam de economia alimentar, definida da seguinte forma:

é saber comprar, saber dividir o dinheiro, por pouco que seja, de modo a não esquecer os alimentos mais importantes, embora sejam na aparência mais caros que outros. Há alimentos que não podem faltar a uma família sem que seja prejudicado o desenvolvimento das crianças e a sua saúde geral, bem como a dos adultos. São os alimentos chamados protetores: o leite, a carne fresca, as verduras, os legumes, os ovos, as frutas.<sup>306</sup>

Alguns consulentes chegavam ao Consultório de Alimentação Econômica apresentando uma lista com os alimentos que a família consumia no mês e informando o quanto dispunham em seu orçamento para os gastos com alimentação – ou o faziam através das cartas enviadas e publicadas no *Boletim do SAPS*. Em seguida, recebiam do nutricionista os conselhos sobre a melhor maneira de se alimentar, dentro do limite de gasto estabelecido pelo trabalhador. Foi assim com uma dona de casa, moradora do subúrbio do Rio de Janeiro que escreveu para o Consultório pedindo conselhos sobre a alimentação de sua família. Em sua carta, informou que contava apenas com o parco salário do marido no orçamento familiar e que dispunha de apenas 400 cruzeiros para os gastos com alimentação. A família era formada de quatro pessoas, ela, o marido e duas filhas — uma com seis e outra com dois anos de idade —. A dona de casa ressaltou ainda não ser possível, em hipótese alguma, aumentar as despesas com alimentação. Os profissionais do Consultório reconheciam que o valor não era suficiente para dar uma boa alimentação a uma família tão numerosa. Mesmo assim, se esforçaram no sentido de propor a ela uma lista com os alimentos que deveriam ser comprados, dentro do limite estabelecido.

Essa dona de casa, ao seu modo, direcionou as orientações dos nutricionistas do Consultório à sua realidade econômica. A conclusão daqueles profissionais sobre a alimentação desta família foi a de que os gastos com os alimentos protetores eram muito menores que os gastos com alimentos calóricos. Ou seja, gastavam muito com grãos e farinha, deixando de consumir leite, verduras e legumes em quantidades minimamente necessárias.

---

<sup>306</sup> *Boletim do SAPS*, ano 1, nº 4, fevereiro de 1945, p. 3.

Portanto, essa família deveria “gastar mais na quitanda do que no armazém”.<sup>307</sup> E assim, refizeram a lista de compras da família de acordo com o orçamento informado na carta:

Gastando os mesmos 400 cruzeiros por mês (...), poderá, no entanto, ser melhorada a alimentação, por razão pela qual recomendamos, até que se modifique a situação econômica da família, as seguintes compras mensais:

Carne fresca	15 quilos (1/2 quilo por dia)
Leite	45 litros (1 litro e meio por dia)
Ovos	3 dúzias
Laranja	12 ½ dúzias
Banana	12 ½ dúzias
Vegetais em geral	30 quilos
Manteiga	1 quilo
Açúcar	5 quilos
Arroz	10 quilos
Banha	2 quilos e 800 gramas
Café	1 quilo e 200 gramas
Feijão	8 quilos
Pão	15 quilos
Farinhas em geral	3 quilos
Massas em geral	2 quilos

Eis aí o que aconselhamos à Sra. A.Q.C<sup>308</sup>. para que possa melhorar, dentro de suas possibilidades econômicas, a alimentação de sua família.<sup>309</sup>

Podemos observar que, no topo da lista, e em quantidades maiores, estavam os alimentos protetores, ao passo que as farinhas, grãos e açúcar estavam abaixo e em menor quantidade. Havia, portanto, uma proposta de inversão dos alimentos consumidos. O projeto de educação alimentar sugeria essa mudança, que seria possível com a eliminação dos antigos hábitos alimentares, sobretudo o de comer carboidratos excessivamente. Nesse sentido, o SAPS, através do Consultório de Alimentação Econômica, atuava como um agente dessa transformação, sugerindo aos consulentes novos hábitos e novas formas de ordenação do

---

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> A identidade dos consulentes era preservada, por isso seus nomes não eram publicados, apenas as iniciais.

<sup>309</sup> *Boletim do SAPS*, ano 1, nº 4, fevereiro de 1945, p. 3.

orçamento familiar para alimentação. Portanto, o caráter pedagógico do Consultório se destaca no contexto de melhoria da alimentação do brasileiro através da educação alimentar.

Em que pese tanto esforço tanto do governo, quanto dos profissionais do SAPS no sentido de melhorar a alimentação da população, havia, por parte da classe trabalhadora, alguma dificuldade no acesso aos alimentos. Um dos principais motivos eram as condições econômicas. Além disso, as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial diminuíram ainda mais o acesso a diversos gêneros alimentícios, que, por conseguinte, se tornaram mais caros, prejudicando ainda mais a população. Além do alto preço, o racionamento de determinados gêneros – como o açúcar e a carne bovina – dificultou ainda mais a distribuição dos alimentos no país. Era, portanto, necessário ampliar as atribuições da autarquia com meios de complementar a alimentação doméstica do trabalhador, dando-lhe maior acesso aos produtos de primeira necessidade.

Desse modo, através do decreto-lei 4859, de 21 de outubro de 1942 foi criada a Seção de Subsistência do SAPS, destinada a fornecer gêneros de primeira necessidade aos trabalhadores. Os produtos eram vendidos nos Postos de Subsistências que, em geral, funcionavam nos restaurantes da autarquia. O primeiro posto foi instituído no Restaurante Central no Rio de Janeiro. Os gêneros eram vendidos a preço de custo, apenas com um acréscimo de 10% para cobrir os custos de administração e transporte. O benefício contemplava os trabalhadores inscritos no SAPS, ou que fossem amparados pela Instituição de Previdência Social, os funcionários da autarquia e os trabalhadores segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.<sup>310</sup>

Os Postos, de acordo com seu decreto de criação, poderiam ser instalados nas dependências dos restaurantes do SAPS, em prédios próprios mantidos pela autarquia ou ainda a venda dos gêneros poderia ser feita por intermédio de sindicatos que cumprissem as exigências de instalação e que já não gozassem do benefício.

Embora a pretensão fosse alcançar um maior número de segurados possível, a distribuição dos gêneros deveria, de acordo com o decreto de criação, priorizar os inscritos com família numerosa. Os Postos de Subsistência estavam alinhados com o projeto de melhoria da alimentação do trabalhador. Porém, com a especificidade de ser o programa

---

<sup>310</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 4859, de 21 de outubro de 1942.

empreendido pelo SAPS que mais atingiu as famílias dos frequentadores do Restaurante. Na inauguração do Posto de Subsistência do SAPS Central, as primeiras compras foram feitas pelo ministro Marcondes Filho. Ele recebeu seu cartão de frequentador, como um trabalhador, fez suas compras e as entregou à sua esposa, presente no evento acompanhada da filha do casal. Foi um ato bem significativo. Ele, como um legítimo trabalhador, fazia suas compras no Posto de Subsistência do SAPS, mas em seguida as dava a sua esposa, entregando, simbolicamente, à família a oportunidade que lhe foi dada de melhorar sua alimentação.

Ao todo, foram instalados mais de trinta Postos de Subsistência, distribuídos da seguinte forma: quatorze no Distrito Federal, seis nas demais regiões do estado do Rio de Janeiro, três no Rio Grande do Sul, quatro no estado de São Paulo, doze em Minas Gerais e dezoito no Espírito Santo.<sup>311</sup> Isso reforçava o argumento governamental de que praticamente toda classe trabalhadora poderia ser beneficiada pelos benefícios recebidos. Embora estivesse longe de atender na totalidade dos trabalhadores no país, não podemos negar o vasto alcance e a importância dos Postos de Subsistência naquele contexto.

O Posto do SAPS Central tinha grande movimentação. Funcionando durante oito horas diárias e vendendo mais de trezentos e oitenta tipos de produtos em suas prateleiras, o fluxo de vendas era expresso em enormes cifras. Para compreender melhor essa movimentação, vejamos uma relação dos gêneros mais vendidos entre dezembro de 1942 a outubro de 1944 no Posto do SAPS Central:

Banha	115.733,000 quilos;
Café	66.378,500 quilos;
Carne seca	19.723,800 quilos;
Batata	227.144,000 quilos;
Farinha de mandioca	217.628,000 quilos;
Feijão	411.236,000 quilos;
Arroz	522.960,000 quilos;
Sabão	214.244,000 quilos. <sup>312</sup>

Os Postos de Subsistência tiveram uma destacada importância no programa de educação alimentar. Os trabalhadores nos Restaurantes do SAPS tinham acesso a refeições

---

<sup>311</sup> Até o ano de 1946, segundo dados do Boletim do SAPS.

<sup>312</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº 2.

preparadas nos padrões da alimentação a um preço módico. Recebiam ali diversos conselhos sobre como se alimentar de acordo com o que propunham os nutrólogos e demais profissionais da nutrição. Podiam também ser consultados por um nutricionista e adequar a alimentação de sua família aos novos parâmetros nutricionais. Contudo, muitas vezes faltava aos trabalhadores recursos financeiros para levar à mesa os alimentos propostos pelos profissionais do SAPS. Nesse sentido, destaca-se o papel dos Postos de Subsistência que, ao oferecer gêneros a praticamente preço de custo, de alguma forma estavam subsidiando a “boa alimentação”, tão cara aos nutricionistas e nutrólogos e tão dispendiosa para os trabalhadores. Desse modo, comprando alguns dos alimentos que mais consumiam – como arroz, café, farinha e carne seca – a preços baixos, muito possivelmente lhes sobraria dinheiro para comprar os chamados alimentos protetores, que em geral pesavam mais no bolso.

Sobre a relação entre os Postos de Subsistência e o projeto de educação alimentar, afirmavam os profissionais do SAPS:

De que serviria fornecer alimentação sadia e barata ao trabalhador, se, em casa, a família não na poderia obter? De que serviria todo o esforço educativo do SAPS, se não havia meios de adquirir os gêneros, cujas qualidades se pregava? E como se já não bastassem tais dificuldades, o abastecimento teve sustados seus meios e recursos, por efeito da guerra que o nazismo estendeu até nós.

Uma solução se impunha e essa soube o governo aplicar: a criação [...] dos Postos de Subsistência no SAPS.”<sup>313</sup>

“Ninguém discute [...] ser a boa alimentação essencial à vida e ao futuro dos povos, pois todos conhecemos como são perigosos e daninhos os frutos da subnutrição.

Mas qual o melhor meio de manter um bom padrão de alimentação, a não ser a venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade?”<sup>314</sup>

Portanto, os Postos de Subsistência do SAPS podem ser considerados com uma das medidas mais importantes dos programas desenvolvidos pela autarquia. Eles complementavam a política de educação alimentar, representando também economia e acesso a alimentação racional. Enfim, possibilitavam a instituição dos novos hábitos alimentares

---

<sup>313</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº10.

<sup>314</sup> SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, ano I, nº 3.

propostos, através da possibilidade de aquisição de gêneros de primeira necessidade a custos muitos baixos.

### 3.5. - As Visitadoras de Alimentação do SAPS e a educação alimentar

O Decreto-Lei 5443, de 30 de abril de 1943, modificou mais uma vez a estrutura administrativa do SAPS. Dessa vez, a novidade era a autorização para “criação de cursos técnicos e profissionais para a formação do pessoal técnico necessário às atividades de nutrição e bem assim de bons profissionais de copa, cozinha e atividades ligadas à alimentação”.<sup>315</sup> Desse modo, três anos após sua criação o SAPS já se expandia, tronando-se um espaço de formação profissional na Nutrição que emergia naquele momento como um campo específico<sup>316</sup>. Assim, dos cursos técnicos do Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), surgiu, em 1944, o Curso de Nutricionistas do Serviço de Alimentação da Previdência Social, em sua sede na Praça da Bandeira.

O curso tinha duração de três anos, era gratuito e destinava-se a moças que se interessassem em ingressar no novo campo profissional que se abria no país, a nutrição. Essas alunas receberiam uma bolsa de estudos no valor mensal de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), caso residissem no Rio de Janeiro, e Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais, caso viessem de outro estado, além de alimentação gratuita.<sup>317</sup>

As alunas estudavam as seguintes disciplinas no curso: Noções de Anatomia, Fisiologia da Nutrição, Fisiologia e Patologia Humanas, Dietética, Higiene, Química, Arte Culinária e Economia Doméstica aplicada, Bromatologia, Técnica Dietética, Dietética Infantil, Tecnologia Alimentar, Psicologia Aplicada, Economia Aplicada, Etiqueta e Serviço de banquetes, Técnica de Inquéritos Alimentares e Organização de Serviços de Alimentação Públicos – cadeira que incluía estágio em Hospitais e outras instituições.<sup>318</sup> O curso era

---

<sup>315</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 5443, de 30 de abril de 1943.

<sup>316</sup> A questão da formação da Nutrição como um campo de saber específico foi abordada no capítulo I desse trabalho. Para saber mais ver: VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. Em: *Revista Nutrição*. Campinas, 15 (2), maio/agosto 2002.

<sup>317</sup> EVANGELISTA. *op. cit.*, p. 61.

<sup>318</sup> *Ibidem*.



ministrado em horário integral e muitas dessas nutricionistas atuavam nos restaurantes do SAPS.

Para ingressar no curso, além de fazer um vestibular, as candidatas precisam preencher alguns requisitos. Entre eles, ter idade entre 18 e 35 anos e ter concluído o Curso Secundário (atual segundo ciclo do Ensino Fundamental). As candidatas tinham também que apresentar um atestado de sanidade mental e assinar um termo de compromisso no qual se comprometiam em se deslocar para qualquer estado do país, caso fosse necessário e aceitariam a nomeação para o SAPS por um período de três anos.<sup>319</sup>

Do curso de Nutrição do SAPS saíram professoras que atuaram na Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith – EVA, em Fortaleza. A EVA foi criada em 17 de agosto de 1944 com a intenção de preparar jovens mulheres com formação normalista para atuarem na educação e mudanças de hábitos alimentares dos trabalhadores e suas famílias e funcionou até 1966. A escola é resultado do convênio entre Brasil e Estados Unidos, apoiado pela Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios (CBA).

Para ingressar na escola, as alunas prestavam um exame admissional composto por provas escrita e oral. A escola recebeu alunas de diversos estados do país. Em 1952, foi criada a Escola de Nutrição Firmina Sant’Ana em Belo Horizonte. Assim, a escola de Fortaleza passou a receber, sobretudo, alunas das regiões Norte e Nordeste do país. Ao passo que a escola mineira recebia, em geral, alunas das regiões Sul e Sudeste. Ambas as escolas estavam diretamente ligadas ao SAPS e suas atividades eram fiscalizadas pela Divisão Técnica da autarquia.

A Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith recebeu esse nome em homenagem à dietista norte-americana Agnes June Leith, que pertencia ao Curso de Economia Doméstica do Colégio Bennet e foi uma incentivadora da mudança de hábitos alimentares desde cedo, trabalhando junto às crianças americanas. O curso de Visitadoras de Alimentação durava um ano, em regime de internato com no máximo 24 alunas por ano, que precisavam ter entre 20 e 35 anos de idade, apresentar certificado de conclusão de curso normal ou ginásial, atestados de idoneidade e de vacinação antivariólica. As alunas recebiam uma bolsa mensal para seus estudos. As disciplinas cursadas eram: Nutrição e Dietética; Arte

---

<sup>319</sup> *Ibidem.*

Culinária; Educação Física e Recreação Infantil; Sociologia; Psicologia; Puericultura; Enfermagem; Horticultura, Fruticultura e Jardinagem; Economia Doméstica; Corte e Costura e Artes Aplicadas.<sup>320</sup>

Cabe ainda destacar que no mesmo terreno da Escola de Visitadoras, havia o Restaurante do SAPS e uma creche da autarquia. Ali as visitadoras atuavam muitas vezes coordenando as atividades da creche e visitando as famílias das crianças e as famílias dos operários frequentadores do restaurante do SAPS/CE. As visitadoras organizavam os cardápios da merenda que era servida na creche, orientavam sobre a higiene na cozinha, instruíam as crianças sobre higiene pessoal e sobre os benefícios das vacinações obrigatórias. A creche atendida de 7h às 17h crianças entre cinco e sete anos.<sup>321</sup>

As Visitadoras de Alimentação atuavam como peças-chave no projeto de educação alimentar. Nos Restaurantes do SAPS, a cruzada educativa que buscava mudar os hábitos alimentares da população era efetivada através das refeições servidas, dos gêneros vendidos nos Postos de Subsistência e dos conselhos dados aos trabalhadores. Porém, para que houvesse uma transformação mais profunda, era preciso que esse projeto chegasse até à família do trabalhador. Nesse sentido, a participação das Visitadoras era fundamental, pois tinham contato direto com a família do trabalhador, ensinando a dona de casa os princípios da alimentação racional. Segundo Érico Muniz, as estruturas e atividades da Escola de Visitadoras Agnes June Leith chamavam atenção pela inovação que representavam. De acordo com o autor, o sucesso da escola é resultado do encontro entre as agendas modernizadoras da agência norte-americana, os planos de Getúlio Vargas e as elites locais.<sup>322</sup>

As visitas eram feitas aos lares e participavam as casas em que os membros, principalmente as crianças, fizessem parte dos Clubes do quatro Es. Trata-se da divisão de crianças, adolescentes e donas de casa em grupos, cujo lema era as quatro palavras: Espírito,

---

<sup>320</sup> CIDRACK, Marlene Lopes; BEZERRA, José Arimatea Barros. Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith história e práticas curriculares (1944-1966). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

<sup>321</sup> CIDRACK, Marlene Lopes. Escola Agnes June Leith. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944-1966). Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2010, p. 137.

<sup>322</sup> MUNIZ, Érico Silva Alves. Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014, p. 182.

Educação, Esforço, Êxito. De acordo com Marlene Lopes Cidrack, o método foi proposto pela nutróloga brasileira Clara Sambaquy<sup>323</sup>, que estagiou durante seis meses nos Estados Unidos e ali conheceu a versão ianque do método, os quatro Hs dos Clubes norte-americanos: *head, heart, hands and health*.<sup>324</sup> Os Clubes dos 4Es contavam com a forte participação das crianças. Algumas disciplinas cursadas pelas Visitadoras, como artes manuais e psicologia, ajudavam no trabalho com as crianças e também com as donas de casa. Desse modo, devido ao contato com os filhos, as Visitadoras conseguiam chegar aos lares com mais facilidade.<sup>325</sup>

O Serviço de Visitação Alimentar começava com um *Inquérito Social*, que visava investigar os problemas de alimentação nas famílias atendidas e propor soluções e atividades para melhorar as condições de vida das pessoas assistidas. Após a análise dos inquéritos, iniciavam as visitas. A visitadora precisava ter atenção à sua aparência, deveria usar roupas simples e se mostrar mais adaptada ao meio quanto fosse possível. De acordo com Cidrack,

Durante as visitas domiciliares [...] eram repassadas noções de higiene, valores morais, como se relacionar bem com a família, vizinhos e comunidade em geral, além das aulas de culinária, nas quais eram ensinados preceitos de alimentação racional, e como as donas de casa poderiam aproveitar melhor os recursos e alimentos, além de noções de Enfermagem, Puericultura, Horticultura (hora caseira) e aulas sobre como melhorar o orçamento doméstico, inclusive com aulas de artesanato.<sup>326</sup>

Assim sendo, as visitas aos lares dos trabalhadores expressam os esforços do programa de educação alimentar empreendido pelo SAPS. Por seu caráter pedagógico e atuação direta com as esposas e os filhos dos trabalhadores, a atuação das Visitadoras de Alimentação representa uma parte fundamental da campanha educacional de transformação dos hábitos e melhoria da alimentação dos trabalhadores.

---

<sup>323</sup> Clara Sambaquy dirigiu a Escola de Visitadoras Agnes June Leith entre 1944 e 1946.

<sup>324</sup> CIDRACK. *op. cit.*, p. 64.

<sup>325</sup> EVANGELISTA, *op. cit.*, p. 78.

<sup>326</sup> CIDRACK. *op. cit.* p. 127.

### 3.6. - A vez dos pequenos: o Desjejum Escolar do SAPS

A participação do SAPS na alimentação escolar foi através da implantação Desjejum Escolar em 1942. O serviço oferecia uma refeição matinal gratuitamente aos escolares filhos de trabalhadores, associados ao Ministério do Trabalho, e, portanto, frequentadores da autarquia. O desjejum do SAPS surgiu a partir da iniciativa de Dante Costa.

De acordo com Costa, o serviço de desjejum escolar com amplitude nacional surgiu na Noruega. Em seguida, países como Rússia, Chile e Argentina também instituíram o serviço.<sup>327</sup> O autor não dá mais informações sobre esses serviços de desjejum, seu funcionamento ou o quanto influenciou o projeto brasileiro. No “nosso” caso, o desjejum do SAPS surgiu após o inquérito alimentar dirigido por Dante Costa com escolares da capital federal, onde foram apontados os efeitos da desnutrição naquelas crianças.

Na historiografia sobre alimentação ou alimentação escolar pouco se falou sobre o desjejum do SAPS. Stefanini em seu trabalho sobre merenda escolar cita muito brevemente o desjejum e a partir das informações contidas no livro *Alimentação do Escolar*, de Dante Costa. A autora afirma que o desjejum “consistia de um sanduíche de carne, de galinha, ovo ou queijo, um copo de leite e uma fruta”<sup>328</sup>. Érico Muniz cita os desjejuns escolares do SAPS, ao lado dos Postos de Subsistência, como uma medida de assistência social promovida pela autarquia.<sup>329</sup> Jaime Rodrigues situa o desjejum do SAPS como a materialização da assistência alimentar ao escolar.<sup>330</sup> Ana Maria da Costa Evangelista concorda com Rodrigues e reforça que o serviço de desjejum foi o início dessa assistência ao escolar. A autora cita o depoimento de um ex-frequenter do SAPS que em sua infância recebia o desjejum escolar. Ele afirmou que bastava que estivessem uniformizados e que na lapela do uniforme escolar contasse a sigla “EP” (escola pública) para que os escolares recebessem a refeição matinal. No entanto, a documentação demonstra que existiam outros requisitos como ser filho de trabalhador

---

<sup>327</sup> COSTA, Dante. *Alimentação do escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 108.

<sup>328</sup> STEFANINI, Maria Lucia Rosa. *Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. Tese apresentada ao Departamento de Nutrição da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 32.

<sup>329</sup> MUNIZ. *op. cit.*, p. 143.

<sup>330</sup> RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 89.

cadastrado no SAPS, entre outros.<sup>331</sup> Coimbra é quem mais se aprofunda no assunto e atribui o serviço à ação de Dante Costa no SAPS. Define o desjejum escolar do SAPS como “quase que apenas uma experiência de laboratório para satisfazer sabe-se lá qual curiosidade científica”. Isso porque para ter acesso ao serviço, o escolar precisava passar por exames médicos periodicamente e deveria apresentar sua merenda trazida de casa para receber seu desjejum. Apesar de sua posição bastante crítica ao serviço, é a obra que mais informações nos traz sobre o desjejum escolar do SAPS. A culminância das ideias desses autores está em considerar o desjejum do SAPS como parte das políticas de assistência alimentar ao escolar e como um precursor da merenda no Brasil.

O serviço, inaugurado em outubro de 1942, oferecia uma refeição matinal a crianças entre 7 a 14 anos no período de 6h30 às 7h30 da manhã no restaurante Central, na Praça da Bandeira no Rio de Janeiro. Com valor calórico entre 413 a 470 calorias, o desjejum era composto, segundo Dante Costa, de “250 g de leite, 50g de pão a 20% de farinha integral, 3g de manteiga fresca, 10g de açúcar, 50g de banana, ou de 50g de pão a 20% de farinha integral, 3 g de manteiga fresca, 40g de queijo, 15g de açúcar e 200g de suco de laranja fresca”.<sup>332</sup>

O SAPS, em 1942, abriu inscrição para mil crianças escolares “filhos de trabalhadores, e que desejassem receber gratuitamente, todos os dias, em seu Restaurante Central, o desjejum tecnicamente organizado”.<sup>333</sup> Somente os escolares que tivessem pais frequentadores do SAPS podiam participar de tal benefício. No entanto, além desse, outros requisitos precisavam ser preenchidos pelas crianças para ter acesso ao desjejum. São eles:

1º) a criança deveria mostrar, antes de receber o desjejum, a merenda que levava para a escola, ou caso não a levasse, um documento provando que a administração da escola lhe fornecia a merenda. Com isso, desfazia-se a possibilidade de substituição de uma coisa por outra, irregularidade que, uma vez instalada, prejudicaria o efeito desejado, isto é, o estabelecimento de melhor nutrição nos escolares de classe humilde, isso porque famílias desavisadas deixariam de fornecer a merenda de costume, fiadas em que o desjejum do SAPS pudesse valer por duas refeições.

---

<sup>331</sup> EVANGELISTA. *op. cit.*, p.93.

<sup>332</sup> COSTA. *op. cit.*, p. 108.

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 46.

2º) As crianças deveriam, em dias determinados, comparecer ao SAPS para serem examinadas pelos seus médicos especialistas.<sup>334</sup>

Ainda que pouco se possa averiguar sobre o cumprimento desses requisitos, é provável que a exigência da apresentação da merenda para receber o desjejum tenha sido apenas uma regra sem aplicação prática. A inauguração do Desjejum Escolar foi noticiada no jornal *Correio da Manhã*, porém, tal cobrança não foi sequer citada. De acordo com o jornal, “para que a criança fique inscrita no novo serviço do SAPS é apenas necessário um cartão-matrícula, que já se acha de fácil alcance a qualquer chefe de família registrado no referido estabelecimento de assistência social”.<sup>335</sup> O periódico *A Noite* noticiou a abertura de novas inscrições para o desjejum em fevereiro de 1943, informando apenas as seguintes regras: “ser a criança que vai se beneficiar do Desjejum Escolar, filho ou filha de trabalhador registrado nos Institutos de Pensões e Aposentadorias”; “estar a mesma matriculada em escola pública”; “contar de 7 a 14 anos de idade”; “os pais dos escolares a serem inscritos assumirão o compromisso de os levar ao SAPS [...] para o controle médico de peso e crescimento”.<sup>336</sup> No mesmo ano, o jornal *Diário de Notícias* citava a mesmas regras.<sup>337</sup>

Érico Muniz ao analisar a aceitação dos trabalhadores ao copo de leite servido no SAPS, levanta a mesma questão sobre a aplicação ou não das recomendações do nutrólogos da autarquia. Cita o depoimento de uma ex-funcionária do serviço administrativo do SAPS em que “conta que mesmo entre os servidores do SAPS algumas recomendações permaneciam demasiado distantes da realidade sendo poucas vezes efetivamente implementadas”. O copo de leite compulsório estabelecido no cardápio, por exemplo, “só era praticado por ela e seus colegas mais imediatos quando da ocasião de visita de autoridades ou inspeção das instalações por alguma destacada autoridade do governo; uma espécie de brinde ao banquete ali servido, ao projeto modernizador em curso”.<sup>338</sup> Não sabemos se a apresentação da merenda era efetivamente cobrada pelos funcionários que distribuíam o desjejum. Mas, refletindo sobre a dificuldade de muitos de levar uma merenda de casa,

---

<sup>334</sup> *Ibidem*, p 46.

<sup>335</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p. 2.

<sup>336</sup> *A Noite*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, p. 2.

<sup>337</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1943, p. 11.

<sup>338</sup> MUNIZ. *op. cit.*, pp. 81-82.

podemos inferir que caso isso fosse levado à risca, muitos escolares estariam excluídos do programa.

Determinar a aplicação das regras para o recebimento do desjejum foge aos objetivos desse trabalho. Importa-nos aqui verificar a importância do serviço e sua contribuição para a política de alimentação escolar. Independente do alcance do desjejum elaborado por Dante Costa, ele foi o primeiro esforço de merenda escolar promovido uma instituição de âmbito nacional. Embora ainda não se tratasse de um plano nacional de merenda, como foi a Campanha de Merenda Escolar, o desjejum foi um importante nessa direção. Como destacou Jaime Rodrigues, o Desjejum Escolar do SAPS representou a materialização da assistência alimentar ao escolar. Foi um primeiro passo para um dos maiores objetivos dos nutrólogos brasileiros: o estabelecimento de um programa nacional de merenda escolar.

No percurso pela assistência alimentar aos escolares encontramos o SAPS, um gigante que entre suas inúmeras funções instituiu o Desjejum Escolar. Um programa de distribuição de refeição aos escolares filhos de trabalhadores. Considerado como um projeto-piloto do programa de merenda escolar, o desjejum foi um importante passo na assistência alimentar aos escolares.

Criado para beneficiar os trabalhadores através das refeições servidas em seus restaurantes, o SAPS foi aos poucos estendendo suas atribuições até assumir uma função educativa junto ao trabalhador e sua família. Nesse sentido, destacam-se as ações educacionais empreendidas nos restaurantes, fossem elas através dos conselhos alimentares transmitidos pelo rádio nos pátios da autarquia ou das recomendações dadas nos Boletins do SAPS. Mas, uma estratégia adotada ia além do restaurante e alcançava a família dos trabalhadores, era a ação das Visitadoras de Alimentação. Formadas em escolas específicas, as visitadoras atuavam diretamente com as donas de casa auxiliando na prática dos preceitos da alimentação racional. A ação das Visitadoras foi fundamental para o projeto de educação alimentar proposto pelos nutrólogos e nutricionistas da época.

Muitos desses profissionais atuavam no SAPS e foram responsáveis por um processo de construção da consolidação de uma proposta estatal de melhoria da alimentação da população brasileira. Entre eles, destacam-se Alexandre Moscoso, Peregrino Júnior e Thalino Botelho, além de Josué de Castro e Dante Costa. Em linhas gerais, esses intelectuais buscaram

explicar o problema alimentar como resultado da pobreza e ignorância da população. A solução estava na alimentação racional, uma maneira de se alimentar guiada pela escolha “correta” dos alimentos, a partir das necessidades do corpo e não do paladar ou preferências por certos alimentos.

A ponte entre a população e a alimentação racional era a educação alimentar. E todos deveriam passar por ela, ricos e pobres, adultos e crianças. Todos precisavam aprender a comer. Nesse sentido, o SAPS representou um importante espaço para aplicação de um projeto de educação alimentar. Mais que servir refeições, ele fazia parte de um plano de mudança dos hábitos alimentares dos brasileiros.



## 4 - ALIMENTAR PARA EDUCAR: A MERENDA COMO PROJETO NACIONAL

*A criança com a refeição escolar come mais e melhor e adocece menos. São menos faltas às aulas, mais vigor, mais peso, maior crescimento, melhores cores para os que suplementam sua alimentação na escola.<sup>339</sup>*

A alimentação escolar tornou-se um esforço nacional após a criação do Programa Nacional de Merenda Escolar, empreendido pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1954. Anteriormente, sobretudo na década de 1940, o tema foi discutido e surgiram propostas e iniciativas nesse sentido, como as de Dante Costa. Mas, foi com a CNA, e através do grupo de intelectuais ligados a Josué de Castro, que surgiu o primeiro passo de uma política nacional de alimentação escolar.

Nesse capítulo, pretendo traçar o curso da implementação da merenda escolar enquanto um projeto nacional e de desenvolvimento. Delinearemos a fase inicial do programa de alimentação escolar, no seio da Comissão Nacional de Alimentação, para observarmos os principais atores desse projeto e as circunstâncias que o possibilitaram. Nesse sentido, destaca-se a atuação de agências internacionais, como a UNICEF, viabilizando esse projeto. Interessa-nos também aqui acompanhar as nuances e transformações do programa de merenda escolar, sobretudo na fase seguinte, quando esteve sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura. Por fim, faremos a análise de um importante veículo de divulgação do projeto de merenda, a Cartilha de Merenda Escolar. Nela, além de informações sobre a merenda e sua importância, havia também as instruções para sua implementação, sobretudo orientações para professoras e para escola de modo geral.

Em outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. Sua plataforma de governo era a de acelerar o projeto nacional-desenvolvimentista e medidas relativas à legislação social e de bem-estar dos trabalhadores. No que tange à alimentação

---

<sup>339</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Janeiro-Dezembro, v.24, nº 1 e 2, 1968, p. 68.

popular, o governo deu continuidade às iniciativas tanto de sua primeira presidência como da administração de Eurico Gaspar Dutra.

De acordo com Coimbra, alguns fatores foram decisivos para concretização de um programa com essa finalidade. Entre eles, o fato de surgir no interior de uma instituição governamental importante naquele momento e de ter Josué de Castro como titular. Ambos, CNA e Castro, tinham reconhecimento e prestígio na Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Bizzo, a CNA exercia a função de Comitê Nacional da FAO e era encabeçada por Josué de Castro<sup>340</sup>. Além disso, a contribuição dada pela equipe técnica da Comissão, que contava com médicos e especialistas em nutrição como Walter Santos, que era nutrólogo e coronel das Forças Armadas e que teve papel fundamental na criação e implementação do Programa, deve também ser considerada. Soma-se ainda a presença do FISI que garantiu a concretização das propostas de alimentação dos escolares ao fornecer para o Brasil leite em pó vindo dos Estados Unidos para ser distribuído nas escolas. Nas palavras de Coimbra: “havia agora comida para os programas de alimentação”<sup>341</sup>. Desse modo, pode-se dizer que através da CNA e de Josué de Castro os discursos anteriores sobre alimentação escolar enfim se tornaram algo concreto – ainda que muito aquém do que sonhava.

Criada pelo decreto nº 7.328, de fevereiro de 1945, a Comissão Nacional de Alimentação esteve vinculada ao Conselho Federal de Comércio Exterior até 1949, quando foi transferida para o Ministério de Educação e Saúde. Somente em 1951 foi regulamentada como órgão responsável por assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação.<sup>342</sup> Entre as finalidades da CNA previstas pelo decreto, estudar e propor as normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários ou convenientes; trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando campanhas educativas; concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação dos alimentos no Brasil<sup>343</sup>. Somando-se a CNA à criação do SAPS, nota-se o

---

<sup>340</sup> BIZZO. *op. cit.*

<sup>341</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 347.

<sup>342</sup> VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, 18 (4); jul/ago, 2005, p. 441.

<sup>343</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 7.328, de fevereiro de 1945.

surgimento de uma política social de alimentação e nutrição, denotando que o Estado brasileiro procurava se aparelhar de novos mecanismos que lhe garantissem legitimidade e hegemonia.<sup>344</sup>

A orientação intelectual da CNA era dada por Josué de Castro e o grupo de nutrólogos e especialistas em nutrição do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, ligados a Castro, entre eles Walter Santos e Walter Silva. Todos esses pertencentes à perspectiva social da Nutrição. No início da década de 1950, o grupo de Josué de Castro tomou efetivamente os postos da CNA, o que possibilitou o surgimento do Programa Nacional de Merenda Escolar.<sup>345</sup>

#### 4.1. - A origem na CNA: o Programa Nacional de Merenda Escolar

Em 1952, foi elaborado pela Comissão Nacional de Alimentação o plano *Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil*, um projeto que incluía programas de enriquecimento de alimentos, assistência alimentar a grupos como nutrízes e estudantes, apoio às indústrias de alimentos, entre outros. De todos, o que teve vida mais longa foi o projeto de alimentação escolar. O plano propunha a criação de medidas para implementação da merenda nas escolas do país. Destacando a situação de precariedade da alimentação dos escolares, afirmava o documento:

Entre as medidas recomendadas pela ciência nutrológica para minorar esta situação, destaca-se a instituição da chamada ‘Merenda Escolar’, cuja eficiência vem sendo comprovada em vários países. Através da ‘Merenda Escolar’, devem receber as crianças uma suplementação alimentar capaz de corrigir, pelo menos em parte, as deficiências do cardápio de seus lares. **Além deste aspecto assistencial, a instituição da merenda proporciona uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de atividades de educação alimentar, tão importante para a formação de bons hábitos.**<sup>346</sup> [grifo meu]

---

<sup>344</sup> VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 441.

<sup>345</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p. 348.

<sup>346</sup> COIMBRA, *op.cit.*, p. 351.

Como se pode notar, os objetivos principais da merenda eram corrigir os problemas de desnutrição e subnutrição nos escolares e formar neles novos hábitos alimentares. Portanto, a merenda tinha função corretiva e educativa. Como vimos, os médicos da época consideram que a fase escolar era um “precioso momento para a recuperação biológica do indivíduo, bem como para a introdução de saudáveis hábitos alimentares”.<sup>347</sup> Desde os anos de 1920 falava-se sobre a “plasticidade” da criança, que deveria ser “modelada” pela aquisição de novos hábitos e, assim, proteger sua saúde. Além disso, a escola era considerada um espaço privilegiado de um conjunto de práticas disciplinares e, por isso, seria uma grande colaboradora do projeto de mudanças dos hábitos alimentares dos escolares.<sup>348</sup>

De acordo com Coimbra, é provável que o Programa Nacional de Merenda Escolar, proposto pela CNA, tenha sido resultado do estágio de Walter Santos nos Estados Unidos, no primeiro semestre de 1952. A viagem de aperfeiçoamento e treinamento de técnicos brasileiros aos EUA tinha como objetivo a especialização em métodos de inquéritos nutricionais e Walter Santos foi escolhido. Essa viagem teve grande importância na elaboração da proposta do Programa Nacional de Merenda Escolar pois Walter Santos trouxe um modelo concreto sobre como formular um programa com esse intuito, quais características organizacionais deveria ter, quais seriam suas rotinas de operação, acompanhamento e controle, e de que formas se poderiam enfrentar as questões de distribuição e armazenagem. A referência que Walter Santos teve foi o programa equivalente norte-americano, em curso desde o *New Deal*.

A proposta de merenda escolar da CNA ganhou forma. O Plano Geral para 1953/1954 da Comissão Nacional de Alimentação incluía a criação de um Programa Nacional de Merenda Escolar. Embora reconhecessem as iniciativas de alimentação escolar já existentes em algumas cidades, o que estava sendo proposto era a extensão e uniformização do fornecimento de merenda para os escolares de todo país. Conforme argumentado em *Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil*:

---

<sup>347</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Julho, agosto, setembro, 1953, n 3 p. 201.

<sup>348</sup> ROCHA. *op.cit.*, p. 179.

Conquanto já venha sendo praticada em muitas escolas do Brasil, a Merenda, além de não se estender a todas as unidades escolares, nem sempre se realiza dentro das normas técnicas e administrativas recomendáveis, devido, sobretudo, à deficiência de recursos financeiros disponíveis. O Programa Nacional que a CNA pretende executar visa, justamente, racionalizar os programas de merenda escolar já existentes e estendê-los a todo o país, dando-lhes orientação técnica e assistência econômica. Esta última deverá ser atendida através dos recursos de um Fundo Nacional de Merenda Escolar, cuja criação deverá ser proposta pelo Governo.<sup>349</sup>

Embora os técnicos da CNA tivessem elaborado cuidadosamente o Programa e um esquema de operação para sua implementação, faltava ainda os recursos financeiros. Nesse sentido, no segundo semestre de 1953, os Arquivos Brasileiros de Nutrição publicaram um editorial com a tentativa de mobilizar o governo para sua causa.

A Campanha de Merenda Escolar que a Comissão Nacional de Alimentação pretende levar a efeito por todo o correr do próximo ano, se para tanto lhe forem concedidos os meios necessários, merece a cordial acolhida daqueles a quem cabe a maior parcela de responsabilidade no zelo pelo bem-estar e a saúde do povo brasileiro. É de esperar-se que estes não lhe faltem, não apenas apoiando-a com formal aquiescência burocrática, mas concedendo-lhe em tempo oportuno, e no exato montante do solicitado, os necessários recursos financeiros, para que tão louvável intenção possa de fato vir a frutificar em colheita compensadora.<sup>350</sup>

Outra tentativa de captar recursos estatais para a merenda escolar foi o projeto de lei apresentado ao Congresso pelo deputado mineiro Dilermando Martins da Costa Cruz<sup>351</sup> em

---

<sup>349</sup> COIMBRA, *op.cit.*, p. 352.

<sup>350</sup> *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, nº 3, jul/ago/set, 1953, p. 201.

<sup>351</sup> Dilermando Martins da Costa Cruz filho nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 19 de maio de 1907, filho do jornalista, escritor e membro fundador da Academia Mineira de Letras Dilermando Martins da Costa Cruz e de Maria Antonieta Lobato Chagas Cruz. Completou seus estudos no Colégio Militar e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em eletrocardiologia. No pleito de 19 de janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte mineira na legenda do Partido Republicano (PR). Renunciou à cadeira, entretanto, em 12 de dezembro do mesmo ano, para assumir a prefeitura municipal de Juiz de Fora, para a qual foi eleito. Em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais na mesma legenda, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Em setembro de 1952, deixou a Câmara e tornou-se secretário de Viação e Obras Públicas de Minas durante o governo de Juscelino Kubitschek, permanecendo no cargo até janeiro de 1953. Reassumiu então sua cadeira na Câmara dos Deputados e tornou-se líder do PR a partir de abril seguinte. Em outubro de 1954, foi reeleito deputado federal por Minas Gerais, sempre na legenda

junho de 1953. A PL nº 3.273 sugeria a criação de um Fundo de Alimentação Escolar, os recursos para o fundo seriam obtidos através da cobrança em dobro do selo de Educação e Saúde que, a partir de 1954, passaria a custar Cr\$3,00 (três cruzeiros). O dinheiro iria para as Caixas Escolares<sup>352</sup> que administrariam os recursos do auxílio, sempre proporcional ao número de alunos da escola. O projeto de lei sugeria ainda a liberação por parte do Ministério da Educação e Saúde um crédito especial no valor de Cr\$ 50.000.000.00 para distribuição de auxílios em 1953 às Caixas Escolares do país. O projeto foi assim justificado pelo deputado Dilermando Cruz:

Temos que resolver o caso da alimentação dos escolares do país, com urgência e objetividade, lançando mão dos recursos que estiverem a nosso alcance, mesmo impondo sacrifícios de ordem geral. [...] Não há projeto algum na Câmara dos Deputados de maior urgência que este, e cada qual ao examiná-lo dê um pouco da ternura com que olha seus filhos. [...] Que os ilustres professores de economia e finanças desta casa vejam a objetividade desse projeto e não se percam nas complicadas questões de imposto direto e outros que na prática constituem, nos casos normais, razão justa. Mas nesse caso trata-se de calamidade pública, cujo socorro se impõe hoje, amanhã será tarde.<sup>353</sup>

Em 13 de julho 1954 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo enviaram à Câmara dos Deputados um documento repudiando a proposta de lei nº 3.273 com a justificativa de que o aumento do imposto do selo federal com destino à educação e saúde aumentaria o custo da produção. Conforme trecho do documento:

---

do PR. ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, verbete: Dilermando Cruz.

<sup>352</sup> Fundo de arrecadação de recursos com finalidades assistencialistas nas escolas. Surgiu no Brasil durante o governo imperial com a finalidade de assistir alunos carente e reduzir a evasão escolar. A captação os recursos poderiam vir das mais variadas formas: doações privadas, arrecadações de festas e quermesses, gratificações que seriam dadas a professores que perdiam o benefício por estarem licenciados ou serem faltosos e eventualmente recursos vindos das Câmaras Municipais, porém estes sem periodicidade clara. Sobre Caixas Escolares ver: CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. Em: *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/fevereiro 2012. VASCONCELOS, Dimas Augusto de. Custeio da educação pública na Era Vargas: a Caixa Escolar do Ceará (1930-1945). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2013.

<sup>353</sup>Diário do Congresso Nacional, ano VIII nº 119, 23 de junho de 1953. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23JUN1953.pdf#page=16>. Acesso em 19 de março de 2017.

A Vª Convenção dos Industriais do Interior, sem prejuízo dos elevados objetivos que inspiraram as citadas proposituras legislativas, manifeste ao Congresso Nacional: 1º) a sua total desaprovação aos aumentos de tributos, que onerem cada vez mais o custo da produção nacional e, 2º) especificadamente, a sua repulsa às mencionadas elevações da “taxa de educação e saúde”, cujos reflexos são imediatos em relação às classes menos favorecidas.<sup>354</sup>

Dois anos depois, através de um ofício em 12 de junho de 1956, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados solicitou ao presidente da casa, deputado Ulysses Guimarães que o ministro de educação, Clóvis Salgado, prestasse esclarecimentos sobre o projeto de lei nº 3273. Em julho de 1956, o ministro enviou documento à Câmara com seu parecer. No entanto, o momento já era outro e já havia sido criada a Campanha Nacional de Merenda Escolar através do Ministério da Educação e Cultura. Assim sendo, o ministro ressalta a importância da criação do Fundo, mas sugere que os recursos sejam administrados pela Campanha, e não pelas Caixas Escolares, que segundo ele ainda mereciam “cuidadoso exame”. Essa é a última movimentação da PL presente em seu dossiê antes de ser arquivada. No entanto, embora o projeto de lei do deputado Dilermando Cruz não tenha criado o Fundo para merenda escolar, seu trâmite na Câmara, a reação dos industriais e a solicitação de um parecer do ministro da educação e cultura mostram que a merenda escolar estava em pauta em diversos setores.

Os recursos financeiros para o Programa Nacional de Merenda Escolar não vieram do governo. Mas isso não impediu sua realização, ao contrário, talvez. No início de 1954, através de um acordo com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI)<sup>355</sup>, a CNA iniciou a distribuição de um copo de leite em pó diluído como merenda escolar para os escolares. O alcance dessa assistência não foi grande, o acordo inicial entre o FISI e a CNA previa o fornecimento de merenda para 250.000 escolares, numa estimativa de cerca de 6 milhões de crianças matriculadas no sistema público educacional. Seis estados seriam contemplados com

---

<sup>354</sup> Dossiê da PL nº 3273. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=ECDC6E082158EE7C2384E8194FF1D8D3.proposicoesWebExterno1?codteor=1218813&filename=Dossie+-PL+3273/1953](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ECDC6E082158EE7C2384E8194FF1D8D3.proposicoesWebExterno1?codteor=1218813&filename=Dossie+-PL+3273/1953). Acesso em 19 de março de 2017.

<sup>355</sup> Nome dado no Brasil à UNICEF - *United Nations International Children's Emergency Fund*.

a merenda: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba, que já eram contemplados com os projetos de assistência materno-infantil do FISI.<sup>356</sup>

Apesar do curto alcance nesse primeiro momento, em 1955 o Programa Nacional de Merenda Escolar já era algo concreto. Os contratos com o FISI eram realizados num acordo formal; a operação do programa havia sido testada em diversos estados; o material de acompanhamento e controle estava desenvolvido e entregue aos executores; turmas para supervisionar a operação nos estados haviam sido formadas.<sup>357</sup>

Porém, o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, mudou os rumos do Programa Nacional de Merenda Escolar e do grupo que o dirigia, sobretudo Walter Santos. Após a morte de Vargas, Café Filho assumiu a presidência da República e o grupo de Josué de Castro ficou em terreno instável. O Programa continuou no novo governo. Porém, “de dentro do MEC [...] rapidamente se organizou um grupo que resolveu tomar o Programa da CNA e trazê-lo para seu controle. A possibilidade de reagir era muito pequena, pois Café Filho, e seu ministro Cândido Motta Filho, não faziam parte do esquema de Castro”<sup>358</sup>. E assim, o grupo ligado a Josué de Castro teve que se afastar do Programa.

#### **4.2. - A Campanha Nacional de Merenda Escolar: da CNA ao MEC**

O presidente Café Filho nomeou Cândido Motta Filho como ministro da Educação, que trouxe para sua assessoria o médico Salvador Julianelli<sup>359</sup>. Além de terem nascido no estado de São Paulo, o ministro e seu assessor eram membros do Partido Republicano Paulista (PRP).

Cândido da Motta Filho durante a Revolução Constitucionalista de 1932 alistou-se no Batalhão Republicano, embora não tivesse saído de São Paulo. Ainda que tivesse estreita relação com Plínio Salgado, na ocasião da formação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em

---

<sup>356</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 368.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 376.

<sup>358</sup> *Ibidem*, p. 374.

<sup>359</sup> Julianelli nasceu na cidade de São Paulo em 29 de março de 1917. Graduou-se em medicina em 1942 pela Escola Paulista de Medicina. A partir de 1954, assumiu funções importantes no Ministério da Educação e Cultura, como o cargo de diretor da divisão de educação extra-escolar em 1954. Elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicano (PR) em 1962. Foi novamente eleito em 1974, 1978 e 1982 pela Arena. Faleceu no dia 26 de junho de 1990 deixando a esposa Maria Aparecida Machado Julianelli, com quem teve três filhos. Mais informações biográficas de Salvador Julianelli ao longo do texto.



1932, Motta Filho preferiu continuar no PRP. Após o golpe que inaugurou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, os partidos políticos foram abolidos e a AIB tornou-se ilegal. Em maio de 1938, um grupo de integralistas, aliados a outros opositores do Estado Novo, promoveram uma tentativa de tirar Getúlio Vargas do poder, o plano foi derrotado e Cândido Motta foi mantido em prisão domiciliar, se bem que em 1939 ocupara o cargo de chefe da seção paulista do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Café Filho, ao assumir a presidência da República, organizou um ministério que incluía diversos opositores ao governo Vargas, entre eles Eugênio Gudim na pasta da Fazenda, do brigadeiro Eduardo Gomes na da Aeronáutica e do almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale na Marinha.<sup>360</sup> Não era difícil supor que o MEC e, conseqüentemente, o Programa Nacional de Merenda Escolar tomariam outros rumos. O ministério agora estava nas mãos dos opositores de Vargas e a CNA perdeu o controle do Programa.

Salvador Julianelli graduou-se na Escola Paulista de Medicina em 1942. Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), nesse período também fundou e dirigiu o jornal *O Biceps*. Em 1954, foi nomeado diretor da divisão de educação extraescolar do Ministério da Educação e Cultura e exerceu a partir de 1955, no mesmo ministério, as funções de diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Educação e de primeiro-superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar. Em 1956, tornou-se membro da comissão nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, (*Food and Agriculture Organization – FAO*). Posteriormente, em 1958, foi nomeado primeiro diretor-executivo da Campanha de Assistência ao Estudante, do MEC, deixando o cargo que exercia na Campanha Nacional de Merenda Escolar.<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, verbete: Cândido Motta Filho.

<sup>361</sup> Em outubro de 1962, Salvador Julianelli elegeu-se suplente de deputado estadual, pelo Partido Republicano (PR), assumindo o mandato na Assembleia Legislativa paulista, exonerando-se da diretoria da divisão de educação extra-escolar do MEC e da diretoria executiva da Campanha de Assistência ao Estudante. Após o golpe civil-militar de 1964, e a posterior extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº2, Julianelli filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em novembro de 1966 elegeu-se deputado estadual, assumindo o mandato em fevereiro de 1967. Reelegeu-se em novembro de 1970 e presidiu o diretório regional da Arena de 1971 a 1972. Em novembro de 1974 elegeu-se deputado federal. Reelegeu-se em novembro de 1978, ainda na legenda arenista, e tornou-se membro do diretório nacional do partido. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a conseqüente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação sucessora da Arena. Foi membro da Comissão de Educação e Cultura, suplente da Comissão de Saúde e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Contaminação de Alimentos. Foi reeleito em novembro de 1982 e cumpriu o mandato, deixando a Câmara em 1986. Salvador Julianelli morreu no dia 26 de

A Divisão de Educação Extraescolar, assumida por Julianelli, foi criada em 06 de outubro de 1953, pelo decreto nº 34.078 e tinha por finalidade “promover o orientar as atividades educativas e culturais de natureza extraescolar, bem como coordenar as de cultura geral, em conexão com outros órgãos especializados”.<sup>362</sup> Com finalidades tão amplas, as atribuições da Divisão eram as mais diversas, desde “estabelecer e manter relações com organizações e entidades estudantis, dando-lhes orientações, estímulo e assistência” a “prestar assistência às delegações e personalidades nacionais ou estrangeiras em missão cultural”. Era composta pelo Gabinete do Diretor e mais três seções: de estudante, de assistência e de cultura. Da Seção de Assistência nasceu a Campanha Nacional de Merenda Escolar, e tinha como uma de suas atribuições “coordenar e auxiliar os empreendimentos públicos e particulares destinados a proporcionar alimento, habitação, livro e outros benefícios materiais aos estudantes”. De acordo com Coimbra, quando Salvador Julianelli assumiu a Divisão ela tinha apenas dois funcionários e a perspectiva de extinção “por falta de razão de ser”.<sup>363</sup> Situação que mudaria após a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

Em 1955, o presidente Café Filho assinou o decreto nº 37.106, de 31 de março, instituindo a Campanha de Merenda Escolar (CME), estabelecida na Divisão de Educação Extraescolar do Ministério da Educação e Cultura. O artigo 2º do decreto definia as atribuições da Campanha:

- a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira;
- b) estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo;
- c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços mais acessíveis.<sup>364</sup>

---

junho de 1990. ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, verbete: Salvador Julianelli.

<sup>362</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 34.078, de 06 de outubro de 1953.

<sup>363</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p.375.

<sup>364</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 37.106, de 31 de março de 1955.

E assim, o Programa Nacional de Merenda Escolar tornou-se Campanha de Merenda Escolar, transferida da Comissão Nacional de Alimentação para o Ministério da Educação e Cultura. Walter Santos não chefiava mais o programa, tornando-se Assessor-Técnico da campanha e agora deveria se reportar a Salvador Julianelli, superintendente da CME. Os técnicos da CNA foram para Campanha, provavelmente por não lhes restar alternativas, uma vez que a principal atividade da Comissão era o Programa Nacional de Merenda Escolar.

A permanência dos técnicos da CNA atendia a necessidade de uma equipe que conhecesse a rotina do programa de merenda escolar. Os acordos com o FISI também foram mantidos. Assim, pode-se afirmar que houve uma ruptura, mas muita coisa permaneceu e a Campanha de Merenda Escolar pode ser considerada como uma continuação do Programa Nacional de Merenda Escolar em diversos sentidos.<sup>365</sup>

Como pudemos notar, a Campanha de Merenda Escolar surgiu de um empenho anterior de grande importância. Contudo, a CME expandiu os esforços do governo federal na alimentação escolar, agora institucionalizada. Foi sob o abrigo de Julianelli e do MEC que a política de merenda escolar passou a ter expressão nacional e a atingir uma quantidade maior de escolares. Nas palavras de Coimbra, por aproveitar o grupo de técnicos da CNA com sua experiência e capacidade de trabalho e movimentação, “pode a Campanha guardar o que havia de mais positivo da primeira fase, trazendo-o para um lugar mais definido e claro”.<sup>366</sup>

Isso não significa, no entanto, que em seu primeiro ano a Campanha tenha tido um grande desempenho. Na prática, a CME só começou em setembro de 1955 e mesmo assim atingindo um número pequeno de escolares. Os dados sobre o alcance da merenda são escassos e muitas vezes imprecisos, para se ter uma ideia, no Ceará, por exemplo, apenas 7 escolas foram atendidas, com um total de 3100 escolares. Em Goiás, foram 54 em 23 municípios, sendo 6700 alunos assistidos, com 105.000 merendas, o que dá um pouco mais de 15 para cada um durante três meses.<sup>367</sup>

Portanto, quando se encerra 1955, primeiro ano da Campanha, o que se tem de mais importante não é o que havia sido feito. Pesava naquele momento o que a CME poderia fazer

---

<sup>365</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p. 379.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 387.

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 388.

dali em diante. Com acordos com o FISI e com a *Commodity Credit Cooperation* (CCC)<sup>368</sup> devidamente estabelecidos e com sua institucionalização, a Campanha passou a ter suas perspectivas ampliadas. Tão ampliadas que necessitava de um nome que comportasse seus novos e maiores propósitos. Assim, em 11 de abril de 1956, através do decreto nº 39.007, a Campanha de Merenda Escolar passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar. A mudança refletia a intenção de transformá-la em um programa de largo alcance.

De fato, os tempos eram outros. Juscelino Kubistchek havia assumido a presidência da República em janeiro de 1956<sup>369</sup> nomeando Clóvis Salgado para o Ministério da Educação e Cultura. O novo ministro nasceu em Minas Gerais e graduou-se médico em 1929 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido Republicano Mineiro e, em 1933, foi eleito deputado suplente para a Assembleia Nacional Constituinte. Após a instauração do Estado Novo, em 1937, Clóvis Salgado passou a dedicar-se ao magistério. Foi professor da clínica ginecológica na Faculdade Nacional de Medicina e na Universidade de Minas Gerais. Além disso, foi médico-chefe do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e, mais tarde, médico do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em Minas Gerais. Após a fundação do Partido Republicano (PR), Clóvis Salgado elegeu-se vice-governador em chapa com Juscelino Kubitschek, eleito governador do estado de Minas Gerais, no pleito de 3 de outubro de 1950. Quando JK afastou-se do governo para disputar as eleições presidenciais, em março de 1955, Clóvis Salgado assumiu como governador do estado, concluindo o mandato em 31 de janeiro de 1956. Na mesma data, Kubitschek assumiu a presidência da República, nomeando Salgado para a pasta da Educação e Cultura, deixando o ministério em julho de 1960.<sup>370</sup>

Embora o MEC estivesse sob nova direção, até 1959 manteve-se na CNME certa continuidade administrativa e Salvador Julianelli permaneceu como superintendente da Campanha. A exceção foi a saída de Walter Santos da chefia da Assessoria Técnica para

---

<sup>368</sup> Trata-se de uma autarquia do Ministério da Agricultura Americano, responsável pela política de garantia de estoques e preços mínimos agrícolas de seu país. STEFANINI, *op. cit.*, p. 36.

<sup>369</sup> Para governo Juscelino Kubistchek ver: BENEVIDES, M. V. de M., *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política* (1956-1961). 3a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>370</sup> ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, verbete: Clóvis Salgado.

assumir a Secretaria Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento<sup>371</sup>, no início de 1957. Os primeiros anos da Campanha, entre 1955 e 1959 foi um período de institucionalização e expansão. A equipe da CNME por exemplo aumentou consideravelmente. Em 1955, 9 funcionários foram contratados para atuar na superintendência da Campanha, no Rio de Janeiro, e 12 para trabalhar em outros estados. Em 1959, o número passa de 21 contratados para 32, sendo 26 contratos para a superintendência.<sup>372</sup>

Os funcionários que trabalhavam fora da superintendência, atuavam no Setor Estadual, criados em parceria entre a Campanha e os estados, que além de manter o setor, deviam também custear parte dos gêneros – leite e farinha de cereais – a serem distribuídos. Os setores começaram a ser inaugurados em fins de 1955 e em 1956 já existiam em todos os estados do país. Segundo Coimbra, “sua vida não era fácil. Normalmente, enfrentavam dificuldades de toda ordem, com atrasos frequentes nas contribuições dos governos estaduais, falta de locais apropriados para depósito e armazenamento de gêneros e as mais precárias instalações”<sup>373</sup>.

A parte de complementação da merenda que cabia aos estados era a compra dos “alimentos racionais” que nada mais eram do que farinhas enriquecidas com alguns nutrientes, também chamadas de formulados. Não é possível saber ao certo como essas farinhas eram oferecidas aos escolares. O mais provável é que fossem misturadas ao leite, cozinhando e fazendo uma espécie de mingau. Eram, em sua totalidade, farinhas de cereais e leguminosas, como milho, trigo, arroz e soja, enriquecidas com minerais – como cálcio – e vitaminas – como vitamina A. Em geral, sua composição deveria conter: 10% de proteínas (sendo 2% de origem animal), 1gr% de cálcio, 1mg% de tiamina, 600 mcg% de riboflavina, 8

---

<sup>371</sup> O Conselho Coordenador do Abastecimento foi criado em dezembro de 1954, pelo Decreto-Lei 36.521. O objetivo do órgão era sanar a desorganização do abastecimento dos grandes centros urbanos. Diretamente subordinado ao presidente da República, era composto pelos ministros da Justiça, da Viação, e da Agricultura, além do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e o presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap). De acordo com seu decreto de criação, cabia do Conselho colaborar com a Cofap para estudar e propor aos diversos órgãos governamentais medidas de natureza administrativa ligadas aos diferentes aspectos do problema do abastecimento. ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, verbete: Conselho Coordenador do Abastecimento.

<sup>372</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p. 391.

<sup>373</sup> *Ibidem*, p. 392.

mg% de niacina, 12.000 Unidades Internacionais de Vitamina A e 12.000 Unidades Internacionais de vitamina D2.<sup>374</sup>

As farinhas eram compradas de indústrias pequenas e nacionais, visto que as grandes empresas se mostravam desinteressadas em vender o produto nesse primeiro momento da Campanha. A principal indústria fornecedora da farinha enriquecida foi a Indústria de Produtos Alimentícios Racionais (INPAR), do Rio de Janeiro. Um nome caro à nutrição da época, os “alimentos racionais” em questão eram as farinhas enriquecidas. Segundo Coimbra, foi a INPAR “que venceu as concorrências realizadas no MEC e era a indicada pela Superintendência aos Representantes Estaduais, a fim de que levassem a sugestão às Secretarias de Educação, responsáveis pela compra”.<sup>375</sup>

A compra das farinhas para enriquecer o leite das merendas dependia essencialmente de quem era o superintendente da Campanha, e de sua posição com relação aos alimentos formulados. Cabe destacar que esse cargo era uma indicação política, nem sempre ocupado por um nutrólogo. No período em que Walter Santos esteve no cargo de Assessor Técnico da Campanha a presença das farinhas enriquecidas foi mais forte. Primeiro porque ele já buscava manter uma relação com as indústrias para fornecimento desse gênero desde os tempos de planejamento do Programa Nacional de Merenda Escolar da CNA.<sup>376</sup> Depois, porque o consumo das farinhas enriquecidas, sobretudo nas merendas dos escolares, era proposto pelos nutrólogos.

A grande sustentação orçamentária da Campanha era o governo federal, que aumentava ano a ano as dotações. O quadro abaixo apresenta as dotações consignadas e os recursos efetivamente recebidos pela CNME entre 1955 e 1959.

---

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 394.

<sup>375</sup> *Idem*, p. 394.

<sup>376</sup> *Idem*, p.357.

**Tabela 1: dotações e recursos enviados à CNME (1955-1959)**

ANOS	DOTAÇÃO CONSIGNADA (Cr\$)	QUANTIA RECEBIDA (Cr\$)
1955	10.000.000	10.000.000
1956	10.000.000	10.000.000
1957	35.000.000	35.000.000
1958	150.000.000	100.000.000
1959	200.000.000	100.000.000

FONTE: COIMBRA, Marcos (et. al.). *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte: MEC, 1982, p. 397.

Os recursos federais para custear a Campanha vinham do Fundo Especial, criado através do Decreto-Lei 40.052, de 1º de outubro de 1956, e seria constituído de:

- a) contribuições que forem consignadas nos orçamentos da União, Estados, Municípios, entidades paraestatais e sociedades de economia mista;
- b) contribuição proveniente de acordos e convênios com entidades públicas e privadas;
- c) donativos, contribuições e legados de particulares;
- d) renda do património sob a guarda e responsabilidade da Campanha;
- e) todas e quaisquer rendas eventuais.<sup>377</sup>

A criação do Fundo Especial contribuiu também para fortalecer e centralizar as ações no superintendente, uma vez que a conta do Fundo só poderia ser movimentada por ele. Ademais, a proposta de criação de um fundo que gerasse recursos para a alimentação do escolar já havia sido proposta pelo projeto do Programa de Merenda da CNA e pelo deputado

<sup>377</sup> BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 40.052, de 1º de outubro de 1956.

mineiro Dilermando Martins da Costa Cruz, em 1953. Sua efetivação foi um importante passo para a Campanha no sentido de sua institucionalização e expansão.

Durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), sobretudo no período de 1956 a 1959 é, portanto, a época de mais recursos, mais pessoal e mais visibilidade. O que não resulta, necessariamente, em grandes quantidades de merenda ofertadas aos escolares. Não há quase informações consistentes na documentação sobre a distribuição da merenda. Os dados quase nunca se cruzam e as informações são, na maioria das vezes, contraditórias. Segundo os relatórios do Departamento Nacional de Educação (DNE), em 1957 450.101 escolares foram assistidos pela Campanha. Já os relatórios da CNME, afirmam que foram 908.118 no mesmo ano<sup>378</sup>. Sobre o número de escolas atendidas em 1955, pelos relatórios do DNE, 1.896 receberam merenda. Enquanto que, de acordo com os relatórios da CNME, esse número salta para 2.013 escolas.<sup>379</sup>

Em 18 de março de 1959, através do Decreto-Lei 45.582, a CNME foi transferida da Divisão de Educação Extra-Escolar e elevada ao nível da divisão, ficando diretamente subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Pouco depois, ainda no mesmo ano, Salvador Julianelli foi exonerado do cargo de superintendente da campanha e Walter Santos retornou à CNME para assumir o cargo vago e permaneceu nele até o início de 1961.

Em que pesem essas contradições dos números apresentados sobre a distribuição da merenda, a intenção desse trabalho é destacar o peso e importância da Campanha Nacional de Merenda Escolar. Ela foi um inicial e importante passo no sentido da institucionalização nacional do programa de alimentação escolar. Pode-se dizer que a CNME na fase CNA preparou o terreno e em sua fase no MEC lançou as bases para o atual programa de merenda escolar do país.

#### **4.3. - O apoio externo para a campanha de fornecimento de leite**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova ordem mundial começou a ser elaborada e o mundo passou a viver um momento de polarização, caracterizado como Guerra

---

<sup>378</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p. 407.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 408.



Fria. Nesse contexto de disputas entre potências capitalistas e socialistas, surgiu a *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF), em 1946. Esse e outros organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), procuravam estabelecer programas de assistência técnica à agricultura, de desenvolvimento de comunidade e de ajuda alimentar.<sup>380</sup>

Os programas de ajuda alimentar estabelecidos através da ONU, UNICEF e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) se expandiram na década de 1950 e serviram para o escoamento dos excedentes de produção do Canadá e dos Estados Unidos, que viviam um grande desenvolvimento agrícola a partir da chamada “Revolução Verde”. Os Estados Unidos, em 1954, passaram a regulamentar essas “doações”, através da “Lei dos Alimentos para a Paz”.<sup>381</sup>

O principal alimento distribuído foi o leite em pó desnatado. Sobretudo no início da década de 1950, conforme afirmou Maggie Black, o leite era a principal arma contra o problema da desnutrição infantil. Por ser um alimento que mistura gordura animal, proteínas, vitaminas e minerais, o leite ganhou uma enorme importância que, segundo a autora, sua distribuição chegou a eclipsar outras demais soluções para o problema.<sup>382</sup>

Segundo Rômulo Andrade, a maior parte do orçamento da UNICEF foi direcionado para programas de conservação do leite, que haviam sido recomendados pela FAO<sup>383</sup>. De acordo com o autor, a FAO “viu com muito bons olhos o possível incremento que a UNICEF daria a suas missões pelo mundo, em especial com a ênfase no trabalho de distribuição do leite, detectado como uma necessidade das crianças em países dos continentes africanos e latino americanos”.<sup>384</sup> Maria Letícia Bizzo destaca que a participação da FAO no programa de distribuição de leite da Unicef foi prestando apoio técnico. A FAO participou com consultoria

---

<sup>380</sup> STEFANINI. *op. cit.*, p. 30.

<sup>381</sup> *Ibidem*.

<sup>382</sup> Maggie Black, *The Children and the Nations: The Story of UNICEF*. Sidney: P.I.C. Pty Ltd. for UNICEF, 1986, p. 141.

<sup>383</sup> ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012, p. 232.

<sup>384</sup> *Ibidem*.

técnica e estabelecendo fábricas de pasteurização do leite (uma em João Pessoa e outra em Fortaleza).<sup>385</sup>

Os programas da UNICEF eram, inicialmente, voltados para os países europeus prejudicados pela segunda grande guerra, através da distribuição de leite em pó desnatado e outros alimentos para as crianças. À medida que a Europa começou a se recuperar, através do Plano Marshall, estes programas foram estendidos para outras áreas, como o Brasil.<sup>386</sup> De acordo com Black, a oferta do governo norte-americano de cerca de 45 mil libras de leite em pó foi decisiva para a extensão do programa de distribuição do leite para áreas como a América Latina. Conforme, afirmou:

*In the meantime, there was milk. After the supplementary feeding programmes in Europe began to close down, Unicef did not envisage a long continuing involvement in the mass movement of milk around the world. Events decreed otherwise. In 1953 the US Government made an offer that could not be refused: 100 million pounds of skim milk at a giveaway price. Unicef was guaranteed that this was not merely a sudden windfall which would not be repeated. Surplus milk would be available in quantity and on similar terms for several years to come, barring drought or other agricultural disaster. The following year, 1954, the US Congress passed Public Law 480, whereby various voluntary US overseas aid organizations were offered grain, milk and other surplus US farm produce free of charge from the port of exit. The amount of skim milk made available to Unicef was enough over the next few years to give a daily cup of milk to between two and four million children and nursing mothers. The cost of freight – the sole cost to Unicef – was less than two cents a pound.<sup>387388</sup>*

---

<sup>385</sup> BIZZO. *op. cit.*, p. 204.

<sup>386</sup> ANDRADE. *op. cit.*, p. 233.

<sup>387</sup> Maggie Black, *op. cit.*, p. 144.

<sup>388</sup> Em tradução livre: Depois que os programas de alimentação complementar na Europa começaram a fechar, a Unicef não previu uma longa continuidade no amplo apoio ao leite ao redor do mundo. Os eventos encaminharam para uma outra maneira. Em 1953, o governo dos EUA fez uma oferta que não podia ser recusada: 100 milhões de libras [cerca de 45 mil toneladas] de leite desnatado a um preço irrisório. A unicef entendeu que essa era uma oferta única e que não iria se repetir. O excedente de leite estaria disponível em quantidade e em termos semelhantes por anos, mesmo que houvesse seca ou outro desastre agrícola. No ano seguinte, 1954, o congresso dos EUA aprovou a Lei Pública 480, através da qual vários países receberiam grãos, leite e outros excedentes que as fazendas americanas produzissem, sem impostos. A quantidade de leite desnatado disponível para a Unicef era suficiente pelos próximos anos para dar um copo diário de leite para entre 2 e 4 milhões de crianças e mães que amamentam. O custo do transporte – o único custo para a Unicef – era menos que 2 centavos por *pound* [aproximadamente meio quilo].

A UNICEF chegou ao Brasil no início dos anos de 1950 por intermediação do Itamaraty. Coimbra atribui ao Itamaraty o fato de o Brasil ter sido o primeiro país da América Latina a estabelecer acordos com o FISI (como dito anteriormente, essa é a forma como a UNICEF era chamada no Brasil). E isso graças, entre outros motivos, à capacidade de bom relacionamento que a diplomacia brasileira mantinha com as novas agências criadas, “o que a mantinha informada e preparada para usar das oportunidades que surgissem”.<sup>389</sup> Diante do desinteresse do governo brasileiro em estabelecer acordos com as novas agências internacionais, o Itamaraty construiu uma política de “boa vizinhança” com o FISI ao estimular que a burocracia brasileira solicitasse seus fundos.

De acordo com Coimbra, o Brasil ocupou uma posição vantajosa na alocação dos recursos do FISI, desproporcional às contribuições realizadas e aos gastos nacionais em programas de auxílio à criança, bem como em relação ao que os outros países latino-americanos recebiam.<sup>390</sup> Dessa relação surgiram os primeiros grandes programas brasileiros de assistência às crianças. Destacando-se a participação do FISI na alimentação suplementar.

O Brasil foi, inclusive, em 1949, um dos responsáveis pela manutenção da agência e de sua expansão para países latino-americanos, apesar das manifestações contrárias de Estados Unidos, Canadá e Reino Unido<sup>391</sup>. Já em 1951, o Brasil passou a possuir o maior programa latino-americano apoiado pelo FISI. Em 1953, da ajuda total da agência para a região, 44% destinavam-se ao Brasil, um percentual bastante significativo.<sup>392</sup>

O acordo entre o Brasil e o FISI representava o gasto de US\$ 500.000 para iniciativas de proteção à criança nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. A maior parte do orçamento, US\$230.00, seria destinado a provisão de leite em pó, margarina e cápsulas de vitaminas para crianças, nutrízes e gestantes. Os demais recursos seriam destinados a melhoria de hospitais materno-infantis, vacinas contra gripe e difteria,

---

<sup>389</sup> COIMBRA, *op. cit.*, p.309.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>391</sup> Os Estados Unidos e países aliados pretendiam extinguir a UNICEF pois a situação europeia já tinha melhorado, também em razão do Plano Marshall. Por outro lado, iniciativas privadas, como o CARE (*Committee of American Remittances to Europe*), haviam se mostrado mais eficazes, pois permitiam uma identificação imediata de quem estava beneficiando a quem, sem a intervenção da ONU. *Ibidem*, p. 313.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 320.

treinamento de parteiras e para Campanha de Educação e Saúde para mães.<sup>393</sup> Segundo Coimbra, “esse Acordo, sozinho, representava certamente mais recursos para alimentação da criança que tudo o que o governo federal havia feito de concreto, essencialmente o trabalho do SAPS, em dez anos de política de alimentação”.<sup>394</sup> Com o acordo Brasil-FISI, a nutrição infantil saía do plano das intenções para se traduzir em ações reais.

Contudo, de acordo com Coimbra, o projeto de alimentação de crianças, nutrizes e gestantes contido no Acordo, não se traduzia num plano de educação alimentar. A estratégia puramente distributiva do projeto não era o que se vinha defendendo em termos de política alimentar, faltando a preocupação com a produção e o abastecimento. Por tudo isso, o projeto era mais propriamente de pediatria do que de nutrição, fato que era reforçado por sua localização dentro do Departamento Nacional da Criança (DNCR).<sup>395</sup> De todo modo, o Acordo teve grande importância no desenvolvimento da alimentação enquanto política no Brasil.

Em julho de 1951, chega ao Brasil para chefiar representação local do FISI Gertrude Lutz, uma austríaca que teria papel decisivo as ações brasileiras na área materno-infantil até os anos de 1960. Coimbra destaca a atuação da representante da UNICEF nas seguintes palavras:

Em Gertrude Lutz, o governo brasileiro adquire uma aliada e uma amiga, alguém disposto a defender as iniciativas brasileiras com, pelo menos, o mesmo vigor que um funcionário nacional. Seus relatórios para o FISI, as justificativas que enviava para a Diretoria Executiva quando novos projetos entravam em negociação, sua capacidade de entender e relevar os atrasos e demoras são, verdadeiramente, notáveis.<sup>396</sup>

Madame Lutz, como era chamada, foi decisiva para a implantação do Programa Nacional de Merenda Escolar da Comissão Nacional de Alimentação. Por seu intermédio, no início de 1954, o FISI autorizou a distribuição de leite em pó para escolares. Destaca-se o fato de que não havia, nos acordos Brasil-FISI, nenhuma referência a distribuição de leite para escolares, pois todos os recursos eram para a área materno-infantil e ficavam sob a

---

<sup>393</sup> COIMBRA. *op. cit.*, p. 322.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 323.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p. 326.

administração do DNCR. Desse modo, segundo Coimbra, “não foi [...] o FISI propriamente dito que permitiu a utilização de seus gêneros em uma finalidade que não constava em parte alguma dos Acordos. Quem o fez foi Madame Lutz”<sup>397</sup>.

A partir dessa remessa de leite em pó liberada a CNA, começam então os trabalhos para início do Programa Nacional de Merenda Escolar. Josué de Castro, em carta ao Ministro da Saúde Mario Pinotti de 3 de maio de 1954, começava a tomar algumas providências para iniciar a distribuição do leite:

A minha Comissão de Alimentação está levando a efeito uma Campanha de Alimentação visando principalmente proporcionar assistência alimentar ao escolar com alimentos obtidos através do programa de assistência técnica das Nações Unidas [...] Como seu serviço dispõe, provavelmente, desses meios (de transporte), venho a título de colaboração, solicitar sua boa vontade em ceder, por empréstimo, quaisquer viaturas que possam ser utilizadas no Nordeste, um dos centros em que vamos desenvolver a Campanha.<sup>398</sup>

Pela primeira vez, uma quantidade considerável de gêneros estava à disposição para um projeto de alimentação dos escolares em grande escala. Assim, começava o Programa Nacional de Merenda Escolar, o passo inicial para um plano mais amplo e sistemático de alimentação dos escolares no Brasil. Por se tratar de um acordo extraoficial, os registros sobre essa primeira fase de operação do programa são quase nulos, mas é possível presumir que não tenha sido algo grande, ficando restrito a poucos escolares. Segundo Coimbra, é provável que tenha começado no segundo semestre de 1954, alcançando 85.000 crianças, 340 escolas e 137 municípios<sup>399</sup>.

A partir de outubro de 1954, foram assinados quatro convênios entre a CNA e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) para realização de merenda escolar nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás e nos territórios do Amapá, Guaporé, Rio Branco e Acre. Pelos contratos dos convênios, a CNA ficaria

---

<sup>397</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>398</sup> *Apud. Ibidem*, pp. 361,362.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 364.

responsável pelo fornecimento do leite em pó recebido através do FISI, de farinhas enriquecidas e de cápsulas de vitaminas A e D para complementação do leite. Caberia também à CNA a distribuição gratuita da Cartilha de Merenda Escolar.<sup>400</sup>

Em agosto de 1954, o FISI aprovou um projeto para distribuição, a título experimental de alimentação supletiva a escolares. O Acordo foi assinado em junho de 1955 e seis estados seriam contemplados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba. Estava prevista pelo Acordo a distribuição de 4.400 libras de leite em pó para um total previsto de 250.000 escolares. O valor total das mercadorias fornecidas pelo FISI seria de US\$ 215.000. O governo brasileiro ficaria obrigado a complementar esse valor com dotações aos seis estados no total de Cr\$ 1.400.000.000, para a aquisição de farinhas enriquecidas para complementar o leite.<sup>401</sup>

Embora as cifras fossem altas, as doações de leite em pó feitas pelo FISI não eram suficientes e estavam muito distantes de suprir todo o universo de escolares do país. Assim, a partir de janeiro de 1955, a CNA passou a buscar outro fornecedor diretamente do governo norte-americano para complementar as remessas recebidas do FISI. Então, foi firmado um acordo com a *Commodity Credit Corporation*.

O tratado com a CCC foi assinado em 06 de setembro de 1955 e estabelecia que a compra pelo governo brasileiro de 5.000.000 libras de leite em pó pelo custo de um centavo de dólar por libra de leite. Além disso, pelo menos metade dos embarques das mercadorias deveria ser feita em navios comerciais norte-americanos. Os convênios com a CCC eram mais simples do que os com o FISI, que sempre implicavam em preparar planos e justificar projetos. O leite comprado da CCC seria destinado aos seguintes estados: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Amazônia.<sup>402</sup>

Portanto, o leite distribuído pela Campanha tinha uma dupla origem, para a distribuição no Nordeste vinha do FISI, para o restante do país vinha da CCC. Em 1956, as compras de leite através da CCC ultrapassaram as remessas do Fundo. Mas, embora não fosse

---

<sup>400</sup> ANDRADE. *op.cit.*, p. 236.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 381.

<sup>402</sup> COIMBRA, *op.cit.*, p. 384.

o maior fornecedor do leite distribuído, o FISI teve um papel de centralidade nos primeiros anos de ação da Campanha. Fato que pode explicado da seguinte forma, segundo Coimbra;

O que o FISI fez, na alimentação escolar brasileira, foi agir como o impulsionador não só de um programa concreto de atuação no Nordeste, mas de todas as demais iniciativas. Foi porque ele existia, criando um fato consumado e visível, que era haver um conjunto relativamente grande de crianças sendo atendidas, que se rompeu a inércia histórica do estado brasileiro, de afirmar a relevância da ideia, mas nada fazer para executá-la.<sup>403</sup>

A assinatura do convênio com o FISI, em 1955, representou o reconhecimento da responsabilidade do governo brasileiro com a questão da alimentação escolar, e não mais apenas de uma prefeitura aqui e outra acolá. O estabelecimento de acordos com o Fundo possibilitou, portanto, a institucionalização do programa de alimentação escolar.

#### **4.4. - Merenda escolar na cartilha**

Como parte da implementação do programa de alimentação dos escolares, em 1954 foi publicada pela Comissão Nacional de Alimentação a Cartilha de Merenda Escolar, uma detalhada e metódica apresentação das ideias da nutrologia sobre a alimentação escolar. A cartilha foi escrita por Walter Santos e D. Jitíia Dias, dietista chefe do Hospital dos Servidores do Estado. O prefácio da primeira edição foi feito por Josué de Castro. Segundo ele, a finalidade da cartilha era “apresentar, de maneira acessível e racional, o problema da merenda escolar e os meios e recursos técnicos que devem ser utilizados para sua execução” e ajudar a professoras, assistentes sociais, dietistas e demais pessoas integradas ao Programa Nacional de Merenda Escolar a “assenhorear-se das diretrizes fundamentais necessárias à sua administração, bem assim à preparação, distribuição e o controle das merendas”.<sup>404</sup>

A publicação possui 74 páginas, ilustradas com desenhos coloridos e simples para exemplificar algumas orientações. Os textos são bem objetivos, geralmente colocados em

---

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 412.

<sup>404</sup> *Cartilha de Merenda Escolar*. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p. 2.

tópicos. A Cartilha possui quatorze capítulos e seis documentos da CNME nas páginas finais. Após a criação da Campanha de Merenda Escolar foi publicada, em 1956, a segunda edição da Cartilha, através da Divisão Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura. Nessa segunda edição, além do prefácio de Josué de Castro, há também palavras do superintendente da Campanha, Salvador Julianelli.

A primeira parte da Cartilha é uma explicação bem concisa dos objetivos da merenda escolar. Ela é definida como uma pequena refeição destinada a complementar a alimentação que a criança recebe em casa, ajudando a combater a desnutrição, a “assegurar um crescimento normal e a manter na criança a saúde e o vigor essenciais ao êxito dos programas de ensino”<sup>405</sup>. Mas não apenas isso. A merenda, para os nutrólogos, tinha uma dupla função: complementar a alimentação e formar novos hábitos alimentares nos escolares. Por isso, dizia a cartilha que “pela merenda, as crianças adquirem bons hábitos de alimentação, aprendendo objetivamente a importância e o valor dos alimentos para sua saúde. Constitui, também, uma oportunidade para o desenvolvimento de programas de educação alimentar, os quais devem ser associados aos demais ensinamentos ministrados na escola”. A outra função da merenda, segundo a perspectiva dos nutrólogos, era aumentar o interesse das famílias para a alimentação dos escolares. Além disso, havia a esperança de que os bons hábitos e conhecimentos sobre alimentação recebidos poderiam ser repassados em casa pelas crianças.

Dificilmente um copo de leite em pó dissolvido em água e, vez ou outra, acrescido de farinha enriquecida daria conta de uma tarefa tão grande. Mas a questão não era o leite em si. Para além do que de fato se conseguia oferecer ao escolar, a proposta do Programa era bem mais ampla, unificar os programas de merenda já existentes e expandir a oferta. O leite era um socorro naquele momento, o passo inicial de um projeto muito maior que tentava oferecer outros gêneros aos escolares.

Alguns alimentos foram sugeridos na Cartilha. A escolha desses alimentos deveria partir de quatro princípios básicos: valor nutritivo, preço, aceitabilidade, facilidade de preparação. Embora fosse uma pequena refeição, a merenda deveria ser constituída por alimentos de alto valor nutricional, chamados pela nutrologia – como vimos – de alimentos protetores. Mas, era preciso considerar também o custo desses alimentos, pois quanto mais

---

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 7.



econômica fosse a merenda, maior o número de escolares que a receberiam. A Cartilha recomendava também que as refeições fossem de sabor agradável para aceitação das crianças e fáceis de ser preparadas, visto que muitas escolas ainda não possuíam as instalações adequadas.

Assim sendo, alguns alimentos foram sugeridos: leite (fresco ou em pó); manteiga (ou margarina); farinhas de cereais como trigo, milho, aveia e arroz; farinha de castanhas de caju ou de castanha do Pará; queijo ou requeijão; pão, de preferência enriquecido com leite e vitaminas; leguminosas como soja, lentilha e feijão e legumes e verduras: cenoura, tomate, alface (desidratados, frescos ou em sucos concentrados; frutas: laranja, banana, abacate, ou outras de acordo com a região (frescas, secas ou como sucos). Alguns alimentos com alto valor nutritivo, mas que custavam muito para merendas coletivas, como peixes, carnes e ovos, deveriam ser recomendados às crianças para que trouxessem de casa em sanduíches, as que tivessem condições financeiras para isso, evidentemente. As massas e doces “embora preferidos pelas crianças” não deveriam compor o cardápio das merendas.<sup>406</sup>

Nas escolas públicas as merendas deveriam ser oferecidas gratuitamente aos estudantes. A orientação era que esses alunos podiam também trazer o lanche de casa, desde que fosse orientado pelas professoras. Elas deferiam dar as instruções sobre a escolha e preparo das merendas que seriam levadas de casa. Estariam, assim, exercendo uma função educativa junto aos pais de seus alunos.

Mas o trabalho das professoras não era apenas esse. De acordo com a Cartilha, elas tinham muitas outras responsabilidades. Por exemplo, “uma das professoras deve ficar diretamente responsável pela direção e supervisão de todas as atividades referentes à merenda, sendo designada para esse fim pela diretora da escola”<sup>407</sup>. Mas sugeria-se que esse trabalho, que seria feito simultaneamente às obrigações letivas diárias, deveria ter “uma compensação de qualquer natureza”. Embora não se diga claramente qual. É provável que quem propôs isso não tivesse a menor noção de como era a rotina de uma classe escolar, por achar que uma professora daria conta das atividades com sua turma e da organização da merenda na escola. Não foi possível saber se isso de fato foi aplicado nas escolas, mas, muito possivelmente ficou só na utópica sugestão.

---

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 14.

Mas tinha trabalho para mais gente além das professoras. Além delas, merendeiras (também chamadas de cozinheiras), auxiliar e estudantes auxiliares poderiam contribuir. As atribuições de cada um foram definidas na Cartilha, mas as professoras eram as que mais trabalhariam em prol da alimentação de seus alunos. Pois, cabia a elas:

a) receber e examinar os gêneros alimentícios, **controlando a quantidade e qualidade dos mesmos**; b) comunicar ao órgão competente qualquer irregularidade quanto à quantidade ou qualidade dos gêneros recebidos; c) providenciar a conveniente estocagem daqueles que estiverem em boas condições de uso; d) organizar o controle de entrada e saída dos gêneros recebidos [...]; e) **utilizar as verbas** destinadas ao Serviço de Merenda de acordo com as instruções que receber para esse fim; f) adquirir, se for o caso, gêneros complementares no mercado local; g) **planejar os cardápios e estabelecer o número de merendas** a serem preparadas; h) distribuir gêneros à merendeira, **instruindo-a quanto ao preparo** dos mesmos; i) **assistir e dirigir a distribuição das merendas** nos horários fixados; j) **fiscalizar a higiene dos utensílios** utilizados pelos alunos; k) fiscalizar a limpeza e manutenção dos utensílios, equipamento e instalações utilizados pelo Serviço de Merenda; l) **proceder à determinação de peso e altura das crianças** nos períodos previstos; m) **encarregar-se dos relatórios sobre as atividades da merenda**, encaminhando-os às autoridades competentes; n) tomar as necessárias providências para que o serviço se processe dentro das instruções estabelecidas.<sup>408</sup> [grifos meus]

Com tarefas que iam desde a preparação dos cardápios à fiscalização da limpeza, dificilmente elas dariam conta da merenda e de seus alunos. E se dessem provavelmente não seriam mais remuneradas por isso. A professora escolhida pela diretora para cuidar da merenda, seria encarregada de planejar o cardápio semanalmente, tendo como base as orientações dadas na Cartilha. O menu deveria ser variado, evitando a repetição dos alimentos e preparações na mesma semana. Diariamente, a professora deveria organizar o Mapa de Preparação de Alimentos, no qual deveriam ser registrados os seguintes dados: número dos alunos presentes no dia, que participarão da merenda; número previsto de merenda (número de alunos presentes mais o número provável de repetições); cardápio do dia; quantidade a ser


---

<sup>408</sup> *Ibidem*, pp.15,16.

servida a cada aluno; gêneros necessários para a confecção da merenda; horário do início da preparação e da distribuição.

A imagem abaixo mostra um Mapa de Preparação de Alimentos preenchido pela professora Maria Silva, da Escola América, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Todos os documentos da Campanha de Merenda Escolar presentes na Cartilha são dessa mesma escola, assinados e preenchidos pela mesma professora. Através da imagem podemos ver as informações que eram preenchidas pelas professoras e o quão detalhado era esse processo. A imagem nos ajuda a investigar o papel proposto pela Cartilha para as professoras. Mas, não podemos perder de vista que se trata de um documento oficial, precisamos vê-lo como um modelo sugerido pela Campanha e pela Cartilha, e não uma comprovação da forma como efetivamente esses mapas eram (ou não) preenchidos. Chama atenção a maneira exemplar como o Mapa de Preparação de Alimentos foi escrito pela professora, nos levando a reflexão dos limites que aquelas professoras enfrentavam, na provável impossibilidade de dar conta de fazer daquela maneira e ainda atender às demais necessidades da rotina da merenda e de sua turma.

## Imagem 12: Mapa de Preparação de Alimentos

 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR**

**CAMPANHA DE MERENDA ESCOLAR**

Mapa de Preparação de Alimentos (N.º 2)

Escola *América*  
Local *Ilha do Governador*  
N.º de alunos presentes *125 (1.º turno)* N.º previsto de merendas *150*  
Cardápio *mingau de farinha de arroz*  
Quantidade a ser servida a cada aluno *uma concha*

GÊNEROS	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
<i>Licite em pó</i>	<i>6 kg</i>	<i>Usar 30,200 l</i>
<i>Farinha de arroz</i>	<i>2,500 kg</i>	<i>de água</i>
<i>Uvaíca</i>	<i>3 kg</i>	
<i>Sal</i>	<i>30 g</i>	

HORARIO { Início da preparação *8 horas*  
Início da distribuição *9 horas e 30 minutos*

Observações *Guar-se pela receita n.º 2 da "Cartilha" quanto ao modo de preparar, incluindo quanto à quantidade de água*

*2/5/1955*  
DATA

*Maria Eliza*  
PROFESSORA

FONTE: Cartilha de Merenda Escolar. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p. 72.

Além das professoras, as merendeiras também tinham papel importante no programa. Suas atribuições eram:

- receber da professora encarregada os gêneros e as instruções necessários à preparação dos alimentos;
- preparar os alimentos de modo a estarem prontos nos horários fixados;
- organizar o material necessário à sua distribuição;
- servir os alimentos às crianças, juntamente com os ajudantes;
- responsabilizar-se pela limpeza e manutenção do material de preparação e distribuição da merenda e pela

higiene e arrumação dos locais destinados à preparação, estocagem e distribuição dos alimentos.<sup>409</sup>

Para executar suas tarefas, a merendeira contaria com o apoio de uma auxiliar e de “alunos ajudantes”, que ajudariam na distribuição da merenda e na limpeza dos utensílios usado pelos escolares. Na lavagem do material, por exemplo, deveria ficar um aluno-ajudante em cada ponta de uma mesa. Os alunos em fila deveriam entregar a louça usada para o aluno-ajudante que, com uma vassourinha, rasparia os restos passando em seguida o utensílio para a merendeira ou auxiliar, após lavada a louça seria entregue ao outro aluno ajudante para enxuga-la “com uma toalha de prato (1,20x0,60), de pano grosso e absorvente”<sup>410</sup>. Nas escolas onde não houvesse louça para servir a merenda, os alunos deveriam trazer de casa seus próprios utensílios: um prato fundo, uma colher de sobremesa (preferencialmente de alumínio), um copo (também de alumínio) e um guardanapo. Nesse caso, após a lavagem, os utensílios seriam novamente entregues ao aluno. Essa lavagem, inclusive deveria ser rápida e coordenada. Tudo foi bem detalhado na Cartilha.

**Imagem 13: Lavagem dos utensílios**



FONTE: Cartilha de Merenda Escolar. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p. 40.

<sup>409</sup> *Ibidem*, pp. 16,17.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 41.

Algumas recomendações de higiene foram feitas à equipe responsável pela preparação e distribuição da merenda. Cada um deveria usar avental e touca quando estivessem em serviço e conservar-se sempre com roupas limpas. Lavar as mãos com frequência, manter as unhas limpas e cortadas, não tossir sobre os alimentos e não trabalhar, caso estivesse com gripe, resfriado ou outra doença contagiosa.

Às merendeiras cabia a preparação da merenda que, segundo a Cartilha, era a “fase essencial para o bom êxito do programa”. Os alimentos deveriam ser preparados de acordo com as instruções colocadas pela professora no Mapa de Preparação de Alimentos. Embora na Cartilha constassem quinze receitas para merendas coletivas, as receitas nº 1 e 2 eram em geral as mais preparadas: mingau de farinha de cereal e mingau de aveia. Na receita vinha a quantidade de ingredientes para o preparo de merenda que servisse uma, vinte e cinco ou cinquenta crianças, assim a merendeira calculava a proporção de acordo com as merendas a serem preparadas no dia.

Havia ainda uma explicação detalhada de como diluir o leite em pó e como preparar mingaus. Walter Santos em sua cartilha ressaltou a importância do mingau como merenda aos escolares. Além de ser uma refeição basicamente preparada com leite, poderia também ser acrescentada de farinhas enriquecidas e de açúcar, que tinha a função de aumentar o valor calórico da refeição.

As orientações para a preparação da merenda deveriam ser dadas pela professora através do Mapa de Preparação e, “não sendo possível contratar para esse fim uma pessoa alfabetizada, a professora transmitirá oralmente as ordens de serviço”<sup>411</sup>. Além da preparação da merenda, cabia à merendeira e sua auxiliar manterem a cozinha sempre limpa e arrumada de acordo com as instruções, que eram bem detalhadas. Materiais como peneiras e escumadeiras, deveriam ser pendurados em ganchos. Facas deveriam ser guardadas com as lâminas protegidas, demais utensílios, como abridores de lata e e garrafa, deveriam ser guardados em gavetas. A lata de lixo deveria ser mantida fechada e sobre um estrado para evitar contato com o chão e facilitar a limpeza do local.

Recomendava-se que a merenda não fosse distribuída nem antes nem depois do recreio, pois “atividades recreativas antes ou após a merenda podem agitar demasiado as

---

<sup>411</sup> *Ibidem*, p. 34.

crianças e perturbar a digestão dos alimentos [...] a atração do recreio pode dificultar ou desgostar os escolares de comparecerem à merenda, compelindo-os a ingerirem os alimentos de modo apressado”.<sup>412</sup> Por essas razões, aconselhava-se que a merenda fosse distribuída num momento calmo e seguida de um momento de repouso físico e mental. Geralmente, era servida pela manhã.

Durante a refeição dos escolares, a professora deveria fiscalizar e fazer anotações sobre alunos que “manifestarem inapetência, a fim de, mais tarde, apurarem suas causas”. Anotar também as recusas e seguidas repetições verificadas. Deveriam ainda aproveitar a oportunidade para ensinar boas maneiras à mesa e “outras atividades educacionais relacionadas com a saúde e alimentação”.<sup>413</sup>

Além disso, as professoras deveriam fazer um “controle técnico” que avaliava, entre outras coisas, o desenvolvimento da criança através da pesagem, medição e observação de alguns sintomas e características apresentados pelo escolar. Para isso, a Cartilha dava algumas instruções para a determinação do peso e altura da criança, vejamos:

1) a pesagem deve ser feita, necessariamente sempre no mesmo horário, e a determinação da estatura três vezes ao ano; 2) os alunos devem estar com um mínimo de roupa, sem sapatos e com os bolsos vazios; 3) a professora responsável por essas mensurações deve, antes de iniciar suas atividades, verificar a correção e funcionamento da balança e da toesa [...]; 6) enquanto uma professora toma o peso e a altura dos alunos que sucessivamente vão chegando, a auxiliar vai registrando os resultados nas fichas respectivas; 7) durante a determinação da altura, as crianças devem manter-se em posição de sentido [...] firmes, pés juntos, olhando para a frente no sentido do plano horizontal; 8) concluídas essas atividades, a professora encarregada da Merenda examinará cada um das fichas, completando o gráfico e **interpretando os resultados**; 9) assim prontas, as fichas serão encaminhadas aos pais ou responsáveis pelo alunos, para seu melhor conhecimento e acompanhamento.<sup>414</sup>  
[grifo meu]

---

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>414</sup> *Ibidem*, pp. 48, 49.

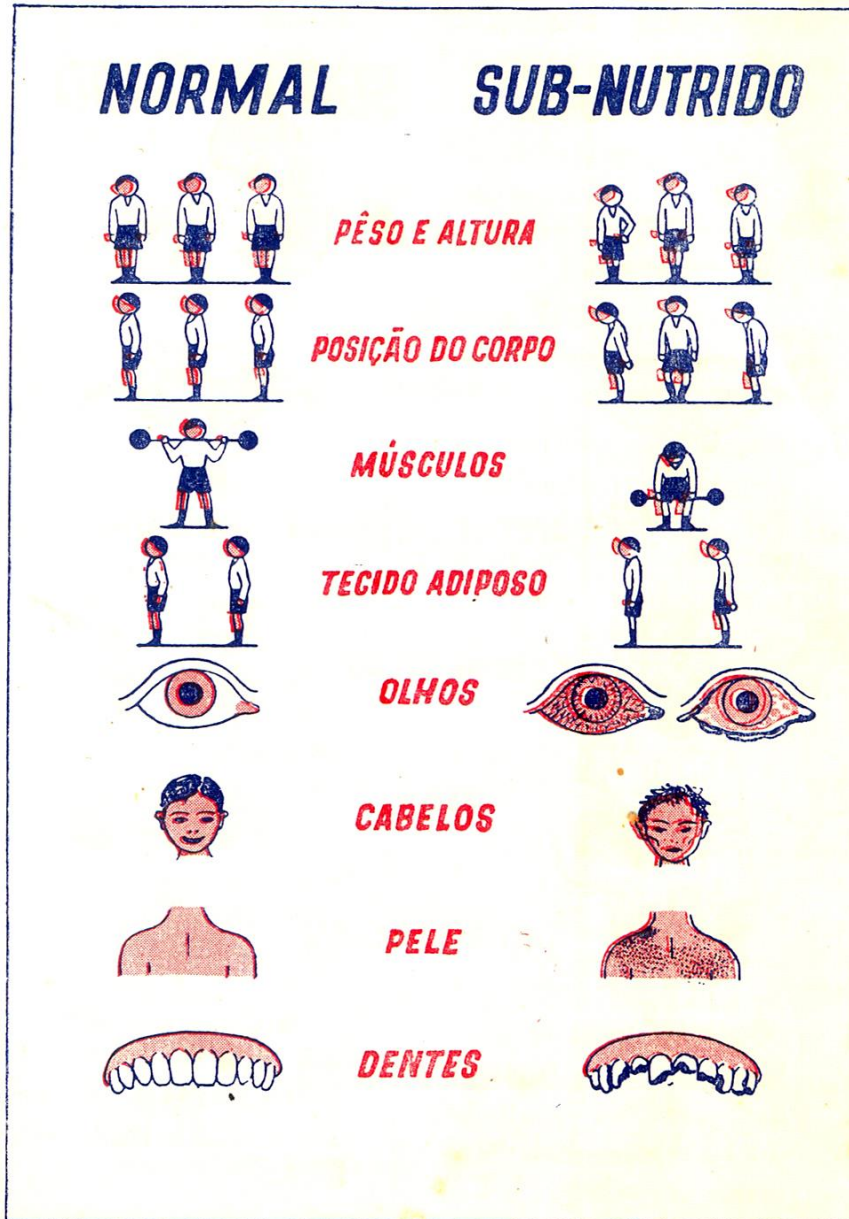
Além de medir e pesar os alunos, a professora deveria também observar as características dos escolares e identificar possíveis sinais de subnutrição. Para isso, foram listadas na Cartilha características de crianças saudias. Constava ainda dois quadros comparando sinais de normalidade e de subnutrição. O corpo de uma criança sadia era, segundo a publicação, proporcionalmente desenvolvido, sem desvios nem arqueamentos de braços e pernas. A postura do corpo era ereta, abdômen plano e cabeça erguida. Os músculos saudios eram firmes e desenvolvidos e o tecido adiposo tinha uma “distribuição moderada”. Brilho e vivacidade nos olhos também eram sinal de saúde. Os cabelos deveriam estar sedosos, uniformes e resistentes e a pele lisa e sem manchas. Crianças saudias apresentavam na boca dentes “bem implantados e sem cáries”, gengivas “firmes, coradas, sem sangramento” e nos lábios mucosas coradas, íntegras e lisas e cantos sem rachaduras”. Não tinham prisão de ventre e apresentavam sono tranquilo. Por fim, uma criança sadia tinha bom humor, vivacidade, alegria, boa memória, atenção e “resistência conveniente à fadiga e doenças”. Tudo muito generalizado, como pode notar. A professora deveria estar atenta aos possíveis desvios desses padrões de normalidade. As instruções não iam muito além dessas, para ajudar a professora nessa tarefa, foram publicados na Cartilha duas imagens<sup>415</sup> com os sinais de normalidade e de subnutrição. Era com esses recursos que a professora deveria contar para fazer o “controle técnico” de seus alunos.

---

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 45, 46.

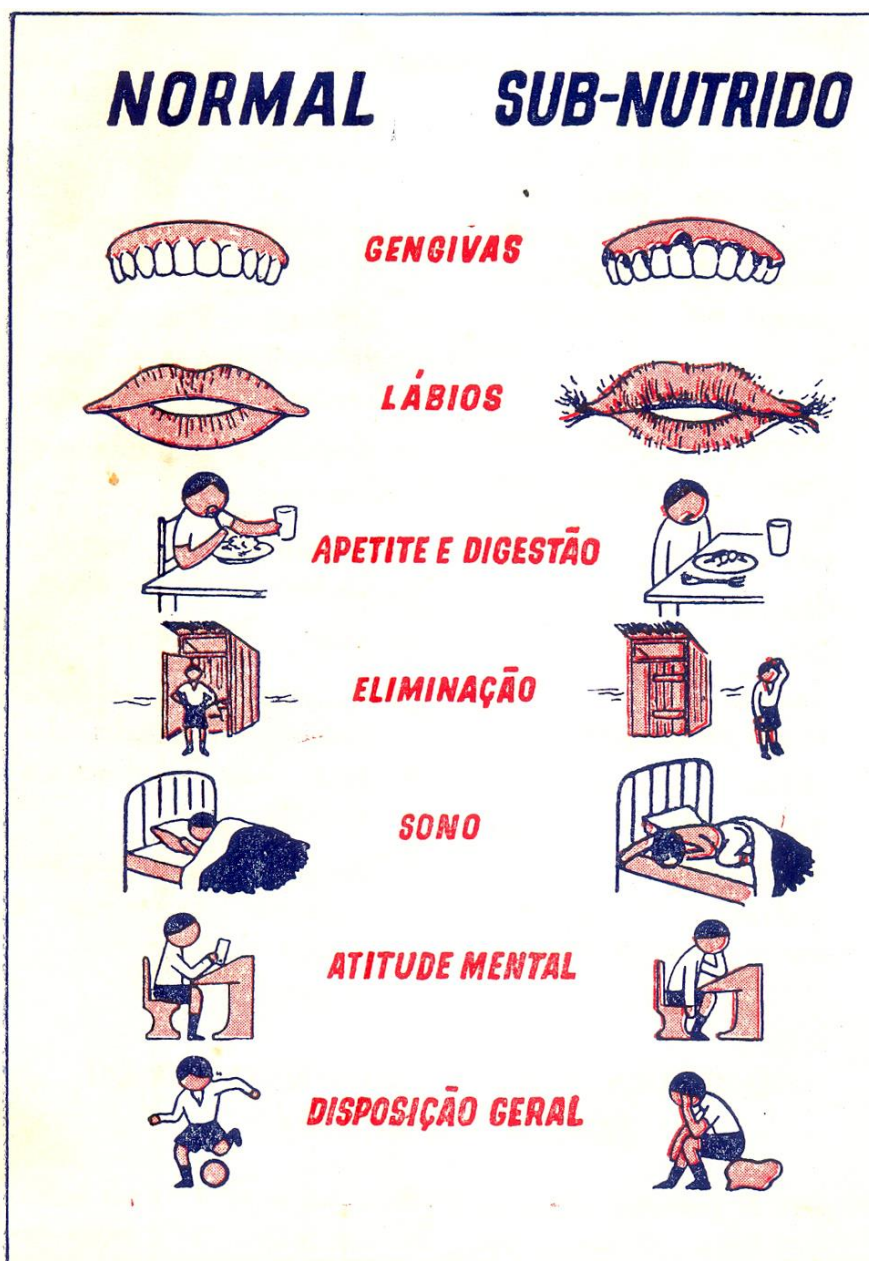


Imagem 14: Normal x Subnutrido (1)



FONTE: Cartilha de Merenda Escolar. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p. 45.

Imagem 15: Normal x Subnutrido (2)



FONTE: *Cartilha de Merenda Escolar*. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p.46.

A pesagem e medição da altura dos alunos deveriam ser cuidadosamente anotadas no gráfico, no qual havia espaço também para anotação de possíveis observações de sinais de desnutrição. Esse gráfico ia para a casa do estudante para ser assinado pelo responsável e depois voltava para a escola. A pesagem deveria ser feita todo mês e a medição da altura três vezes ao ano, no início do período letivo, antes das férias de junho e em dezembro antes do

encerramento das aulas. Caso fosse identificado algum sinal de doença ou desnutrição, o fato deveria ser anotado na ficha para conhecimento dos responsáveis pela criança, para que providências fossem tomadas, “inclusive um exame médico”.

A Cartilha de Merenda Escolar dava também instruções minuciosas sobre as instalações essenciais para a preparação e distribuição da merenda. Para a viabilidade do programa, a escola deveria contar com: cozinha, despensa e refeitório. A cozinha deveria ter fogão, mesa, banco, prateleiras com ganhos, pias ou tinas para lavagem dos utensílios e lixeiras. Na impossibilidade de cozinha na escola, a sugestão era que se buscasse uma residência próxima para preparação da merenda, mediante contrato e adaptações necessárias. A despensa deveria ser ventilada, podendo ser um armário ou uma dependência da escola. Os refeitórios eram também chamados de cantinas escolares, a orientação era que fossem cobertos e com mesas, bancos e um balcão para distribuição da merenda. Na falta de um espaço como esse, os estudantes deveriam fazer a refeição na sala, em suas próprias carteiras.

Nem mesmo o material necessário para o serviço de fornecimento de merenda ficou de fora da Cartilha. Consta nela uma lista com um “conjunto mínimo de material”. Os utensílios eram sugeridos nos mínimos detalhes, com especificações de material, medidas e características. As tigelas, por exemplo, deveriam ser esmaltadas ou de “alumínio forte” e ter 30 cm de diâmetro. A tábua de corte deveria medir 70cm por 50cm. A vassoura de piaçava tinha que ter 25 furos. Quanto mais uniforme e padronizados fossem os espaços de merenda das escolas, maior o sucesso da Campanha e suas chances de continuidade.

Os cuidados com a limpeza e com armazenamento dos alimentos era bem presente nas instruções da Cartilha. Uma relação com o prazo de validade de alguns gêneros orientava os cuidados com sua conservação. Nenhum alimento poderia ficar em contato direto com o chão, deveriam estar sobre um estrado que facilitaria também a limpeza do local. Havia instrução para estocagem para diversos tipos de alimento, como leite em pó, farinhas, açúcar, queijo e outros. As lixeiras deveriam ser mantidas fechadas e sobre um estrado para evitar o contato com o chão. Uma ilustração com os sinais de alimentos impróprios para o uso ajudava na organização da cozinha:

**Imagem 16: Sinais de Deterioração dos Alimentos**



FONTE: Cartilha de Merenda Escolar. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956, p. 27.

Como dito por Josué de Castro no prefácio à 1ª edição da Cartilha, a publicação dava as “diretrizes fundamentais” para a aplicação do programa de merenda nas escolas. Com caráter didático e objetivo, próprios desse tipo de publicação, buscavam orientar desde as professoras às merendeiras para que tudo fosse feito de forma mais padronizada possível. Não temos a dimensão da aplicabilidade das recomendações da Cartilha, nem é esse o objetivo do

trabalho. Mas ela é um exemplo do esforço de uniformização dos serviços de merenda no país.

Como se viu, a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar, desde os tempos da CNA ainda como Programa, foi um esforço para nacionalizar e uniformizar as iniciativas de alimentação dos escolares no país. Até a década de 1950 não existiam propostas sistematizadas de merenda. A situação começou a mudar a partir dos movimentos iniciais feitos pela Comissão Nacional de Alimentação e com a posterior expansão empreendida pela CNME.

Mas, nada disso seria possível sem a participação do FISI e, posteriormente da CCC. O apoio eterno, garantindo o fornecimento de leite pó, possibilitou o passo inicial no sentido da alimentação escolar. Portanto, esse momento, entre os anos de 1950 e 1959 foi fundamental para a institucionalização do programa brasileiro de merenda escolar.

Mas esse não foi um período linear. Antes, foi marcado por mudanças. O suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 em agosto de 1954, resultou na chegada de Salvador Julianelli à cena. Com a transferência do programa de merenda para o Ministério da Educação, o ministro da pasta, Cândido da Motta Filho, nomeou Julianelli para a direção da Divisão Extra-Escolar. O Programa de Merenda Escolar transformou-se em Campanha Nacional de Merenda Escolar e novamente em Campanha de Merenda Escolar. Passando a ter expressão nacional e a atingir uma quantidade maior de escolares.

Desse modo, podemos notar que a fase da CNA preparou o terreno para a institucionalização da merenda como um projeto nacional. Ao passo que a fase MEC lançou as bases desse projeto que hoje vemos como um edifício já erguido e bem estruturado, que é o atual programa brasileiro de merenda escolar. Porém, muitos desafios ainda precisam ser vencidos, mas hoje temos um amplo programa de distribuição de merenda aos escolares de todo país. O que começou com um copo de leite foi se transformando ao longo de 5 décadas em milhares de pratos de refeições escolas do país.

## CONCLUSÃO

A merenda escolar surgiu com o propósito de contribuir para o fim da desnutrição entre os escolares brasileiros. Sua tarefa principal era “corrigir as carências nutricionais” nas crianças. Cabia também à merenda forjar novos hábitos alimentares naqueles que eram vistos como o futuro da nação. Atualmente a merenda escolar tem contribuído, fundamentalmente, para manter os alunos na escola. A expressão popular “ir para a escola para comer merenda” talvez tenha uma despreziosa importância. Muitos alunos vão para a escola tendo a merenda como a principal motivação, o que não é necessariamente um fato negativo. A merenda hoje contribui para atrair e manter o aluno na escola. Ali recebem uma alimentação que muitas vezes não conseguem em casa. Embora a refeição servida nas escolas não seja capaz de sozinha acabar com a desnutrição, é um artifício capaz de promover mudanças no estado nutricional dos escolares e influenciar de forma positiva em seu rendimento escolar.

Porém, a despeito de sua importância, muitas escolas têm perdido a oportunidade de usar a merenda como uma aliada na educação. Ela tem sido apenas uma refeição (algumas vezes em forma de lanche) ofertada aos escolares. Mas ela pode ser mais do que isso. Como vimos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil é uma referência mundial por sua amplitude e universalidade. Porém, sua proposta não se resume apenas em distribuir alimentação para os estudantes. A Lei nº 11.947 estabelece como uma das diretrizes da alimentação escolar “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. Desse modo, a merenda pode (e deve) ser usada como um recurso pedagógico para temas relacionados à alimentação em diversas disciplinas.

Esse trabalho se propôs a reconstruir a história da alimentação escolar a partir do processo de implementação da merenda no país. Como vimos, até a década de 1950, não havia propostas sistematizadas de merenda escolar, a institucionalização da merenda ocorreu, sobretudo entre 1955 e 1959. No entanto, nossa análise se situou entre os anos de 1940 e 1960, passando pelo período de uma ditadura e pela posterior experiência democrática no país. Iniciamos na década de 1940 analisando o surgimento da nutrição como um campo

específico de saber. Nesse período, surgiram importantes teses sobre o problema alimentar do Brasil e diversas propostas para transformar a situação de subnutrição da maior parte da população. No bojo dessas ideias, a alimentação escolar entrou em cena e surgiram propostas para, através da merenda escolar, melhorar a alimentação das crianças e implantar nela novos hábitos alimentares. Os nascentes discursos de nutricionistas e nutrólogos foram sendo absorvidos pelo Estado. Essa conjunção entre ambos se traduziu em políticas públicas para a alimentação, em especial a merenda escolar.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do médico pernambucano Josué de Castro que colocou a fome em questão como um grande problema nacional. Suas obras tiveram repercussão internacional. Castro se tornou um importante personagem na luta contra a fome no país atuando como intelectual, médico, cientista e parlamentar, foi também presidente do Conselho Executivo da FAO. Idealizou e fundou alguns órgãos institucionais de política social de alimentação, como o SAPS e a Comissão Nacional de Alimentação. Josué de Castro contribuiu para institucionalização da nutrição no Brasil e para a consolidação de políticas públicas de alimentação.

Em torno de Josué de Castro formou-se um grupo de nutrólogos e nutricionistas empenhados em discutir as causas do problema alimentar brasileiro e em encontrar soluções que pudessem transformar a alimentação da população. Essas discussões e propostas foram consolidadas na revista Arquivos Brasileiros de Nutrição, criada em 1944, que se tornou o principal espaço de desenvolvimento e divulgação dos estudos na área de Nutrição. A revista teve Josué de Castro como seu grande idealizador. Nela foram publicados importantes artigos com teses sobre a alimentação no Brasil.

O argumento central dos nutricionistas e nutrólogos que escreviam nos Arquivos Brasileiros de Nutrição era de que o problema da alimentação no Brasil explicava-se basicamente por duas razões principais: miséria e ignorância. Para esses intelectuais, o brasileiro em geral não sabia escolher os alimentos da forma correta. Portanto, precisava ser ensinado, orientado. Desse modo, entendiam que diante da ignorância da população os nutricionistas tinham a missão de educar as massas sobre a maneira considerada por eles como correta de se alimentar. Identificando os principais “erros” cometidos pela maioria da população, a solução viria pela educação, e a conseqüente formação de novos hábitos. Assim, formou-se um projeto de educação alimentar proposto pelos profissionais ligados à revista. A

intenção era combater os antigos hábitos alimentares da população e ensinar os brasileiros, de forma didática e através de diversos recursos, sobre a maneira “correta” de se alimentar. Comer “corretamente” naquele momento era comer menos carboidratos e mais alimentos como ovos, carnes, legumes, verduras e frutas.

No que se refere às propostas para alimentação brasileira, os profissionais ligados aos Arquivos Brasileiros de Nutrição não estavam sozinhos. Atuando na Seção Técnica do SAPS estava o médico nutrólogo Dante Costa, propondo medidas para melhorar a alimentação da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores e dos escolares. Costa era médico, professor e literato. Foi também membro fundador do Partido Socialista Brasileiro. Por sua grande contribuição no campo da alimentação, ele se tornou uma referência para médicos e nutricionistas da sua geração. Ele foi uma das principais autoridades da alimentação racional, que começava a se delinear na década de 1940 como solução para a “má” alimentação da população a partir da imposição de novos hábitos alimentares através de educação alimentar

Dante Costa buscou entender o problema alimentar brasileiro através de explicações socioeconômicas. Era convicto de que a população deveria mudar seus hábitos alimentares. Mas acreditava que outros fatores impossibilitavam os brasileiros de se alimentarem de acordo com os preceitos propostos pela alimentação racional. E assim levantou as bandeiras da distribuição das terras e do fim da pobreza e das injustiças sociais no Brasil como meios para resolver o problema da fome e desnutrição no país.

Dante Costa destaca-se nesse trabalho por sua atuação em relação à alimentação na infância, sobretudo dos escolares. Boa parte de sua produção intelectual foi dedicada à infância e à alimentação infantil. Ele considerava que a criança era quem mais sentia os efeitos negativos da má alimentação, pois tinha seu desenvolvimento e saúde comprometidos. Como médico, acreditava que criança tinha mais facilidade para absorver as novas diretrizes da alimentação propostas naquele período e para assimilar novos hábitos. Dedicou-se, portanto, a escrever sobre recursos para corrigir o quadro de desnutrição da maior parte das crianças brasileiras e a propor meios para formar nelas novos hábitos alimentares. Dante Costa encontrou na merenda escolar a alimentação ideal para esses objetivos. Através da merenda, as principais necessidades nutricionais da criança seriam supridas, já que possibilitaria, também, a formação de novos hábitos alimentares. Além disso, a merenda seria um elo entre a escola e o lar dos escolares. Assim sendo, Costa sugeriu cardápios de merendas



que seriam feitas em casa e levadas à escola. Como pudemos notar, essas sugestões estavam distantes da realidade econômica da maior parte da população na época. Contudo, apesar de toda problematização em torno delas, não se pode negar sua importância, pois com esses cardápios sugeridos Dante Costa trouxeram a merenda escolar à cena.

Costa foi também responsável por um importante inquérito alimentar que buscou mensurar as deficiências nutricionais dos escolares no Rio de Janeiro. A importância dessa pesquisa consiste em chamar atenção para o estado nutricional daquelas crianças, que apontava para um quadro de subnutrição e denunciava uma alimentação muito aquém do necessário para um bom desenvolvimento. Um dos resultados do inquérito foi a criação no SAPS de um desjejum para os escolares. O Desjejum do SAPS, como ficou conhecido, era ofertado gratuitamente aos filhos dos trabalhadores frequentadores da autarquia. Buscava complementar a alimentação daqueles escolares, reduzindo assim os impactos negativos da alimentação tida pela maioria deles em suas casas. Embora sua intenção não fosse substituir a merenda, o desjejum escolar pode ser considerado o primeiro “projeto piloto” de alimentação escolar numa instituição de âmbito nacional.

Como se pôde notar, Dante Costa teve grande contribuição para a alimentação dos escolares brasileiros. Além de ter insistentemente discutido o tema em suas obras, atuou no SAPS contribuindo nesse sentido. Desse modo, pode-se afirmar que o processo de instituição da alimentação escolar como uma política pública nacional foi profundamente marcado pela atuação de Dante Costa.

O desjejum escolar foi um importante passo para a alimentação escolar no Brasil. Não à toa ele foi estabelecido numa organização como o SAPS. O Serviço de Alimentação da Previdência Social foi criado em 1940 com a intenção de oferecer aos trabalhadores refeição a um preço modesto. Porém, ele fez mais que isso, tronou-se um marco institucional na história da alimentação e da nutrição no país. O SAPS foi um espaço de assistência alimentar aos trabalhadores brasileiros. Mas foi também um lugar de formação profissional e o ambiente onde se efetivou a proposta de educação alimentar elaborada pelos nutrólogos.

A proposta inicial do SAPS era servir refeições aos trabalhadores. Contudo, nos anos que se seguiram a sua criação, ele foi se expandindo e ganhando novo formato e maior importância. Diversos setores foram se formando e em pouco tempo se tornou uma grande autarquia. Entre as seções do SAPS, algumas se destacam, como: Consultório de Alimentação

Econômica, Biblioteca Popular, Sala de Música, Setor de encaminhamento a empregos e assistência social, Curso de corte e costura para as filhas dos trabalhadores, cursos de nutricionistas, aulas de alfabetização para os trabalhadores e os Postos de Subsistência.

Em que pese a importância dessas seções, buscamos nesse trabalho enfatizar o caráter educativo do SAPS. Nesse sentido, destacam-se as ideias formuladas por alguns nutrólogos ligados à autarquia que formaram um discurso a respeito do problema alimentar brasileiro e propuseram como soluções a alimentação racional e a educação alimentar da população. Alexandre Moscoso em sua obra *Alimentação do Trabalhador*, publicada em 1939, ressaltou que o problema de alimentação no país era generalizado, atingindo a ricos e pobres. De algum modo, todos sofriam com o que o autor chamou de “fome qualitativa”. Entre as causas para esse problema estava a ignorância, a falta de instrução sobre como se alimentar. O recurso proposto pelo autor para enfrentar o problema foi a educação alimentar. Através de palestras, aulas, atividades diversas e com o auxílio dos meios de comunicação, a população seria ensinada sobre a maneira dita correta de se alimentar. Peregrino Júnior, médico da Santa Casa, em seu livro *Alimentação: problema nacional* publicado em 1941, defendeu que todos — ricos e pobres — comiam mal e, portanto, precisavam aprender a se alimentar nos moldes da alimentação racional. Isso se daria, sobretudo, através da educação alimentar empreendida nas escolas. Thalino Botelho, médico integrante da Comissão de Estudos Técnicos do SAPS, foi outro importante nutrólogo que formulou propostas para melhoria da alimentação através de um projeto de educação alimentar. Sua principal obra foi a cartilha *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, publicada em 1937 pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES). Propondo fazer uma visão panorâmica do problema alimentar, Botelho apontou os antigos hábitos alimentares da população como responsáveis pela escolha “errada” dos alimentos. Assim, o problema de desnutrição no Brasil poderia ser explicado, principalmente, pela má qualidade dos alimentos escolhidos. A solução apontada mais uma vez foi a educação alimentar, ensinando a população os preceitos da alimentação racional.

Como vimos, as ideias e propostas de um grupo de profissionais da alimentação foram fundamentais no processo de construção e consolidação do projeto estatal de melhoria da alimentação dos brasileiros através do SAPS. A base desse processo era a ideia central de que o problema da alimentação no país era resultado, sobretudo, da pobreza e da ignorância da população — que não fazia escolha “correta” dos alimentos —. Desse modo, para aquele

grupo de intelectuais, a solução viria através de um projeto de educação que mudaria os hábitos alimentares, ensinando a população a se alimentar nos moldes da alimentação racional. O SAPS foi o principal espaço de aplicação desse projeto. Esse trabalho buscou mostrar essa face “educativa” da autarquia. Longe de pretender esgotar as múltiplas funções e a ampla atuação dessa importante instituição, procurou-se aqui evidenciar o papel do SAPS no projeto de educação alimentar construído por intelectuais brasileiros ligados à alimentação. Nesse sentido, destacou-se a atuação do Consultório de Alimentação Econômica, dos Postos de Subsistência, dos textos publicados nos boletins da autarquia e das Visitadoras da Alimentação.

O SAPS representou um importante espaço de formação e aplicação do projeto de educação alimentar. As discussões sobre merenda escolar se tornaram mais presentes no momento em que a nutrição se consolidava como campo específico de saber e no bojo das primeiras iniciativas governamentais de assistência alimentar. O SAPS foi fundamental nesse contexto pois ele representa a materialização de um plano nacional de melhoria da alimentação dos trabalhadores brasileiros. Desse modo, para entendermos o processo de implementação da merenda escolar, tornou-se importante analisarmos essa grande autarquia e suas contribuições para a alimentação escolar.

Como pudemos notar, os discursos em torno da alimentação dos escolares começaram a se concretizar a partir da década de 1950 com a formação de uma proposta mais sistematizada de merenda escolar. Nesse contexto destaca-se a atuação do grupo de nutrólogos e nutricionistas ligados a Josué de Castro que integravam a Comissão Nacional de Alimentação. A gênese do processo de implementação da merenda foi a elaboração do Plano Geral para 1953/1954 da CNA, que incluía a criação de um Programa Nacional de Merenda Escolar. Apesar de já existirem algumas iniciativas isoladas de merenda em algumas cidades, o plano da CNA sugeria a extensão e uniformização do fornecimento de merenda para os escolares de todo país. Inicialmente, a CNA não conseguiu recursos financeiros para colocar seu plano em ação. Porém, no início de 1954, com o apoio do Fundo Internacional de Socorro à Infância, foi possível começar a distribuição de um copo de leite desnatado em pó diluído como merenda escolar para os escolares. Embora o alcance nesse primeiro momento tenha sido curto, o acordo com o FISI permitiu que o Programa Nacional de Merenda Escolar se concretizasse e em 1955 ele já era uma realidade.

O contexto político instalado após o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, mudou os rumos do programa e de seus dirigentes. Surgiu então a figura de Salvador Julianelli, assessor do novo ministro da Educação nomeado pelo presidente Café Filho. Médico por formação, Julianelli assumiu a Divisão de Educação Extra-Escolar do referido ministério. Em 1955, através do decreto nº 37.106, foi instituída no interior da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura a Campanha de Merenda Escolar. Na transferência da CNA para o MEC, o grupo que dirigia o programa de merenda perdeu o comando, mas não saiu de cena, integrando a equipe técnica da CME.

A permanência do grupo de nutricionistas e nutrólogos da CNA e dos acordos com o FISI apontam para uma continuidade entre o Programa Nacional de Merenda Escolar da CNA e a Campanha de Merenda Escolar do MEC. Ainda que o início da merenda escolar no Brasil seja marcado a partir da criação da CME, esse trabalho buscou mostrar que ela surgiu antes, como um programa da Comissão Nacional de Alimentação. No entanto, procuramos também destacar que foi no seio do MEC que a merenda escolar foi institucionalizada e expandida, passando a ter expressão nacional e a atingir uma quantidade maior de escolares. O que não significa que a CME tenha alcançado grandes resultados em seus primeiros anos. No entanto, ela fincou suas bases, ampliou os acordos – agora incluindo a Commodity Credit Cooperation, uma autarquia norte-americana – e aumentou suas expectativas.

Em 1956, através do decreto nº 39.007, a Campanha de Merenda Escolar passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar. A mudança refletia sua pretensão de se transformar em um programa de longo alcance. A mudança está inserida no novo contexto político que se iniciava no país naquele momento com a chegada do presidente Juscelino Kubistchek à presidência da República, nomeando Clóvis Salgado para o Ministério da Educação e Cultura. Os anos iniciais da CNME foram de institucionalização e expansão. No entanto, apesar das mudanças, houve certa continuidade administrativa e Salvador Julianelli permaneceu como seu superintendente até 1959. Os anos entre 1956 e 1959 foi o para a CNME o período de mais recursos, mais pessoal e mais visibilidade. Em março de 1959, através do Decreto-Lei 45.582, a campanha foi transferida da Divisão de Educação Extra-Escolar e elevada ao nível da divisão, ficando diretamente subordinada ao Departamento Nacional de Educação.

Como vimos, a implementação da merenda escolar no Brasil foi viabilizada pelo apoio externo através da participação do Fundo Internacional de Socorro à Infância e da *Commodity Credit Cooperation*. Os acordos estabelecidos entre o governo brasileiro e as agências internacionais possibilitaram o passo inicial em direção a concretização de um programa nacional de alimentação escolar. Por fim, o estabelecimento desses acordos representou o reconhecimento da responsabilidade do governo brasileiro com a alimentação escolar de modo sistematizado, como um projeto nacional.

Desse modo, podemos dizer que a campanha de merenda na fase da CNA preparou o terreno para sua institucionalização e em sua fase no MEC lançou as bases para o atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do país.

Por fim, como mostrou a Pesquisa Nacional do Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares, Modelos de Gestão e de Controle Social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executada em 2007 pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), muitos desafios ainda precisam ser vencidos pelo PNAE. No entanto, temos no Brasil um grande programa de alimentação escolar que, apesar do reconhecimento em âmbito internacional, ainda é pouco conhecido pelos brasileiros. Sabe-se que no Brasil as escolas públicas oferecem merenda aos alunos, mas pouco se sabe sobre a dimensão ou a origem desse programa. Portanto, esse trabalho se propôs analisar o processo de surgimento do programa de alimentação escolar e assim contribuir para o conhecimento da grandeza do PNAE e ainda ressaltar a importância da merenda escolar para os escolares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy; TRAD, Leny Alves Bomfim. *A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional*. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.975-992.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita, *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. 3a. edição., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, José Arimatea Barros. *Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar*. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40, janeiro/abril. 2009, pp. 103-115.

\_\_\_\_\_. *Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941*. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, janeiro/março. 2012.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2012.

BOMENY, Helena M.B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. Em: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BOOG, Maria Cristina Faber. Educação nutricional: passado, presente, futuro. In: *Revista de Nutrição da PUCCAMP*, Campinas, v. 10 (1), janeiro/junho, 1997, pp. 5-19.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei 34.078, de 06 de outubro de 1953.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

BOWMAN, Mary Jean and ANDERSON, C. Arnold. "Nutrition, Education Programs". In: *The Annals of the American Academy of Political Science*. Philadelphia, 1943.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

CARVALHO. Marta Maria Chagas de. *Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez Editora: USF-IFAN, 2001.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. In: *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, setembro 2011/fevereiro 2012.

CARVALHO, Sílvia Helena da Silva Cabral. 1ª Jornada de Educação em Saúde- SESC/DF. Monografia. Núcleo de Estudos em Educação e Promoção de Saúde. Universidade de Brasília, 2009.

CIDRACK, Marlene Lopes. Escola Agnes June Leith. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944-1966). Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2010.

\_\_\_\_\_; BEZERRA, José Arimatea Barros. Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith história e práticas curriculares (1944-1966). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira; LIMA, Mônica Barros. *Comer e Aprender: Uma história da Alimentação Escolar no Brasil. Relatório Final da Pesquisa: Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição*. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura, março de 1982.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DRINOT, Paulo. “Food, Race, and Working-Class Identity: Populism and Restaurantes Populares in Peru”. In: *The Americas* 62:2 October, pp. 245-270.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. “Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros”. In: Ferreira, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. pp. 122-135.

\_\_\_\_\_. *Arroz e feijão, discos e livros: história do serviço de alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.



FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FLANDRIN, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOGAGNOLI, Marcela. “Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2011.

\_\_\_\_\_. Comida, diversão e arte: o trabalhador carioca e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Rio de Janeiro (1940-1945). In: FERREIRA, Jorge (org). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, pp. 173-190.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro Governo Vargas. In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, volume. 3, nº 2, 1993.

\_\_\_\_\_. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, João Pedro da. Assistência ao educando: pré-escola, merenda e saúde escolar. In: *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 14 (2), 211-223, julho/dezembro, 1988.

FROTA, Jorge Washington da Silva. Educação e alimentação: ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa. Dissertação de mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3.ed.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. Em: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). *As Esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). In: *Educar em revista*. n ° 25, Curitiba, janeiro/junho, 2005.

\_\_\_\_\_; FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 173-193.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. In: *Revista de Nutrição*, v. 1, n. 2, p. 87-138, 1988.

LIMA, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 7 (2), 1997.

\_\_\_\_\_. *Mal de fome e não de Raça: Gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil – 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LINHARES, M.Y. L. “Biografia”. In: CASTRO, Josué. *Geografia da Fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

MELO, Marcelo Mario; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (org). *Josué de Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Perfis Parlamentares nº 52, 2007.

MUNIZ, Érico Silva Alves. Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 222 f.

PIPITONE, Maria Angélica Penatti. Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. 176f.

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. In: *Estudos Avançados*, n. 9 (23), 1995, pp. 87-107.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. Tese apresentada ao Departamento de Nutrição da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

\_\_\_\_\_. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2008. 176f.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. Custeio da educação pública na Era Vargas: a Caixa Escolar do Ceará (1930-1945). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). In: *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2):303-316, abril/junho, 1999.

\_\_\_\_\_. “Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8(2):315-39, julho/agosto. 2001.

\_\_\_\_\_. Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição e saúde pública no Brasil. In: *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(6):1505-1518, novembro-dezembro, 2001.

\_\_\_\_\_. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. In: *Revista Nutrição*. Campinas, 15 (2), maio/agosto, 2002.

\_\_\_\_\_. Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, 18 (4); julho/agosto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Como nasceram os meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em saúde pública no Brasil*, 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Stampa, 2010.

\_\_\_\_\_. Pão ou Aço: conflitos e contradições no desenvolvimento econômico brasileiro na obra de Josué de Castro. In: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (org). *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org). *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

## **FONTES PUBLICADAS**

BARRETO, João de B.; CASTRO, Josué de; CASTRO, Almir de. Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, v. 52, n. 4, p. 263-284, 1938.

BOTELHO, Thalino. *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária. (Coleção Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, n.2). 1937.

\_\_\_\_\_. *Acesso à alimentação racional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, 3ª edição. São Paulo, Global, 2004.

CASTRO, Josué. O problema da alimentação no Brasil: seu estudo fisiológico. Monografia de livre-docência em Fisiologia. Faculdade de Medicina, Recife, 1932.

\_\_\_\_\_. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Edições Globo, 1937.

*Cartilha de Merenda Escolar*. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Extra-Escolar. Campanha de Merenda Escolar. 2ª edição, 1956.

COSTA, Dante. *Alimentação do Escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

\_\_\_\_\_. *Tratado de Nutrição*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1947.

\_\_\_\_\_. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

\_\_\_\_\_. *Histórias de João Trajá*. Porto Alegre, RS: Livraria Globo, 1937a.

\_\_\_\_\_. *Feira desigual*. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Editorial Duco, 1933.

\_\_\_\_\_. *Israel terra viva*. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Civilização Brasileira, 1958.

\_\_\_\_\_. *Olhos nas mãos*. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Livraria José Olympio, 1960b.

\_\_\_\_\_. *Bases da alimentação racional: orientações para o brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

\_\_\_\_\_. *Tratado de Nutrição*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1947.

\_\_\_\_\_. *Alimentação e Progresso*. Rio de Janeiro: SAPS, 1951.

\_\_\_\_\_. *Alimentação do Escolar*. Distrito Federal: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

\_\_\_\_\_. *Merendas Escolares*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS**

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei 34.078, de 06 de outubro de 1953.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 5 de agosto de 1940.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei 3709, de 14 de outubro de 1941.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 4859, de 21 de outubro de 1942

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 5443, de 30 de abril de 1943.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 7.328, de fevereiro de 1945

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 34.078, de 06 de outubro de 1953.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 37.106, de 31 de março de 1955.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 40.052, de 1º de outubro de 1956.